



Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros (2ª Revisão)

Emitido nos termos do artigo 85.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

ESR Bragança, 4 de dezembro de 2025

Índice

1. Introdução	3
2. Aspetos Procedimentais	4
3. Apreciação.....	11
(A) Conformidade com ou compatibilidade da proposta de Plano com os programas territoriais existentes	11
(B) Relatório Ambiental.....	12
4. Conclusão	12
(C) Decisão global definitiva e vinculativa para toda a Administração Pública sobre a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros	12
 Anexo I – Ata da 2.ª Reunião Plenária	
Anexo II – Pareceres das Entidades da CC, emitidos no âmbito da 2.ª Reunião Plenária, inseridos na PCGT	

1. Introdução

O procedimento da 2ª revisão do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros (PDMMC), que se iniciou em abril de 2021, terminou a sua fase de acompanhamento no pretérito dia 4 de dezembro, com a aprovação e carregamento na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) da ata da 2ª reunião plenária da Comissão Consultiva (CC) que, nessa mesma data, se extinguiu, nos termos do disposto no artigo 20.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro.

Com efeito, realizou-se no dia 14 de novembro de 2025, por via telemática, através da plataforma *Microsoft teams*, a 2ª reunião plenária da CC do processo de revisão do PDMMC, competindo agora à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I.P. (CCDR NORTE) emitir, nos termos do artigo 85.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, o Parecer Final sobre a proposta de Plano, o qual traduz uma decisão global definitiva e vinculativa para toda a Administração Pública.

O presente Parecer, emitido nos termos da disposição legal acima referida *“é acompanhado pela ata da comissão consultiva, contendo as posições finais das entidades nela representadas, e deve pronunciar-se sobre a conformidade ou compatibilidade da proposta de plano com os programas territoriais existentes.”*.

Diga-se ainda, que *“para efeitos de avaliação ambiental, o parecer final integra a análise sobre o relatório ambiental”*, nos termos do n.º 4 do mencionado artigo 85.º do RJIGT.

Este Parecer antecede as fases de discussão pública (artigo 89.º do RJIGT) e de aprovação pela Assembleia Municipal da proposta de Plano (artigo 90.º do RJIGT) sendo que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 92.º do mesmo diploma *“A elaboração¹ dos planos municipais considera-se concluída com a aprovação da respetiva proposta pela assembleia municipal (...)”*.

Por último, o Parecer Final deve acompanhar a proposta de Plano apresentada pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal, como decorre do n.º 3 do artigo 85.º do RJIGT.

¹ Leia-se, *in casu*, a revisão.

2. Aspetos Procedimentais

2.1. A Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros (CMMC) deliberou, em reunião realizada a 07 de abril de 2021, deliberação esta constante do Aviso n.º 8412/2021, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 88, de 06 de maio de 2021, proceder à elaboração da 2.ª Revisão do PDMMC, atualmente em vigor, que foi publicado pelo Aviso n.º 11026/2015, de 29 setembro, publicado em DR, 2.ª série n.º 190. O prazo inicialmente fixado foi de 24 meses.

Contudo, por força da alteração ao RJIGT operada pelo Decreto-Lei n.º 45/2022, de 8 de julho, e de acordo com o seu artigo 4.º, a caducidade não é aplicável aos procedimentos de elaboração, alteração ou revisão de planos municipais ou intermunicipais para efeitos do disposto no artigo 199.º do RJIGT, não havendo, por isso, necessidade de reinício do procedimento de revisão do PDMMC.

Assim, deveria o Plano cumprir os prazos de inclusão das regras de classificação e qualificação previstas até 31 de dezembro de 2023. Não obstante, este prazo veio posteriormente a ser prorrogado pelo Decreto-Lei n.º 16/2024, de 19 de janeiro, até 31 de dezembro de 2024.

Em 30 de dezembro de 2024 foi publicado o Decreto-Lei n.º 117/2024, que veio alterar o artigo 199.º do RJIGT, deixando de ser fixado um prazo para a inclusão das regras de classificação e qualificação do solo, sujeitando os planos municipais em vigor à suspensão automática das normas relativas às áreas urbanizáveis ou de urbanização programada que, à data de 31 de dezembro de 2024, não tivessem incorporado as referidas regras. Posteriormente, a Lei n.º 53-A/2025 veio modificar novamente este regime, mantendo a possibilidade de suspensão, mas deixando de ser automática, passando a depender de decreto das CCDR.

2.2. Por despacho do Senhor Presidente da CCDR NORTE, foi constituída a CC, nomeada através do Aviso n.º 11000/2021, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 114, de 15 de junho, nos termos previstos na Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, com a seguinte constituição inicial:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, a qual presidiu à CC;

Direção-Geral do Território (DGT);

Agência Portuguesa do Ambiente / Administração da Região Hidrográfica do Norte, I. P. (APA/ ARHN);

Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I. P. (ICNF, IP);

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte;

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR);

Direção Regional da Cultura do Norte;

Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP, S.A.);

Turismo de Portugal, I.P.;

REN - Redes Energéticas Nacionais;

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC);

Autoridade Nacional de Comunicações;

Autoridade Nacional de Aviação Civil;

Administração Regional de Saúde do Norte;

Direção-Geral de Energia e Geologia;

Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I.P.;

IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.;

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares;

Direção-Geral de Ensino Superior;

Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros;

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, entidade responsável pela elaboração do Plano;

Câmara Municipal de Alfândega da Fé;

Câmara Municipal de Bragança;

Câmara Municipal de Mirandela;

Câmara Municipal de Mogadouro;

Câmara Municipal de Vila Flor;

Câmara Municipal de Vimioso;

Câmara Municipal de Vinhais.

As Câmaras Municipais de Alfândega da Fé (CMAF) e Vila Flor (CMVF) não efetivaram a nomeação de representante da CC através da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT), apesar de a CCDR NORTE o ter solicitado em momento oportuno.

Cessaram a respetiva representação, na CC, a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN) e a Direção Regional da Cultura do Norte (DRCN), entidades extintas e que passaram a integrar, em parte, a CCDR NORTE.

A este respeito, esclarece-se que o Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, procedeu à conversão das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) em institutos públicos, transferindo atribuições de serviços periféricos da administração direta e indireta do Estado para as CCDR, I.P., dos quais foram objeto de integração as Direções Regionais de Agricultura e Pescas e as Direções Regionais de Cultura no que concerne às atribuições previstas nas al. h) e i) do n.º 1 do artigo 4.º do anexo ao citado Decreto-Lei.

As competências da extinta DRAPN nas atribuições que respeitam à emissão de parecer sobre Planos, passam a integrar as competências da CCDR NORTE/Unidade de Licenciamento, Controlo e Estatística (ULCE), passando as atribuições da ex-DRCN, nessa matéria, para a competência do Património Cultural, I.P.. Deste modo, o parecer da CCDR NORTE passa a integrar pronúncia no âmbito das matérias da competência da extinta DRAPN, designadamente no referente à Reserva Agrícola Nacional (RAN).

O Património Cultural, I.P. (PC) nomeou o seu representante na CC em 06 de março de 2024, a solicitação da CCDR NORTE.

O IAPMEI, I.P., entidade representada na CC, em ofício dirigido ao Presidente da CCDR NORTE, datado de 24 de março de 2025 (Ref.223/2025/DPR-DPAI) solicitou a dispensa de colaboração generalizada nas CC dos Planos de Gestão Territorial, fundamentando que não tem quaisquer responsabilidades em matéria de gestão territorial, conforme determinado no art.3.º do D.L. n.º 266/2012, de 28 de dezembro, que define o conjunto de atribuições conferidas a este instituto.

2.3. No decurso do procedimento de revisão do Plano, de modo a permitir um acompanhamento mais próximo dos trabalhos por parte da CC, foram realizadas as reuniões sectoriais que se consideraram oportunas.

2.4. No dia 9 de março de 2023, em formato misto, presencial nas instalações Estrutura Sub-Regional de Bragança da CCDR NORTE, e por via telemática, através da plataforma *Microsoft teams*, reuniram-se os representantes dos serviços e entidades que integravam a CC do processo de revisão do PDMMC, convocados pela CCDR NORTE, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro.

Assim, a primeira reunião plenária da CC subordinou-se à seguinte Ordem de Trabalhos:

- a) Aprovação do regulamento interno da comissão consultiva;
- b) Apresentação e apreciação da proposta de plano e outros aspetos que a condicionem, designadamente, em matéria de servidões e restrições por utilidade pública;
- c) Apresentação e apreciação do relatório ambiental;

- d) Atualização da metodologia de acompanhamento e respetivo programa de trabalhos da comissão consultiva;
- e) Considerações finais.

2.5. Por sua vez, no dia 14 de novembro de 2025, por via telemática, reuniram-se os representantes dos serviços e entidades que integravam a CC do processo de revisão do PDMMC, convocados pela CCDR NORTE, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro.

A 2.ª reunião plenária da CC subordinou-se, assim, à seguinte Ordem de Trabalhos:

- a) Aprovação da ata da 1.ª Reunião Plenária, realizada em 09 de março de 2023;
- b) Ponderação e votação final da proposta do plano, com todo o seu conteúdo material e documental, devendo as posições manifestadas e a deliberação final serem vertidas em ata, nos termos da alínea b) do artigo 13.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro.

A 2.ª reunião plenária incluiu, ainda, a conferência procedimental prevista no n.º 1 do artigo 11.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), publicado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, por remissão da alínea a) do n.º 2 do artigo 15.º.

2.6. Realizaram-se, assim, e conforme previsto na Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, duas reuniões da CC, sendo que a 2ª reunião foi realizada, como já referido, no pretérito dia 14 de novembro, conforme consta da respetiva ata, que se anexa como previsto no n.º 2 do artigo 85.º (Anexo I).

2.7. Na 2ª reunião estiveram presentes quinze das vinte e sete entidades que integram a CC e treze expuseram os seus pareceres na reunião plenária, ficando os mesmos registados em ata (Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Norte, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Infraestruturas de Portugal, S. A., Turismo de Portugal, I.P, Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, Autoridade Nacional de Aviação Civil, Direção-Geral de Energia e Geologia, Câmara Municipal de Bragança, Câmara Municipal de Mirandela e o Património Cultural, I.P.)

Das entidades presentes na reunião, quatro emitiram parecer, que inseriram na PCGT, em momento prévio à reunião, Património Cultural, I.P., Direção-Geral de Energia e Geologia, Turismo de Portugal, I.P., Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Não estiveram presentes na reunião, mas emitiram pareceres, favorável condicionado e favorável, inseridos previamente na PCGT, as seguintes entidades, a Autoridade Nacional de Comunicações e a Direção Geral do Território, respetivamente.

Registaram-se, no total, cinco pareceres de teor favorável (Direção Geral do Território, Autoridade Nacional de Aviação Civil, do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana I. P., Câmara Municipal de Bragança, Câmara Municipal de Mirandela), e oito pareceres de teor favorável condicionado (Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Norte, I. P., Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I.P., Infraestruturas de Portugal, S. A., Turismo de Portugal, I.P., Autoridade Nacional de Comunicações, Direção Geral de Energia e Geologia, Património Cultural, I.P., Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I.P.)

Registou-se o parecer desfavorável da DGADR.

Por seu turno, das dez entidades que não compareceram na reunião plenária, regista-se que oito não emitiram parecer (Redes Energéticas Nacionais, Administração Regional de Saúde do Norte, Agência para a Competitividade e Inovação, Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Direção Geral do Ensino Superior, Câmara Municipal de Mogadouro, Câmara Municipal de Vimioso, Câmara Municipal de Vinhais).

Tabela 1 – Pronúncia das Entidades para a 2ª reunião plenária da CC sobre a 2ª revisão do PDMMC

Entidades	Sentido de Parecer
Presentes na Reunião da CC	
1. Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Norte, I. P.	Favorável condicionado
2. Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I.P.	Favorável condicionado
3. Direção Geral De Agricultura e Desenvolvimento Rural	Favorável desfavorável
4. Infraestruturas de Portugal, S. A.	Favorável condicionado
5. Turismo de Portugal, I.P.	Favorável condicionado
6. Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil	Favorável condicionado
7. Autoridade Nacional de Aviação Civil	Favorável
8. Direção Geral de Energia e Geologia	Favorável condicionado
9. Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana I.P. (IHRU)	Favorável
10. Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros	Não emite parecer
11. Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros	Não emite parecer
12. Câmara Municipal de Bragança	Favorável
13. Câmara Municipal de Mirandela	Favorável
14. Património Cultural, I.P.	Favorável condicionado
15. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I.P.	Favorável. Condicionado
Ausentes da Reunião	
1. Direção Geral do Território	
2. Redes Energéticas Nacionais	
3. Autoridade Nacional de Comunicações	

4. Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. 5. Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. 6. Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares 7. Direção Geral do Ensino Superior 8. Câmara Municipal de Mogadouro 9. Câmara Municipal de Vimioso 10. Câmara Municipal de Vinhais
Colocaram o seu Parecer na PCGT
1. Direção Geral do Território 2. Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Norte, I. P. 3. Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I.P. 4. Direção Geral De Agricultura e Desenvolvimento Rural 5. Infraestruturas de Portugal, I.P. 6. Turismo de Portugal, I.P. 7. Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil 8. Autoridade Nacional de Comunicações. 9. Direção Geral de Energia e Geologia 10. Património Cultural, I.P. 11. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I.P.
Não se Pronunciaram nem Estiveram Presentes
1. Redes Energéticas Nacionais 2. Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. 3. IAPMEI, IP- Agência para a Competitividade e Inovação 4. Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares 5. Direção Geral de Ensino Superior 6. Câmara Municipal de Mogadouro 7. Câmara Municipal de Vimioso 8. Câmara Municipal de Vinhais
Não se encontram nomeados os representantes
1. Câmara Municipal de Alfândega da Fé 2. Câmara Municipal de Vila Flor

2.8. Por sua vez, no dia 21 de novembro de 2025, o Presidente da CC enviou *e-mail* a todos os Senhores Comissários com a proposta de ata da última reunião plenária da CC, solicitando contributos no prazo de cinco dias úteis, conforme previsto no Regulamento de Organização e Funcionamento da CC, e acordado na reunião. Assim, a 4 dezembro de 2025 a ata final aprovada (Anexo I), que incorporou os contributos entretanto recebidos, foi inserida na PCGT. Nos termos do disposto no artigo 20.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, com a aprovação da ata, e após disponibilizada na PCGT, a CC considera-se extinta.

2.9. Destaca-se, em termos procedimentais, que a fase que se segue é a da discussão pública, sendo que esta se rege pelo disposto no artigo 89.º do RJIGT, designadamente no que se refere à obrigatoriedade de o período de discussão pública ser anunciado com a antecedência mínima de 5 dias, e não poder ter duração inferior a 30 dias.

2.10. Findo o período de discussão pública, a CMMC deverá ponderar *“as reclamações, as observações, as sugestões e os pedidos de esclarecimento, apresentados pelos particulares, ficando obrigada a resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente:*

a) A desconformidade ou a incompatibilidade com programas e planos territoriais e com projetos que devem ser ponderados em fase de elaboração;

b) A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis;

c) A lesão de direitos subjetivos.”.

Deverá ainda o Município, sempre que necessário ou conveniente, promover *“o esclarecimento direto dos interessados, quer através dos seus próprios técnicos, quer através do recurso a técnicos da administração direta ou indireta do Estado e das regiões autónomas.”.*

Também após o término do período de discussão pública, deve a CMMC ponderar e divulgar os resultados, designadamente através da comunicação social, da PCGT e do respetivo sítio na *Internet*, e elaborar a versão final da proposta de Plano para aprovação.

Tenha-se ainda em atenção que são obrigatoriamente públicas todas as reuniões da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal que respeitem à elaboração ou aprovação de qualquer plano municipal.

Cumpra ainda salientar que, decorrido o período de discussão pública a que se refere o artigo 89.º do RJIGT, deverá a CMMC remeter o processo para ponderação e validação por parte das entidades competentes em razão da matéria sempre que as reclamações, observações ou sugestões formuladas, e previamente acolhidas pela CMMC, incidam sobre Servidões e Restrições de Utilidade Pública (SRUP).

2.11. Após a fase da discussão pública, segue-se a aprovação, sendo que os Planos Diretores Municipais são aprovados pela Assembleia Municipal, mediante proposta apresentada pela Câmara Municipal, nos termos do artigo 90.º do RJIGT.

2.12. Atente-se ainda no disposto no artigo 92.º do RJIGT, quando determina que a revisão dos planos municipais *“considera-se concluída com a aprovação da respetiva proposta pela assembleia municipal, salvo quando careça de ratificação”*, bem como que os procedimentos administrativos subsequentes à conclusão da elaboração dos planos municipais devem ser concretizados de modo a que, entre a respetiva aprovação e a publicação no *Diário da República* medeie, no caso do plano diretor municipal, um prazo máximo de 45 dias.

2.13. Por último, os procedimentos subsequentes são a publicação em *Diário da República* e o depósito na DGT, que seguem os trâmites previstos nos artigos 191.º e seguintes, sendo submetidos através da PCGT.

3. Apreciação

A título prévio, e como contextualização da apreciação que ora se inicia, importa salientar que se trata de um processo de revisão que se iniciou em momento anterior ao das alterações introduzidas ao RJIGT pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro, tendo a última reunião plenária sido realizada após a entrada em vigor dessas alterações ao RJIGT. Contudo, o presente Parecer é emitido no âmbito da nova redação do RJIGT pelo que, nos termos do artigo 85.º, a CCDR NORTE se deve pronunciar sobre a conformidade ou compatibilidade da proposta de Plano com os programas territoriais existentes.

Deve ainda este Parecer Final da CCDR NORTE, que *“é acompanhado pela ata da comissão consultiva, contendo as posições finais das entidades nela representadas”*, integrar a análise sobre o Relatório Ambiental (RA), para efeitos de avaliação ambiental (AAE), devendo este documento acompanhar a proposta de Plano que a CMMC submeterá a aprovação da Assembleia Municipal.

Refira-se ainda que, em sede da 2.ª reunião plenária da CC, foi manifestada pela CMMC a intenção de ponderar e acolher as condições elencadas nos pareceres das diferentes entidades, tendo, entretanto, algumas das observações elencadas nos referidos pareceres, nomeadamente no parecer da DGADR, sido objeto de concertação e acolhimento pela CMMC, tendo sido agendadas reuniões de trabalho com o ICNF e com a APA.

Neste pressuposto, iniciar-se-á a análise da CCDR NORTE pela verificação da conformidade ou compatibilidade da proposta de Plano com os programas territoriais existentes (A), e termina-se com a apreciação do RA (B). No final, estará a CCDR NORTE apta a proferir uma decisão global definitiva e vinculativa (C) para toda a Administração Pública sobre a proposta de PDMMC revisto, o que aqui se concretiza.

(A) Conformidade com ou compatibilidade da proposta de Plano com os programas territoriais existentes

Sobre o território do concelho de Macedo de Cavaleiros, para além do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), incidem diversos planos e programas sectoriais, cuja identificação consta no artigo 4.º do Regulamento. Dos planos ali referidos, destacam-se o Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000), o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro (PROF TMAD), o Programa Rodoviário Nacional (PRN 2000), e o Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo (POAA).

Tendo em conta a pronúncia das entidades representadas na CC, bem como a apreciação efetuada por esta CCDR NORTE, não se levantam objeções nesta matéria à proposta de Plano, pelo que se regista, sobre a conformidade ou compatibilidade da proposta de Plano com os programas territoriais existentes, não se manifestarem aparentes incompatibilidades ou desconformidades.

Apesar desta constatação, recorda-se que foram identificadas e consideradas, nos pareceres das entidades que constituem a CC do PDMMC, algumas propostas e disposições com implicação em programas territoriais, que deverão ser sanadas antes da consulta pública e da aprovação da proposta de Plano.

Refira-se que, de acordo com o número 1 do artigo 129.º do RJIGT “*São nulas as normas de programas e de planos que violem qualquer programa ou plano territorial com o qual devessem ser compatíveis ou conformes*”.

(B) Relatório Ambiental

Relativamente ao RA, que mereceu análise por parte das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE), onde se inclui a análise realizada pela CCDR NORTE, foi emitido parecer favorável condicionado em sede de 2.ª reunião plenária da CC, pelo que deverá a CMMC proceder à incorporação, na versão final do RA, que seguirá para discussão pública, das correções e recomendações constantes das análises de todas as entidades da CC que se pronunciaram naquele âmbito.

4. Conclusão

(C) Decisão global definitiva e vinculativa para toda a Administração Pública sobre a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros

Tendo em conta a pronúncia da CC nomeada em sede do procedimento de revisão do Plano na sua 2ª reunião plenária, constante da ata em anexo, e a apreciação que se acabou de explanar, a CCDR NORTE, profere, nos termos do artigo 85.º do RJIGT, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio, na sua atual redação, Parecer Final Favorável sobre a proposta de 2ª revisão do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros, devendo a CMMC ponderar a inclusão das observações constantes do pareceres das entidades da CC, salvaguardando sempre, na formulação da versão final a submeter a discussão pública, a respetiva legalidade.

Ainda que este Parecer seja emitido no estrito cumprimento do disposto no artigo 85.º do RJIGT, e tendo presente os pareceres emitidos pelas várias entidades integrantes da CC, em sede da 2.ª reunião plenária, de cariz condicionado, deverá a CMMC:

- Assegurar, na formulação da versão final de Plano a submeter a discussão pública, a legalidade da proposta do Plano, tendo presente as observações das entidades da CC onde são invocadas disposições legais.
- Ponderar o acolhimento das observações, recomendações e sugestões de melhoria que as entidades da CC elencaram nos respetivos pareceres.

Este Parecer não obsta a que, decorrido o período de discussão pública a que se refere o artigo 89.º do RJIGT, a CMMC remeta, para ponderação e validação das entidades competentes em razão da matéria, as reclamações, observações ou sugestões formuladas que incidam sobre SRUP, previamente acolhidas pela CMMC.

Nessa sequência, deverá o Município proceder à introdução das retificações e alterações que venham a ser necessárias para compatibilização com a Reserva Ecológica Nacional (REN) e com a Reserva Agrícola Nacional (RAN), após conclusão do respetivo processo de elaboração. Como tal, após a fase da discussão pública, no momento de envio da proposta para a respetiva Assembleia Municipal, deve a CMMC remeter a proposta da carta da REN para a CCDR NORTE, para efeitos de publicação, tal como previsto no RJREN, publicação que deverá anteceder ou, pelo menos, ocorrer em simultâneo com a publicação do novo PDMMC.

Pelo exposto, profere-se Decisão Global Definitiva e Vinculativa para toda a Administração Pública de sentido Favorável.

A Presidente da Comissão Consultiva,

Anexo I

Ata da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva

2ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

Ata da 2ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva do Procedimento da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros

14 de novembro de 2025 | Hora: 10h00 – 11h34 | Local: Reunião em sistema de videoconferência

1. Ordem de trabalhos

No dia catorze do mês de novembro de 2025, reuniram-se os representantes dos serviços e entidades que integram a Comissão Consultiva (CC) do processo de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Macedo de Cavaleiros (MC), convocados pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I.P. (CCDR NORTE), nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro.

A reunião decorreu por videoconferência através da plataforma *Microsoft Teams*.

A presente reunião subordinou-se à seguinte Ordem de Trabalhos:

- Aprovação da ata da 1.º Reunião Plenária, realizada em 09 de março de 2023;
- Ponderação e votação final da proposta do Plano, com todo o seu conteúdo material e documental, devendo as posições manifestadas e a deliberação final serem vertidas em ata, nos termos da alínea b) do artigo 13.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro.

Simultaneamente, procedeu-se à conferência procedimental prevista no n.º 1 do artigo 11.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), publicado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, por remissão da alínea a) do n.º 2 do artigo 15.º.

Tendo sido convocadas a participar todas as entidades representadas na CC, estiveram presentes os representantes que estão identificados na lista de presenças anexa à presente ata. **(Anexo 1)**

2. Introdução e receção aos participantes

Pelas dez horas, e após um compasso de espera, para permitir o acesso dos representantes das várias entidades à plataforma *Microsoft Teams*, a representante da CCDR NORTE, Arq.ta Esmeralda Aragão,

como presidente desta CC, iniciou a reunião e confirmou que o número de participantes era suficiente para que se concluísse pela existência de quórum, nos termos e para os efeitos do artigo 29.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), ou seja, que se encontrava presente a maioria dos membros da CC com direito a voto.

Tendo sido convocados a participar todos as entidades representadas na CC, fizeram-se representar as seguintes entidades, a saber:

CCDR NORTE - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I.P.;

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros;

APA - Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.;

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.;

DGADR - Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;

IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.;

TP - Turismo de Portugal, I.P.;

ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;

ANAC - Autoridade Nacional de Aviação Civil;

DGEG - Direção-Geral de Energia e Geologia;

IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana I. P.;

Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros;

Câmara Municipal de Bragança;

Câmara Municipal de Mirandela;

Património Cultural, IP.

Não participaram na reunião:

DGT - Direção-Geral do Território;

REN - Redes Energéticas Nacionais;

ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações;

ARS - Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.;

IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.;

DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares;

Direção-Geral do Ensino Superior;

Câmara Municipal de Mogadouro;

Câmara Municipal de Alfândega da Fé;

Câmara Municipal de Vila Flor;

Câmara Municipal de Vimioso.

A Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) informou antecipadamente que não podia participar na reunião, tendo já inserido o respetivo parecer na PCGT.

Ainda antes de iniciar a ordem de trabalhos, a presidente da CC solicitou autorização para gravar a sessão, por forma a auxiliar na elaboração da presente ata, informando que posteriormente a gravação seria eliminada. Consultados os Senhores Comissários, não se registou qualquer oposição à gravação da mesma.

Posteriormente, deu as boas-vindas a todos os presentes e lembrou o teor desta reunião, passando a palavra à Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Dra. Clementina Gemelgo, que cumprimentou os membros presentes, referindo que o novo executivo vai dar continuidade a este processo do Plano, desejando bom trabalho a todos.

O Arq.to Jorge Guerreiro, Chefe de Divisão de Urbanismo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, tomou a palavra referindo que a equipa vai fazer uma breve apresentação do Plano, reforçando as palavras da Sra. Vice-Presidente. Passou de seguida à apresentação dos elementos presentes na sala de Reuniões da Câmara Municipal que, além da Sr.ª Vice-Presidente, são: o Sr. Vereador Leonardo Vila Franca; a representante da Assembleia Municipal, Arq.ta Daniela Rebelo; os técnicos do Urbanismo que acompanharam a elaboração do Plano.

3. Apresentação das propostas pela Câmara Municipal

O Dr. ° Martinho Augusto, em representação da equipa do Plano, fez uma breve apresentação da proposta de Plano e de todo o trabalho desenvolvido. Interveio ainda a Eng.ª Leonor Pereira, também da equipa do Plano, para apresentar os principais pontos da Avaliação Ambiental Estratégica.

4. Apreciação pelas Entidades

De seguida, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, **“Aprovação da Ata da 1.ª reunião plenária, realizada em 09 de março de 2023”**.

A referida Ata foi previamente enviada a todos os presentes na reunião, via email, em 2 de outubro de 2025. Não havendo pronúncia e oposição das entidades presentes, ficou a Ata da 1.ª reunião plenária da CC aprovada, a ser submetida na PCGT.

Passou-se ao segundo ponto da ordem de trabalhos **“Ponderação e votação final da proposta do Plano, com todo o seu conteúdo material e documental, devendo as posições manifestadas e a deliberação final serem vertidas em Ata”**.

Simultaneamente, procedeu-se à conferência procedimental da Reserva Ecológica Municipal (REN), prevista no n.º 1 do artigo 11.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), publicado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, por remissão da alínea a) do n.º 2 do artigo 15.º.

Para efeitos de ponderação e votação final da proposta de Plano e pronúncia sobre a proposta da REN, passou-se à auscultação das entidades presentes, que integram a CC, por ordem de publicação da CC.

O representante da APA, Eng.º António Santos, informou que o parecer desta entidade vai ser disponibilizado durante a próxima semana na PCGT, sendo de teor **favorável condicionado**, com algumas recomendações.

No que respeita à REN há que salientar que o Baixo Sabor tem um Programa Especial de Albufeiras em desenvolvimento, com um novo limite para o leito da Albufeira, que está disponível no Siliamb, e que difere do representado nesta REN, pelo que se recomenda que haja esta atualização, ficando à consideração do município.

Referiu que a APA tem como orientação que não são admitidas novas exclusões dado tratar-se de uma transposição.

No regulamento há também algumas sugestões de integração que vão constar no parecer. A APA conta fazer uma apreciação relativamente ao relatório ambiental, a cargo do Departamento Central, que também está em fase de finalizar a sua apreciação.

O representante do ICNF, Dr.º José Paulo Pires começou por referir que há uma evolução do Plano em relação à versão do anterior. Houve alguma adaptação às recomendações do parecer anterior, contudo, algumas das orientações não foram seguidas.

Referiu que a nível regulamentar há questões que devem ser revistas, especialmente a forma como são apresentadas as disposições relativas à Rede Natura 2000, tanto no articulado como nos anexos, há algumas questões que serão para adensar outras para aligeirar, nomeadamente nas questões da apresentação dos valores naturais, que está bastante extensivo no Anexo. Salientou que, no entender do ICNF, a subcategorizações dos espaços florestais não são as mais adequadas. Em Rede Natura 2000 deveriam ter sido contemplados os espaços florestais de conservação e não foram, foram associados espaços florestais de proteção. Há que ser consequente na subcategorização dos espaços florestais e estabelecer as devidas diferenças, a nível regulamentar.

O ICNF recomenda que nas áreas da Rede Natura 2000 seja utilizada a figura de espaços florestais de conservação.

Prosseguiu, dizendo que há duas situações que causam bastante preocupação, a UOPG da Albufeira do Azibo e a UOPG do Baixo Sabor e que a UOPG do Azibo, com cerca de 1000ha, se afigura desajustada em termos de objetivos e orientações para aquilo que são as características daquele espaço.

Referiu que a UOPG do Baixo Sabor estabelece um nível de preocupação muito elevado, porque interfere com a ZEC dos Rios Sabor e Maças, a ZPE dos Rios Sabor e Maças, em zonas em que ocorrem diversas espécies a nidificar, espécies protegidas com habitats naturais protegidos que requerem uma sensibilidade muito especial e uma atenção à proteção daqueles espaços e à minimização da intervenção, a não ser que seja para ações de restauro de habitats sempre que necessário. Considera, o ICNF, desajustado a criar uma UOPG neste espaço, embora compreenda que algumas zonas específicas têm opções, nomeadamente de recreio, que serão avaliadas noutra sede, que não esta.

Relativamente ao relatório de conformidade com a Rede Natura 2000, disse estar bem estruturado, contudo, há aspetos que não aborda e que o tornam desequilibrado, nomeadamente a questão das publicações dos Planos de Gestão das ZEC de Montesinho e de Morais, não fazendo a articulação destes novos Planos de Gestão com as disposições constantes no PDM. Não faz qualquer alusão às UOPG, o que vai contra as orientações da Rede Natura 2000.

Terminou referindo que o parecer do ICNF é **favorável condicionado**, mas é recomendável que haja uma reunião previamente à publicação deste PDM, por forma a melhorar significativamente o seu conteúdo.

O representante da IP, Eng.º Hélder Moura, expôs que o parecer é **favorável condicionado** a algumas correções que serão disponibilizadas no parecer a colocar na PCGT.

Referiu ainda que consultadas as Subconcessionárias da A4 e do IP2, a Subconcessionária do troço do IP2 alude que em alguns documentos do PDM referem a possibilidade de o IP2 atravessar uma zona suscetível de inundação, devido a precipitação excessiva, e daí poder vir a ser interrompido. A Subconcessionária deste troço do IP2, refere que essa zona é atravessada em viaduto. Solicitou ainda, à equipa do Plano ou ao município, se podem esclarecer acerca dessa situação.

Tomou a palavra o Dr. Martinho Augusto, referindo que no IP2 não há nenhuma alteração, desconhecendo essa situação que, a ser vertida no parecer da I.P., será analisada.

O representante da IP concluiu reiterando o sentido do parecer **favorável condicionado** ao esclarecimento desta situação.

Foi dada a palavra à representante da **DGADR**, Eng.^a Beatriz Paz, que iniciou cumprimentando todos os presentes, solicitando à Presidente da CC a possibilidade de submeter o parecer desta entidade até segunda-feira, dia 17.

A Presidente da CC anuiu ao pedido realizado pela DGADR.

A Eng. Beatriz Paz retomou a palavra, expondo que o parecer da DGADR é desfavorável, resumindo seguidamente o parecer:

Na planta de condicionantes as infraestruturas do aproveitamento hidroagrícola (AH), ao contrário do que se verificava na fase preliminar do Plano, deixaram de constar.

As infraestruturas do AH impõem restrições e faixas de proteção pelo que devem estar representadas na planta de condicionantes, acompanhadas da respetiva legenda.

A Câmara Municipal enviou um relatório da proposta de exclusões da RAN, que inclui exclusões na área do AH.

A proposta de exclusões vai ter repercussões na proposta de ordenamento com incidência na área do AH, portanto, as áreas que a DGADR aceitar para exclusão do AHMC poderá evidentemente acolher a proposta de ordenamento e a qualificação e classificação que a Câmara pretende. As restantes áreas que a DGADR não aceitar para exclusão do AHMC terão de permanecer em solo rústico do AH e ser classificadas como RAN nos termos do regime da Reserva Agrícola Nacional.

Na proposta de ordenamento, em resultado daquilo que fique consensualizado, considera-se que a qualificação adequada do AH em Solo Rústico, será "Espaços Agrícolas de Produção", de modo a particularizar que estas áreas têm uma especificidade diferenciada do restante espaço agrícola.

No regulamento, são identificadas algumas questões que a DGADR gostaria de ver melhoradas e corrigidas, no sentido de melhorar a leitura e o normativo na área do AH.

As infraestruturas aparecem no regulamento referenciadas como em solo urbano, quando há infraestruturas em solo rústico, pelo que a redação do artigo em causa terá de ser revista e corrigida.

Na cartografia do Plano, as Áreas a excluir do AHMC têm de ficar representadas, na Planta de Ordenamento, como proposto, de modo que fique evidenciado que são áreas que estão condicionadas ao procedimento de exclusão.

As áreas a excluir do AHMC que a DGADR aceitar como tal, tem de ter representação cartográfica nos elementos fundamentais do Plano.

A DGADR admite a representação das Áreas a excluir do AHMC na Planta de Ordenamento - Salvaguardas, desdobramento da planta de ordenamento, conforme apresentado no Plano.

Ao nível do regulamento, quando se fala das áreas a excluir deve haver a referência também ao local onde essas áreas estão representadas.

O relatório do Plano tem uma tabela das áreas a excluir do AH que deve ser reformulada de acordo com as áreas que a DGADR aceitar para excluir. Quanto à monitorização e avaliação do Plano a DGADR tomou a liberdade de dar uma sugestão, que achou que deve ser acolhida, que é a do Plano prever um indicador,

no tema da ocupação do solo, podendo ser a proporção/percentagem da área efetivamente excluída do AH durante a vigência do Plano, em relação à área a excluir do AHMC permitindo perceber a efetiva execução da proposta de ordenamento sobre as áreas do AH.

Em relação à Rede Natura 2000, parte de duas ZEC estão em área do AH. O aproveitamento é uma obra que data dos anos 90, a Rede Natura é do ano 2000. No caso de algumas normas regulamentares que estão previstas na ZEC do Romeu e na ZEC de Morais, a DGADR entende que há medidas que não podem ser proibitivas, porque contrariam as disposições do Regime Jurídico das Obras de Aproveitamento Hidroagrícola, pelo que se entende que nas áreas de sobreposição com o AH, devem ser excecionadas essas proibições ou restrições.

Concluindo a síntese das razões do parecer desfavorável, a DGADR disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais para que o Plano prossiga favoravelmente.

A representante do TP, Arq.ta Henriqueta Reis, pronunciou-se informando que o parecer deste Instituto foi inserido na PCGT. Relativamente à proposta de Plano o parecer é de teor **favorável, condicionado** à retificação de pontuais questões de legalidade, de conformidade com o Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo (POAA) e de várias questões de cariz técnico, todas identificadas e detalhadas no parecer.

Quanto ao Relatório Ambiental (RA) o Turismo emite parecer favorável, apontando pontuais retificações. Alertou para que, considerando o vasto número de questões que ainda permanecem por corrigir ao nível do regulamento do Plano, e que se traduzem num modelo territorial para o setor do turismo com várias incongruências e omissões, em especial nas categorias de solo rústico, o parecer é condicionado ao envio de versão retificada para aferição por parte deste Instituto.

Terminou manifestando toda a disponibilidade para qualquer esclarecimento adicional.

O representante da ANEPC, o Dr. Carlos Tavares, informou que o parecer já se encontra submetido na PCGT, sendo o mesmo de sentido **favorável**, deixando nota ao município que o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Macedo de Cavaleiros se encontra desatualizado, sendo a sua vigência de 2018 a 2023.

O representante da ANAC, Eng.º Luís Ferreira, informou que o parecer desta entidade é **favorável**, chamando a atenção para as zonas de proteção ao Heliporto de Macedo de Cavaleiros. Não havendo servidão constituída, a Câmara Municipal deveria propor as zonas de proteção às superfícies de aproximação e descolagem ao Heliporto, que não constam no regulamento nem na Planta de Ordenamento.

Referiu ainda que não havendo servidão constituída a zona de proteção ao Heliporto deve constar na Planta de Ordenamento.

O representante da **DGEG**, Arq.to Nuno Neves, referiu que o parecer já se encontra na PCGT, sendo de sentido **favorável condicionado**.

Salientou que a DGEG se pronuncia sobre duas áreas importantes, os recursos energéticos e os recursos geológicos. No que respeita aos recursos energéticos, existem algumas correções de nomenclatura a efetuar na planta de condicionantes.

Relativamente aos recursos geológicos, existem algumas correções a efetuar que estão todas discriminadas no nosso parecer. Referiu que há contradições e houve retrocessos relativamente à primeira proposta, nomeadamente quanto à compatibilização dos recursos geológicos com o solo rústico, disponibilizando-se para esclarecimentos adicionais se necessário.

A representante do **IHRU**, Arq.ta Maria Teresa Lima, pronunciou-se informando que o parecer é de sentido **favorável**.

O representante do **Município de Bragança**, Eng.º Rui Martins, informou que o parecer da Câmara Municipal é de sentido **favorável**. Aproveitou para parabenizar o Município e a Equipa do plano pelo trabalho efetuado.

A representante do **Município Mirandela**, Dra. Maria Gouveia, transmitiu que o parecer é **favorável**.

As representantes do **Património Cultural, I.P.**, Dra. Cláudia Manso e Arq.ta Patrícia Zimbarra, expuseram o seu parecer de sentido **favorável condicionado**, já inserido na PCGT.

A Dra. Cláudia Manso cumprimentou todos os presentes, reforçando o sentido de parecer favorável condicionado a pequenas alterações.

No que diz respeito à componente do património arqueológico, referiu que o processo está bem encaminhado, havendo algumas condicionantes a apontar:

No regulamento do Plano, propõe-se uma nova redação do n.º 1 do artigo 71.º.

No Anexo V do regulamento do Plano, devem estar listados todos arqueossítios que se encontram registados no SI-Endovélico e completar o campo relativo ao Código Nacional de Sítios de alguns dos arqueossítios não previstos.

Ainda nas peças escritas, e havendo a Carta Arqueológica de Macedo de Cavaleiros efetuada, considera-se que devem ser feitas correções e atualizações.

A legenda da peça gráfica deve proceder à identificação de todos os sítios arqueológicos que estão representados na própria cartografia de referência.

Por último, relativamente à Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), o RA tem igualmente a aprovação condicionada a correções que podem ser efetuadas de acordo com o vertido no parecer.

A Arq.ta Patrícia Zimbarra começou por salientar o sentido favorável condicionado do parecer, reforçando a deficiente caracterização do património cultural, refletindo-se no RA e no relatório da proposta. O levantamento fotográfico também é inexistente, fragilizando no conjunto estes elementos. Quanto ao regulamento há a necessidade de melhorar o enquadramento do património cultural num capítulo mais claro e dedicado, lembrando que o conceito de património é vasto e não se restringe ao património cultural. No Anexo VI do Património Arquitetónico deverá ser feita uma hierarquização.

Na cartografia, considera-se que há aspetos a melhorar e outros a corrigir, nomeadamente a correspondência do assinalado na planta com a legenda.

Por último, a representante da **CCDR NORTE** explicitou o teor do parecer **favorável condicionado** desta entidade, referindo que o parecer engloba várias temáticas, que vão ser apresentadas sucintamente pelos colegas que se pronunciaram sobre a REN, sobre a RAN, sobre a AAE e sobre o Plano na sua globalidade. Tratando-se de um parecer extenso focaram-se algumas questões fundamentais, que serão todas elas sistematizadas e pormenorizadas no parecer a submeter na PCGT.

Foi dada nota que houve uma evolução significativa desde a proposta inicial do Plano até à agora apresentada, no que concerne à delimitação dos perímetros, havendo um equilíbrio na distribuição pelas categorias na qualificação do solo, tanto no solo rústico como no solo urbano.

Salientou que há muito trabalho a desenvolver ao nível do regulamento e do próprio relatório do Plano, havendo no parecer observações e reparos sobre questões de legalidade, que importa sanar.

Ao nível da programação, da execução, e da sustentabilidade económica do Plano, há áreas previstas a programar que devem ser devidamente fundamentadas, a título de exemplo a UOPG2, pela sua dimensão e localização.

Seguidamente passou a palavra à colega responsável pela análise da REN, a Dra. Fernanda Neves, que cumprimentou todos os presentes.

Começou por explicar tratar-se de uma alteração à REN ao abrigo do artigo 16º do RJREN, que se traduz numa transposição da REN em vigor para a nova cartografia de base. Não havendo a figura da transposição no RJREN, estamos perante uma alteração e, nesse âmbito, trata-se de um pequeno ajuste das tipologias, em particular dos cursos de água, havendo também alteração ao nível das exclusões.

Deu nota do **parecer favorável, condicionado** à reformulação de um conjunto de situações que já tinham sido remetidas ao município, via email, em agosto do corrente ano.

Foi solicitada a reformulação da memória descritiva, que deve ser complementada com uma análise comparativa entre o que está em vigor e aquilo que vai passar a vigorar. Deverá também existir um segundo capítulo relativo às exclusões.

No que concerne às exclusões, elas são todas aceites pela CCDR NORTE com exceção da exclusão C59, que respeita a um RERAE que ainda não tem conferência decisória.

Referiu que a publicação da Carta da REN é da exclusiva responsabilidade da CCDR NORTE, pelo que o Município deve apresentar os ficheiros finais e a renumeração das exclusões, após a discussão pública.

No que concerne à transposição da REN para as restantes plantas do PDM, a opção da Câmara Municipal foi não colocar a REN na planta de condicionantes gerais, apresentando uma planta exclusiva para a reserva ecológica (Planta 2.2). Esta planta deve distinguir os cursos de água REN dos cursos de água que pertencem exclusivamente ao domínio hídrico. No que concerne à Estrutura Ecológica Municipal alertou para o facto de, depois da REN estar completamente estabilizada, dever integrar as exclusões do tipo E, que, ao contrário das exclusões do tipo C, fazem parte da Estrutura Ecológica Municipal.

A versão da CAOP deverá ser constante, nomeadamente no vertido nas peças escritas da REN.

Referiu que a CCDR NORTE está disponível para qualquer esclarecimento e eventuais reuniões que possam vir a ser necessárias.

Seguidamente, tomou a palavra o Dr. Pedro Costa, que acompanhou o dossier da Reserva Agrícola Nacional (RAN), cumprimentando todos os presentes e informando que a RAN final já foi validada em julho de 2025 e está corretamente representada na Planta de Condicionantes. Referiu haver algumas sugestões ao regulamento, nomeadamente no que diz respeito às áreas máximas de implantação de estabelecimentos de venda e transformação de produtos agrícolas.

Salientou que, face parecer da DGADR, posteriormente terá de ser feito um aditamento à RAN porque as áreas que não forem classificadas como solo urbano terão de ser integradas na RAN.

Mostrou-se disponível para, após discussão pública, avaliar todas as participações.

Tomando novamente a palavra, a representante da CCDR NORTE, Arq.ta Esmeralda Aragão, referiu que, que não estando presente a colega que analisou a AAE, este parecer será incorporado no parecer da CCDR NORTE.

Deu nota que, face aos pareceres emitidos e explanados pelas entidades presentes, o município tem ainda trabalho a executar previamente à Discussão Pública.

Referiu que no prazo de quinze dias úteis, a CCDR NORTE emitirá o parecer final, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 85.º do RJIGT.

A Ata da reunião será enviada durante a próxima semana para que os Srs. Comissários possam apresentar sugestões de alteração no prazo de cinco dias úteis, findo o qual, não havendo sugestões e/ou correções, considera-se existir concordância com a mesma. Com a aprovação da presente Ata e a sua submissão na PCGT, extingue-se a CC.

Tomou a palavra a Sr.ª Eng.ª Helena Pinheiro, chefe da Estrutura Sub-regional de Bragança, reforçando que o parecer favorável condicionado da CCDR NORTE se prende com os aspetos elencados e com a

correção, em momento antecedente ao da discussão pública, dos aspetos legais e regulamentares elencados ao longo do parecer.

Solicitou ainda, às entidades presentes com competência sobre a matéria, para se pronunciarem sobre a REN por forma a ser aprovada.

Tomou a palavra o representante da APA, Eng. António Santos, salientando o parecer **favorável condicionado** da APA à REN. Tratando-se a REN de uma transposição, a APA não aceita novas exclusões.

O representante da ANEPC, o Dr. ° Carlos Tavares, reiterou que o parecer desta entidade é **favorável**.

A Dra. Fernanda Neves tomou a palavra, referindo haver necessidade de ser realizada uma conferência decisória com a APA e com o município.

A REN foi aprovada com parecer de sentido **favorável condicionado**, pelas entidades com competência sobre a matéria.

5. Conclusão

A presidente da CC informou que a CCDR NORTE emitirá o Parecer Final à proposta de Plano, dentro de 15 dias, nos termos do disposto no n.º 1 do Art.85.º do RJIT, a disponibilizar na PCGT, acompanhado da presente Ata, conforme disposto no n.º 2 do mesmo artigo.

A Ata vai ser enviada, para que todos os Srs. Comissários possam apresentar sugestões de alteração até cinco dias úteis, findo esse prazo, não havendo sugestões, considera-se existir concordância com a mesma. Com a aprovação da presente Ata e a sua submissão na PCGT, extingue-se a CC.

Nada mais havendo a acrescentar, foi dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, que agradeceu os contributos de todos os presentes, referindo que o município está recetivo à resolução das questões que aqui foram apresentadas, terminando com um agradecimento a todos os presentes.

Concluídos os trabalhos, foi dada por encerrada a 2.ª reunião plenária da CC do processo de 2ª revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros, pelas onze horas e trinta e quatro minutos.

Bragança, 4 de dezembro, de 2025













Anexo 1

Lista de Presenças

Entidades/Serviços	Representantes	Contactos
Comissão de coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I.P. (CCDR NORTE)	Helena Pinheiro Esmeralda Aragão Fernanda Neves Pedro Costa Gonçalo Alves	helena.pinheiro@ccdr-n.pt esmeralda.aragao@ccdr-n.pt fernanda.neves@ccdr-n.pt jpedro.costa@ccdr-n.pt goncalo.alves@ccdr-n.pt
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	António Santos	antonio.osantos@apambiente.pt
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	José Paulo Pires José Luís Ribeiro	jose.pires@icnf.pt jose.luis.ribeiro@icnf.pt
Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)	Beatriz Paz Carla Santos	beatrizpaz@dgadr.pt cssantos@dgadr.pt
Infraestruturas de Portugal (IP)	Hélder Moura	helder.moura@infraestruturasdeportugal.pt
Turismo de Portugal	Henriqueta Reis	henriqueta.reis@turismodeportugal.pt
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)	Carlos Tavares	c.tavares@prociv.pt
Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC)	Luís Ferreira	luis.ferreira@anac.pt
Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)	Nuno Neves	nuno.neves@dgeg.gov.pt
Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana I.P. (IHUR)	Maria Teresa Lima	malima@ihru.pt
Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros	Daniela Rebelo	
Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros	Jorge Guerreiro Sandra Abrunhosa Clementina Gemelgo Leonardo Vila Franca	jorge.guerreiro@cm-macedodecavaleiros.pt sandra.abrunhosa@cm-macedodecavaleiros.pt clementinagemelgo@cm-macedodecavaleiros.pt leonardovilafranca@cm-macedodecavaleiros.pt
Câmara Municipal de Bragança	Rui Martins	rui.martins@cm-braganca.pt
Câmara Municipal de Mirandela	Maria Gouveia	mariagouveia@cm-mirandela.pt
Património Cultural, I.P.	Patrícia Zimbarra Cláudia Manso	pzimbarra@patrimoniocultural.gov.pt claudiamanso@patrimoniocultural.gov.pt
Assessoria/Equipa Técnica (GIPP)	Martinho Augusto	martinho.gipp@gmail.com

Anexo 2 - Pareceres constantes da PCGT referentes às entidades da CC.

Parecer:

ficheiro	Tamanho	Criado	Autor
 parecer_anacom_macedo_de_cavaleiros_signed.pdf	371.54 KB	07/10/2025 - 13:49	Ricardo Gameiro
 parecerdgt_s-dgt-2025-4529_pdm_macedo_de_cavaleiros_revisao_pcg_678_ex-190.pdf	251.46 KB	21/10/2025 - 09:04	Sofia Miranda
 gp6908_parecer_pcip_rev_pdm_macedocavaleiros.pdf	1.85 MB	10/11/2025 - 07:57	C_MANSO
 dg-805-sigo-25_parecer_dgeg_-_pdm_macedo_de_cavaleiros_nov2025_signed.pdf	634.24 KB	10/11/2025 - 15:30	Nuno Neves
 tdp_parecer_pdm_macedocavaleiros_pfinal_13nov2025.pdf	618.56 KB	14/11/2025 - 09:36	Henriqueta Reis
 parecer_anepc_14112025.pdf	2.42 MB	14/11/2025 - 09:47	Carlos Tavares
 parecer_dgadr_s04886_202511_of.zip	3.23 MB	17/11/2025 - 10:38	Beatriz Paz
 ren_macedoc_v6_v3_excl_2025.11_2cc_ccdrn.pdf	427.34 KB	18/11/2025 - 15:04	Esmeralda Aragão
 pdm-macedo_cavaleiros_parecer_ip_2a_reuniao_plenaria.pdf	487.78 KB	18/11/2025 - 17:08	hmoura
 parecer_ccdr_norte_pdmnc_signed.pdf	2.46 MB	18/11/2025 - 17:18	Esmeralda Aragão
 s-037379_2025_parecer_icnf_signed.pdf	1.12 MB	21/11/2025 - 17:12	jose.pires
 s066547-202511-arhn_dpi.pdf	293.89 KB	24/11/2025 - 17:58	António Santos

Anexo II

**Pareceres das Entidades integrantes da CC, emitidos para a 2.ª Reunião Plenária da CC
da 2.ª Rev. do PDM de Macedo de Cavaleiros, inseridos na PCGT.**

PARECER TÉCNICO

Na presente data, no âmbito das competências da ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações, procedeu-se à análise dos elementos presentes na plataforma PCGT, relativos à 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva para revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros.

No que diz respeito ao processo de revisão de qualquer Plano Diretor Municipal (PDM), é preocupação desta Autoridade que fiquem contemplados nas peças escritas e nas peças desenhadas que integram o PDM todos os elementos relacionados com servidões radioelétricas já constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 597/73, de 7 de novembro, cuja gestão seja da responsabilidade da ANACOM e que imponham condicionantes no território do município.

No caso de Macedo de Cavaleiros, após análise da documentação da revisão do PDM, encontram-se referências às servidões de proteção radioelétrica. Contudo as servidões de proteção radioelétrica outrora existentes neste município encontram-se revogadas pelo despacho n.º 8627/ 2024 de 1 de agosto, sendo estas:

- Servidão radioelétrica de proteção à ligação hertziana Bornes e de Mogadouro, constituída pelo Despacho Conjunto de 20/01/1993, publicado no Diário da República n.º 57 (II série) de 9 de março.
- Servidão radioelétrica de proteção à ligação hertziana Bornes e de Torre de Moncorvo, constituída pelo Despacho Conjunto de 20/01/1993, publicado no Diário da República n.º 57 (II série) de 9 de março.
- Servidão radioelétrica de proteção à ligação hertziana Padrela e de Nogueira, constituída pelo Despacho Conjunto de 20/01/1993, publicado no Diário da República n.º 57 (II série) de 9 de março.

É também referida a servidão de proteção radioelétrica do Feixe Hertziano de Bornes e de Meda que se encontra revogada pelo Despacho Conjunto n.º 774/2005 de 19 de setembro. Assim, qualquer referência às servidões radioelétricas bem como à proteção dos centros radioelétricos e respetivas áreas de libertação, deverão ser eliminadas das peças escritas bem como das peças desenhadas.

Nesta conformidade, o parecer desta Autoridade relativo ao conteúdo dos documentos analisados, presentes na PCGT, é **favorável condicionado**.

07 de outubro de 2025

Ricardo Gameiro

DIREÇÃO GERAL DE REGULAÇÃO

PDM – Macedo de Cavaleiros
Revisão

PCGT n.º 678 (Ex-190)

Do ponto de vista formal, o acompanhamento dos procedimentos de formação dos Instrumentos de Gestão Territorial resulta do disposto na Lei de Bases da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPSOTU1) e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT 2), cabendo à Direção-Geral do Território (DGT) acautelar, nas matérias que estão no âmbito das suas competências, que são respeitados os requisitos e orientações que resultam deste quadro legal, regulamentar e institucional.

O presente documento traduz o parecer da DGT no que respeita às matérias da sua competência, emitido com base na análise de uma amostra das plantas e que constituem a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Macedo de Cavaleiros.

Na sequência da solicitação através de email da PCGT APOIO e após apreciação efetuada sobre uma amostra da documentação disponibilizada, vimos informar o seguinte:

1. INFRAESTRUTURA GEODÉSICA NACIONAL

A Rede Geodésica Nacional (RGN) e a Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão (RNGAP) constituem os referenciais oficiais para os trabalhos de georreferenciação realizados em Portugal e encontram-se protegidos pelo Decreto-Lei nº 143/82, de 26 de abril. A informação sobre a localização dos vértices geodésicos da RGN e das marcas de nivelamento da RNGAP pode ser consultada na página de internet da DGT:

<https://www.dgterritorio.gov.pt/dados-abertos>

Caso seja necessário poderá ser solicitada à DGT uma listagem da informação da RGN e da RNGAP.

Esta informação consta do Registo Nacional de Dados Geográficos (RNDG) e pode também ser consultada através do Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG):

<https://snig.dgterritorio.gov.pt/>

PDM – Macedo de Cavaleiros
Revisão

PCGT n.º 678 (Ex-190)

N.º Req	Requisitos	Suporte legal	Conforme (S / N / NA)
1.1	Os vértices geodésicos da RGN deverão ser corretamente representados na Planta de Condicionantes, com os respetivos topónimos.	DL 143/1982	S

Restrições

- A zona de proteção dos vértices geodésicos da RGN é constituída por uma área circunjacente ao sinal, nunca inferior a 15 metros de raio, e deve ser assegurado que qualquer edificação ou arborização a implantar não vai obstruir as visibilidades das direções constantes das respetivas minutas de triangulação.
- Deve ser assegurada a integridade física das marcas de nivelamento da RNGAP apesar de estas não terem que ser representadas na Planta de Condicionantes.
- O desenvolvimento de algum projeto que dificulte ou condicione a normal função dos vértices geodésicos ou das marcas de nivelamento, nomeadamente a violação da zona de respeito dos primeiros, ou das suas visibilidades, requer a solicitação de um parecer prévio à DGT sobre a viabilidade da sua remoção ou da sua realocização.
- S – Sim; N – Não; NA - Não se aplica.

2. CARTOGRAFIA

Os requisitos das plantas que constituem os planos territoriais são estabelecidos principalmente no projeto de portaria que estabelece o Sistema de Submissão Automática dos Instrumentos de Gestão Territorial (SSAIGT) e a Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) e na Norma Técnica sobre o Modelo de Dados e Sistematização da Informação Gráfica dos PDM, utilizando as definições estabelecidas no Decreto Regulamentar nº 5/2019, de 27 de setembro. A escolha de cartografia topográfica a utilizar na elaboração dos planos territoriais enquadra-se no DL nº 193/95, de 28 de julho republicado pelo DL nº 130/2019, de 30 de agosto. Para mais informação sobre a cartografia a usar nos planos deve ser consultado o documento “Princípios orientadores para a produção de

PDM – Macedo de Cavaleiros
Revisão

PCGT n.º 678 (Ex-190)

cartografia topográfica vetorial com as Normas e Especificações Técnicas para da Direção-Geral do Território”, disponível na página de Internet da DGT.

N.º Req.	Requisitos	Suporte legal	Conforme (S / N / NA)
2.1	Os planos diretores e os planos de urbanização podem utilizar cartografia topográfica de imagem desde que a mesma seja completada por informação vetorial: <ul style="list-style-type: none"> • Oro-hidrográfica tridimensional; • Rede rodoviária e ferroviária; • Toponímia. 	DL 130/2019 Art.15º-A / 2	NA
2.2	A informação vetorial mencionada no ponto anterior deve ser consistente com a imagem do ponto de vista espacial e temporal, sendo que os critérios subjacentes à avaliação desta consistência encontram-se descritos no documento “Princípios orientadores para a produção de cartografia topográfica vetorial com as Normas e Especificações Técnicas para da Direção-Geral do Território”.	DL 130/2019 Art.15º-A / 2	NA
2.3	A cartografia topográfica (vetorial ou de imagem) a utilizar nos planos territoriais é obrigatoriamente oficial ou homologada.	DL 130/2019 Art.15º-A / 1	S
2.4	A cartografia oficial e homologada consta do Registo Nacional de Dados Geográficos (RNDG) integrado no Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG).	DL 130/2019 Art.3º / 5	S
2.5	Em Portugal continental, a cartografia topográfica para fins de utilização pública deve ser elaborada e atualizada com base no sistema de georreferência PT -TM06/ETRS89 (EPSG:3763).	DL 130/2019 Art.3º-A / 1	S
2.6	A cartografia topográfica a utilizar deve cumprir os seguintes requisitos de exatidão posicional planimétrica e altimétrica: <ul style="list-style-type: none"> • Melhor ou igual a 5 metros em planimetria e altimetria. 	DL 130/2019 Art.15º-A / 9	S

PDM – Macedo de Cavaleiros
Revisão

PCGT n.º 678 (Ex-190)

N.º Req.	Requisitos	Suporte legal	Conforme (S / N / NA)
2.7	A cartografia topográfica a utilizar nos planos territoriais deve observar, à data da deliberação municipal ou intermunicipal que determina o início do procedimento de elaboração, alteração ou revisão do plano, o seguinte prazo : <ul style="list-style-type: none"> • cartografia oficial ou homologada, com data de edição ou de despacho de homologação, inferior a cinco anos. 	DL 130/2019 Art.15º-A / 5 Alterado p/ Decreto-Lei n.º 45/2022 de 8 de julho	S
2.8	As plantas que constituem os planos territoriais, contêm uma legenda que é formada por duas partes: <ul style="list-style-type: none"> • A legenda rótulo, com as indicações necessárias à identificação da planta; • A legenda da simbologia, com as indicações de descodificação dos símbolos utilizados na planta. 	DR nº 5/2019 (conceitos nos domínios do OTU)	S

Na **legenda rótulo** deve constar a seguinte informação:

2.9	a) Indicação do tipo de plano e respetiva designação, de acordo com a tipologia dos planos territoriais estabelecida na lei;	DR nº 5/2019 (conceitos nos domínios do OTU)	S
2.10	b) Designação da planta, tendo por referência o conteúdo documental estabelecido na lei para a figura de plano em causa;		S
2.11	c) Data de edição e número de ordem da planta no conjunto das peças que integram o plano;		S
2.12	d) Indicação da escala de representação para a reprodução em suporte analógico, ou em suporte digital no formato de imagem;		S
2.13	e) Identificação da entidade pública responsável pelo plano;		S
2.14	f) Identificação da versão da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) utilizada;		S
	g) Identificação da cartografia topográfica vetorial e/ou cartografia topográfica de imagem utilizada na elaboração da carta base, designadamente:		NA
2.15	i. Se cartografia oficial: entidade produtora, série cartográfica e/ou ortofotocartográfica oficial, entidade proprietária e data de edição;		

PDM – Macedo de Cavaleiros
Revisão

PCGT n.º 678 (Ex-190)

N.º Req.	Requisitos	Suporte legal	Conforme (S / N / NA)
2.16	ii. Se cartografia homologada: entidade proprietária, entidade produtora, data e número de processo de homologação e entidade responsável pela homologação;		S
2.17	iii. Data e número de processo de homologação de atualização de cartografia topográfica vetorial e entidade responsável pela homologação, se aplicável;		NA
2.18	iv. Sistema de georreferência aplicável de acordo com o estabelecido na lei;		S
2.19	v. Exatidão posicional planimétrica e altimétrica e a exatidão temática, se aplicável, de acordo com as especificações técnicas da cartografia utilizada.		S

S – Sim; N – Não; NA - Não se aplica.

Recomendações

DR nº 5/2019 (conceitos nos domínios do OTU)

Na **legenda da simbologia** devem constar todos os símbolos utilizados na planta, organizados e designados de acordo com o catálogo de objetos utilizado na elaboração da planta.

Na reprodução da planta em suporte analógico ou em suporte digital com formato de imagem esta legenda é imprescindível para a leitura da planta.

As plantas que constituem os planos territoriais devem permitir a sua reprodução em suporte digital com formato de imagem em escalas que tenham em consideração a escala da carta base e permitam uma visão de conjunto do modelo de organização territorial e com o detalhe adequado ao objeto e conteúdo material do tipo de plano.

Usualmente a escala de representação adotada para o Plano diretor é a escala 1:25 000 ou superior.

3. LIMITES ADMINISTRATIVOS

Os limites administrativos encontram-se representados na Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP). Esta carta regista o estado da delimitação e demarcação das circunscrições administrativas do País e é publicada anualmente.

PDM – Macedo de Cavaleiros
Revisão

PCGT n.º 678 (Ex-190)

A Direção-Geral do Território é responsável pela execução e manutenção da CAOP, de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 30/2012, de 13 de março.

As competências da DGT em matéria de delimitação administrativa estão circunscritas à representação de limites para fins cadastrais e cartográficos. A Assembleia da República é o organismo com competência para a criação, extinção e modificação de autarquias locais, cf. CRP art.164º alínea n, incluindo a fixação legal de novos limites administrativos.

Os dados da CAOP são geridos numa base de dados geográficos e são disponibilizados sem custos para os utilizadores através de serviços de visualização (WMS) e descarregamento (ATOM), disponíveis no site da DGT:

<https://www.dgterritorio.gov.pt/cartografia/cartografia-tematica/caop>

Esta informação consta do RNDG e pode também ser consultada através do SNIG:

<https://snig.dgterritorio.gov.pt/>

N.º Req.	Requisitos	Suporte legal	Conforme (S / N / NA)
3.1	Os limites administrativos devem estar representados nas plantas que constituem os planos territoriais.		S
3.2	Os limites administrativos representados no plano territorial devem ser os que constam a edição mais recente da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), disponível à data que determina a elaboração, revisão ou alteração do plano territorial. Sempre que no decurso dos trabalhos venham a ficar disponíveis edições mais atualizadas da CAOP e que tal se justifique, deverá ser utilizada a edição mais atualizada.		S
3.3	Na legenda das plantas que constituem os planos territoriais deve ser indicada a versão e data de edição da CAOP utilizada.	DR nº 5/2019 (conceitos nos	S

PDM – Macedo de Cavaleiros
Revisão

PCGT n.º 678 (Ex-190)

N.º Req.	Requisitos	Suporte legal	Conforme (S / N / NA)
3.4	A simbologia utilizada para a representação dos limites administrativos deve constar da legenda da respetiva planta.	domínios do OTU)	S

S – Sim; N – Não; NA - Não se aplica

4. SISTEMA DE SUBMISSÃO AUTOMÁTICA (SSAIGT)

Para desmaterialização dos programas e planos territoriais e melhoria progressiva da fiabilidade, rigor e eficiência da disponibilização da informação sobre IGT, encontra-se desenvolvido o Sistema de Submissão Automática (SSAIGT) destinado ao envio dos instrumentos de gestão territorial para publicação no Diário da República (DR) e para depósito na Direção Geral do Território (DGT).

Esta plataforma é de utilização obrigatória e constitui a infraestrutura através da qual são praticadas todas as formalidades relativas aos procedimentos já referidos e em conformidade com a Portaria nº 245/2011 de 22/6 e com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Deste modo e em antecipação aos referidos atos de publicação no Diário da República e depósito na DGT, considera-se oportuno que a autarquia promova a verificação da conformidade das peças e plantas do presente instrumento de gestão territorial a publicar e a depositar, com os requisitos e condições formais e operacionais de acesso do SSAIGT (ver Anexo I).

Com este objetivo, anexa-se uma lista para a verificação do conteúdo documental desmaterializado do PDM com a indicação dos ficheiros que devem ser submetidos no SSAIGT.

Para informações complementares disponibilizam-se os seguintes *links* para a página da DGT:

- Manual de utilização (SSAIGT):
https://ssaigt.dgterritorio.gov.pt/Manuais_SSAIGT/ManualUtilizador_IGT_planos-prog.pdf

PDM – Macedo de Cavaleiros
Revisão

PCGT n.º 678 (Ex-190)

- Área de Apoio do SSAIGT (versão de dezembro de 2022):
<http://ssaigt.dgterritorio.pt/AreaApoioIGT/AreaApoio.htm>

5. CONCLUSÃO

O parecer da DGT é favorável.

Publicação do Plano Diretor Municipal		Obrigatoriedade de		Formato para publicação* DOC, DOCX, RTF, ODF, ODT, XLS, XLSX, ODS, PDF destrancado; imagens JPG; tabelas XLS 1 envio = 1 fich. ZIP	Formato para depósito** se original em formato editável: DOC, DOCX, RTF, ODF, ODT, XLS, XLSX, ODS, PDF; se original em suporte analógico: formato imagem (JPG, PNG, TIF, ...); 1 envio = 1 fich. ZIP
		publicação	depósito		
Peças fundamentais (escritas e gráficas) a submeter na plataforma do SSAIGT (as que constituem o Plano conforme referido no respetivo Regulamento em conformidade com o n.º 1 do art. 97.º do RJIGT)					
Peças escritas					
	Texto do ato a publicar	sim	sim	editável de entre os acima referidos	PDF, ou qualquer outro formato do documento oficial, conforme acima referido
	Deliberação sobre o procedimento (elaboração, revisão, alteração ou alteração por adaptação ou alteração simplificada, retificação, correção matricial, revogação, suspensão pelo município ou pelo governo, medidas preventivas e normas provisórias).	sim	sim	editável de entre os acima referidos	PDF, ou qualquer outro formato do documento oficial, conforme acima referido
	Regulamento (conforme alínea a), n.º 1, art.º 97º do RJIGT - DL n.º 80/2015)	sim	sim	editável de entre os acima referidos	PDF, ou qualquer outro formato do documento oficial, conforme acima referido
Peças gráficas					
	Planta de ordenamento (conforme alínea b), n.º 1, art.º 97º do RJIGT - DL n.º 80/2015)	sim	sim	vetorial (shape file) georeferenciado e raster (TIFF e TFW)	PDF ou qualquer outro (TIFF, JPEG, PNG, etc.), conforme acima referido
	Planta de condicionantes (conforme alínea c), n.º 1, art.º 97º do RJIGT - DL n.º 80/2015)	sim	sim	vetorial (shape file) georeferenciado e raster (TIFF e TFW)	PDF ou qualquer outro (TIFF, JPEG, PNG, etc.), conforme acima referido
Peças que acompanham/complementares a submeter na plataforma do SSAIGT (as referidas no respetivo Regulamento em conformidade com o n.º 2 e 3 do art. 97.º do RJIGT)					
Peças escritas					
	Todas as referidas no respetivo ponto do Regulamento	não	sim	n.a.	PDF ou qualquer outro formato, conforme acima referido
Peças gráficas					
	Todas as referidas no respetivo ponto do Regulamento	não	sim	n.a.	pdf ou qualquer outro (TIFF, JPEG, PNG, etc.), conforme acima referido

* Manual de apoio SSAIGT, ponto 6.2

** Manual de apoio SSAIGT, ponto 6.3

Observações:

- . A informação gráfica e alfanumérica integrada nas referidas plantas é estruturada em SIG, seguindo a norma técnica sobre o modelo de dados para o PDM. Sistema de coordenadas aplicável às peças gráficas: ETRS89TM06;
- . Se submissão de ficheiros de base de dados: mdb ou gdb;
- . Se submissão de ficheiros tabelas de dados: xls ouxlsx
- . Sempre que se trate de alteração, alteração por adaptação, correções materiais, retificação, medidas preventivas ou suspensão de planos em vigor com implicações nas peças gráficas, são enviados cumulativamente, para cada peça gráfica:
 - ficheiro vetorial (shape file)
 - ficheiro raster (TIFF uncompressed e respetivo TFW) da área/polígono(s) em causa
 - ficheiro raster (TIFF uncompressed e respetivo TFW) de toda a planta

[Informações adicionais - Área de Apoio do SSAIGT](#)

Despacho Conselho Diretivo

Despacho Diretor Departamento

Concordo com os termos propostos.
À consideração superior.

Paulo Lebre Duarte
Diretor do Departamento dos Bens Culturais
06.11.2025

Despacho Chefe Divisão

Concordo. Proponho a emissão de parecer favorável condicionado à correção da proposta nos termos do ponto 5 do parecer de arquitetura. À consideração superior.

Jorge Rua Fernandes
Chefe da Divisão de Salvaguarda dos Monumentos e Sítios
06.11.2025

Concordo com a emissão de parecer Favorável, condicionado à revisão do plano, nos termos propostos nos pontos 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4 do parecer de arqueologia e Favorável, condicionado ao Relatório Ambiental da AAE nos termos propostos no ponto 3.5.5 do mesmo parecer. À consideração superior

Ana Sofia Gomes

Chefe da Divisão de Arqueologia, Territórios e Valores Ambientais

CS Informação Data

GP6908

24-10-2025

Assunto

Mensagem

**PCGT - ID 678 (Ex-190)
- PDM - MACEDO DE
CAVALEIROS - 2.ª
Revisão - 2.ª Reunião
Plenária - Proposta de
Plano.**

ENQUADRAMENTO LEGAL

- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.
- Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, procede à conversão das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional em institutos públicos.
- Decreto-Lei n.º 78/2023, de 4 de setembro, procede à criação do Património Cultural, I. P., e aprova a respetiva orgânica.
- Portaria n.º 388/2023 de 23 de novembro, aprova os Estatutos do Património Cultural, I. P.
- Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, na sua redação atual nos termos do Decreto-Lei n.º 90/2024, de 22 de dezembro, que estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.

- Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.
- Decreto-Lei n.º 164/97, de 27 de junho, que harmoniza a legislação que rege a atividade arqueológica em meio subaquático com aplicável à atividade arqueológica em meio terrestre.
- Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro que publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.
- Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação, na sua redação atualizada.
- Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, estabelecidas pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial, na sua redação atualizada.
- Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio
- Estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

PARECER TÉCNICO DE ARQUITETURA

1. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA

- 1. Igreja de Nossa Senhora da Purificação, paroquial de Podence, MIP** Portaria n.º 740-AD/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012; **zona especial de proteção (ZEP)**, Portaria n.º 740-AD/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012.
- 2. Igreja de Nossa Senhora dos Reis, matriz de Lamalonga, incluindo o adro, MIP**, Portaria n.º 405/2013, DR, 2.ª série, n.º 117, de 20-06-2013; **ZEP**, Portaria n.º 405/2013, DR, 2.ª série, n.º 117, de 20-06-2013.
- 3. Igreja paroquial de Vilarinho de Agrochão, incluindo a sua decoração de talha, imóvel de interesse público, (IIP)** Decreto n.º 251/70, DG, I Série, n.º 129, de 3-06-1970.
- 4 Pelourinho de Chacim, IIP** Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933.
- 5 Pelourinho de Nozelos, IIP**, Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933.
- 6 Pelourinho de Pinhovelo, IIP**, Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933.
- 7. Pelourinho de Vale de Prados, IIP**, Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933.
- 8. Solar das Arcas, monumento de interesse público, (MIP)**, Portaria n.º 131/2021, DR, 2.ª série, n.º 59, de 25-03-2021.

9. Terronha de Pinhovel, sítio de interesse público, (SIP), Portaria n.º 306/2013, DR, 2.ª série, n.º 99, de 23-05-2013 (com restrição); ZEP, Portaria n.º 306/2013, DR, 2.ª série, n.º 99, de 23-05-2013

2. ANTECEDENTES

19-12-2022 – PCGT – ID 190 – PDM – Revisão do Plano Diretor Municipal de Macedo (PDM de Macedo de cavaleiros), – Parecer Favorável condicionado sobre os elementos iniciais. emitido pela Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN).

03-03-2023-PCGT – ID 678 (ex-190) – Revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros – Parecer favorável condicionado, emitido pela DRCN, relativo à Revisão – Convocatória para a 1.ª reunião Plenária do PDM de Macedo de Cavaleiros.

3. CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. 03-10-2025 – Convocatória via e-mail PCGT – ID 678 (Ex-190) – PDM de Macedo de Cavaleiros- para 2.ª Revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros a realizar na data 14/11/2025, sendo remetida para a apreciação a respetiva documentação.

O presente parecer visa ainda a verificação de resposta ao último parecer emitido pela DRCN.

3.2. Dos elementos remetidos, destacam-se os que serão analisados no âmbito da presente informação, pela ordem apresentada:

Peças Escritas

Avaliação Ambiental Estratégica- Relatório Ambiental – julho de 2025

Relatório da Proposta- julho de 2025

Regulamento – julho de 2025

Peças Gráficas

Planta de Condicionantes- Geral – Junho 2025

Planta de Ordenamento – Património – Junho 2025

Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo – Junho 2025

4. APRECIÇÃO DA PROPOSTA

4.1. O último parecer relativo à documentação remetida, no âmbito da 1.ª reunião plenária, foi favorável condicionado à resposta, às considerações elencadas no referido parecer, incluindo os aspetos referidos no parecer sobre os elementos iniciais, que também não tiveram resposta, destacando-se:

- a insuficiência na caracterização do Património Cultural, que já se referia como «*insuficientemente caracterizado*», aquando do «*parecer emitido para os elementos iniciais*».
- a ausência de referência nas peças escritas e desenhadas, ao Património Cultural como Fator Crítico para a Decisão. Segundo o parecer, o Património Cultural é «*concebido*

como um dos Fatores Críticos para a Decisão» e na «análise SWOT relativa aos Fatores Críticos para a Decisão» o inventário do património é considerado «um dos pontos fortes do diagnóstico efetuado».

-a necessidade da elaboração de documentos e cartografia, nomeadamente na vertente da Arqueologia.

-A Ilegibilidade na Carta de Condicionantes.

Nota: A documentação em apreço não apresenta qualquer documento relativo aos estudos de caracterização. Não obstante as faltas e omissões anteriormente detetadas e refletidas nos anteriores pareceres, acresce dizer relativamente aos elementos agora entregues:

4.1.1. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA -RELATÓRIO AMBIENTAL – JULHO DE 2025

4.1.1.1. Os Anexos I e II que integram o presente relatório, consubstanciam as ponderações efetuadas relativa aos pareceres antecedentes, emitidos pelas várias entidades. No respeito ao património cultural, destaca-se o Anexo II, em que refere, no âmbito do parecer emitido pela DRCN, que a «*proposta do plano já considera os elementos solicitados pela tutela*» (Anexo II – Ponderação dos pareceres ao Relatório Ambiental Preliminar).

4.1.1.2. Dos objetivos estratégicos delineados para o município destaca-se; «OBJ4- Fortalecimento da resiliência ambiental, mitigando as alterações climáticas e valorizando o património natural e cultural enquanto ativo turístico»;

4.1.1.3. Dos fatores críticos para a decisão (FCD), destaca-se o «FDC- Valores naturais culturais e paisagísticos».

Conforme é indicado no «Quadro IV.4- Fatores Críticos, critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores», os «Valores naturais culturais e paisagísticos», apresentam como um dos «Critérios de avaliação» os «Valores Culturais», e como «objetivo de sustentabilidade – Preservar e promover os valores culturais», tendo como indicadores «o N.º de elementos patrimoniais classificados e inventariados» e o N.º de ações de valorização dos elementos patrimoniais classificados e inventariados»

4.1.1.4. No quadro relativo à análise SWOT referente aos FCD- Valores Naturais, Culturais e Paisagísticos, indica-se:

PONTOS FORTES: «Diversidade Cultural; -inventário exaustivo do património; - Existência de áreas protegidas e classificadas»

PONTOS FRACOS: Ausência de conhecimento do estado de conservação do vasto acervo patrimonial

AMEAÇAS: ausência de uma estratégia de reabilitação do património arquitetónico e arqueológico; Desinteresse/incapacidade dos proprietários em manter/conservar os valores patrimoniais inventariados

OPORTUNIDADE - *Fundos comunitários para a promoção da biodiversidade e a reabilitação do património*

4.1.1.5. Refere-se ao nível das propostas do plano, que os «valores naturais, culturais e paisagísticos» estão «desde logo na estratégia definida e que se reflete no Modelo territorial proposto» destacando o “Fortalecimento da resiliência ambiental, mitigando as alterações climáticas e valorizando o património natural e cultural enquanto ativo turístico;” a contemplar pelas condicionantes expressas no regulamento salientado a parte do articulado referente a esta matéria.

4.1.2. RELATÓRIO DA PROPOSTA – JULHO DE 2025

O Património Cultural é abordado de forma sucinta no capítulo designado «5. Património».

O tema está

subdividido em dois subcapítulos «5.1. Arqueológico» e «5.2. Arquitetónico».

Relativamente ao último, refere que «O património arquitetónico neste processo de revisão sofreu alterações, mas não significativas, em termos de inventário por se considerar que ainda se mantém atual e face à dinâmica urbanística existente no MMC.

Não se detetam novos imóveis capazes de evidenciar o valor patrimonial do município.

Contabilizam-se 71 itens patrimoniais, incluindo os núcleos antigos. Cada item tem uma área de salvaguarda, quando aplicável.

Não menos importante do que o inventário, reconhece-se que a maioria do património é privado e as condições de salvaguarda, conservação, valorização e divulgação não são de execução acessível, motivando um espírito de colaboração e governança institucional para a manutenção dos marcos identitários do município.» (pág. 38)

Apreciação - No computo geral, considera-se que o tema do «Património Cultural» está pouco desenvolvido.

A falta de caracterização e diagnóstico mais aprofundado sobre a realidade, já anteriormente apontada, poderá refletir-se numa menos eficaz implementação da estratégia delineada.

Salienta-se a ausência de um bom levantamento fotográfico, nomeadamente do património arquitetónico a incluir, em sede de caracterização e diagnóstico, que facilitaria certamente, o melhor entendimento das estratégias do município para os valores do Património Cultural e a importância que lhe atribui enquanto valor identitário do concelho que importa conhecer, conservar, salvaguardar e divulgar, antecipando os riscos e ameaças a que está sujeito.

4.1.3. REGULAMENTO

Apesar do que foi referido no anterior parecer relativamente ao regulamento do plano, considera-se, a fim de melhor enquadrar o Património Cultural, propor as seguintes alterações ao articulado:

TÍTULO II

Servidões administrativas e restrições de utilidade pública

Artigo 6.º – Âmbito e objetivos

Na alínea e) *Património cultural classificado*:

i) *Imóveis classificados ou em vias de classificação*; deverá constar

i) *Imóveis classificados ou em vias de classificação e respetivas zonas de proteção*

TÍTULO VII

(...)

CAPÍTULO IV

PATRIMÓNIO CULTURAL em vez de *PATRIMÓNIO*

Artigo (artigo novo)º Identificação

1. O património cultural integra todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, designadamente histórico, arquitetónico, arqueológico, etnográfico, devem ser objeto de especial proteção e valorização dado refletirem valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.
2. Consideram-se bens imóveis classificados e em vias de classificação os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem interesse cultural de âmbito nacional, público ou municipal.
3. O património cultural referenciado no concelho, está identificado nos Anexos V e VI do presente Regulamento, na *Planta de Ordenamento – Património [Cultural]* e na *Planta de Condicionantes Geral*.

Património classificado e em vias de classificação

Artigo (artigo novo)º - Regime

1. Os bens imóveis classificados e respetivas zonas de proteção (zonas gerais de proteção (ZGP) e zonas especiais de proteção (ZEP)), encontram-se assinalados na *Planta de Condicionantes-Geral* e na *Planta de Ordenamento – Património [Cultural]*
2. As intervenções admitidas e as medidas de proteção aos bens imóveis classificados e em vias de classificação e respetivas zonas gerais e especiais de proteção são as decorrentes da legislação em vigor sobre esta matéria.
3. Todos os imóveis/conjuntos/sítios que, após a entrada em vigor do presente Regulamento, venham a ser objeto de classificação, ou se inicie o procedimento de classificação, passam automaticamente a constituir servidão administrativa eficaz, nos termos da lei e a reger-se pelo disposto no presente artigo, sendo as peças gráficas objeto de atualização automática em caso de inclusões ou alterações publicadas em Diário da República.

Outro Património

Artigo 70.º (a renumerar)º Património arqueológico

(...)

Artigo 71.º (a renumerar)º Vestígios arqueológicos

(...)

Artigo 72.º (a renumerar)º Património arquitetónico inventariado

~~1- Os bens patrimoniais, identificados na PO – Património, incluem o património classificado ou em vias de classificação e o inventariado, designado como Imóveis de Interesse Patrimonial Municipal, encontrando-se identificados nos ANEXO VI.~~

~~2- A estes bens corresponde o perímetro de proteção legalmente estabelecido para os imóveis classificados ou em vias de classificação, definindo-se para os restantes Os Imóveis de Interesse Patrimonial Municipal possuem uma área de salvaguarda delimitada na PO – Património [Cultural], à exceção dos Núcleos Antigos. Este património encontra-se identificado no ANEXO VI~~

~~3- Nestes bens, o licenciamento ou comunicação prévia de operações urbanísticas e a execução de quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os planos de vedação ou de fachada dominante e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios, fica condicionado às seguintes disposições, ~~sem prejuízo de estabelecido no parecer da entidade tutelar competente para o caso dos imóveis classificados ou em vias de classificação.~~~~

~~a) Os projetos de arquitetura são obrigatoriamente subscritos por um arquiteto;~~

~~b) Toda a intervenção deve ter como primeiro objetivo a valorização do bem patrimonial imóvel em causa, só sendo admitida qualquer ampliação quando seja garantida a recuperação do mesmo.~~

~~4- (...)~~

~~5- (...)~~

~~6- (...)~~

Considerando que o património classificado e em vias de classificação deve ser identificado em artigo autónomo, sugere-se a seguinte redação para o ponto 7 do presente artigo.

~~7- A instrução de processos de operações urbanística a sujeitar a licença ou comunicação prévia que respeitem aos Imóveis [de Interesse Patrimonial Municipal], ~~a que se refere o número 1~~ deve conter a descrição histórica e arqueológica do imóvel em causa.~~

ii) ANEXOS

Considera-se, para uma melhor leitura desta componente, que o anexo relativo ao Património Cultural (ANEXO VI), deveria apresentar-se, sistematizado, nos termos sugeridos na seguinte tabela:

PATRIMÓNIO CULTURAL

ANEXO V – Património arqueológico (ver parecer de arqueologia)

ANEXO VI- Património arquitetónico

Património classificado e em vias de classificação	
Designação	Tipo
(...)	
Património Inventariado - Imóveis de Interesse Patrimonial Municipal	
(...)	

Nota: A presente apreciação é referente às peças gráficas em formato pdf. A planta do concelho está dividida em 15 partes identificadas de A a P. O património cultural classificado encontra-se nas plantas, A, E, H, I e N.

4.1.4. PLANTA DE CONDICIONANTES - GERAL

4.1.4.1. A Planta de condicionantes geral, constitui a planta de referência das servidões administrativas e restrições de utilidade pública, pelo que a identificação do património cultural deverá ser clara, preferencialmente com uma identificação simbólica próxima da convencionada no Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação, nomeadamente, ao nível do cromatismo e considerando o preenchimento dos polígonos a cheio.

4.1.4.2. A identificação dos imóveis na legenda, deverá indicar a sigla da sua categoria e graduação, no caso em apreço, IIP, MIP ou SIP. Exemplo: «1. Pelourinho de Pinhovo, IIP».

4.1.5. PLANTA DE ORDENAMENTO - PATRIMÓNIO

4.1.5.1. Esta planta contém a representação gráfica do património cultural do concelho. O património arquitetónico está representado por polígonos ao redor dos quais se define, no caso dos bens imóveis inventariados, uma «Área de Salvaguarda», e, nos casos dos bens imóveis classificados, as zonas de proteção, estabelecidas nos termos da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro.

4.1.5.2. Considera-se que o património inventariado deveria ser listado na legenda com a respetiva numeração indicada em planta. Não sendo esse o entendimento, deverá haver uma nota que remeta para os Anexos IV e V, do regulamento.

4.1.5.3. A legenda, relativamente, às zonas de proteção dos bens imóveis classificados (ZGP e ZEP), deveria fazer referência à lei que as legitima. Exemplo:

Zona Geral de Proteção- Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro;

Zona Especial de Proteção - Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro.

4.1.6. PLANTA DE ORDENAMENTO

Os bens imóveis classificados estão inseridos em espaços com classificação e qualificação do solo diversa, concordantes com a tipologia do bem, no que toca à sua envolvente de enquadramento.

Solo Urbano –Espaços Habitacionais

A Igreja de Nossa Senhora da Purificação, paroquial de Podence **MIP** e a **ZEP**, sendo que parte da **ZEP** também está em *Solo Rústico – Espaços Agrícolas*
Pelourinho de Chacim, **IIP**

Solo Urbano – Espaços Urbanos de Baixa Densidade

Igreja de Nossa Senhora dos Reis, matriz de Lamalonga, incluindo o adro, **MIP**, e respetiva **ZEP**, sendo que parte da **ZEP** também está em *Solo Rústico – Espaços Agrícolas*
Igreja paroquial de Vilarinho de Agrochão, incluindo a sua decoração de talha, **IIP**
Solar das Arcas, **MIP**, sendo que parte da **ZGP** também está em *Solo Rústico – Espaços Agrícolas*
Pelourinho de Vale de Prados, **IIP**

Solo Rústico – Aglomerados Rurais

Pelourinho de Nozelos, **IIP**
Pelourinho de Pinhovelo, **IIP**

Solo Rústico – Espaços Florestais: Mistos de Uso Silvícola com Agrícola/ Espaços de Infraestruturas Rodoviárias

Terronha de Pinhovelo, **SIP** e respetiva **ZEP**, sendo que parte da **ZEP** também está em *Solo Rústico – Espaços Agrícolas*

Nota: O Solar das Arcas tem a particularidade de toda a área de logradouro que integra a classificação, possuir as mesmas características do solo rústico. Neste sentido, alerta-se para a especificidade morfológica do bem imóvel classificado e para condicionantes decorrentes da sua situação patrimonial que possam gerar eventuais conflitos decorrentes da classificação do solo.

5. CONCLUSÃO

Do exposto, propõe-se a emissão de parecer favorável condicionado, dando resposta, nos termos referidos nos pontos **4.1.3.**, **4.1.4.1**, **4.1.4.2**, **4.1.5.2**, **4.1.5.3**

À consideração superior,

Patrícia Zimbarra, arquiteta
24-01-2025

PARECER TÉCNICO DE ARQUEOLOGIA

Antecedentes:

- 19.12.2022 – Despacho Favorável Condicionado do Senhor Diretor de Serviços dos Bens Culturais da DRCN, exarado sobre a Informação N.º S-2022/600141 (C.S:1637765) de 06.12.2022 (CSP246142) - PCGT - ID 190 - PDM - MACEDO DE CAVALEIROS - Revisão - Solicitação de parecer sobre os elementos iniciais
- 03.03.2023 – Despacho Favorável Condicionado do Senhor Diretor de Serviços dos Bens Culturais da DRCN, exarado sobre a Informação N.º S-2023/605912 (C.S:1655658) de 08.02.2023 (CSP248951) - PCGT - ID 678 (Ex-190) - PDM - MACEDO DE CAVALEIROS - Revisão - Convocatória para 1ª reunião Plenária.
- 05.03.2024 – A signatária foi internamente nomeada para representar o Património Cultural, Instituto Público no acompanhamento do IGT referido em epígrafe, sendo recebida a 02.10.2025 notificação via PCGT - ID 678 (Ex-190) - PDM - MACEDO DE CAVALEIROS - Revisão - Convocatória para 2ª reunião da Comissão Consultiva da 2.ª Revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros, a realizar por meios telemáticos no dia 14.11.2025 (10h00m).
- 20.10.2025 – Correio eletrónico remetido pela Senhora Arquiteta Sandra Abrunhosa, Chefe da Unidade de Projetos e de Espaços Públicos do município de Macedo de Cavaleiros, anexando via PCGT - ID 678 (Ex-190) - PDM - MACEDO DE CAVALEIROS - PCGT - ID 678 (Ex-190) - PDM - MACEDO DE CAVALEIROS - Revisão - Relatório do Património Arqueológico (2ª versão) - 2ª reunião plenária.

Parecer:

1. Através de correio eletrónico de 02.10.2025, foi o Património Cultural, I.P. convocado via PCGT para a 2ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva da 2.ª Revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros, para emissão de parecer à proposta final de revisão do IGT (junho/julho 2025), enquanto Entidade Representativa dos Interesses a Ponderar (ERIP), estando em apreciação os Elementos Constituintes do Plano – Regulamento, Planta de Condicionantes, Planta de Ordenamento, Elementos que Acompanham o Plano – Relatório da Proposta, Relatório de Fundamentação do Património Arqueológico; e enquanto Entidade com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERA), estando em análise os Elementos da Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico.

2. O organismo da Tutela da Administração do Património Cultural emitiu em 2023, no âmbito da convocatória da 1ª Reunião Plenária, parecer favorável condicionado à pretensão, tendo sido apresentando um conjunto de recomendações cujo cumprimento se avalia na presente apreciação (cf. Antecedentes).

3. Em face do supra exposto, entende-se o seguinte:

3.1 Elementos Constituintes do Plano – Regulamento (RP)

3.1.1 O Regulamento contempla o Património Cultural no articulado (cf. Título I, Artigo 2.º, nº2, alínea d), nº3, alínea c), número ii), Artigo 3.º, Título II, Artigo 6.º, nº1, alínea e), Artigo 18.º, nº3, Título IV, Secção I, Artigo 23.º, nº5, alínea a) e nº8, Título V, Secção III, Artigo 49.º, Título VII, Capítulo I, Artigo 60.º, nº2, alínea b), nº3, alínea d) e nº5, alínea e), Artigo 65.º, nº7, alínea g), Capítulo IV, Artigo 72.º), listando os elementos classificados no Anexo VI (cf. RP, pp. 137/138), e particulariza o regime de salvaguarda do património arqueológico concelhio (cf. Título IV,

Secção I, Artigo 23.º, nº2, Título VII, Capítulo IV, Artigo 70.º e Artigo 71.º), sendo elencados os respetivos elementos inventariados no Anexo V (cf. RP, pp. 135/137).

3.1.2 Considera-se que o articulado, seguindo a estruturação supra indicada no ponto 4.1.3.do Parecer de Arquitetura, deverá ser revisto de acordo com a introdução *infra* refletida entre parêntesis retos:

3.1.2.1[atual] Artigo 71º - Nova redação do número 1

“1- Em caso de ocorrência de vestígios arqueológicos, [à superfície, no solo, subsolo ou em meio subaquático, encharcado ou húmido], durante a realização de qualquer operação urbanística ou implementação de projeto de outra natureza, é dado cumprimento ao estabelecido na lei, designadamente:”

3.1.3 No Anexo V apresenta-se uma relação de 134 elementos do património arqueológico concelhio inventariado, listagem organizada de acordo com os critérios de N.º Inventário, designação, tipologia, enquadramento administrativo e Código Nacional de Sítio (CNS).

3.1.3.1 Devendo ser listados os sítios arqueológicos concelhios que se encontram registados no SI-Endovélico, verificou-se que se omitiram elementos inventariados com o CNS 20929, CNS 20930, CNS 20954, CNS 23214, CNS 23220, CNS 23223, CNS 23227, CNS 23343, CNS 23344, CNS 23803, CNS 26212, e um elemento georreferenciado com CNS 36056, este último estando mesmo patente no Relatório Ambiental em apreciação (cf. RA, p. 42 – Quadro V.4), sendo recomendada a atualização do Anexo com o mencionado conjunto de elementos, em conformidade com informação disponibilizada na base de dados da Tutela.

3.1.3.2 Nos casos em que haja fundamento científico para excusa de representação de sítios inventariados e/ou georreferenciados no SI-Endovélico nas peças fundamentais do Plano, a potencial exclusão deve ser argumentada na Carta Arqueológica de Macedo de Cavaleiros.

3.1.3.3 Mais se deve efetuar a inserção de informação omissa no campo relativo ao CNS dos elementos patrimoniais com o N.º 84 (CNS 23850), o N.º85 (CNS 11902), o N.º94 (CNS 20321), o N.º104 (CNS 23851), o N.º107(CNS 12758), o N.º109(CNS 20922) e o N.º131(CNS 3494)(cf. RP, p.136).

3.2 Elementos que Acompanham o Plano – Planta de Ordenamento (PO)

3.2.1 A Planta de Ordenamento (1.2 PO – Património, Escala 1:10000, Folhas A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O, P, junho de 2025) contém a representação gráfica do património cultural concelhio, incluindo a localização dos elementos do património arqueológico e respetivas áreas de salvaguarda.

3.2.2 A PO deverá representar todos os sítios arqueológicos concelhios que se encontram georreferenciados no SI-Endovélico, sendo de se introduzir o elemento georreferenciado em falta (*Vide supra*, ponto 3.1.3.1 – CNS 36056).

3.2.3 Os sítios arqueológicos graficamente representados na peça cartográfica, ainda que arrolados em anexo ao Regulamento do Plano, devem ser identificados na própria legenda, por referência ao ID/n.º inventário, ao CNS e à respetiva designação.

3.3 Elementos que Acompanham o Plano – Relatório da Proposta (RdP)

3.3.1 O Relatório apresenta um capítulo genérico para o ‘Património’ que remete a informação relativa ao património arqueológico para a consulta das fichas patrimoniais sintetizadas na Carta Arqueológica de Macedo de Cavaleiros (*Vide infra*, ponto 3.4), expedindo o regime de salvaguarda aplicável para o Regulamento, e a localização de *113 sítios arqueológicos*, e *área de proteção* respetiva, para a Planta de Ordenamento (cf. RdP, p.38), contagem errónea que deve ser corrigida em função da solicitada atualização do número de elementos concelhios que se encontram registados no SI-Endovélico (*Vide infra*, ponto 3.4.1.1 – *link* para consulta).

3.3.2 Mais se refere «(...) *que a maioria do património é privado e as condições de salvaguarda, conservação, valorização e divulgação não são de execução acessível, motivando um espírito de colaboração e governança institucional para a manutenção dos marcos identitários do município.*» (cf. RdP, p.38).

3.4 Elementos que Acompanham o Plano – Carta Arqueológica de Macedo de Cavaleiros (CA)

3.4.1 Considera-se que foi dado cumprimento ao anterior parecer do organismo da Tutela da Administração do Património Cultural, sendo apresentada a carta arqueológica concelhia, composta por fichas descritivas individuais com informação relativa a 133 elementos do património arqueológico registados em território concelhio (cf. CA, pp. 8/140 – Fichas de Sítio/Ocorrência Patrimonial). Consta-se, todavia, que o documento não destrinça todos os sítios arqueológicos inventariados no SI-Endovélico (*Vide supra*, ponto 3.1.3.1), carecendo da devida atualização:

3.4.1.1 Disponibiliza-se *link* para informação sobre os arqueossítios de Macedo de Cavaleiros registados do SI-Endovélico – <https://app.box.com/s/3a4qhqw91wgd6hr8ka9sivlyj3942xv>

3.4.1.2 As Fichas de sítio/ocorrência patrimonial 84, 85, 94, 104, 107, 109, 131 devem conter a correspondente informação no campo relativo ao CNS (*Vide supra*, ponto 3.1.3.3);

3.4.1.3 A Ficha de sítio/ocorrência patrimonial 94, deve ser atualizada na respetiva Descrição com informação disponibilizada no SI-Endovélico (*Vide supra*, ponto 3.4.1.1);

3.4.2 A listagem contempla as novas áreas de salvaguarda ao Património Arqueológico com os N.ºs 13, 23, 24, 25, 34, 35, 36, 65, 69, 70, 76, 86, 87, 96, 102, 103, 108, 113, 114, 125, 126, 127, 130 e 134, registadas em sede da atual revisão do PDM, que são potencialmente traduzíveis na inserção de novos arqueossítios no SI-Endovélico, recomendando-se que município e Tutela (DATVA/Inventário de Arqueologia) realizem futuramente trabalho conjunto de atualização da informação arqueológica na referida base de dados. Esta atualização poderá contemplar a inserção de novos sítios, a revisão de georreferenciação e/ou eliminação de eventuais duplicações de sítios arqueológicos.

3.5 Elementos da Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental (RA)

3.5.1 Atesta-se que foram ponderadas as recomendações providas do Organismo da Tutela da Administração do Património Cultural em sede de anterior parecer ao Relatório Ambiental Preliminar [cf. Antecedentes – Informação N.º S-2023/605912 (CSP248951) – Apreciação: 2.; RA, p. 137 – Anexos: *Anexo II – Ponderação dos pareceres ao Relatório Ambiental Preliminar*, p. x, *Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN)*].

3.5.2 No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), contemplou-se o *“Fortalecimento da resiliência ambiental, mitigando as alterações climáticas e valorizando o património natural e cultural enquanto ativo turístico”* enquanto Objetivo Estratégico (cf. RA, p.43 – d)), sendo definido como 1º Fator Crítico para a Decisão – Valores Naturais, Culturais e Paisagísticos, e o correspondente objetivo de sustentabilidade – “Preservar e promover os valores culturais”, sendo ambos elementos patrimoniais classificados e inventariados abrangidos no Critério de Avaliação ‘Valores Culturais’ (cf. RA, p.23 – Quadro IV.3).

3.5.3 Constata-se também que os indicadores de avaliação relativos ao 1º Fator Crítico para a Decisão são comuns ao património arquitetónico e ao património arqueológico – “N.º de elementos patrimoniais classificados e inventariados” e “N.º de ações de valorização dos elementos patrimoniais classificados e inventariados” (cf. RA, p.24 – Quadro IV.4).

3.5.4 É evidenciado que a atual Revisão do PDM constitui uma oportunidade de se colmatar a “[a]usência de uma estratégia de reabilitação do património arquitetónico e arqueológico (...)” assim como o “[d]esinteresse/incapacidade dos proprietários em manter/conservar os valores patrimoniais inventariados (...)”, ameaças identificadas pela análise SWOT relativa ao FCD – Valores Naturais, Culturais e Paisagísticos (cf. RA, p.43; *Vide supra*, ponto 3.3.2).

3.5.5 Concordando-se genericamente com o teor do Relatório Ambiental, recomendam-se as seguintes correções ao conteúdo do documento:

3.5.5.1 Deverá ser corrigida a menção a *85 referências arqueológicas* no quadro relativo aos Indicadores do critério de avaliação ‘Valores Culturais’, em função do número de elementos concelhios efetivamente georreferenciados e inventariados no SI-Endovélico (cf. RA, p.37);

3.5.5.2 Deverá ser atualizado o quadro relativo ao Património Arqueológico Inventariado de Macedo de Cavaleiros (cf. RA, pp.39/42 – Quadro V.4), com informação relativa a todos os arqueossítios registados no SI-Endovélico (*Vide supra*, ponto 3.4.1.1).

3.5.5.3 Sugere-se a utilização da referência a “Organismo da Tutela da Administração do Património Cultural” em substituição de siglas/denominações de ERAE legalmente extintas – DGPC/Direção Geral do Património Cultural (cf. RA, p.24 – Quadro IV.3, p.37, p.39 – Quadro V.3, p.129 – Quadro VII.1, e p.131 – Quadro VIII.1).

4. No que concerne a 2ª Revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros, propõe-se que do ponto de vista do património arqueológico se emita parecer Favorável Condicionado nos termos do referido nos pontos 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4 do parecer de arqueologia.

5. No que concerne a Avaliação Ambiental Estratégica, propõe-se que seja emitido parecer Favorável condicionado ao Relatório Ambiental, atendendo às correções recomendadas no ponto 3.5.5 do mesmo parecer.

Em caso de concordância superior, propõe-se que o teor da presente informação seja comunicado à Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e à CCDR-Norte.

À CONSIDERAÇÃO SUPERIOR,
Cláudia Manso, Técnica Superior
24.10.2025

Exmos. Srs./ À
Presidente da Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Norte

Rua Rainha D. Estefânia, 251
4150-304 Porto

Sua referência:
Email ID 678 (Ex-190) – PDM Macedo de Cavaleiros
Email de 02.10.2025

Processo:
Entr. Int.: SIGO/NOT-822/2025
371/SIGO/2025

Nossa referência:
DG/805/SIGO/25
2025-11-10

Assunto: PCGT - ID 678 (Ex-190) - PDM - MACEDO DE CAVALEIROS - Revisão - Convocatória para 2ª reunião da Comissão Consultiva da 2.ª Revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros.

Em dois de outubro de 2025 esta Direção-Geral rececionou um pedido de parecer por parte da CCDR Norte destinado à apreciação dos elementos da 2ª revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros, na sequência de convocatória para a 2ª reunião da Comissão Consultiva a realizar no dia 14 de novembro de 2025, por videoconferência. Os elementos da proposta foram disponibilizados através da plataforma PCGT.

Assim, considera-se importante reiterar o seguinte enquadramento relativamente às áreas setoriais a salvaguardar e da competência desta Direção-Geral:

Na área dos recursos energéticos, as bases da organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional (SEN) estão definidas pelo Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, que transpõe a Diretiva (UE) 2019/944 e a Diretiva (UE) 2018/2001. Existe ainda um conjunto alargado de diplomas legislativos que regulamentam a atividade energética nacional.

Na área dos recursos geológicos, a Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, estabelece as bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes em território nacional, encontrando-se a atividade extrativa regulamentada por legislação específica no âmbito da gestão do território e da preservação e valorização dos diversos usos do solo.

No Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, encontra-se prevista a possibilidade do seu exercício em diversas classes de espaço, nomeadamente rústico, sendo objetivo do diploma, entre outros, a *“preservação e defesa de solos com potencialidade para aproveitamento de exploração de recursos geológicos”* (alínea d) do artigo 37º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, pelo que esta Direção-Geral procurará salvaguardar essa compatibilidade.

Também o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN) - Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro - e o Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN) - Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 36/2023, de 26 de maio - estabelecem a compatibilidade da atividade extrativa com estas classes de espaço.

Assim, sobre as áreas da tutela desta Direção-Geral (recursos geológicos e energia), importa informar o seguinte:

1. Recursos Energéticos

1.1 Combustíveis

A n/Direção de Serviços de Combustíveis (DSC) tem a referir que da análise à documentação referida, verifica-se à data, a ausência de elementos suscetíveis de condicionar a instalação de infraestruturas na área dos combustíveis, nomeadamente no que respeita à mencionada proposta de Regulamento, bem como a definição de objetivos de sustentabilidade e de indicadores presentes no relatório ambiental.

Mais se informa, que se reitera o descrito no Ofício da DGEG com a referência n.º 065/SIGO/2023, Entr. Int.: SIGO/NOT-84/2023 relativamente à necessidade de correção da legenda das plantas de condicionantes, onde se lê “Gasoduto”, deveria constar “Rede de Distribuição de Gás”.

1.2 Energia Elétrica

Na sequência do pedido de parecer no âmbito da **2ª Revisão ao PDM de Macedo de Cavaleiros**, a n/Direção de Serviços de Energia Elétrica (DSEE/DGEG) tem a referir:

- ANEXO I-B – AÇÕES, ATIVIDADES OU PROJETOS CONDICIONADOS À RN2000:

“Nas restantes Zonas Especiais de Conservação”, ponto 3:

Deverá ser retificado o ponto que diz “No caso da indústria e energia estão todas as ações, atividades ou projetos condicionados.” (pto. 3) para “No caso da indústria e energia estão todas as ações, atividades ou projetos condicionados, nos termos da lei.”

2. Recursos Geológicos

2.1 Recursos Hidrogeológicos e Geotérmicos

A n/Direção de serviços de Recursos Hidrogeológicos e Geotérmicos (DSRHG) tem a referir que no território do município de Macedo de Cavaleiros encontra-se uma área de prospeção e pesquisa de água mineral natural denominada Águas de Balsamão, com o n.º de Cadastro PPHM-35, cujo contrato de outorga de direitos de prospeção e pesquisa foi assinado a 3 de maio de 2021 e cujo extrato foi publicado em Diário da República, 2ª Série, de 2 de junho (Contrato n.º 285/2021).



Figura 1: Extrato DGE SIG relativo aos recursos hidrogeológicos e geotérmicos localizados em Macedo de Cavaleiros

Relativamente aos documentos em apreciação, a DSRHG tem a referir o seguinte:

Regulamento

- a)** Artigos 11º (Critérios gerais de viabilização dos usos do solo) e 15º (Compatibilidade de usos e atividades)

Da redação destes artigos afigura-se que atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos hidrogeológicos (água mineral natural e água de nascente) ou de recursos geotérmicos podem ser compatibilizadas com os usos dominantes das várias categorias de solos, incluindo urbanos, mediante o cumprimento das condicionantes aí fixadas.

- b)** N.º 6 do artigo 21º

Neste número é referido que “Nas Áreas Classificadas, PPAA e RN2000, a instalação de áreas de exploração de recursos geológicos, apenas pode ser concretizado através da manutenção das pré-existências.”

No entanto, no Anexo III é referido que “A exploração de recursos hidrológicos e hidrogeológicos, incluindo a abertura de novos poços, furos e captações de água” “ficam sujeitas a parecer vinculativo da Comissão Diretiva da PPAA”, o que se depreende que a exploração de recursos hidrogeológicos (água mineral natural e água de nascente) é possível, mediante parecer da Comissão Diretiva da PPAA, contradizendo o disposto no n.º 6 do artigo 21º.

Tendo em consideração que as atividades de exploração de recursos hidrogeológicos e de recursos geotérmicos poderão ser compatibilizadas com as áreas classificadas, PPAA e RN2000, tendo em consideração os pareceres das entidades que as gerem, propõe-se que seja acrescentado a este número “... ou no caso de novas explorações de recursos hidrogeológicos ou geotérmicos.”.

Planta de Condicionantes

a) Legenda

Na legenda da planta de condicionantes onde está: “*Prospecção e Pesquisa de Água Mineral Natural e de Recursos Geotérmicos*” devia estar “*Prospecção e Pesquisa de Água Mineral Natural*”, uma vez que o contrato não compreende a prospecção e pesquisa de recursos geotérmicos.

b) Legenda (Cartas I, J e O)

Ainda na legenda, afigura-se que a simbologia utilizada para a prospecção e pesquisa de água mineral natural está trocada com a utilizada para a prospecção e pesquisa de depósitos minerais.

c) Carta N

A representação de prospecção e pesquisa de água mineral natural apresenta o mesmo símbolo que a prospecção e pesquisa de depósitos minerais.

d) À parte do acima referido, afigura-se que a área de prospecção e pesquisa de água mineral natural denominada Balsamão encontra-se devidamente implantada.

2.2 Concessões Mineiras (Depósitos Minerais)

A n/Direção de serviços de Estratégia e Fomento dos Recursos Geológicos (DSEFRG) tem a referir o seguinte:

- **Apreciação global**

Da análise realizada à documentação disponibilizada no âmbito da presente consulta, constatou-se que foi incluído o enquadramento legal em vigor no que respeita ao conceito de depósitos minerais e das bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional, relacionadas com os depósitos minerais, na sequência do parecer anteriormente emitido. No que se refere à compatibilização entre os diferentes usos do solo rústico e as atividades de prospecção, pesquisa e exploração de recursos geológicos considera-se que a redação deve ser clara dando cumprimento ao Decreto Regulamentar nº 15/2015, de 19 de agosto.

No que concerne à representação gráfica setorial (setor dos depósitos minerais) na planta de condicionantes, salienta-se a necessidade da sua alteração, tendo em conta que o setor dos recursos geológicos é um setor dinâmico, revelando-se como particularmente importante a atualização da informação existente relativamente a atividades de revelação e de aproveitamento destes recursos naturais.

Face ao exposto, entende-se como fundamental que sejam realizadas as seguintes alterações:

a) **Regulamento (2ª Reunião plenária), julho 2025**

i. TÍTULO II - Servidões administrativas e restrições de utilidade pública
Artigo 6.º – Âmbito e objetivos

No concelho de Macedo de Cavaleiros localizam-se áreas afetas a depósitos minerais com direitos atribuídos que constituem servidões administrativas (contratos de exploração – concessões e contrato de prospecção e pesquisa), pelo que devem estar referidas neste artigo. Propõe-se a revisão da alínea b), de modo que na mesma seja notada a separação clara entre contrato de prospecção e pesquisa e concessões mineiras, respeitando a seguinte estrutura:

“b) Recursos Geológicos:

(...)

iii) Depósitos minerais:

- . iiiA) contrato de prospeção e pesquisa;
- . iiiB) concessões mineiras”

ii. TÍTULO IV - Solo Rústico

SECÇÃO I – Disposições gerais

Artigo 23.º – Disposições comuns (e artigos seguintes)

No que respeita às disposições comuns, a compatibilização de usos nas diferentes categorias de solo rústico com as atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos geológicos, dando cumprimento ao Decreto Regulamentar nº 15/2015, de 19 de agosto, devem ser objetivamente expressas. Tal compatibilização encontrava-se vertida na redação da proposta anterior de regulamento, tendo sido derogada na proposta agora em apreço, pelo que se entende como necessária a sua inclusão na redação.

A referida compatibilização deve ficar expressa igualmente na redação do restante articulado referente às atividades cujo uso dominante seja diferente (espaços agrícolas e florestais), mas compatível com as atividades de revelação e exploração de recursos geológicos, em consonância com a legislação em vigor.

Relativamente à edificabilidade nos espaços agrícolas e florestais, propõe-se que as atividades compatíveis de revelação e aproveitamento apresentem condições equiparáveis às do regime previsto no artigo 37º do regulamento em análise.

b) Relatório proposta, julho 2025

13. SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

13.1. Recursos naturais 7 13.1.2. Recursos geológicos

PEDREIRAS E DEPÓSITOS MINERAIS

(...)

Casos específicos

Salienta-se a ausência de referência às servidões administrativas impostas pelos seguintes contratos de concessão referentes às atividades de exploração de depósitos minerais, pelo que se propõe a sua inclusão:

- Concessão mineira denominada “Salselas”, nº cadastro MNC000058, da empresa MITALCO
- Minas de talco de Portugal, Lda., para a substância talco;
- Concessão mineira denominada “Prado”, nº cadastro MNC000060, da empresa MITALCO – Minas de talco de Portugal, Lda., para a substância talco;
- Concessão mineira denominada “Vale da Porca”, nº cadastro MNC000059, da empresa MITALCO - Minas de Talco de Portugal, Lda., para a substância talco;
- Área afeta a um contrato de prospeção e pesquisa denominado “Circo”, nº cadastro MNPP00121, por parte da empresa Portugal Fortescue, Unipessoal, Lda., para as substâncias Estanho, Chumbo, Cobre, Lítio, Ouro, Prata, Tungsténio, Zinco, minerais associados.

c) Planta de condicionantes

Verifica-se uma troca na legenda: o contrato de prospeção e pesquisa de água mineral natural surge identificado como “Prospeção e pesquisa de depósitos minerais”, e os depósitos minerais como “Prospeção e pesquisa de água mineral natural e de recursos geotérmicos”. Considera-se necessária a devida correção.

Identificou-se a representação de uma área identificada como “Prospecção e pesquisa de depósitos minerais” (“Grijó”) nas plantas de condicionantes H e I (nas peças em formato pdf) e duas áreas identificadas como “Concessão mineira” (“Talhas e Talhadinhas”) nas plantas L e P, cujos direitos atualmente se encontram extintos, pelo que será necessário retirá-las das respetivas plantas. De modo a proceder em conformidade, deverá ser realizada consulta ao website da DGEG (www.dgeg.gov.pt), área SIG, onde pode ser visualizada e descarregada a informação geoespacial vetorial atualizada.

Face ao exposto, emite-se assim parecer favorável condicionado à inclusão das alterações referidas na documentação em análise.

Sugere-se ainda que sejam desenvolvidas as seguintes diligências:

- Consulta à Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A (EDM).
No concelho de Macedo de Cavaleiros existe uma área afeta a uma antiga exploração mineira, em fase de recuperação ambiental, designada “Murçós”.
O Decreto-Lei nº 198-A/2001, de 6 de julho, estabelece o regime jurídico da concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas, da competência da Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. (EDM), pelo que se aconselha o contacto com esta entidade para a obtenção de mais informação sobre o assunto.
- Consulta ao Laboratório Nacional de Energia e Geologia.
De forma complementar e atendendo à existência de áreas com potencial em recursos geológicos em território nacional e seu eventual aproveitamento futuro, entende-se como relevante a consulta daquele organismo, competente nesta matéria, com o objetivo do conhecimento daquele potencial no município de Macedo de Cavaleiros.

2.3 Pedreiras (Massas Minerais)

Indica a n/Direção de Serviços de Minas e Pedreiras (DSMP/DPN) que tendo presente o anterior parecer emitido pela DGEG/DPN, em março de 2023, para o PDM de Macedo de Cavaleiros, na planta de Ordenamento, Qualificação do Solo, devem constar as manchas destinadas à indústria extrativa, como mínimo as áreas licenciadas das pedreiras.

- a) Na planta de Ordenamento, Qualificação do Solo continua em falta a implantação da pedreira nº 6682 – Sarinheiras, na freguesia de Bornes e a pedreira nº 5824– Pedreira da Carva, na freguesia de Salselas.
- b) Conforme então sugerido, verifica-se que na planta de condicionantes constam demarcadas as áreas licenciadas (6) das pedreiras.
- c) No que diz respeito à proposta de Regulamento, considerando o descrito nos artigos 9º, nº 1, alínea g) – Qualificação do Solo Rustico, e artigo 15º, nº 1 - Compatibilidade de Usos e Atividades e, não havendo outras restrições para além das referidas no artigo 15º, no que se refere ao aproveitamento dos Recursos Geológicos em solo rústico (usos complementares e compatíveis), nos termos do Decreto Regulamentar nº 15/2015 de 19 de agosto, a DGEG/DPN estaria em condições de emitir parecer favorável condicionado. No entanto, por uma questão desejável de clarificação, o regulamento deverá prever, nos termos da lei, a compatibilização expressa do aproveitamento dos recursos geológicos com todas as categorias e subcategorias do solo rústico, atendendo também, o mencionado no parecer emitido pela DGEG/DPN, em que é referido que o regulamento não deverá excluir

a ampliação e abertura de novas pedreiras no concelho, mesmo que não figurem em manchas específicas e destinadas à exploração de recursos geológicos.

Assim, a proposta de Regulamento deverá ser articulada relativamente ao solo rústico e sua compatibilização com as atividades relacionadas com os Recursos Geológicos, nomeadamente no que se refere à exploração de massas minerais (pedreiras), nos termos da Regulamentação vigente (Lei 31/2014 de 30/05, Decreto Regulamentar nº 15/2015 de 19/08).

A DGEG/DPN está disponível para a realização de reunião “setorial” caso se mostre desejável.

3. Conclusão

Face ao exposto, considera-se que os elementos apresentados, de um modo geral, se encontram em condições de ser aceites por parte desta Direção-Geral, pelo que se emite parecer favorável, condicionado à retificação dos elementos mencionados nos pontos 1 e 2 e respetivos subpontos, alíneas e subalíneas do presente ofício/parecer.

Não obstante dos comentários supraindicados das respetivas Direções de Serviço, reitera-se o seguinte:

- A informação referente aos recursos energéticos e recursos geológicos encontra-se disponível através de serviços *Web*, no site desta Direção Geral (www.dgeg.gov.pt - Serviços online).
- Atendendo a que a informação relativamente aos recursos energéticos e aos recursos geológicos que consta no DGECSIG é uma informação dinâmica e em permanente atualização, aconselha-se a informação fornecida neste ofício seja confirmada/atualizada por parte da entidade/equipa responsável, através de consulta ao SIG desta Direção-Geral, que poderá ser visualizada e/ou descarregada usando o mesmo software utilizado para visualização/manipulação de Shape files (*.shp).
- Os dados estatísticos encontram-se em “Estatística”.
- Para informações referentes a servidões relacionadas com a rede elétrica (para além da informação que se encontra disponível através de serviços web), oleodutos e gasodutos deverão ser consultadas as entidades concessionárias responsáveis pelo transporte e distribuição de energia.
- Quanto a informações atualizadas sobre eventuais áreas de valor geológico e/ou geomorfológico (incluindo as áreas potenciais) na área do concelho em estudo, deverá ser consultado o Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG).
- Quanto a informações atualizadas sobre eventuais áreas de “recuperação ambiental” no concelho em causa, deverá ser consultada a Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. (EDM).

Com os melhores cumprimentos,

Nuno Sousa Neves
Coordenador da Equipa de SIG e Ordenamento - Técnico superior (Arq.)
(Despacho n.º 32/2021 de 06/12/2021)

[LM]

C/c C.M. Macedo de Cavaleiros

Exmos. Senhores
Comissão de Coordenação do
Desenvolvimento Regional do Norte
Rua Rainha D. Estefânia, 251
4150-304 PORTO

V/ Refª.: PCGT – ID 678
V/Comunicação: 02.10.2025

N/ Refª.: SAI/2025/18597/DRO/DEOT/SS
Procº.: 14.01.9/232
Data: 13.11.2025

ASSUNTO: 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros
– Proposta Final

Reportando-nos ao assunto mencionado em epígrafe, junto se envia cópia da Informação de Serviço deste Instituto, com o n.º PROP/2025/7051 [DRO/DEOT/HR], bem como dos despachos que sobre a mesma recaíram.

Com os melhores cumprimentos,



Fernanda Praça
Diretora do Departamento de
Ordenamento Turístico

Em anexo: O mencionado

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacto ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

Turismo de Portugal, IP

Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa - Portugal T. +351 211 140 200 F. +351 211 140 830 NIF: 508 666 236 info@turismodeportugal.pt www.turismodeportugal.pt
www.visitportugal.com

Informação de Serviço nº PROP/2025/7051 [DRO/DEOT/HR]

Assunto: 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros – Proposta Final

Processo: 14.01.9/232 [PCGT – ID 678 (Ex-190)]

Despacho:

Emite-se parecer favorável condicionado ao envio da versão retificada dos elementos, em particular no que diz respeito ao regulamento, para verificação por este Instituto.

Comunique-se à CCDR Norte, e dê-se conhecimento à Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

A Diretora Coordenadora



Leonor Picão
(Por subdelegação de competências)
13.11.2025

Parecer:

O presente parecer, que incide sobre a proposta da 2.ª Revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros, visa sustentar a posição da representante do Turismo de Portugal na Conferência Procedimental agendada para o dia 14.11.2025.

Concordando com a análise e apreciação efetuadas, proponho a emissão de parecer favorável à proposta, condicionado à retificação das questões de legalidade, de compatibilidade com instrumentos de gestão territorial, e de cariz técnico, conforme identificadas na Parte III da apreciação e fundamentadas na parte II, alertando-se, ainda, para as demais questões (técnicas) a ponderar pelo município.

Considerando o vasto número de questões que ainda permanecem ao nível do regulamento, que se traduzem num modelo territorial para o setor do turismo com várias incongruências e omissões, em especial nas categorias de solo rústico, propõe-se que a emissão de parecer favorável seja condicionada, ainda, ao envio da versão retificada dos elementos (em especial do regulamento), para verificação por este Instituto.

À consideração superior, com proposta de comunicação à CCDR Norte, e conhecimento à Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

A Diretora do Departamento de Ordenamento Turístico



Fernanda Praça
11.11.2025

Informação Técnica:

I – ENQUADRAMENTO E ANTECEDENTES

O presente parecer analisa a proposta de plano da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros (PDMMC), para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, no seguimento de notificação remetida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), através da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) (N/Ref.ª ENT/2025/19454, de 02.10.2025), contendo a convocatória para a 2.ª reunião da Comissão Consultiva de acompanhamento desta revisão do PDM, agendada para o dia 14 de novembro.

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacto ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

Turismo de Portugal, IP
Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa - Portugal T. +351 211 140 200 F. +351 211 140 830 NIF: 508 666 236 info@turismodeportugal.pt www.turismodeportugal.pt
www.visitportugal.com

O PDMMC em vigor (1.^a revisão), foi publicado através do Aviso n.º 11026/2015, de 29 de setembro e, posteriormente, objeto de duas alterações (Aviso n.º 2729/2019, de 19 de fevereiro e Aviso n.º 21078/2021, de 10 de novembro – transposição do conteúdo do Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo).

A decisão de iniciar a elaboração da 2.^a revisão deste Plano foi publicitada através do Aviso n.º 8412/2021, de 6 de maio.

No âmbito do acompanhamento da presente revisão do PDMMC, o Turismo de Portugal, IP (TdP) disponibilizou na PCGT, informação específica do turismo, relevante para a elaboração da proposta de Plano, através do ofício n.º SAI/2021/17947 [DVO/DEOT/CS], de 16 de julho e pronunciou-se sobre os Elementos Iniciais, a proposta preliminar de Plano e a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) tendo emitido os seguintes documentos:

- Informação de serviço n.º INT/2022/14670 [DVO/DEOT/HR], com despacho superior de 03.01.2023, que refere que os Estudos de Caracterização e o Relatório de Definição de Âmbito da AAE deverão ser complementados/retificados (N/Ref.ª SAI/2023/119/DVO/DEOT/SS);
- Informação de serviço n.º INT/2023/2470 [DVO/DEOT/HR], com despacho superior de 07.03.2023, de teor favorável à Proposta Preliminar de Plano, condicionado à retificação de questões de legalidade e à devida ponderação de questões de cariz técnico (N/Ref.ª SAI/2023/2769/DVO/DEOT/SS).
- Informação de serviço n.º INT/2023/3211 [DVO/DEOT/HR], com despacho superior de 17.03.2023, de teor favorável ao Relatório Ambiental Preliminar da AAE, condicionado à retificação de questões técnicas (N/Ref.ª SAI/2023/3438/ DVO/DEOT/SS).

II – APRECIACÃO

Analizada a proposta de Plano da 2.^a revisão do PDMMC, cumpre referir, do ponto de vista do turismo, o seguinte:

1. Regulamento (julho 2025)

Constata-se que foram incorporadas no *Regulamento* algumas das observações efetuadas sobre a *versão preliminar* deste documento (de outubro 2022), vertidas no parecer do TdP (INT/2023/2470 [DVO/DEOT/HR]), destacando-se os requisitos de sustentabilidade ambiental para a instalação de empreendimentos turísticos em solo rústico e urbano (n.º 1 do artigo 19.º), embora carecendo de densificação, e os requisitos para instalação de Áreas de Serviço para Autocaravanas não integradas em Parques de Campismo e de Caravanismo (n.º 3 do artigo 19.º). Relativamente ao modelo territorial inicialmente previsto, verifica-se a integração, em solo rústico, da categoria “Espaços de Ocupação Turística” regulamentada nos artigos 39.º e 40.º e representada na *Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo (planta F)*, através de uma área que totaliza 7,69 ha (pág. 20 do *Relatório*) e a previsão de duas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) destinadas à instalação de “*empreendimentos/equipamentos turísticos*” (UOPG 02 – Área do Vocação Turística da Albufeira do Azibo e UOPG 14 – Área de Vocação Turística da Albufeira do Baixo Sabor).

Apontam-se, no entanto, as seguintes situações que carecem de retificação, bem como os aspetos a complementar e a melhorar:

Disposições comuns ao solo rústico e urbano

a) Artigo 12.º - Determinação da edificabilidade de um prédio

- i. n.º 3: Corrigir/atualizar a menção a “*espaço de equipamento*” uma vez que esta categoria de solo não consta da atual proposta de *Regulamento*.

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacto ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

Turismo de Portugal, IP
Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa - Portugal T. +351 211 140 200 F. +351 211 140 830 NIF: 508 666 236 info@turismodeportugal.pt www.turismodeportugal.pt
www.visitportugal.com

- ii. n.º 5, alínea b): Na definição de “Altura máxima da fachada” considera-se de a complementar por forma a aplicar a edificações não confinantes com arruamentos, sugerindo-se a seguinte redação: “*Em arruamentos ou terrenos com declive acentuado, a altura máxima da fachada é medida no ponto médio da linha de interseção da fachada do edifício com esse mesmo arruamento ou terreno, não podendo essa altura ser excedida em mais dois metros no ponto mais desfavorável*”.

b) Artigo 14.º - Integração e transformação de preexistências

- i. n.º 3: Por coerência com o disposto na alínea b), em que se admite “ampliação”, retificar a redação deste n.º 3 para “... são admissíveis alterações e ampliações às mesmas”.
- ii. n.º 3, alínea b)ii: Como já referido em anterior parecer do TdP, sugere-se que seja estabelecido um regime específico para preexistências afetas ao uso turístico que salvede a possibilidade de ampliação de construções existentes, desde que esteja em causa a garantia de condições necessárias à viabilidade de utilização instalada e contemplando critérios de adequada inserção urbanística e paisagística, podendo definir-se a altura máxima da fachada, com a salvaguarda da existente, se superior, e uma percentagem máxima para a ampliação relativa à área de construção existente.

c) Artigo 19.º - Turismo

- i. epígrafe: Deverá ser substituída a menção a “Turismo”, demasiado abrangente e indefinido, por “Empreendimentos Turísticos e Áreas de Serviço para Autocaravanas”, matéria desenvolvida neste artigo.
- ii. n.º 1: Aferir a referência ao “artigo 12.º”, considerando que deverá ser referenciado o “artigo 13.º”.
- iii. n.º 1: Complementar com os requisitos de eficiência ambiental em empreendimentos turísticos, tal como indicado em anterior parecer do TdP, tendo em vista o cumprimento das metas de sustentabilidade definidas na “Estratégia para o Turismo 2027”¹ ao nível da eficiência hídrica e energética e da correta gestão dos resíduos (ponto II.4.2 do Anexo da RCM n.º 134/2017), assim como da medida do Plano de Ação do PNPOT que estabelece o fomento da adoção dos princípios da economia circular nos IGT, visando, nomeadamente, o uso eficiente de recursos e a valorização de boas práticas de sustentabilidade por parte das empresas do turismo e dos destinos (medida 3.11 – ‘Organizar o território para a economia circular’ do Domínio Economia), propondo-se para a instalação de empreendimentos turísticos, para além do indicado (“*adotar meios de transporte ‘amigos do ambiente’ e de medidas mitigadoras dos consumos energéticos nos espaços exteriores e nos edifícios, designadamente através da instalação de equipamentos de maior eficiência energética, da adoção de sistemas solares passivos e da utilização de fontes de energia renovável*”), os seguintes:
- Utilização de materiais permeáveis ou semipermeáveis nos espaços exteriores, apenas sendo admissíveis áreas impermeabilizadas se devidamente fundamentadas tecnicamente;
 - Soluções arquitetónicas adequadas ao clima e valorizadoras da paisagem e da identidade regional, com adequada inserção na envolvente e na morfologia do terreno;
 - Soluções paisagísticas valorizadoras do património natural do local e da envolvente, recorrendo a espécies autóctones ou outras adaptadas às condições edafoclimáticas do local, com reduzidas exigências hídricas e de manutenção, e com maior capacidade de captura de carbono;

¹ Estratégia para o Turismo 2027, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, publicada no DR de 27 de setembro

- Tratamento adequado de águas residuais e reutilização de águas residuais e pluviais, nomeadamente em espaços verdes e jardins ou lavagem de pavimentos, e instalação de dispositivos que promovam a redução dos consumos de água nos edifícios e nos espaços exteriores, de acordo com os critérios do PNUEA e respetivos instrumentos operativos;
 - Adoção de sistemas de separação de resíduos sólidos nos edifícios e espaços exteriores com vista ao respetivo tratamento e valorização.
- iv. n.º 3, alínea b): Corrigir o texto suprimindo a menção a “*Determinações de*”.
- v. n.º 3, alínea c): Considerando que no solo rústico poderá não existir rede pública, deverá o *Regulamento* acautelar que, no caso de não existência de tais infraestruturas, a instalação de Áreas de Serviço para Autocaravanas (ASA) não integradas em PCC fica dependente da execução de sistemas autónomos. Deverá, ainda, ser clarificado o que se entende por “sem prejuízo dessas infraestruturas lhes serem dedicadas”.
- vi. comentário adicional: Como já referido em anterior parecer deste Instituto, o *Regulamento* deverá acomodar, no regime específico das categorias do solo rústico em que tal uso seja considerado complementar ou compatível, a instalação de ASA não integradas em PCC.
- vii. n.º 5: Deverá ser melhor explicitada a forma de contabilização da intensidade turística máxima propondo-se: “*Para o limiar da intensidade turística máxima são contabilizadas as camas em empreendimentos turísticos em exploração, ou com ato válido sobre projeto de arquitetura, pedidos de informação prévia de obras de edificação, pedidos de informação prévia ou operações de loteamento aprovados, bem como Planos de Pormenor com efeitos registais que abranjam lotes destinados a empreendimentos turísticos com contabilização da capacidade de alojamento (n.º de camas). Para o limiar máximo não são contabilizados os utentes de parques de campismo e de caravanismo*”.
- d) Artigo 20.º - Exploração de recursos energéticos renováveis
- n.º 2: Tendo em conta o estabelecido no n.º 3, acrescentar ao n.º 2 os “empreendimentos turísticos”, assinalando também os “Espaços de Ocupação Turística”, propondo-se a seguinte redação: “... nos aglomerados rurais, nas áreas de edificação dispersa e nos espaços de ocupação turística, ... devem garantir a compatibilidade com o uso habitacional e com empreendimentos turísticos ...”.
- e) Artigo 21.º - Exploração de recursos geológicos
- Sugere-se, mais uma vez, a fixação de afastamentos mínimos que acautelem os impactes de explorações de recursos geológicos relativamente a usos turísticos preexistentes.

Disposições gerais do solo rústico

- f) Artigo 23.º - Disposições comuns
- i. n.º 5, alínea a): Substituir “*Podem incluir empreendimentos turísticos nas tipologias: ...*” por “*São admitidas as seguintes tipologias de empreendimentos turísticos: ...*”.
 - ii. n.º 5, alínea f): Substituir “*A área mínima da parcela é ...*” por “*A área mínima do NDT é de ...*”.
 - iii. comentário adicional: o *Regulamento* deverá acomodar, no regime específico das categorias do solo rústico em que se justifique como uso compatível ou complementar, a instalação de NDT.
 - iv. novo comentário adicional: Admitindo-se a possibilidade de instalação de NDT, como parece ser o caso, embora não devidamente regulamentada conforme já referido, não se alcança

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacto ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

fundamento para a não previsão da possibilidade de instalação de “estabelecimentos hoteleiros isolados” em algumas das categorias do solo rústico. Tais empreendimentos apenas são referidos na EEM (alínea c) do n.º 3 do artigo 61.º), o que se afigura incongruente com a regulamentação dos empreendimentos turísticos nas várias categorias do solo rústico.

Aglomerados Rurais

g) Artigo 24.º - Identificação

- i. n.º 2: Complementar especificando as tipologias de empreendimentos turísticos admitidas nesta categoria de solo rústico que, pelas suas características específicas, requer as particularmente vocacionadas para a reabilitação do edificado, como o TER e o TH, bem como os hotéis. Refira-se, ainda, que não deverá ser utilizada a referência a NDT, visto que, pela dimensão que assumem poderão ser suscetíveis de descaracterizar estes aglomerados.
- ii. n.º 2: Salvar que os empreendimentos turísticos poderão ocupar a totalidade do edifício e não apenas o “*piso térreo dos edifícios habitacionais*”.

h) Artigo 25.º - Regime de edificabilidade

- i. n.º 4: Clarificar o que se entende por “*Instalações de apoio a atividades ambientais*”. Caso se refira à “*Instalação de equipamentos e estruturas de suporte e apoio ao recreio, lazer e atividades de animação turística em solo rústico*”, sublinha-se que tais atividades integram-se no uso “serviços”, lembrando, contudo, que tal uso, identificado no n.º 2 do artigo 24.º, não tem edificabilidade definida, lacuna que importa colmatar.
- ii. n.º 4: Rever a nota (1) do quadro clarificando o texto e tendo em consideração o definido no Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro, para “índice de ocupação” (“é o quociente entre a área total de implantação e a área de solo a que o índice diz respeito”) e “área de implantação do edifício” (“é a área de solo ocupada pelo edifício”).

Áreas de edificação dispersa

i) Artigo 26.º - Identificação

n.º 2, alínea c): Distinguir, separando, “*equipamentos de utilização coletiva*” e “*equipamentos e estruturas de suporte e apoio ao recreio, lazer e atividades de animação turística*”.

j) Artigo 27.º - Regime de edificabilidade

- i. n.º 2: Para os empreendimentos turísticos propõe-se a definição de “*Área máxima de impermeabilização*” determinada em função da área de implantação (p. ex. 30% da área de implantação, tal como definido para o caso dos “Espaços agrícolas”), de forma a promover a permeabilidade dos solos, concorrendo para os requisitos estabelecidos de eficiência hídrica (ET27), bem como para os objetivos do PDM estabelecidos na alínea a)iv do n.º 3 do artigo 2.º.
- ii. n.º 2: Alerta-se para que a menção a “*Edificabilidade*” não se reporta a qualquer tipo de parâmetro urbanístico (será área de construção?), situação que deverá ser clarificada.

Espaços agrícolas

k) Artigo 28.º - Identificação

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacto ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

Turismo de Portugal, IP
Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa - Portugal T. +351 211 140 200 F. +351 211 140 830 NIF: 508 666 236 info@turismodeportugal.pt www.turismodeportugal.pt
www.visitportugal.com

comentário adicional: Complementar especificando os usos admitidos, nomeadamente, quais as tipologias de empreendimentos turísticos admitidas nesta categoria de solo, e ainda, eventualmente, a “*instalação de equipamentos e estruturas de suporte e apoio ao recreio, lazer e atividades de animação turística*”.

l) Artigo 29.º - Regime de edificabilidade

- i. n.º 1: Clarificar o que se entende por “*Instalações de apoio a atividades ambientais*”. Caso se refira à “*Instalação de equipamentos e estruturas de suporte e apoio ao recreio, lazer e atividades de animação turística em solo rústico*”, uniformizar a designação ao longo do *Regulamento*, sugerindo-se definir parâmetros genéricos nas “Disposições gerais” do solo rústico.
- ii. n.º 1: Como acima referido, relativamente ao regime de edificabilidade nas “Áreas de edificação dispersa” a menção a “*Edificabilidade*” não se reporta a qualquer tipo de parâmetro urbanístico, situação que deverá ser clarificada.
- iii. n.º 1: No caso das “Instalações de apoio às atividades agrícolas, pecuárias e florestais”, “Estabelecimentos industriais, transformação e venda de produtos agrícolas, silvícolas e pecuários”, “Instalações de apoio a atividades ambientais” e “Empreendimentos turísticos”, deverá a redação ser retificada para “*Área de implantação acrescida de ...*”. Com efeito, apenas para o caso da “Habitação” faz sentido a referência a “Área máxima”, e ajustar o título da coluna.
- iv. n.º 3: Alerta, mais uma vez, para que a menção a “*edificabilidade*” não se reporta a qualquer tipo de parâmetro urbanístico, situação que deverá ser clarificada.
- v. n.º 3, alínea c): Complementar “*Apoios à atividade*”, especificando a que usos se aplica.

Espaços florestais

m) Artigo 30.º - Identificação

comentário adicional: Complementar especificando os usos admitidos, nomeadamente, quais as tipologias de empreendimentos turísticos admitidas nesta categoria de solo, e ainda, eventualmente, a “*instalação de equipamentos e estruturas de suporte e apoio ao recreio, lazer e atividades de animação turística*”.

n) Artigo 31.º - Regime de edificabilidade

- i. n.º 1: Como referido relativamente ao n.º 1 do artigo 29.º (“Espaços agrícolas”), clarificar o que se entende por “*Instalações de apoio a atividades ambientais*”.
- ii. n.º 1: Como já referido, a menção a “*Edificabilidade*” não se reporta a qualquer tipo de parâmetro urbanístico, situação que deverá ser clarificada.
- iii. n.º 1: Como referido relativamente ao n.º 1 do artigo 29.º (“Espaços agrícolas”), no caso das “Instalações de apoio às atividades agrícolas, pecuárias e florestais”, “Estabelecimentos industriais, transformação e venda de produtos agrícolas, silvícolas e pecuários”, “Instalações de apoio a atividades ambientais” e “Empreendimentos turísticos”, deverá a redação ser retificada para “*Área de implantação acrescida de ...*”, e ajustado o título da coluna.
- iv. n.º 3: Como referido relativamente ao n.º 3 do artigo 29.º (“Espaços agrícolas”), alerta-se para que a menção a “*edificabilidade*” não se reporta a qualquer tipo de parâmetro urbanístico, situação que deverá ser clarificada.

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacto ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

- vi. n.º 3, alínea c): Como referido relativamente à alínea c) do n.º 3 do artigo 29.º ("Espaços agrícolas"), complementar "*Apoios à atividade*", especificando a que usos se aplica.

Espaços naturais e paisagísticos

o) Artigo 32.º - Identificação

comentário adicional: Complementar especificando os usos admitidos, nomeadamente, quais as tipologias de empreendimentos turísticos admitidas nesta categoria de solo (esclarecendo se só é admitida a sua instalação em preexistências, e as tipologias TER e TH, como parece ser o caso face ao estabelecido no artigo 33.º), e ainda, eventualmente, a "*instalação de equipamentos e estruturas de suporte e apoio ao recreio, lazer e atividades de animação turística*".

p) Artigo 33.º - Regime de edificabilidade

- i. Como referido relativamente ao n.º 3 do artigo 29.º ("Espaços agrícolas"), alerta-se para que a menção a "*edificabilidade*" não se reporta a qualquer tipo de parâmetro urbanístico, situação que deverá ser clarificada.
- ii. Como referido relativamente à alínea c) do n.º 3 do artigo 29.º ("Espaços agrícolas"), complementar "*Apoios à atividade*", especificando a que usos se aplica.

Espaços de ocupação turística

q) Artigo 39.º - Identificação

Na área correspondente ao "Espaço de ocupação turística" assinalado na *Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo (planta F)*, existe um PCC - denominado "Monte do Azibo" com capacidade de 70 campistas (RNET n.º 5278) e um Aldeamento Turístico - denominado "Monte Bela Vista" com capacidade de 32 camas/utentes (RNET n.º 10358).

- i. n.º 1: Corrigir o texto e adequar as tipologias de empreendimentos turísticos à realidade existente no local, sugerindo-se "*Os espaços de ocupação turística correspondem a áreas cuja utilização dominante é a atividade turística, admitindo-se a instalação de empreendimentos turísticos nas tipologias, aldeamentos turísticos, TER, TH e parques de campismo e de caravanismo*". Esclarece-se que, para além de não constar do Regulamento o conceito de "*empreendimentos turísticos isolados*", utilizado em alguns PROT, este não se aplica aos "Espaços de ocupação turística", pois, como o próprio nome indica, são empreendimentos isolados, o que não é adequado, aos "Espaços de ocupação turística", nem aos "Aglomerados rurais", nem ao solo urbano.
- ii. n.º 2: Corrigir, suprimindo "*os usos complementares nos empreendimentos turísticos*", uma vez que estes integram os próprios empreendimentos estando previstos na legislação turística (RJET²) e acrescentando, a "*instalação de equipamentos e estruturas de suporte e apoio ao recreio, lazer e atividades de animação turística*" e, p. ex, estabelecimentos de restauração e bebidas.

r) Artigo 40.º - Ocupações, utilizações e regime

n.º 1: Rever o texto no sentido de clarificar a que "*polígonos*" se reporta, sob pena de não se alcançar o pretendido.

² Regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 39/2008, de 7 de março, na sua redação atual

Disposições gerais do solo urbano

s) Artigo 43.º - Edificabilidade

n.º 1 e n.º 2, alíneas b) e c): Definir “moda” (no artigo 5.º do Regulamento) uma vez que este conceito não consta do Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro, e é utilizada não só neste artigo como também no artigo 46.º (“Espaços centrais”), no artigo 48.º (“Espaços habitacionais”) e no artigo 50.º (“Espaços urbanos de baixa densidade”).

Espaços centrais

t) Artigo 45.º - Identificação

n.º 2, alínea b): Substituir “Turismo”, termo muito abrangente e indefinido, por “empreendimentos turísticos”.

Espaços habitacionais

u) Artigo 47.º - Identificação

n.º 2, alínea b): Complementar, especificando a possibilidade de instalação de “empreendimentos turísticos”.

Espaços urbanos de baixa densidade

v) Artigo 49.º - Identificação

Complementar com possibilidade de instalação de “empreendimentos turísticos”, aliás harmonizando com a abordagem proposta para as categorias de solo urbano antecedentes.

Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo (POAA)

w) Artigo 57.º - Zona de reserva

Artigo 58.º - Zona de proteção

Considera-se incompleta a transposição das diretivas do POAA quer para a “zona de reserva” como para a “zona de proteção”, não sendo especificadas as atividades e instalações admitidas e quais as suas limitações, especificamente para a “zona de proteção”.

Estrutura Ecológica Municipal (EEM)

x) Artigo 61.º - Regime da EEM

n.º 4, alínea c): Complementar com “..., excetuando a impermeabilização devido à instalação de estruturas de suporte e apoio ao recreio, lazer e a atividades de animação turística, que ...”.

Zonas inundáveis

y) Artigo 65.º - Zonas inundáveis

n.º 5: Tendo por objetivo a valorização da oferta de alojamento turístico, deverá ser acrescentada uma alínea estabelecendo a proibição de instalação de empreendimentos turísticos nas áreas delimitadas como zonas inundáveis.

Estabelecimentos com produtos explosivos e substâncias perigosas

z) Artigo 67.º - Estabelecimentos com produtos explosivos e substâncias perigosas

n.º 1: Complementar, acrescentando "A 100 metros da localização ..., é interdita a construção de edifícios destinados a habitação e a empreendimentos turísticos, ...".

Rede rodoviária

aa) Artigo 77.º - Características

n.º 2: Complementar especificando, "Nas restantes vias públicas ...", uma vez que as características e os valores definidos apenas se aplicam a vias públicas e não às vias internas privadas, p. ex. de um empreendimento turístico.

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG)

Relativamente às duas UOPG seguidamente identificadas, destinadas à instalação empreendimentos turísticos, faz-se notar que as mesmas localizam-se, na sua totalidade, em área abrangida pela zona terrestre de proteção da Albufeira do Azibo e da Albufeira do Baixo Sabor.

bb) UOPG 02 - Área de Vocação Turística da Albufeira do Azibo

- i. alínea a)iii: Definir a tipologia dos empreendimentos turísticos previstos compatibilizando com o definido no POAA³.
- ii. alínea a)iii: Esclarecer o que se entende por "equipamentos turísticos".
- iii. comentário adicional: Considera-se excessiva a área da UOPG que coincide com a totalidade da zona terrestre de proteção da albufeira (1.071,02ha), devendo a mesma ser ponderada, restringindo-se à área com maior potencialidade turística.

cc) UOPG 14 - Área de Vocação Turística da Albufeira do Baixo Sabor

- i. alínea a)iii: Definir a tipologia dos empreendimentos turísticos adequadas de forma a compatibilizar este uso com o estabelecido na legislação aplicável à zona terrestre de proteção (incluindo a zona reservada) desta albufeira de águas públicas (cfr. artigo 2.º da Portaria n.º 91/2010, de 11 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, na sua redação atual).
- ii. alínea a)iii: Esclarecer o que se entende por "equipamentos turísticos".
- iii. comentário adicional: Como já referido relativamente à UOPG 02, considera-se excessiva a área abrangida pela UOPG que coincide com a totalidade da zona terrestre de proteção da albufeira no concelho de Macedo de Cavaleiros (527,46ha), devendo a mesma ser ponderada, restringindo-se à área com maior potencialidade turística.

Omissões:

dd) Estacionamento em empreendimentos turísticos

Como já referido em anterior parecer do TdP, o Regulamento é omissivo relativamente à dotação de lugares de estacionamento. No caso específico dos empreendimentos turísticos deverão ser

³ Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo, aprovado por Despacho Conjunto publicado no DR de 8 de junho de 1993

salvaguardadas as situações em que a legislação específica não define (Portaria n.º 327/2008, de 28 de abril, alterada pela Portaria n.º 309/2015, de 25 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 49/2015, de 2 de novembro), e deverão ser ajustados às especificadas do concelho os requisitos mínimos nesta matéria (artigo 96.º do RJIGT⁴)

O *Regulamento* deverá ainda estabelecer condições de dispensa de estacionamento nos casos em que se revele impossível a sua criação.

Recomenda-se a leitura do “Guia Orientador para a Abordagem ao Turismo na Revisão de PDM”, elaborado por este Instituto, disponível em <https://www.turismodeportugal.pt> (Portal Business > Planear e Iniciar > O Turismo nos IGT), especificamente capítulo 5.3.

ee) Cedências

O *Regulamento* deverá incluir disposições sobre cedências ao domínio municipal para implantação de espaços verdes públicos, habitação pública, a custos controlados ou para arrendamento acessível e equipamentos de utilização coletiva e as infraestruturas (artigo 96.º do RJIGT).

2. Plantas de Ordenamento (julho 2025)

Da análise genérica das *Plantas de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo*, alerta-se, ainda, para os seguintes aspetos:

Harmonizar/atualizar as *Plantas* com as alterações que vierem a ser introduzidas no *Regulamento*, nomeadamente na delimitação das UOPG 02 e 14.

3. Relatório Proposta (julho 2025)

Da análise do *Relatório* destacam-se os seguintes aspetos que carecem de ser complementados/retificados:

a) Classificação e Qualificação do Solo

Pág. 15: Complementar o texto com a fundamentação para a integração, no solo rústico, da categoria de “Espaços de Ocupação Turística” (EOT), considerando as disposições constantes do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, relativamente ao conceito de uso dominante de uma categoria, bem como o RJIGT, e o entendimento deste Instituto vertido no “Guia Orientador para a Abordagem ao Turismo na Revisão de PDM”, acima indicado, especificamente nos capítulos 5.1 e 5.2.

b) Monitorização e Avaliação

- i. Pág. 60, Tabela 6: Relativamente aos “Indicadores Macro” propostos, verifica-se, no âmbito do turismo, sob o tema “Economia”, apenas um indicador da procura, considerando-se pertinente a sua correção e a introdução de um indicador da oferta, propondo-se:
 - Indicador da procura a corrigir para: “*Total de dormidas nos estabelecimentos de Alojamento Turístico*” [N.º total em ET + AL | Fonte: INE)];
 - Indicador da oferta a introduzir: “*Capacidade total de alojamento em estabelecimentos de Alojamento Turístico*” [N.º total de utentes em ET + AL | Fonte: TdP/SIGTUR]’, podendo este indicador ser desdobrado em:

⁴ Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual

- “Capacidade de alojamento em Empreendimentos Turísticos” [N.º de camas/utentes | Fonte TdP/SIGTUR] e;
 - “Capacidade de alojamento em Estabelecimentos de Alojamento Local” [N.º de utentes | Fonte TdP/SIGTUR].
- ii. Pág. 62, Tabela 7: Relativamente aos “Indicadores Específicos” propostos, sob o tema “Ocupação do Solo”, considerando-se de substituir a menção a “hoteleiro” por “empreendimento turístico”:
- o “N.º de processos urbanísticos segregados por destino de obra (comércio, serviços, industrial, empreendimento turístico, habitacional e outros” [Fonte: MMC].
- c) Intenções Regulamentares
- Harmonizar/atualizar o documento com as alterações que vierem a ser introduzidas nos restantes elementos do Plano.

4. Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental (julho 2025)

Da análise do *Relatório Ambiental* constata-se que foram incorporadas algumas das observações efetuadas sobre a *versão preliminar* deste documento (de janeiro 2023), vertidas no parecer do TdP (INT/2023/3211 [DVO/DEOT/HR]), assinalando-se, no entanto, as seguintes situações a retificar/complementar:

- a) Pág. 132, Quadro VIII.1: Integrar o seguinte indicador definido para os objetivos de sustentabilidade enquadrados no FCD “Socioeconomia”, sob o critério de avaliação “Atividades económicas”, indicado nas pág. 24 e 25 (Quadro IV.4) e na pág. 71 e que, certamente por lapso, não foi indicado no presente Quadro:
- “Proveitos totais nos estabelecimentos de Alojamento Turístico” [€ | Fonte: INE].
- b) Harmonizar/atualizar o documento com as alterações que vierem a ser introduzidas ao *Regulamento*.

O *Resumo não Técnico* deverá ser atualizado, de acordo com o acima referido relativamente ao *Relatório Ambiental*.

III – CONCLUSÃO

Face ao exposto, do ponto de vista do turismo, propõe-se a emissão de parecer **favorável** à presente proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros, **condicionado** à retificação das seguintes questões:

- Normas legais e regulamentares aplicáveis referidas nas alíneas c)iii, dd) e ee) do ponto II.1;
- Conformidade com o Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo referida na alínea w) do ponto II.1;
- Questões técnicas referidas nas alíneas b)i, c)i, c)v, c)vi, c)vii, d) a v), e z) a cc) do ponto II.1, no ponto II.2 e na alínea a) do ponto II.3.

Deverão, igualmente, ser ponderados os demais aspetos de cariz técnico referidos nas restantes alíneas dos pontos II.1 e II.3 que visam contribuir para uma adequada abordagem ao setor do turismo.

Propõe-se, ainda, a emissão de parecer **favorável** ao Relatório Ambiental, devendo o mesmo ser retificado/complementado como descrito no ponto II.4 deste parecer.

À consideração superior,

Mania Henriqueta Reis

Henriqueta Reis (arquiteta) | 11.11.2025

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacto ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

Turismo de Portugal, IP
Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa - Portugal T. +351 211 140 200 F. +351 211 140 830 NIF: 508 666 236 info@turismodeportugal.pt www.turismodeportugal.pt
www.visitportugal.com



INFORMAÇÃO

PARECER

DESPACHO

ASSUNTO Parecer 2.ª reunião da Comissão Consultiva do PDM de Macedo de Cavaleiros

1. SITUAÇÃO

O presente parecer é emitido pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), através do Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil das Terras de Trás-os-Montes, no âmbito da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Macedo de Cavaleiros.

Esta pronúncia surge em resposta à convocatória para a 2.ª reunião da Comissão Consultiva recebida em 02/10/2025 e, nos termos da legislação em vigor, incide sobre a análise dos documentos da proposta de Plano submetidos à apreciação.

2. FINALIDADE

Emitir parecer sobre a proposta de revisão do PDM, avaliando a sua conformidade com os princípios e normativas de proteção civil. A análise incide sobre a adequada integração e ponderação dos riscos naturais e tecnológicos, a compatibilização do ordenamento do território com os instrumentos de planeamento de emergência vigentes e a adequação das medidas de salvaguarda propostas para a segurança de pessoas e bens.

3. ANÁLISE

Da análise à proposta de PDM, no que concerne à vertente da proteção civil, constata-se a sua compatibilização normativa, assegurando a proposta a articulação com os instrumentos de planeamento de emergência de âmbito municipal (o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil - PMEPC e o Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI).

Relativamente ao tratamento dos riscos, verifica-se que os riscos de Incêndio Rural, Cheias/Inundações e Acidentes Graves (Tecnológicos) se encontram devidamente ponderados, sendo objeto de identificação, cartografia e transposição para o regulamento.

Destacam-se como elementos justificativos da decisão as seguintes medidas de salvaguarda, extraídas do Regulamento da 2.ª Revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros:

- a. Risco de Inundação (Art. 65º): A proposta interdita a construção de caves e de "edifícios sensíveis" (hospitais, escolas, edifícios de gestão de emergência e socorro) nas zonas inundáveis.
- b. Risco Tecnológico (Art. 67º): É estabelecida uma zona de salvaguarda de 100 metros em redor de instalações perigosas, interditando a construção de habitação e locais de utilização pública.

- c. Usos Sensíveis (Art. 53º e 65º): O PDM acautela a localização dos próprios equipamentos de segurança e proteção civil, proibindo a sua instalação nas referidas zonas inundáveis.
- d. Alterações Climáticas (Art. 2º): A proposta incorpora princípios de adaptação, nomeadamente na gestão de águas pluviais e na proteção de linhas de água.

A próxima revisão do PMEPC deverá incorporar a análise de riscos atualizada do presente PDM para corrigir o desfasamento temporal e analítico existente, dado que o plano de emergência de referência (2018-2023) se encontra desatualizado.

4. CONCLUSÕES E PROPOSTAS

Considerando o exposto, e tendo em conta a análise realizada, emite-se **Parecer Favorável** à proposta de 2.ª Revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros.

Desta forma, propõe-se o envio da presente informação à Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), através da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT).

À consideração superior,

EMAILs:

geral@ccdr-n.pt
esmeralda.aragao@ccdr-n.pt
pcgt.apoio@dgterritorio.pt
geral@cm-macedodecavaleiros.pt

C/C

abmcgeral@gmail.com

À

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional do Norte

A/C Exma. Senhora

Presidente da Comissão Consultiva da revisão do
PDM de Macedo de Cavaleiros

Rua Padre António Vieira, 15

Apartado 238

5300-224 BRAGANÇA

Sua Referência
N.º email de PCGT
Pcgt.apoio@dgterritorio.pt
Procº. ID 678 (ex -190) _PDM de
Macedo de Cavaleiros -Revisão

Sua Data
02/10/2025

Nossa Referência
N.º DGADR-S04886-202511-OF-DSTAR\DOER
Doc DGADR-E04716_202510_DSTAR\DOER
Procº. 1610_2023

Data
14/11/2025

ASSUNTO: Revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros
Solicitação de parecer à proposta final de Plano
Convocatória para a 2ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva (CC) dia 14 de
novembro de 2025

I - Enquadramento

1. Pelo e-mail da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) datado de 2 de outubro esta Direção-Geral foi convocada para a 2ª reunião plenária da Revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros e para ponderação e votação final da proposta do plano, com todo o seu conteúdo material e documental disponibilizado naquela plataforma e para aprovação da ata da 1.ª reunião plenária, realizada em 09 de março de 2023.
2. No âmbito competências desta Direção-Geral (DGADR) em matéria das obras de aproveitamento hidroagrícola (AH), regadio público, sujeitas ao regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola, que determina restrições ao uso da sua área beneficiada e das respetivas infraestruturas hidroagrícolas pertencentes ao domínio público e determinando servidões e restrições como garante da sua integridade e realização de trabalhos de conservação, reparação e modernização, é dever desta Direção-Geral assegurar que o Aproveitamento Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros (AHMC) – classificado como obra do grupo II, fique corretamente contemplado nas peças escritas e desenhadas que constituem o conteúdo material e documental da 2.ª revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros, enquanto condicionante no território do concelho de Macedo de Cavaleiros, que se estende ainda pelo concelho de Mirandela.

3. O AHMC rege-se pelas disposições do regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola (RJOAH) conforme o Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de julho, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 86/2002 de 6 de abril, conjugadas com o Regulamento Definitivo do AHMC (RDAHMC), Regulamento (extrato) n.º 93/2015, publicado no Diário da República, 2.ª Série, N.º 45, de 5 de março de 2015, e demais legislação complementar em vigor.
4. Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2013, de 9 de maio, o AHMC foi classificado como obra do grupo II – obra de interesse regional com elevado interesse para o desenvolvimento agrícola da região, nos termos dos artigos 6.º e 7.º do RJOAH. O AHMC encontra-se concessionado à entidade gestora a Associação de Beneficiários de Macedo de Cavaleiros (ABMC) nos termos do Contrato de Concessão Homologado a 11/05/2011.
5. Pela Portaria n.º 505/89, publicada no D.R. n.º 151, I.ª Série de 4 de julho de 1989, a ABMC foi reconhecida como pessoa coletiva de direito público para a gestão do AHMC.
6. O AHMC foi objeto de declaração de utilidade pública (DUP) urgente para as expropriações necessárias à realização das obras de aproveitamento hidroagrícola e correspondente estruturação fundiária, na zona do Projeto de Macedo de Cavaleiros, de 24/01/1992 do Ministro da Agricultura, publicada no D. R. n.º 77, 2.ª Série, de 01/04/1992.
7. Pelo seu declarado interesse regional e elevado interesse para o desenvolvimento agrícola da região em que se insere, que determinaram a sua classificação, o AHMC constitui, como já se referiu em pareceres anteriores, um polo de desenvolvimento regional contribuindo, para a coesão social da zona e para a diminuição do abandono de terras agrícolas e o despovoamento de núcleos populacionais da área dominada. Estão em exploração três blocos de rega, Macedo, Salselas e Cortiços, num total de 2928 ha, área deduzida das áreas objeto de exclusão na vigência do PDM em vigor.
8. Nos termos do Artigo 95.º - Proteção das áreas beneficiadas, do RJOAH, nos prédios ou parcelas de prédios da área beneficiada são proibidas, todas e quaisquer construções, atividades ou utilizações não agrícolas, exceto as que forem admitidas como complementares da atividade agrícola, nos termos dos regulamentos provisório e definitivo da obra de AH, como previsto no Artigo 39.º e respetivos Anexos 1 e 2 do RDAHMC.

9. Nos termos do Artigo 31.º do RJOAH as obras de AH pertencem ao domínio público e as infraestruturas determinam faixas de proteção de 5m para cada lado, destinadas a garantir a integridade física e permitir a realização dos trabalhos de conservação e reparação, nas quais não é permitido plantar árvores nem edificar, como se encontra estipulado nos Artigos 30.º e 32.º do RDAHMC.
10. Face às disposições conjugadas do Artigo 95.º do RJOAH e dos Artigos 30.º, 32.º e 39.º do RDAHMC, qualquer construção, atividade ou utilização não agrícola do solo da área beneficiada está sujeita à emissão de parecer prévio vinculativo desta Direção-Geral, entidade que deve ser consultada no âmbito do RJUE.
11. A área beneficiada do AHMC deve estar classificada como RAN, nos termos do RJRAN (n.º 3, do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro).
12. Excetuam-se as áreas/manchas do AHMC que tenham sido objeto de proposta de reclassificação de solo para integrar perímetro urbano, **aceite pela DGADR** em sede de parecer ao Plano.
13. As áreas do AHMC para as quais a DGADR emita parecer favorável, à proposta de reclassificação de solo, para incluir em solo urbano, dentro dos limites de perímetros urbanos, e as áreas do AHMC incluídas em Aglomerados Rurais, Áreas de Edificação Dispersa (AED) ou com qualificação de solo incompatível com o RJOAH (e.g. Espaços de Ocupação Turística, Espaço de Equipamento, Infraestruturas e outras qualificações incompatíveis com o uso agrícola, em solo rústico, sem enquadramento no RJOAH), estão sujeitas ao procedimento prévio de exclusão do AHMC, procedimento esse que não opera automaticamente em sede de aprovação do Plano, pelo que as Áreas a Excluir do AH têm de ficar identificadas/representadas cartograficamente e a sua sujeição ao procedimento de exclusão consequentemente ter tradução no regulamento do Plano. A exclusão efetua-se ao abrigo do artigo 101.º do citado diploma (RJOAH), e do Decreto Regulamentar n.º 2/93 de 3 de fevereiro, a requerimento do titular de direito do prédio objeto de operação urbanística prevista no PDM publicado.
14. Como se tem informado ao longo do acompanhamento, salientamos o facto de, enquanto que a exclusão da RAN, sendo aceite pela entidade competente, é “automática” deixando as manchas de integrar a Planta de Condicionantes - RAN, a proposta de exclusão das áreas beneficiadas dos AH, sendo aceite pela DGADR, em sede de acompanhamento e emissão de parecer ao Plano, só

ocorrerá, após a aprovação/publicação do Plano, a requerimento do titular do prédio, inserido na área urbana consignada no PDM em vigor ou em aglomerado rural, uma vez que tal exclusão só é eficaz após o pagamento do “montante compensatório”, pelo qual o Estado se faz ressarcir do custo da obra na proporção da área excluída do AH.

15. Decorre do anterior a necessidade de as peças desenhadas do Plano identificarem claramente as áreas do AHMC que estão condicionadas à sua exclusão, “Áreas a excluir do AHMC”, decorrente do parecer favorável emitido pela DGADR, à proposta de exclusão. Sublinha-se ainda que, os limites do AH mesmo em situações de propostas de exclusão aceites pela DGADR não são alterados em sede da elaboração da revisão do Plano.

16. A apreciação que a DGADR efetua à proposta de exclusão de áreas do AHMC decorrente da proposta de ordenamento, tem de atender que a exclusão dessas áreas não pode pôr em causa a viabilidade técnica da obra nem o interesse público que determinou a sua realização, devendo ser justificadas pela Câmara Municipal, em face do carácter excecional da reclassificação de solo, e aos critérios de inclusão de solo rústico em perímetro urbano e/ou incompatível com o uso agrícola, em solo rústico.

II – Análise

Após a análise dos elementos da proposta de revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros (PDMMC) temos a informar o seguinte:

17. Planta de Condicionantes (PC)–Geral (r01)

17.1 Ao contrário do que se verificava na Planta de Condicionantes (PC) da versão preliminar do Plano, na Planta agora apresentada não constam as infraestruturas do AHMC, nomeadamente o canal condutor geral (CCG) e outras infraestruturas, estas com localização aproximada. Esta omissão terá de ser corrigida, dado que as infraestruturas do AHMC integram o domínio público nos termos do artigo 31.º do RJOAH e da DUP publicada no D. R. n.º 77, 2.ª Série, de 01/04/1992, como se informa nos números 6 e 9 do p. parecer. A necessária inclusão das infraestruturas do AHMC na PC – Geral, determina que a respetiva legenda deve ser aditada em conformidade, com a área beneficiada, com o atual grafismo e, com as infraestruturas do AHMC, com simbologia adequada (linha com cor legível).

- 17.2 Como se informou no parecer emitido em 2023 a localização das infraestruturas é aproximada e carece de confirmação no terreno a sua exata localização, pela concessionária do AH, em sede de gestão urbanística do Plano. Há que informar também que, a rede de rega do AH para além das condutas e respetivos ramais representados na PC é constituída por outros órgãos e equipamentos que não se representam à escala de publicação do PDM, mas que impõem restrições ao uso do solo na respetiva faixa de proteção, destinada à salvaguarda da sua integridade e funcionamento, operações de manutenção, conservação ou reparação, carecendo sempre de emissão de parecer da DGADR qualquer ação na proximidade das referidas infraestruturas.
- 17.3 A área beneficiada do AHMC em solo rústico deve estar classificada/incluída na RAN, nos termos da legislação em vigor. Excecionam-se as áreas do AHMC que, na presente revisão, a DGADR aceite a proposta de exclusão do AHMC, por reclassificação de solo rústico em solo urbano, e consequente exclusão da RAN pela entidade competente.
- 17.4 Como a seguir neste parecer se informará, na análise à proposta de Ordenamento- Propostas de Exclusão do AHMC, dado que a DGADR não aceita a totalidade da proposta de exclusão de áreas do AHMC, na PC terá de ser corrigida a RAN em AHMC em solo rústico, em conformidade com a proposta de exclusão do AHMC e da RAN consensualizadas.

18 Propostas de Exclusão do AHMC

- 18.1 Como se informou no parecer de 2023 à versão preliminar do Plano, **as áreas do AHMC para as quais a DGADR aceite a proposta de exclusão**, integram as **Áreas a excluir do AHMC**, respetivamente, com proposta de inclusão em perímetro urbano (reclassificação de solo rústico do AHMC em solo urbano), de inclusão em aglomerado rural, de inclusão em áreas de edificação dispersa ou, ainda, as áreas de AH com proposta de uso/qualificação de solo sobre AHMC incompatível com o RJOAH (e.g. Espaços de Ocupação Turística, Espaço de Equipamento, Infraestruturas e outras estruturas ou ocupações, e outras qualificações incompatíveis com o uso agrícola, em solo rústico, sem enquadramento no RJOAH).
- 18.2 As **Áreas a excluir do AHMC** deverão ser cartografadas, em Planta que integre os elementos fundamentais do PDM, e que melhor enquadre estas áreas. A cartografia/representação das **“Áreas a excluir do AHMC “** permite a sua clara identificação, designadamente, na gestão urbanística da proposta de plano aprovada, dado que, a exclusão terá de ser prévia à

realização das operações urbanísticas previstas no Plano, uma vez que, é através do procedimento de exclusão, a requerimento do titular da operação urbanística, que a **Área a excluir do AHMC** deixará de estar condicionada às disposições do RJOAH, que no seu artigo 95.º “proíbe toda e qualquer construção, atividade ou utilização não agrícola dos prédios ou parcelas da área beneficiada,...”. Com a exclusão eficaz nos termos do Artigo 101.º do RJOAH, o prédio /parcela deixará de estar sujeito ao RJOAH e, consequentemente, o uso que lhe está proposto no Plano poderá concretizar-se.

- 18.3 Verificamos nesta versão do Plano, que as “Áreas a Excluir do AHMC”, estão representadas na Planta de Ordenamento – Salvaguardas – r01, na “categoria” das salvaguardas *Instituídas pelo Plano*, o que se admite, por se tratar de Planta que integra os elementos fundamentais em desdobramento da Planta de Ordenamento, pese embora a posição da DGADR transmitida no parecer em sede da 1.ª reunião plenária da CC.
- 18.4 Admite-se que a cartografia das “Áreas a excluir do AHMC” fique representada na Planta de Ordenamento (PO) – Salvaguardas – r01. Contudo, esta Planta terá de ser atualizada/corrigida, no que a estas Áreas diz respeito, em resultado das propostas de exclusão do AHMC que mereçam parecer favorável desta Direção-Geral. Como já se referiu e de seguida se explicitará a DGADR não aceita a totalidade das propostas de exclusão do AHMC.
- 18.5 A CMMC apresentou as propostas de exclusões da RAN bruta, num documento intitulado “RAN (exclusões para efeitos de ordenamento) onde se incluem as propostas de exclusão do AHMC (ficheiro (DOC_ RANExclusoes_PDM_MC_vf – julho 2025).
- 18.6 A DGADR focou a sua análise nas áreas que a CMMC propõe para exclusão do AHMC para efeitos da proposta de ordenamento. Esta análise está resumida num relatório e quadros que se anexam.
- 18.7 A presente proposta de revisão do PDM apresenta 230 propostas de exclusão da RAN, num total de 1 374 989,05 m² (137,50 hectares). Destas, **147 sobrepõem-se à área beneficiada pelo AHMC**, totalizando cerca de 60,3 hectares, das quais, 76 são áreas propostas como exclusão do AH, num total de 59,85 ha, e, 71 são propostas como acertos cartográficos (<300 m²), num total de 0,44 ha.

18.8 Analisando a proposta do AHMC que é composta por 2 tipologias de áreas temos a referir o seguinte:

- a) Áreas que pela sua configuração, localização e dimensão (inferior a 300 m²), num total de 71 polígonos/FID (0,44 ha) são propostos pela CMMC como acerto cartográfico/aferição do limite do AHMC. Destas áreas considerou-se que 6 delas ao invés de acertos cartográficos, configuram propostas de exclusão a efetivar nos termos do artigo 101.º do RJOAH. Estão identificadas com os FID 185, 186, 203, 206, 213 e 217, totalizando 1 281,81 m².
- b) As restantes são áreas que constituem efetivas propostas de exclusão do AHMC sujeitas ao procedimento de exclusão nos termos do RJOAH.

18.9 Analisada a proposta de exclusão (identificada na alínea b) do número anterior deste parecer, esta Direção-Geral **conclui pela não aceitação da totalidade da proposta de exclusão de áreas do AHMC**, tal como se encontra expresso no relatório de análise que se anexa e que faz parte integrante do p. parecer. No relatório a DGADR justifica, por polígono de proposta de exclusão, as razões para a emissão de parecer desfavorável, bem como, de parecer favorável.

18.10 Ocorrem situações em que se redesenhou o polígono de exclusão proposto pelo município, com indicação da parte com parecer favorável e da parte com parecer desfavorável. Deste redesenho por vezes ocorre que a área remanescente configura um acerto cartográfico (eg. Ue8, carta 78c e Ue22 carta 78a). Ocorrem ainda outras situações, nomeadamente, de alguns polígonos de proposta de exclusão do município que a DGADR considera como acertos cartográficos/aferição do limite do AHMC, e que estão como tal identificados (E01, E02, Ua6 e Ua8, da carta 78 a). Estas situações totalizam 3 185,30 m². Acresce ainda a referência aos polígonos/FID que a CM propõe como acerto cartográfico e que a DGADR considera que configuram áreas a excluir do AHMC (e.g. 185, 186, 203, 206, 213 e 217). Como já referimos na alínea a) do número 18.8 do p. parecer.

18.11 Resumindo o parecer da DGADR em relação à **proposta de exclusão do AHMC** submetida a parecer é o seguinte:

18.11.1 **Acertos cartográficos** - A DGADR aceita genericamente a proposta de acertos cartográficos /aferição do limite do AHMC, com exceção dos 6 polígonos com os FID

indicados na alínea a) do número 18.8 do p. parecer, aos quais acrescem as situações referidas no número 18.10 do p. parecer e as áreas remanescentes que resultam do redesenho da área a excluir. O total de acertos cartográficos propostos pela DGADR totalizam cerca de **0,63 ha** do AHMC.

18.11.2 Proposta de exclusão – Da proposta do município abrangendo os seguintes perímetros urbanos, Cernadela, Cortiços, Grijó, Macedo de Cavaleiros, Castelões, Vale da Porca e Salselas e área de edificação dispersa, acrescida dos FID identificadas na alínea a) do número 18.8 do p. parecer, a DGADR emite **parecer favorável a cerca de 41 ha e parecer desfavorável a cerca de 18,7 ha.**

18.11.3 Duma maneira geral as áreas com proposta de exclusão do AHMC a que se emite parecer favorável são áreas que já se encontram edificadas ou que constituem espaços de colmatção entre manchas edificadas. A algumas destas áreas a DGADR já tinha emitido parecer favorável aquando da 1.^a revisão do PDMMC publicado em 2015 e também aquando da elaboração do Plano de Urbanização de MC (PUMC) publicado em 1998 e alterado em 2019.

18.11.4 Contudo, este aspeto não foi determinante em exclusivo para a emissão de parecer favorável. De facto, verificamos que algumas daquelas áreas com proposta de exclusão do município e aceites pela DGADR em sede da 1.^a revisão do PDMMC, não foram edificadas, e consequentemente não foi requerida à DGADR a sua prévia exclusão como previsto, volvidos que foram pelo menos 20 anos sobre a proposta de ordenamento. Entende esta Direção-Geral que algumas destas áreas devem reverter para solo rústico do AHMC.

18.11.5 Um dos critérios para a não aceitação das algumas áreas propostas para exclusão foi o facto de estarem cultivadas maioritariamente com culturas permanentes, cumulativamente com a particularidade de se localizarem na “fronteira” entre edificado consolidado e o solo rústico do AHMC.

18.12 Importa referir que a área total do AHMC com parecer favorável da DGADR à proposta de exclusão totaliza cerca de 41 ha, 20,7 ha sem Macedo de Cavaleiros e 20,3 ha são nos outros perímetros urbanos. Destes, verifica-se uma maior incidência de área a excluir em Grijó,

Salselas e Carrapatas, eventualmente pela proximidade à cidade de Macedo de Cavaleiros e à albufeira do Azibo.

18.13 A área total do AHMC com parecer desfavorável (18,7 ha), maioritariamente incide nos outros perímetros urbanos e não em Macedo de Cavaleiros com cerca de 4 ha.

18.14 Finalmente importa referir que a totalidade da proposta de exclusão com parecer favorável da DGADR representa 1,4% da área beneficiada do AHMC e a área com parecer desfavorável representa 0,6%.

18.15 Importa ainda informar que a proposta de exclusões, nos termos do RJOAH, não pode pôr em causa a viabilidade técnica e económica do AHMC ou o interesse público que determinou a execução deste AH. A diminuição de área do AH, por reclassificação de solo rústico em solo urbano, traduz-se numa perda de receita para a gestão da obra hidroagrícola, decorrente da quebra de receita que provém da Taxa de Conservação (TC) (€/ha beneficiado). Verificou-se que a perda de receita anual proveniente da TC por via da proposta de exclusão do AHMC com parecer favorável desta Direção-Geral não coloca em causa a viabilidade económica do AHMC.

19 Planta de Ordenamento (PO) – Classificação e Qualificação do solo

Após a análise efetuada em todo o número anterior deste parecer, com implicações nas Plantas de Ordenamento – Classificação e Qualificação de Uso do Solo e de Salvaguardas, bem como, por consequência, na Planta de Condicionantes (RAN), dado que as áreas de AH não inseridas em solo urbano são classificadas como RAN, temos a referir o seguinte:

19.1 As áreas do AHMC, com exceção das que a DGADR emitiu parecer favorável à exclusão do AH, devem estar classificadas como solo rústico e qualificadas como **Espaço agrícola de produção**, para o distinguir do restante Espaço agrícola sem obra hidroagrícola, como dispõe alínea a) no n.º 3 do artigo 18.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015 de 19 de agosto:

- Os espaços agrícola de produção que correspondem a espaços com elevada capacidade de uso e aptidão agrícola.

Ora as áreas beneficiadas dos AH submetidas ao regime jurídico específico das obras de AH estão sujeitas ao regime de proteção como disposto no artigo 95.º do RJOAH, que determina que nos prédios das áreas beneficiadas estão proibidas todas e quaisquer construções,

atividades ou utilizações não agrícolas, exceto as admitidas como complementares da atividade agrícola. Os beneficiários dos AH estão sujeitos ainda à comparticipação nos custos de conservação e nos custos de gestão da obra hidroagrícola, mediante o pagamento das taxas de conservação (por hectare beneficiado) e de exploração (por m³ de água consumido). Reforça-se que a qualificação como espaço agrícola de produção – espaço vocacionado para a atividade agrícola em sistema de regadio, decorre dos investimentos do Estado na sua infraestruturação hidroagrícola com o objetivo de desenvolvimento do potencial produtivo da área abrangida, destinada às atividades e produções agrícolas em sistema de produção de regadio. A classificação das obras denota a importância das mesmas para as regiões ou locais em que se inserem, designadamente, com interesse regional e elevado interesse para o desenvolvimento agrícola da região, como é o caso do AHMC.

- 19.2 As áreas do AHMC com parecer favorável da DGADR, à sua reclassificação de solo, para integrarem solo urbano, que tenham também sido excluídas da RAN Bruta pela Entidade competente, terão de ficar representadas na cartografia do Plano como “Áreas a excluir do AHMC” com grafismo próprio e regulamentadas no articulado do Regulamento. Estão ainda nesta situação as Áreas de Edificação Dispersa, com parecer favorável da DGADR à exclusão do AHMC. Estas duas “Áreas a excluir do AHMC” representadas na Planta de Ordenamento – Salvaguardas terão de estar de acordo com as “Áreas a excluir do AHMC” com parecer favorável da DGADR e não de acordo com a proposta de exclusão do município.

20 Regulamento

Este Elemento do Plano deverá ser revisto de acordo com o que seguidamente se propõe.

20.1 Capítulo II – Servidões e Restrições de Utilidade Pública - Artigo 6.º - Âmbito e Objetivos, a identificação correta da Condicionante em causa, deve ser:

- “*Obras de Aproveitamento Hidroagrícola – Aproveitamento Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros (área beneficiada e infraestruturas)*”, ou simplesmente, “*Aproveitamento Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros (área beneficiada e infraestruturas)*”, devendo haver correspondência de identificação entre o Regulamento e a legenda da Planta de Condicionantes - Condicionantes Gerais a qual terá de ser corrigida de modo a que fiquem representadas as infraestruturas do AH, para além da área beneficiada, e consequente correção da legenda;

20.2 Embora no regulamento haja a referência às infraestruturas do AHMC (n.º 10 do Artigo 42.º - Disposições Comuns, do Capítulo I – Disposições Gerais, do Título V – solo Urbano , cabe informar que as infraestruturas e as faixas que determinam não se aplicam exclusivamente no solo urbano, mas também no solo rústico onde são admitidas construções complementares da atividade agrícola, nos termos do Regulamento Definitivo do AH, que estão igualmente sujeitas ao respeito pela integridade das infraestruturas existentes e suas faixas de proteção. Decorre do exposto que a norma deverá ser extensiva ao solo rústico, tanto mais que há infraestruturas do AH exteriores à área beneficiada. Como se pode ler a alínea d) deste n.º 10 refere que as infraestruturas estão identificadas na PC – Geral, o que não se verifica e terá de ser corrigido.

20.3 Seção IV – Espaços Agrícolas, Artigo 28.º - Identificação.

Tendo em consideração o referido no número 20.1 do p. parecer e com relação ao que esta Direção-Geral referiu para a PO – Classificação e Qualificação entende-se que o regulamento neste Artigo 28.º deverá desdobrar o Espaço Agrícola nas subcategorias Espaço Agrícola de Produção e Outro espaço agrícola, considerando os termos de utilização do solo agrícola e edificabilidade tal como definidos no RJOAH, bem como, encontrando-se as áreas do AH equipadas com infraestruturas hidroagrícolas cuja integridade importa respeitar e preservar, não devendo os usos previstos provocar quaisquer interferências que prejudiquem a sua gestão. De referir que ao contrário do que se verifica para o Espaço Agrícola verifica-se existir desdobramento para o Espaço Florestal em conformidade com os usos em cada subcategoria.

Quanto às normas deste artigo 28.º não se concorda com a redação do n.º 2, uma vez que, o Código das Boas Práticas Agrícola é obrigatório apenas nas zonas vulneráveis. Não se conhecem zonas vulneráveis no concelho de Macedo de Cavaleiros, pelo que, “a prática da atividade agrícola pode ser realizada em conformidade com o CBPA, **ao invés de**, “**deve** ser realizada em conformidade com aquele Código”. Solicita-se a correção da redação em conformidade com o exposto.

20.4 Entende esta Direção-Geral que relativamente à salvaguarda das áreas beneficiadas pelo AHMC e respetivas infraestruturas, face às disposições específicas do regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola, em matéria de proteção das áreas beneficiadas o qual impõe restrições às utilizações não agrícolas, atividades e construções permitidas nestas

áreas, o Regulamento deveria integrar, no seu articulado, um artigo próprio para a “Área do Aproveitamento Hidroagrícola” com seguinte proposta e texto, como se fez referência no parecer antecedente (2023).

1. Nas áreas abrangidas pelo Aproveitamento Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros (AHMC), em solo rústico, toda e qualquer construção, reconstrução, atividade ou utilização não agrícola em prédios da área beneficiada está sujeita a parecer prévio vinculativo da entidade competente, nos termos do regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola.

2. As operações urbanísticas e demais ações admitidas no solo rústico e no solo urbano não podem interferir com as infraestruturas da obra de aproveitamento hidroagrícola e respetivas faixas de proteção, nos termos do regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola.

3. Nas faixas de proteção às infraestruturas dos aproveitamentos hidroagrícolas, de 5 m para cada lado das mesmas, é interdita a plantação de árvores ou a colocação de qualquer tipo de vedação ou cerca, exceto quando esta for considerada conveniente por razões ambientais, de quebra ventos ou de simples divisória de prédios rústicos, e desde que não afete a integridade dessas infraestruturas, nem dificulte os trabalhos de manutenção e conservação da rede do aproveitamento. Estas disposições também se aplicam à implantação de construções ou ao exercício de outras atividades não agrícolas.

4. As Áreas a excluir do AHMC que se encontram representadas/cartografadas na PO – Salvaguardas, inseridas em solo urbano e inseridas em área de edificação dispersa, em solo rústico são objeto de exclusão do AHM e nelas qualquer ação, construção ou utilização não exclusivamente agrícola, objeto de controlo prévio nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, carece da prévia exclusão do AHMC com o consequente pagamento do montante compensatório devido nos termos da lei em vigor.

20.5 O Artigo 23.º - Disposições Comuns, do Título IV - Solo Rústico deverá ser corrigido, uma vez que, as ocupações e utilizações permitidas no Artigo, nem todas são admitidas nas áreas do AHMC. Em consequência o texto deverá fazer a referência a que as normas se aplicam **“Sem prejuízo do regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola, nas áreas do AHMC”**, ou ser incorporado um número neste artigo onde fique claro que, *nas áreas do AHMC, só são admitidas as construções, atividades e utilizações agrícolas e as admitidas como complementares da atividade agrícola, na sequência de parecer favorável da DGADR,*

cumpridas que sejam, cumulativamente as condições de admissibilidade previstas no Regulamento Definitivo do AHMC, por remissão do Artigo 95.º do RJOAH, ou em opção a este texto, “ sem prejuízo do regime das obras de aproveitamento hidroagrícola”

20.6 O **Artigo 26 e 27.º da Seção III - Áreas de edificação dispersa** nas quais estão previstos usos que não são admitidos na área beneficiada do AHMC, tais como serviços, comércio e empreendimentos de turismo de habitação (TH) e TER, dos quais o RJOAH, não admite os hotéis rurais, nem TH, considera-se que deverá ser acrescentado um ponto que, condicione a edificabilidade para aqueles usos e consequentemente o respetivo licenciamento ou autorização, à prévia exclusão do AHMC, ao abrigo do Artigo 101.º do RJOAH sendo que a exclusão só se efetiva e se torna eficaz, com o pagamento do montante compensatório à DGADR.

20.7 Caso a CMMC não adote a proposta expressa no número 20.4 deste parecer , isto é , a introdução de um artigo próprio para as áreas do AHMC, **o Artigo 42.º - Disposições comuns, do Capítulo V - Solo urbano**, no seu número 9, deverá ser revisto de modo a que se identifique a planta onde estão representadas as áreas a excluir do AHMC, como se sugeriu no número 20.4.4 e que se transcreve:

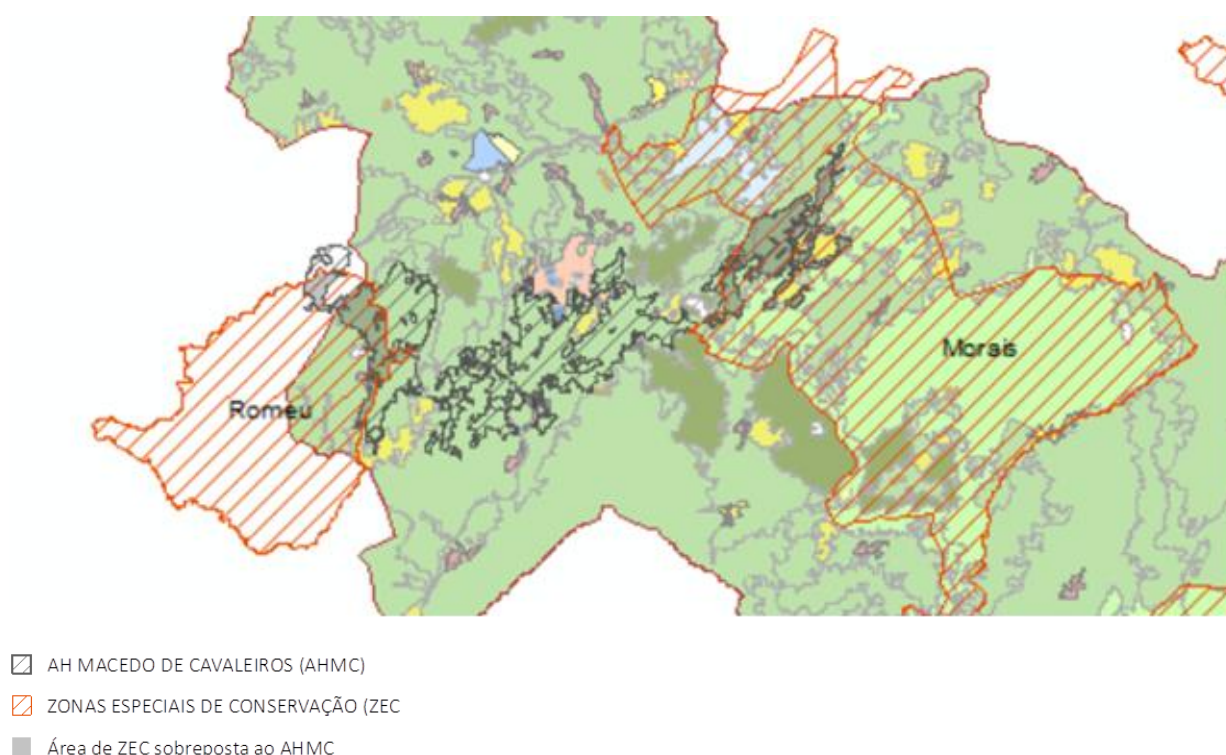
- As Áreas a excluir do AHMC que se encontram representadas/cartografadas na PO – Salvaguardas, inseridas em solo urbano e inseridas em área de edificação dispersa, em solo rústico são objeto de exclusão do AHM e nelas qualquer ação, construção ou utilização não exclusivamente agrícola, objeto de controlo prévio nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, carece da prévia exclusão do AHMC com o consequente pagamento do montante compensatório devido nos termos da lei em vigor.

20.8 O **Título III – Uso do Solo, Seção II – Disposições comuns aos solos rústico e urbano** integra o **Artigo 22.º**, relativo à **Rede Natura 2000**.

No concelho de Macedo de Cavaleiros existem duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC) em sobreposição com o AHMC, respetivamente, a ZEC Morais (PTCON0023) com área em AHMC de 585,55 ha, e a ZEC Romeu (PTCON0043) abrangendo uma área de 372,42 ha do AH, situação ilustrada em imagem seguinte.

Pese embora os valores naturais, objeto da designação das presentes ZEC, possam não estar efetivamente presentes nas áreas beneficiadas do Aproveitamento Hidroagrícola (AH), entende-se que, sempre que haja sobreposição das áreas beneficiadas pelo AH, sabendo que este

aproveitamento hidroagrícola se encontra **em exploração desde a década de 90**, deve ser consagrada uma cláusula de exceção às restrições impostas, mesmo que com sujeição a parecer do ICNF.



Como se informou o AHMC é um **empreendimento de iniciativa estatal**, onde se concentrou **investimento público** em infraestruturas para proporcionar **uma agricultura de regadio**. A área beneficiada do AHMC constitui condicionante (e está integrada na RAN – Reserva Agrícola Nacional), pelo que tem de ser respeitado o RJOAH – Regime Jurídico das Obras de Aproveitamento Hidroagrícola, publicado pelo DL 269/82 de 10 de julho, republicado pelo DL 86/2002 de 6 de abril. Tendo, pois, presente que o AHMC é condicionante no território, analisamos o disposto no Artigo 22.º do Regulamento que remete para os Anexos I-A e I-B, parte integrante do Regulamento do PDMMC. Verificamos que no ANEXO I-B– *Ações, atividades ou projetos condicionados à RN2000*, no que se refere ao território abrangido pela *Zona Especial de Conservação Morais*, é *sujeito a parecer favorável do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), a edificação de infraestruturas e equipamentos de apoio à (...) atividades agrícolas.* (página 119).

No que se refere às Restantes Zonas Especiais de Conservação, designadamente, Romeu a proposta de Regulamento dispõe, que até à conclusão do seu processo de designação, é condicionado a parecer um conjunto de ações, atividades ou projetos para o setor agrícola, como por exemplo:

- *Projetos de emparcelamento rural com ou sem infraestruturas para regadio;*
- *Reconversão de terras não cultivadas há mais de 5 anos para agricultura intensiva;*
- *Projetos de desenvolvimento agrícola que incluam infraestruturização de rega e drenagem;*
- *Plantação/ expansão/reconversão de olival, pomares e vinha.*

Ora, sobre as ações enunciadas que se pretende condicionar importa salientar o seguinte:

Os Projetos de emparcelamento rural com ou sem infraestruturas de regadio, são projetos de iniciativa estatal, seguindo na sua elaboração e execução a legislação em vigor.

Relativamente, às demais ações e projetos enunciados configuram todos ações e projetos que estão previstos nas áreas beneficiadas por AH, tendo presente os objetivos que determinaram a realização da obra de AHMC, sendo um dos objetivos do AH o combate ao abandono das terras agrícolas e ao desenvolvimento agrícola sustentável das terras incluídas na área beneficiada.

Nos termos do RJOAH poderão ocorrer ações de reconversão de terras abandonadas/não cultivadas, eventualmente há mais de 5 anos, inseridas na área beneficiada, reconvertendo em uso agrícola de regadio, podendo também existir plantação, expansão e reconversão de culturas permanentes, tais como, o olival, pomares e vinha. Acresce que a agricultura de regadio tem ou pode ter conexas a necessidade de construção e instalação de projetos de infraestruturas de rega e de drenagem associados, ao nível da exploração agrícola. Como tal, nas áreas beneficiadas do AHMC condicionadas às disposições do RJOAH, não poderão ser proibidas ou impostas restrições às ações e projetos enunciados na proposta de regulamentação de medidas de gestão do território nas ZEC Romeu e Moraes.

Assim, pelo exposto, considera esta Direção-Geral que a proposta de norma das ZEC em sobreposição com o AHMC terá de excecionar as áreas do AHMC.

21 Relatório

21.1 No **Capítulo 3. Classificação e Qualificação do Solo**, relativo à descrição e enquadramento da metodologia adotada para a definição do modelo territorial para o concelho de Macedo de Cavaleiros, importa sublinhar, que no âmbito da classificação de Solo Rústico – categoria Espaço

Agrícola, face à sobreposição significativa do território de Macedo de Cavaleiros à área beneficiada do Aproveitamento o Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros, classificada como obra de interesse regional com elevado interesse para o desenvolvimento agrícola da região, entende-se que, face a esta sobreposição, deveria o mesmo ser mencionado no enquadramento/justificação descrito para o Espaço Agrícola, face ao seu contributo no desenvolvimento económico e social das regiões em que se insere.

21.2 Ainda sobre a classificação de solo, e atendendo a que as áreas beneficiadas dos AH são vocacionadas para a atividade agrícola em sistemas de produção de regadio, que decorrem dos investimentos do Estado na sua infraestruturação hidroagrícola com o objetivo de desenvolvimento do potencial produtivo da área abrangida e a classificação das obras denota a importância das mesmas para as regiões ou locais em que se inserem, e decorrendo das disposições do regime jurídico das obras de AH, conjugado com o disposto no regulamento definitivo do AHMC, designadamente, a proibição de todas e quaisquer obras de edificação, atividades ou utilizações não agrícolas de prédios ou parcelas de prédios das áreas beneficiadas, exceto as que, nos termos dos regulamentos definitivo do aproveitamento hidroagrícola, forem admitidas como complementares da atividade agrícola, entende-se que a área beneficiada do AH deveria integrar uma subcategoria do solo agrícola, designadamente solo agrícola de produção, ou outra terminologia que se adegue aos objetivos destas áreas, para o distinguir do restante Espaço agrícola sem obra hidroagrícola, com regulamentação dirigida, à semelhança da opção para os Espaços Florestais.

21.3 No número 13.1.3 do Capítulo 13. Servidões e Restrições de Utilidade Pública, relativo aos Recursos agrícolas e florestais, na referência ao enquadramento legal das obras de aproveitamento hidroagrícola, a redação “Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de julho, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 86/2002, de 6 de abril e alterado pelo Decreto-Lei n.º 169/2005, de 26 de setembro, define e classifica as obras de fomento hidroagrícola” deve ser alterado para:

–“Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de julho, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 86/2002, de 6 de abril e alterado pelo Decreto-Lei n.º 169/2005, de 26 de setembro, define o regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola (RJOAH).”

Verificamos como solicitado que foi acrescentada a referência ao Regulamento Definitivo do AHMC, Regulamento (extrato) n.º 93/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 45, de 5 de março de 2015.

21.4 A **Tabela 8 – Áreas a excluir do aproveitamento hidroagrícola** terá de ser reformulada de acordo com o parecer da DGADR às propostas de exclusão do município, expressando o respetivo sentido de parecer (favorável e desfavorável).

21.5 Mais se considera que deve ser feita a referência a que estas áreas se encontram representadas na Planta de Ordenamento – Salvaguardas, bem como, ainda que, as Áreas a excluir do AHMC, são objeto de procedimento autónomo e prévio ao licenciamento da operação urbanística subjacente à área em causa, de modo a “libertar” a área da condicionante AHMC, para efetivação do uso proposto no Plano. Esta Exclusão adota um procedimento que se inicia a requerimento do titular do prédio ou prédios inseridos na Planta de Ordenamento – Salvaguardas em Área a excluir do AHMC, e só é eficaz após o pagamento do montante compensatório nos termos do artigo 101.º do RJOAH. Assim, constituem prova da exclusão a apresentação pelo titular da operação urbanística, da notificação da DGADR do despacho de exclusão e respetivo montante compensatório devido, juntamente com o comprovativo emitido pela DGADR do pagamento do referido montante compensatório.

21.6 No **Capítulo 11. Monitorização e Avaliação** - Na proposta da 2ª Revisão do PDMMC é identificado como um dos seus seis objetivos estratégicos a **contenção da expansão urbana**, promovendo uma política de colmatação urbana e de racionalização das infraestruturas existentes, no qual têm enquadramento a maioria das propostas de exclusão à área beneficiada do Aproveitamento Agrícola de Macedo de Cavaleiros com proposta de parecer favorável. Nestes termos, seria interessante que na execução da proposta de Plano e respetiva monitorização fosse integrado um indicador que monitorizasse os processos de exclusão ao AHMC e com respetivo pagamento de montante compensatório.

21.7 Nestes termos **propõe-se a integração de indicador que monitorize o Tema Ocupação do Solo – Proporção da área a excluir do AHMC com procedimento concluído**, dando assim evidências da execução das intenções de construção no solo urbano sobre áreas de AH, objeto de reclassificação de solo, avaliando-se assim a efetiva procura e ocupação/edificabilidade do Solo Urbano em sobreposição com área beneficiada do AHMC.

22 Avaliação Ambiental Estratégica

22.1 Verifica-se positivamente que, de acordo com os contributos da DGADR relativamente à fase de definição do âmbito, nomeadamente na identificação do Quadro de Referência Estratégico (QRE) foram integrados os documentos/programas de políticas relevantes no Quadro de Referência Estratégico, na área de competência desta Direção-Geral. Quanto ao Relatório Ambiental nada a assinalar.

22.2 Esta Direção-Geral em matéria relacionada com os efeitos da atividade agrícola partilha as recomendações relativas à promoção da melhoria da eficiência da utilização da água para a agricultura, no contexto das alterações climáticas. Todavia, afigura-se que o relatório poderia identificar e avaliar também, os impactes positivos da atividade e sistemas agrícolas de regadio, nos serviços prestados aos ecossistemas, quer pela criação e manutenção de zonas húmidas, pelo seu contributo para a descarbonização, bem como, na criação de mosaico agrícola e importância na prevenção e combate aos fogos florestais.

23 CONCLUSÃO

Em conclusão e face ao exposto, com os fundamentos apresentados decorrentes do regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola, esta Direção Geral emite parecer desfavorável à proposta de Plano que deverá ser completada, reformulada e corrigida atendendo ao presente parecer.

Com os melhores cumprimentos.

O Diretor-Geral,

Rogério Lima Ferreira

Anexo: Relatório de Análise das propostas de exclusão do AHMC

PARECER
2ª reunião plenária

**2ª revisão do PDM de
Macedo de Cavaleiros**

1. ENQUADRAMENTO

No âmbito no processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Macedo de Cavaleiros e no seguimento do parecer emitido pela IP na 1ª reunião plenária da Comissão Consultiva, emite-se o presente parecer relativamente aos elementos disponibilizados na plataforma, para efeitos da 2ª e última reunião plenária.

Por uma questão de comodidade, esclarecimento e facilidade na leitura, apresentam-se novamente os capítulos relativos às considerações gerais e à identificação da rede rodoviária abrangidas pelo concelho de Macedo de Cavaleiros, bem como os regimes de proteção aplicáveis, constantes dos pareceres antecedentes.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Como ponto prévio, refere-se que todas as referências legais, regulamentares e contratuais, feitas à REFER, E.P.E. e ou à EP, S.A., consideram-se feitas à Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP, S.A.).

2.1. REDE RODOVIÁRIA

No âmbito da Rede Viária, as referências à **Rede Rodoviária Nacional (RRN)** deverão respeitar a identificação, hierarquização e nomeação exposta no Plano Rodoviário Nacional (PRN), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de Outubro, e alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de Agosto, no âmbito do qual a RRN é constituída pela Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais-IP) e pela Rede Nacional Complementar (Itinerários Complementares-IC e Estradas Nacionais-EN).

O PRN integra uma outra categoria de estradas, as “**Estradas Regionais (ER)**”, as quais, de acordo com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, asseguram as comunicações públicas rodoviárias do continente com interesse supramunicipal e complementar à RRN, de acordo com a Lista V anexa ao citado Decreto-Lei

Para além das estradas da RRN e Estradas Regionais, há ainda a referir as estradas não incluídas no PRN, “**Estradas Nacionais Desclassificadas**”, as quais manter-se-ão sob jurisdição da IP até integração na rede municipal, mediante celebração de acordos de mutação dominial entre a IP e a Câmara Municipal. Esta distinção, entre as estradas que se encontram desclassificadas pelo

PRN mas que se mantêm sob jurisdição da IP, S.A. e as desclassificadas que já se encontram entregues ao respetivo município, deve ser explícita nos elementos constantes da revisão do presente PDM.

De salientar ainda, a publicação da Lei n.º 34/2015, de 27 de abril de 2015, que aprova o novo **Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional** (EERRN), em vigor desde 26 de julho de 2015, cujo âmbito de aplicação se estende também às estradas regionais (ER) e às estradas nacionais (EN) desclassificadas, ainda não entregues aos municípios.

O novo Estatuto revoga, para além da Lei n.º 2037, de 19 de agosto de 1949 (anterior Estatuto), os diplomas mencionados no artigo 5.º da Lei n.º 34/2015.

Refira-se que as zonas de servidão *non aedificandi* aplicáveis à Rede Rodoviária Nacional, Estradas Regionais e Estradas Nacionais Desclassificadas, estão definidas no artigo 32.º da citada Lei.

Das novas disposições legais em matéria de proteção da rede rodoviária decorrentes do EERRN, salienta-se o papel da IP enquanto Administração Rodoviária e consequentes poderes de autoridade pública na área de jurisdição rodoviária (artigo 41º, 42º e 43.º), isto é, a área abrangida pelos bens do domínio público rodoviário do Estado, cuja composição abrange as estradas a que se aplica o EERRN, bem como as zonas de servidão rodoviária e a designada zona de respeito.

Esta zona de respeito, definida no artigo 3º, alínea vv) do EERRN, compreende “...a faixa de terreno com a largura de 150 m para cada lado e para além do limite externo da zona de servidão *non aedificandi*, na qual é avaliada a influência que as atividades marginais à estrada podem ter na segurança da circulação, na garantida da fluidez de tráfego que nela circula e nas condições ambientais e sanitárias da sua envolvente.”

Assim, as operações urbanísticas em prédios confinantes e vizinhos das infraestruturas rodoviárias sob jurisdição da IP estão sujeitas às limitações impostas pela zona de servidão *non aedificandi* e, se inseridas em zona de respeito, a parecer prévio vinculativo desta empresa, nos termos do disposto no artigo 42.º n.º 2 alínea b) do EERRN.

2.2. REDE FERROVIÁRIA

Para a rede ferroviária, salienta-se já que, nos processos de formação e dinâmica do plano, deverão ser tidos em conta os seguintes aspetos:

- O regime de proteção a que a rede ferroviária está sujeita, definido pela legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro, relativo ao domínio público ferroviário;
- O Decreto-Lei n.º 568/99, de 23 de dezembro, que aprova o Regulamento de passagens de nível.

3. PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL (PRN) REDE RODOVIÁRIA SOB JURISDIÇÃO DA IP E REDE FERROVIÁRIA

Rede viária na área de incidência do Plano

De acordo com o PRN em vigor (PRN 2000), a Rede Rodoviária existente, no concelho de **Macedo de Cavaleiros**, é constituída por Estradas da Rede Rodoviária Nacional (RRN), designadamente da Rede Nacional Fundamental (Itinerário Principal IP4/A4 e IP2), da Rede Nacional Complementar (EN316, EN317), Estradas Regionais sob jurisdição da IP (ER206, ER315), e de Estradas Nacionais desclassificadas ainda não entregues ao Município (EN15, EN102, EN102-1, EN215, EN216, EN217), conforme figura 1, abaixo:



Figura 1 - Redes Rodoviária e Ferroviária no concelho de Macedo de Cavaleiros (fonte SIG)

❖ Rede Rodoviária Nacional (RRN)

Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais – IP)

- **IP2**, entre o limite municipal sul, na união de freguesias de Bornes e Burgas e a A4, integrado na subconcessão Douro Interior, que assegura a ligação do município de Macedo de Cavaleiros a Torre de Moncorvo (no sentido Sul).
- **A4/IP2/IP4** (a A4 integra o IP2 e o IP4), atravessa o município entre as freguesias de Avantos/Romeu (km 163) e Quintela de Lapaças (km177) seguindo para município de Bragança, integrado na **Subconcessão AE Transmontana**

Rede Nacional Complementar (Estradas Nacionais – EN) sob jurisdição da IP

- **EN102**, traçado urbano de Macedo de Cavaleiros, no sentido norte sul, conforme figura 1;
- **EN216**, entre o cruzamento com a EN102 em Macedo de Cavaleiros e o início da EN216 desclassificada, no acesso ao IP2, conforme figura 1;
- **EN316** – desenvolve-se a partir da EN15 (Km 207+500), atravessa o município, prolongando-se até ao limite a norte na União das freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco;
- **EN317** – desenvolve-se a partir da EN15 / A4 (Km 183+300), atravessa o município a Norte ao limite do concelho, na União das freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova. A travessia urbana de Vinhas encontra-se sob gestão do município;

❖ Estradas Regionais sob jurisdição da I.P.

- **ER206**, atravessa o município no limite noroeste, na freguesia de Lamalonga, prolongando-se para Norte na freguesia de Agrochão.
- **ER216**, entre o limite municipal sul, com o município de Mogadouro e o núcleo urbano de Macedo de Cavaleiros. Entre esta localidade e a rotunda a sul de Peredo, encontra-se sob gestão municipal, sendo o resto do traçado de gestão e jurisdição da IP
- **ER315**, atravessa o município no limite sudoeste prolongando-se para Sul na travessia do município, até ao limite do concelho na União das freguesias de Bornes e Burgas.

❖ **Estradas Nacionais Desclassificada sob a jurisdição IP**

- **EN15**, atravessa o município entre as freguesias de Avantos/Romeu (km 163) e Quintela de Lampaças (km177) seguindo para município de Bragança, correndo paralelamente à A4, conforme figura



- **EN102**, desenvolve-se entre o final da EN15 desclassificada e o troço urbano e classificado da EN102 e entre o final deste e o limite municipal sul, com o município de Mirandela. Exclui-se a travessia urbana de Grijó de Vale Benfeito que já se encontra municipalizada.
- **EN102-1**, desenvolve-se a partir da EN102, no nó de Grijó, prolongando-se a oeste até ao limite do concelho na União das freguesias de Avantos e Romeu.
- **EN215** entre a rotunda a sul de Peredo e o limite municipal sul, com o município de Alfândega da Fé.
- **EN216** desenvolve-se a partir do IP2, com início nó da Amendoeira, prolongando-se até ao início da Travessia do município.
- **EN217**, atravessa o município no limite sudeste, na União das freguesias de Talhinhos e Bagueixe, prolongando-se para Sul na freguesia de Lagoa, incluindo as travessias de Morais e Lagoa.

O regime de servidão *non aedificandi* aplicável aos troços de estradas, quer da concessão IP (sob jurisdição da IP), quer de outras concessões do Estado, é o previsto no artigo 32.º do novo EERRN (Lei n.º 34/2015, de 27 de abril).

Considera-se que a hierarquia atrás descrita deverá estar refletida nos documentos da Revisão do PDM, nomeadamente, nas Plantas de Ordenamento, de Condicionantes, da Rede Viária, bem como na parte escrita que lhe fizer referência.

As restantes vias no concelho, não classificadas pelo PRN e transferidas para a autarquia, pertencem ao património viário municipal.

INTERVENÇÕES NA REDE RODOVIÁRIA

Com incidência na área do PDM, conforme definido nos instrumentos de planeamento e programação de investimento das infraestruturas sob jurisdição da IP, disponibiliza-se informação sobre estudos/projetos e intervenções programadas na rede rodoviária sob jurisdição desta empresa, no município de Macedo de Cavaleiros:

- ER206 - TORRE DE DONA CHAMA (KM 195,720) E PENHAS JUNTAS (KM 213,970). REABILITAÇÃO – Empreitada a lançar
- END217. MORAIS (KM 51+300) E LIG. À PONTE RIO SABOR (KM 61+860) - REQUALIFICAÇÃO – Projeto a lançar

REDE FERROVIÁRIA NA ÁREA DE INCIDÊNCIA DO PLANO

A **Rede Ferroviária existente** no concelho de Macedo de Cavaleiros, que é atravessado pela **Linha do Tua**, está atualmente sem exploração ferroviária, conforme figura 1, acima;

As linhas ferroviárias existentes, com ou sem exploração, fazem parte do Domínio Público Ferroviário (DPF), pelo que se mantêm sujeitas ao regime de proteção definido pelo Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro, com zonas *non aedificandi* associadas, tal como previstas nos artigos 15.º e 16.º do supracitado Decreto-Lei, que variam em função do tipo de construções e da atividade, sendo por isso de complexa representação à escala da Planta de Condicionantes.

Assim, sugere-se que na Planta de Condicionantes apenas seja representado o eixo da linha sem exploração ferroviária que atravessa o concelho, remetendo para a legenda e peças escritas uma

menção em como se trata de uma zona *non aedificandi* variável conforme descrito no DL 276/2003;

No Regulamento do PDM, deverá ser acrescentado o nº 3 ao artigo 74º, onde seja referido, que qualquer intervenção em zonas confinantes ou vizinhas da infraestrutura ferroviária, está condicionada ao cumprimento da legislação em vigor e ao parecer favorável da entidade com competências na matéria.

Em relação à Classificação e Qualificação do Solo, deverá ser garantido que o espaço do domínio publico ferroviário não terá qualquer outra Classificação que não a definida pela legislação em vigor. rede ferroviária

Alerta-se igualmente para a terminologia utilizada no “Relatório Ambiental” para a Ecopista do Tua, denominada, erradamente, no ponto “V.2.1. Acessibilidade/mobilidade”, como Ciclovia da Antiga Linha do Tua, quando no “Relatório Proposta” é identificada, e bem, como Ecopista, uma vez que os conceitos de ciclovia, ecovia e ecopista são distintos pelo que, em sede de gestão do território, os mesmos devem estar separados em função da realidade existente no território, de forma a não suscitar dúvidas de interpretação e da regulamentação aplicáveis.

4. OUTRAS INDICAÇÕES A CONSIDERAR NA REVISÃO DO PDM

Como orientação geral, considera-se que a espacialização da estratégia de desenvolvimento municipal proposta na **Planta de Ordenamento** do PDM não deverá comprometer o nível de serviço e função inerente às estradas da rede viária sob jurisdição da IP, nem o cumprimento dos requisitos legais em matéria de ruído ambiente, desaconselhando-se, grosso modo, as categorias funcionais correspondentes a “espaços residenciais” e “espaços de equipamentos coletivos” na proximidade dessas estradas. Sem prejuízo do respeito pela zona de servidão aplicável, trata-se de resguardar as estradas de futuras pressões urbanísticas e, ao mesmo tempo, de resguardar o ambiente urbano, e em particular os recetores sensíveis, do ruído proveniente da circulação rodoviária.

Ainda no âmbito das propostas de qualificação funcional do solo urbano deve assegurar-se que a articulação das futuras acessibilidades às estradas da rede rodoviária nacional seja sustentada na captação e ligação aos nós e intersecções existentes. As propostas de acessibilidades diretas constituem, regra geral, pontos de conflito que comprometem o nível de serviço das vias e condicionam a fluidez do tráfego e segurança da circulação.

No **Regulamento e na Planta de Condicionantes**, na identificação das servidões rodoviárias e da rede ferroviária, devem observar-se os condicionalismos definidos no EERRN, bem como o regime de proteção aplicável ao Domínio Público Ferroviário, devendo remeter-se para a legislação em vigor os seus condicionalismos específicos.

Em sede de **Regulamento** verifica-se que ficou consagrado (art. 76º, nº 3) que qualquer proposta de intervenção, direta ou indireta, na rede rodoviária sob jurisdição da IP, deve ser objeto de estudo específico e de pormenorizada justificação, devendo os respetivos projetos cumprir as disposições legais e normativas aplicáveis em vigor, e ser previamente submetidos a parecer e aprovação das entidades competentes para o efeito, designadamente da IP, na qualidade de gestora das infraestruturas sob sua administração. Deverá, no entanto, no artigo 77º, retirar-se a palavra “ainda”, uma vez que parte das vias manter-se-á sob jurisdição da administração rodoviária

Ainda em sede de **Regulamento**, os artigos 75º e 76º devem acrescentar a identificação das estradas em falta e que constam do ponto 3 do presente parecer (é referir que parte da A4 também contém o IP2 e não apenas o IP4), sendo que devem ser eliminados os artigos 34º e 35º referentes a espaços de infraestruturas rodoviárias, uma vez que não pode haver regime de edificabilidade na zona da estrada, cuja definição consta da alínea vv) do artigo 3º do EERRN, e na zona envolvente essa edificabilidade é condicionada e restringida, nos termos da citada legislação.

Relativamente ao **IP2**, é referido em diversos documentos do processo, e igualmente evidenciada nas respetivas plantas, a possibilidade de corte de via devido ao atravessamento de uma zona de potencial inundação devido a precipitação excessiva. Na realidade, julga-se que na zona em causa o IP2 passa a uma cota superior, dado tratar-se de uma zona em viaduto, pelo que dificilmente a infraestrutura poderá ser afetada nos moldes referidos, pelo que a referência deve ser retirada ou esclarecida nos elementos do processo.

No que se refere à **Planta de Condicionantes**, em conformidade com a legislação em vigor, deve a mesma contemplar a representação cartográfica das zonas de servidão *non aedificandi* aplicáveis aos troços da rede rodoviária nacional (RRN), das Estradas Regionais e das Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP com desenvolvimento na área do concelho de Boticas, devendo a respetiva legenda estar adequada ao articulado e ao conteúdo do Regulamento. A representação da zona de servidão *non aedificandi* na Planta de Condicionantes deverá ser apenas indicativa, prevalecendo sempre a legislação em vigor e os seus condicionalismos específicos, para onde deverá remeter a respetiva legenda, conforme artigo 6º, alínea f), item iii), e artigo 7º, ambos do Regulamento, até porque a mesma é variável com a

orografia do terreno, e consequentemente com os limites de zona da estrada. Para além disso, deve a respetiva legenda estar adequada ao articulado e conteúdo do regulamento

Estas mesmas correções deverão igualmente ser refletidas no **Relatório** e também no **Relatório Ambiental e não técnico**, bem como em todas as figuras e nas plantas de condicionantes e de ordenamento.

5. AMBIENTE SONORO

Em termos de ambiente sonoro, as preocupações da Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP) prendem-se sobretudo com a qualificação funcional dos solos propostos na revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros na envolvência das estradas sob a sua jurisdição, na medida em que poderá conduzir ao aparecimento de novos recetores sensíveis (edifício habitacional, escolar, hospitalar ou similar ou espaço de lazer, com utilização humana) em zonas onde se verificam situações de incumprimento do Regulamento Geral de Ruído (RGR) - zonas de sobre-exposição ao ruído .

O Regulamento no seu Artigo 68.º, dedicado a esta temática, reencaminha para a legislação em vigor as decisões a tomar relativamente às zonas de sobre-exposição do ruído. Sugere-se que neste Artigo do Regulamento do PDM seja incluída, de forma clara e objetiva, a interdição de licenciamentos e de autorização de novos recetores sensíveis no interior de zonas de sobre-exposição de ruído, tal como está estabelecido no Ponto 6 do Artigo 12.º do RGR e no Regulamento Preliminar desta revisão do PDM datado de março de 2022, desde já se salientando que nem a IP nem as subconcessionárias dos troços da A4/IP4 e do IP2, poderão vir a ser responsabilizadas, em matéria de ruído, em futuros licenciamentos junto das suas infraestruturas.

6. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

No âmbito do procedimento de AAE, no que respeita à representação da IP, SA, importa referir que o entendimento desta empresa tem sido o de que a pertinência do seu contributo decorre da sua qualidade como “entidade representativa de interesse a ponderar” (ERIP), ou seja, como entidade com competências específicas no sector rododiferroviário, e não propriamente nas componentes ambientais (como ar, água, clima, biodiversidade, solo e subsolo), as quais correspondem, de uma forma geral, aos critérios que permitem qualificar um plano como suscetível de ter efeitos significativos no ambiente e, portanto, como sujeito a um procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

Mesmo na perspetiva de que as vias rodoferroviárias podem acarretar riscos e/ou danos ambientais (como é o caso do ruído enquanto fator gerador de poluição) é a Proposta de Plano, em última instância, que à IP, SA caberá avaliar (sendo que a defesa, em geral, contra as fontes de poluição sonora – para utilizar o mesmo exemplo - competirá a outras entidades).

Assim, numa lógica de colaboração ativa para a melhoria do processo, após análise do relatório agora apresentado, considera-se que globalmente, nada há a opor ao encadeamento metodológico desenvolvido.

No âmbito do Quadro de Referência Estratégica (QRE), no qual se identificam as macro orientações de política nacional e internacional, bem como os objetivos de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e sustentabilidade, verifica-se que foi contemplado o PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL (PRN2000) como um dos instrumentos estratégicos relevantes na análise do presente PDM, opção que merece a nossa concordância, atento o fato de se estar perante um plano sectorial, possível territorializar, à escala adequada, as propostas do Plano com incidência no concelho de Macedo de Cavaleiros.

Apreciação fundamentada na relevância que a temática da mobilidade e acessibilidades apresenta ao nível dos FCD (nomeadamente o FCD “Coesão territorial”) e das Questões Estratégicas definidas no âmbito da revisão do presente PDM.

Em complemento salvaguarda-se que todas as referências à rede rodoferroviária deverão estar em sintonia com os restantes elementos apresentados

7. CONCLUSÃO

Face ao exposto e no que respeita às infraestruturas sob jurisdição da IP, S.A. na área territorial abrangida pelo PDM de Macedo de Cavaleiros, emite-se parecer favorável aos elementos da Proposta da 2.^a Revisão de Plano, condicionado às retificações constantes no presente parecer.

Bragança, novembro de 2025

O Gestor Regional,



Hélder Moura

(Ao abrigo da subdelegação de poderes conforme decisão DRP1/2019)



Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros (2.ª Revisão)

PARECER DA CCDR NORTE

2.ª REUNIÃO PLENÁRIA DA COMISSÃO CONSULTIVA

ESRBragança, 14 de novembro de 2025

ÍNDICE

1. Introdução	3
2. Conteúdo Documental e Material	4
2.1. Regulamento	6
2.2. Classificação e Qualificação do Solo	19
2.3. Programação e Execução do Plano	21
2.4. Reserva Ecológica Nacional	23
2.5. Reserva Agrícola Nacional	25
2.6. Avaliação Ambiental	26
2.7. Ruído	32
2.8. Outras considerações	42
3. Conclusão	43

1. Introdução

No dia 14 de novembro de 2025, pelas 10.00h, teve lugar, por videoconferência, a 2.ª reunião plenária da Comissão Consultiva (CC) do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros (PDMMC), com os objetivos constantes da alínea b) do artigoº 13.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro:

"b) Segunda reunião plenária, em conferência procedimental, para ponderação e votação final da proposta do plano, com todo o seu conteúdo material e documental, devendo as posições manifestadas e a deliberação final serem vertidas em ata."

A 2.ª reunião plenária incluiu ainda a conferência procedimental prevista no n.º 1 do artigo 11.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), publicado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, por remissão da alínea a) do n.º 2 do artigo 15.º.

Nesse sentido a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros (CMMC) remeteu os elementos de suporte à referida reunião, que foram disponibilizados a todos os membros da CC, através da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT), nos termos do artigo 2.º da Portaria suprarreferida.

Foram convocadas a participar todas as entidades representadas na CC a quem foi também remetido o *link* de acesso à reunião.

O presente Parecer, que constitui anexo à ata e que reflete a posição da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Instituto Público (CCDR NORTE), relativamente às suas atribuições e competências, incide genericamente sobre:

- Cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- Compatibilidade ou conformidade da proposta de Plano com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, com o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto e com a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBGPPSOTU), aprovada pelo Lei n.º 31/2014, de 30 de maio;
- Fundamento técnico das soluções defendidas pela CMMC;
- Análise da transposição da Reserva Ecológica Nacional (REN) à luz do disposto no RJREN, publicado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, tendo em conta o Decreto-Lei n.º 123/2024, de 31 de dezembro;

- Análise da Reserva Agrícola Nacional (RAN) à luz do disposto no Regime Jurídico da RAN (RJLAN), publicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31 de março, na sua redação atual;
- Análise do Relatório Ambiental (RA), no âmbito do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio;
- Análise do Mapa de Ruído, tendo em conta o Regulamento Geral do Ruído (RGR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, e a Portaria n.º 138/2005, de 2 de fevereiro.

2. Conteúdo Documental e Material

O PDMMC deve vir a ser constituído pelos elementos constantes do artigo 97.º do RJIGT, que devem ter o conteúdo material constante do artigo 96.º do mesmo diploma legal.

Para esta reunião, foram remetidos todos os elementos que constituem, acompanham e complementam o Plano, com exceção para o Relatório de ponderação das participações recebidas em sede de discussão pública e para a Ficha de dados estatísticos. Recorda-se, contudo, que esses documentos em falta deverão ser apresentados, como decorre do artigo 97.º do RJIGT, antes da aprovação da proposta de Plano.

Refira-se ainda que a Carta Educativa, que deverá constar dos elementos que acompanham o Plano por força do disposto no n.º 7 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, com a adaptação ao RJIGT no que se refere à aprovação do PDMMC, foi também submetida a apreciação desta CC, não acompanhada da respetiva ata de aprovação em Assembleia Municipal.

Assim, verificando-se que foram entregues os elementos fundamentais da proposta de Plano, e que a cartografia de base utilizada (escala 1:10.000) está devidamente certificada e homologada pela Direção-Geral do Território - DGT (número de homologação: 5064; data de homologação: 05-07-2022), considera-se possível a avaliação da generalidade da proposta de PDMMC, concluindo-se no fim desta apreciação o sentido de decisão do presente Parecer em sede da última reunião plenária da CC.

De acordo com o artigo 3.º do Regulamento do PDMMC, este é composto pelo seguinte conteúdo documental:

- a) Regulamento;
- b) Planta de Ordenamento, desdobrada em:
 - i) Classificação e qualificação do solo;

ii) Património;

iii) Salvaguardas.

c) Planta de Condicionantes, desdobrada em:

i) Geral;

ii) Reserva Ecológica Nacional;

iii) Perigosidade de Incêndio Rural;

iv) Gestão de Fogos Rurais.

Acompanham o Plano os seguintes elementos:

a) Relatório, incluindo os indicadores qualitativos e quantitativos da avaliação; (em falta)

b) Relatório ambiental;

c) Relatório do património arqueológico;

d) Programa de execução e plano de financiamento, com a fundamentação da sustentabilidade económica e financeira;

e) Planta de Enquadramento Regional;

f) Planta de Situação Existente;

g) Planta de Estrutura Ecológica Municipal;

h) Plantas e Relatório com a indicação dos compromissos urbanísticos;

i) Relatório de conformidade com a Rede Natura 2000;

j) Mapa de ruído, desdobrado em:

i) Relatório acústico da situação atual, incluindo a memória descritiva, mapa da situação existente e mapa de conflitos;

ii) Relatório acústico da situação prospetiva, incluindo memória descritiva, mapa da situação prospetiva e mapa de conflitos.

j) Ficha de dados estatísticos; (em falta)

k) Carta Educativa;

l) Estratégia local da habitação; (em falta)

l) Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil; (em falta)

m) Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios; (em falta)

n) Participações recebidas em sede de discussão pública e Relatório de ponderação (a remeter pós-2.ª Reunião Plenária).

Em termos materiais, o PDMMC, naquilo em que se aplica, dá cumprimento aos princípios definidos nos artigos 95.º e 96.º do RJIGT, designadamente no que se refere às dinâmicas e ao modelo de organização municipal do território, apresentando a caracterização económica, social e biofísica, e identificando os valores culturais e as principais redes urbanas, viária, de equipamentos e de infraestruturas.

Identifica o conjunto de condicionantes que incidem no território municipal, nomeadamente as reservas e zonas de proteção, e as Servidões e Restrições de Utilidade Pública (SRUP).

Relativamente às alíneas a) a c) do n.º 1 do artigo 97.º, que estabelece o conteúdo documental fundamental exigível, os elementos fornecidos, desenvolvem e estabelecem os aspetos essenciais a ter em conta.

Nesse sentido, nos subcapítulos seguintes deste Parecer procede-se à verificação do conteúdo material do Plano e à análise individual de cada um dos elementos constituintes da proposta, no que mais diretamente se relaciona com as atribuições e competências da CCDR NORTE, com especial enfoque relativamente à verificação da correta aplicação dos novos conceitos de solo urbano e de solo rústico, à análise da REN e da RAN, enquanto entidade de tutela destas SRUP, à avaliação do RA, enquanto Entidade com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE) e à análise do Mapa de Ruído.

São ainda elencadas algumas sugestões de melhoria que, embora de carácter não obrigatório, se recomenda ao Município que possa vir a ter em consideração.

2.1. Regulamento

O Regulamento constitui o elemento normativo do PDMMC, estabelecendo o modelo organizacional de desenvolvimento territorial, assim como a classificação e qualificação do solo, e estipula as regras e demais parâmetros aplicáveis à ocupação, ao uso e ao processo de transformação do solo concelhio.

Atendendo à importância deste elemento e à sua natureza normativa, a versão de Regulamento remetida mereceu uma análise autónoma e jurídica, por parte da Divisão de Gestão Territorial e Cidades (UOTCNB/DGTC), documento CCDR NORTE com a referência INF_DGTC_GB_14241/2025, cujas observações e recomendações se transcrevem:

"(...) - Na al. c) do n.º 1 do artigo 3.º é feita menção à planta de condicionantes (Reserva Ecológica Nacional). Num anexo ao regulamento, ou na legenda dessa peça desenhada indicar a fundamentação de cada uma das exclusões (C e E) da Reserva Ecológica Nacional atento o estabelecido no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na sua redação atual.

- No artigo 4.º deve acautelar-se que no PDM é assegurada a programação e concretização das políticas com incidência territorial assumidas pelos programas de âmbito supramunicipal (cfr. artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial-RJIGT).

- No n.º 1 do artigo 5.º (sob a epígrafe "Definições e siglas") definem-se conceitos e explicitam-se expressões, referindo-se no n.º 2 dessa norma que o restante vocabulário urbanístico presente no regulamento tem o significado que lhe é atribuído pelo Decreto Regulamentar (DR) n.º 5/2019, de 27 de setembro, diploma que fixa os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo.

Tendo presente que os conceitos técnicos fixados nesse DR são de utilização obrigatória nos planos territoriais, não sendo admissíveis outros conceitos, designações, definições ou abreviaturas para o mesmo conteúdo e finalidade (cfr. n.º 2 do artigo 4.º do citado diploma) fazem-se as seguintes observações:

i) Nas alíneas g) e j) do n.º 1 do artigo 5.º define-se "solo urbano estruturado" sendo certo que no DR n.º 5/2019 também se define área urbana consolidada (na ficha I-15 do seu anexo I), com conteúdo algo similar. Pelo que deve ser utilizado o conceito e definição legal, retirando-se as citadas alíneas do n.º 1 do artigo 5.º e corrigindo-se, conseqüentemente, as normas do regulamento onde tenha sido feita menção ao termo "solo urbano estruturado". Por exemplo, n.º 1 do artigo 48.º, al. a) do n.º 1 do artigo 69.º.

ii) No DR n.º 5/2019, de 27 de setembro define-se área de construção do edifício e área total de construção (respetivamente na ficha I-8 e I-13 do seu anexo I), sendo que de acordo com a definição legal, por exemplo, a área das varandas cobertas é contabilizada para o cálculo da área de construção do edifício, bem como as áreas em cave com pé direito regulamentar).

Não querendo a Câmara Municipal, como assim parece, considerar toda a área de construção, tal como se encontra definida legalmente (cfr. ficha I-8 e I-13 do Anexo I do citado DR) para efeitos de

aplicação do índice, (o que é possível), deve reformular-se o n.º 1 do artigo 12.º, desagregando a área de construção conforme se prevê nas notas complementares das fichas I-8, I-13 do anexo I ao citado DR n.º 5/2019, (estacionamento, arrecadação, espaços exteriores cobertos...) indicando o plano a que desagregações da área de construção o índice se aplica (cfr. ficha I-35 do seu Anexo I).

A proposta atual ainda não parece dar total acolhimento a um dos desdobramentos apontados pela lei como possível. Por exemplo, quando exclui o estacionamento, apenas exclui quando se localize em cave, e não todo o estacionamento.

No regulamento usar “área de construção” ou área total de construção” consoante aplicável, em vez “edificabilidade”, (cfr. por exemplo n.º 2 do artigo 27.º do regulamento) uma vez que esta corresponde à “quantidade de edificação que, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, pode ser realizada numa dada porção do território” - cfr. ficha I-19 do anexo I do DR 5/2019 e é indicada através dos parâmetros de edificabilidade [Estes parâmetros - de acordo com as notas complementares da ficha I-47 do anexo I do DR 5/2019 - são de três tipos: parâmetros geométricos, parâmetros de área e índices.]

- Do n.º 2 do artigo 7.º retirar a menção que a representação gráfica das condicionantes legais é “indicativa”.

- Verifica-se que o regulamento é omissivo quanto sistema urbano- cfr. artigo 18.º do RJIGT. Situação a colmatar.

- No artigo 9.º indicam-se as classes e categorias de solo. Recomenda-se que se reveja a qualificação do solo quanto à categoria de solo rústico espaços de infraestruturas rodoviárias, mencionada na al. f) do n.º 1 do artigo 9.º e artigos 34.º e 35.º. Com efeito, os espaços-canal, sobre que versa o artigo 14.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, não constituindo uma categoria de uso do solo autónoma, devem ser qualificados nas diversas categorias de solo rústico e urbano.

- No artigo 10.º, que versa sobre a reclassificação do solo rústico para solo urbano, refere-se “Sem prejuízo do estabelecido (...) e nos termos de referência estabelecidos no Anexo VIII para cada UOPG(...)”. Ora não se verifica que para alguma UOPG se preveja a reclassificação de solo rústico. Situação a aferir e corrigir.

- Sendo o aproveitamento do solo estabelecido em função do uso dominante da respetiva categoria, cfr. n.º 4 do artigo 12.º do DR 15/2015, de 19 de agosto, ponderar retirar, do n.º 3 do artigo 11.º do regulamento, a menção aos usos dominantes como incompatíveis.

- No n.º 4 do artigo 12.º retirar a seguinte parte: "(...) devendo, em princípio, tal edificabilidade concentrar-se na edificação a implantar na categoria que admita o índice mais elevado".

Para além disso, retirar a menção a índices de edificabilidade, que não existe, substituindo por índices ou índices de utilização.

- Relativamente às alienações em hasta pública, aprovações de projetos de arquitetura e informações prévias favoráveis, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 14.º, assinalar na respetiva planta de compromissos.

- Quanto à ampliação para outros usos, a que se refere a subalínea ii) da al. b) do n.º 3 do artigo 14.º clarificar qual(ais) o(s) parâmetro(s) de edificabilidade a observar- cfr. n.º 1 do artigo 74.º do RJIGT.

- O vertido no n.º 2 do artigo 15.º repete em boa medida o referido no n.º 3 do artigo 11.º. situação a corrigir. A manter-se o n.º 2 do artigo 15.º, corrigir na al. d) a menção ao "Regulamento do Exercício da Atividade Industrial" - cfr. Sistema de Indústria Responsável, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, na sua atual redação.

- No artigo 16.º regulam-se as operações urbanísticas abrangidas pelo regime extraordinário de regularização de atividades económicas. Ponderar a necessidade de regular igualmente os edifícios-sedes e similares de associações sem fins lucrativos, (caso existam no município), e que estejam abrangidos pelo regime de regularização constante da Lei n.º 29/2024, de 5 de março.

- No n.º 3 do artigo 17.º deve ser acautelado que quando a construção ilegal se localize em solo rústico, a finalidade a que se destina deve ser compatível com a classificação e qualificação desse solo (cfr. n.º 2 e 3 do artigo 16.º e n.º 3 do artigo 17.º do DR n.º 15/2015, de 19 de agosto).

- Reformular o artigo 18.º, que versa sobre a demolição de edifícios, acautelando que é sem prejuízo do disposto na lei (cfr. artigo 157.º do RJIGT).

- Reformular o n.º 5 do artigo 19.º para que se torne perceptível face ao estabelecido no n.º 5 do mesmo artigo.

- Quanto ao artigo 20.º, que versa sobre a exploração de recursos energéticos renováveis, mais concretamente o seu n.º 3, recomenda-se que se tenha presente as limitações que decorrem do Decreto-Lei n.º 30-A/2022, de 18 de abril, na sua atual redação, sobre a distância em redor de aglomerados rurais e também solo urbano, (exceto se destinado à instalação de atividade económica) - cfr. artigo 5.º do citado diploma legal.

- Do artigo 21.º (sob a epígrafe "exploração de recursos geológicos") infere-se a possibilidade de se explorar pedreiras em solo rústico (mais concretamente em aglomerados rurais e áreas de edificação

dispersa) e em solo urbano (espaços centrais, habitacionais, e urbanos de baixa densidade...). Não se consegue afirmar, à priori, que tal é compatível com o uso habitacional, pelo que se deve excluir essa possibilidade nos espaços supramencionados (áreas edificadas com utilização predominantemente habitacional).

- O artigo 22.º versa sobre a compatibilização do PDM com o Plano Setorial da Rede Natura 2000. No n.º 3 deste artigo alude-se ao anexo I-B, (quando parece querer dizer-se anexo I-A), que contém Orientações de Gestão para a Rede Natura. Uma vez que apenas as normas dos programas que, em função da sua incidência territorial urbanística, condicionem a ocupação, uso e transformação do solo, são integradas nos planos territoriais (como o PDM) – cf. n.º 5 do artigo 3.º do RJIGT, recomenda-se, sem prejuízo da pronúncia do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP (ICNF), que se reveja o citado anexo no que a este respeito se refere.

- No n.º 4 do artigo 23.º, sem prejuízo da pronúncia do ICNF, clarificar que a edificação em solo rústico (fora de aglomerados rurais) deve observar a lei (Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação) e as regras do PMDFCI que com ela estejam conformes. Clarificar, consequentemente, o referido no n.º 3 do artigo 28.º, n.º 6 do artigo 30.º, n.º 4 do artigo 32.º, a esse respeito.

- Na al. a) do n.º 5 do artigo 23.º sobre os núcleos de desenvolvimento turístico em solo rústico faz-se alusão às tipologias “aldeamento turístico” e “conjunto turístico”. Acautelar que são empreendimentos turísticos nas tipologias admitidas em solo rústico – cf. al. c) do n.º 3 do artigo 16.º, n.º 3 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto. Cf. também Orientação e Diretriz de Conteúdo e Gestão n.º 134 constante da proposta de Programa Regional de Ordenamento do Território – Norte, atualmente em fase final de conclusão da elaboração.

- No n.º 8 do artigo 23.º estabelece-se que nas áreas abrangidas pela Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo aplicam-se as disposições constantes do anexo III do regulamento. Uma vez que é no plano que se deve estabelecer as ações permitidas, condicionadas ou interditas com incidência urbanística na área protegida de âmbito regional – cfr. n.º 9 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua atual redação, deve-se, sem prejuízo da pronúncia do ICNF, reformular o anexo III do regulamento, que inclui ações sem incidência urbanística. (Por exemplo, interditar: a colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de quaisquer espécies de flora e fauna selvagens protegidas; o sobrevoos de aeronaves com motor abaixo de 1000 pés; o trânsito de veículos do tipo Moto 4).

A mesma observação é feita para o artigo 62.º, que estabelece regime de salvaguarda para a área integrada na Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo. (Indique-se, por exemplo, a proibição de circular a pé, a cavalo ou em bicicleta fora dos caminhos existentes; a permissão de extração e cortiça dos sobreiros já instalados; a salvaguarda da tranquilidade para as atividades de repouso e alimentação de aves aquáticas...).

- No n.º 1 do artigo 25.º alude-se às obras de alteração. Como são permitidas por força do artigo 60.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), não carecem de estar mencionadas nesta norma do regulamento.

A mesma observação é feita quanto às obras de reconstrução mencionadas na al. a) e b) do n.º 3 do artigo 61.º.

- No quadro do n.º 4 do artigo 25.º refere-se índice de ocupação. Este índice deve ser expresso em percentagem (cfr. ficha I-34 do anexo I do DR n.º 5/2019). Pelo que deve ser corrigida esta norma.

- Na al. a) do n.º 2 do artigo 26.º admite-se comércio e serviços em “áreas de edificação dispersa”. Quanto ao comércio e restauração ou bebidas, quando ligados ao turismo não há reparo a fazer (artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março na sua atual redação). Quando assim não aconteça, e também quando se esteja perante outros serviços, (que não a restauração ou bebidas), refira-se que as novas instalações de comércio, serviços que não estejam diretamente ligados às utilizações agrícolas, pecuárias, aquícolas, piscícolas, florestais, ou de exploração recursos energéticos ou geológicos são consideradas incompatíveis com a classificação e qualificação do solo rústico (com exceção dos aglomerados rurais) – cfr. al. a) do n.º 3 do artigo 16.º e n.º 3 do artigo 17.º do DR n.º 15/2015. Face ao exposto, deve reformular-se a norma do regulamento em apreço.

- Na al. d) do n.º 2 do artigo 26.º prever que é indústria e armazenagem diretamente ligados às atividades agrícola ou florestal – cfr. n.º 3 do artigo 16.º do DR n.º 15/2015, de 19 de agosto.

A mesma observação é feita para o n.º 2 do artigo 27.º quando se refere estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços.

O mesmo se diga, com as devidas adaptações, para o n.º 1 do artigo 29.º e n.º 1 do artigo 31.º quando refere estabelecimentos industriais e venda de produtos agrícolas, silvícolas e pecuários.

- No n.º 2 do artigo 27.º clarificar quais os parâmetros de edificabilidade que se observa no caso dos edifícios que se destinem à armazenagem – cfr. n.º 1 do artigo 74.º do RJIGT.

- Reformular o n.º 1 do artigo 28.º para que se torne claro e perceptível.

- No n.º 1 do artigo 29.º prevê-se a construção para habitação em espaços agrícolas. Uma vez que a edificação para este fim na categoria de solo rústico em apreço está fortemente condicionada pelos princípios da excecionalidade e da limitação (cfr. n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, n.º 2 e 3 do artigo 16.º do DR n.º 15/2015, de 19 de agosto e a diretriz 74 do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território, aprovado pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro) entende-se que na norma em apreço deve prever-se/clarificar que é habitação unifamiliar para residência própria e permanente de agricultores em exploração sustentáveis, (existentes ou que comprovadamente se venham a constituir), e contribuintes da melhoria da estruturação fundiária (cf. Orientação e Diretriz de Conteúdo e

Gestão n.º 132 constante da proposta de Programa Regional de Ordenamento do Território – Norte, atualmente em fase final do procedimento de elaboração, e anexo I da ATA da 33.ª Reunião Ordinária da COMISSÃO NACIONAL DO TERRITÓRIO, de 30 de março de 2023, disponível em <https://cnt.dgterritorio.gov.pt/pagina-reunioes>). Reformular consequentemente a norma supracitada.

- No n.º 1 do artigo 29.º clarificar que tipologia de empreendimentos turísticos se permite. (São os TER e TH a que se alude na al. b) do n.º 3 do mesmo artigo?).

A mesma observação é feita para o n.º 1 do artigo 31.º.

- No n.º 1 do artigo 29.º refere-se que o índice máximo de impermeabilização é a área máxima de implantação 300 m. Este índice deve ser expresso em percentagem (cfr. ficha I-33 do anexo I do DR n.º 5/2019). Pelo que deve ser corrigida esta norma e as demais onde seja feita menção a esse índice.

- No artigo 31.º estabelece-se o regime de edificabilidade em “espaços florestais”. Verifica-se que apesar de se ter estabelecido quatro subcategorias de solo (espaços florestais de produção, espaços florestais de proteção, espaços florestais mistos de uso silvícola com agrícola e espaços florestais de recreio e valorização da paisagem), não se prevê qualquer diferença no regime de edificabilidade a observar em cada uma delas. Situação a ponderar.

- Quanto ao estudo de solução de conjunto a que se alude no n.º 3 do artigo 40.º, não se estando perante instrumentos de gestão territorial (os quais estão tipificados na lei), clarificar nessa norma o seu carácter não normativo, mas meramente orientador.

- No n.º 2 do artigo 41.º e para a categoria de solo rústico “espaços culturais” prevê-se comércio e serviços, nomeadamente estabelecimentos de restauração e bebidas e de outras infraestruturas de apoio. Uma vez que estes usos apenas são compatíveis em solo rústico (com exceção dos aglomerados rurais) se diretamente ligados às utilizações agrícolas, pecuárias, ou florestais, tal como já foi suprarreferido (...) – cf. al. a) do n.º 3 do artigo 16.º e n.º 3 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, balizar a edificabilidade admitida para esses fins (comércio e serviços) para que se perceba o seu carácter acessório em relação ao uso principal (equipamentos).

- Quanto ao n.º 8 do artigo 42.º, mormente quanto à proibição de edificar qualquer construção cujo afastamento ao recinto escolar seja inferior a 12 metros, é de referir que o Decreto-Lei n.º 80/2010, de 25 de junho revogou o DL37575 de 8 de outubro de 1949, que estabelecia a distância mínima de afastamento. Note-se, que caso tal espaço incida em prédios particulares, as limitações introduzidas pelo plano que provoquem um grave prejuízo aos respetivos destinatários poderão dar lugar, eventualmente, (caso aquele não seja compensado através dos mecanismos de perequação), a indemnização nos termos do artigo 171.º do DL 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação. Situação a ponderar.

- Quanto ao disposto na al. d) do n.º 2 e 3 do artigo 43.º quanto ao estabelecimento de novos alinhamentos, recuos ou altura máxima de fachada entende-se que não pode a Câmara Municipal através de uma unidade de execução estabelecer novos alinhamentos, recuos ou altura máxima de fachada contra o que esteja disposto a esse respeito num plano territorial (PDM, Plano de Urbanização, ou Plano de Pormenor) preexistente, antes terá de cumprir o nele estabelecido. Situação a clarificar na norma (retirando a menção à unidade de execução, que não é um instrumento de gestão territorial).

(Também quanto ao estudo urbanístico mencionado no n.º 3 do artigo 43.º reitera-se que não sendo instrumentos de gestão territorial, não podem ter carácter normativo, nem produzir efeitos externos).

- No n.º 1 do artigo 44.º, (que estabelece os parâmetros de dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva e equipamentos de utilização coletiva/habitação pública, de custos controlados ou para arrendamento acessível), prever igualmente as obras de edificação que segundo regulamento municipal sejam consideradas como de impacte relevante ou de impacte semelhante a uma operação de loteamento – cfr. n.º 1 e n.º 5 do artigo 44.º e artigo n.º 5 do artigo 57.º do RJUE.

Para além disso, distinguir no regulamento os parâmetros de dimensionamento para as diferentes finalidades: espaços verdes e de utilização coletiva, equipamentos de utilização coletiva/habitação pública, de custos controlados ou para arrendamento acessível... (artigo 43.º do RJUE).

- Verifica-se que não são estabelecidos parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a infraestruturas mormente estacionamento privado e público. Situação a colmatar- cfr. artigo 43.º do RJUE.

- Na al. b) do n.º 1 do artigo 46.º clarificar que: na ausência de alinhamentos, recuos e alturas de fachada definidos em instrumentos de gestão territorial, (pois está-se perante matéria de planos territoriais). A mesma observação é feita para al. d) do n.º 1 do artigo 48.º.

- Quanto aos espaços urbanos de baixa densidade, a que se refere o artigo 49.º, verifica-se que não se indica(m) qual(ais) o(s) uso(s) dominante(s), nem os usos compatíveis e até os usos complementares – cfr. n.º 3 o artigo 12.º e al. e) do n.º 1 do artigo 25.º do DR 15/2015, de 19 de agosto. Situação a colmatar.

Também quanto aos espaços de atividades económicas, sobre que versa o artigo 51.º, constata-se que apenas se refere que se destinam predominantemente à instalação de unidades empresariais, não se indicando usos, como referido na al. c) do n.º 1 do artigo 25.º do DR 15/2015. Situação a colmatar.

- Na al. b) do n.º 1 do artigo 50.º retirar a expressão “imagem urbana”, dada a margem de discricionariedade que comporta.

- No n.º 3 do artigo 54.º estabelece-se que em “espaços de uso especial” a todas as operações urbanísticas aplicam-se os parâmetros de edificabilidade aí mencionados (índice de impermeabilização, índice máximo de utilização, número máximo de pisos e altura máxima da fachada).

Uma vez que as obras de reconstrução também são também uma operação urbanística – cfr. al. a) e j) do artigo 2.º do RJUE, ficarão também sujeitas ao cumprimento dos referidos parâmetros. A resultar, eventualmente, na impossibilidade de realizar a reconstrução de um edifício legal, pode, atento o disposto no artigo 60.º do RJUE, dar, eventualmente, lugar ao pagamento de uma indemnização. Situação a ponderar.

- O título VI do regulamento versa sobre o Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo (POAA), com incidência no território de Macedo de Cavaleiros.

Sobre os regimes de salvaguarda decorrente desse Plano, mostra-se imprescindível pronúncia da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Em todo o caso, e sem prejuízo da pronúncia dessa entidade, afigura-se que não está demonstrado, de forma cabal, graficamente (na planta de ordenamento ou num seu desdobramento) e no regulamento, a transposição das normas desse programa especial para o PDM, bem como a conformidade da proposta deste último plano com esse programa territorial.

Indique-se, por exemplo, as áreas, em que segundo o programa, são áreas non aedificandi, (tais como “área de uso agro-florestal”, “área de uso silvo-pastoril”, “área de uso florestal”, “área de uso florestal de proteção a manter” (cfr. respetivamente artigos 14.º, 15.º, 16.º, 18.º do Regulamento do POAA) não sendo claro no PDM que o zonamento e respetivo regime de uso e ocupação proposto para tais espaços acautela o referido carácter non aedificandi. Situação a colmatar/corrigir.

- Quanto ao artigo 60.º que versa sobre a estrutura ecológica municipal (EEM), acautelar que dela fazem parte as áreas afetas à rede fundamental de conservação da natureza no território do município, tal como a Reserva Ecológica Nacional – cfr. notas complementares à ficha I-29 do anexo I do DR 5/2019, de 27 de setembro, artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua atual redação e n.º 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na sua atual redação.

- Sobre a possibilidade de artificialização de pequenos troços de linhas de água a que se refere al. b) do n.º 4 do artigo 61.º em estrutura ecológica, afigura-se pertinente a pronúncia da APA.

- No n.º 5 do artigo 61.º remete-se para o Anexo II, que contém Orientações de Gestão para a EEM. Uma vez que se está perante um plano territorial, deve-se rever o citado anexo excluindo as ações sem incidência urbanística, como por exemplo: “Deverão ser efetuadas limpezas periódicas aos trilhos”.

No mesmo anexo II, não se deve remeter para o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, estabelecendo, em alternativa, o regime a observar.

- No n.º 3 do artigo 65.º refere-se que em zonas inundáveis é permitida a conservação e reconstrução de edifícios. Sendo as primeiras obrigatórias por lei (artigo 89.º do RJUE), e as segundas admissíveis, em princípio, por força do artigo 60.º do RJUE, deve ser retirada a menção às mesmas.

- Na al. i) do n.º 7 do artigo 65.º é feita menção aos alvarás de utilização e autorizações de utilização. Sem prejuízo da pronúncia da APA, atenta a publicação do DL 10/2024 de 8 de janeiro, que revogou o artigo 62.º (que versava sobre a autorização de utilização) e o n.º 3 do artigo 74.º (que estabelecia que a autorização de utilização era titulada por alvará) ambos do RJUE (cfr. artigo 24.º do citado diploma legal) reformular norma do regulamento nesta parte.

- No artigo 68.º, que versa sobre o zonamento acústico, deve-se definir regras para equiparar recetores sensíveis isolados (não integrados em zonas classificadas) a mistos ou sensíveis.

Existindo zonas de sobre-exposição, recomenda-se que se indique qual é a zona urbana consolidada para efeitos de aplicação do Regulamento Geral do Ruído-RGR, anexo ao Decreto-Lei n.º 9/2007, (o que tem importância desde logo para aplicação do n.º 7 do artigo 12.º desse RGR, caso se verifique a violação dos valores limite de exposição estabelecidos para as zonas mistas e zonas sensíveis no artigo 11.º desse RGR).

- O n.º 1 do artigo 69.º versa sobre as áreas de proteção às de redes de infraestruturas de abastecimento e drenagem de águas residuais. No pressuposto de que não esteja constituída servidão legal, é de referir que caso tal espaço incida em prédios particulares, as limitações introduzidas pelo plano que provoquem um grave prejuízo aos respetivos destinatários poderão dar lugar, eventualmente, (caso aquele não seja compensado através dos mecanismos de perequação), a indemnização nos termos do artigo 171.º do DL 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação.

- No n.º 2 do artigo 72.º delimita-se para o património arquitetónico inventariado uma área de proteção de 50 metros em redor do objeto de salvaguarda. Não estando os imóveis classificados, nem em vias de classificação, não podem beneficiar zona de proteção. Pelo que deve ser retirada esse n.º 2 do citado artigo.

A mesma observação é feita, sem prejuízo da pronúncia do ICNF, para a área de salvaguarda aos geossítios, a que se alude no artigo 73.º.

- A al. a) do n.º 3 do artigo 72.º deve ser retirada, uma vez que não é matéria que faça parte do conteúdo material do PDM (cfr. artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio). De resto, são matérias disciplinadas na lei (Lei n.º 31/2009, de 25 de março, na sua atual redação, Decreto-Lei n.º 140/2009 de 15 de junho, na sua redação atual e Decreto-Lei n.º 205/88, de 16 de junho), devendo ser obrigatoriamente observado o que nela se estabelece.

- Do n.º 3 do artigo 73.º retirar ações sem incidência urbanística como a proibição da prática de atividades desportivas motorizadas.

- No n.º 2 do artigo 77.º faz-se menção às vias de acesso local, sendo certo que no artigo 76.º a respeito da hierarquia funcional para a rede rodoviária do município, nada se refere a respeito das mesmas. Situação a colmatar.

- No n.º 3 do artigo 78.º afigura-se que se pretende dizer que Câmara Municipal procede à concretização da programação da execução do plano através da inscrição no plano de atividades municipal e, quando aplicável, no orçamento municipal dos projetos e ações identificados no programa de execução e plano de financiamento. Com efeito a programação deve acompanhar a proposta de plano.

Também o n.º 4 do artigo 78.º mesmo artigo carece de reformulação. Note-se que os planos territoriais integram orientações para a sua execução contendo designadamente a identificação e programação das intervenções consideradas estratégicas ou estruturantes por prioridades (cfr. n.º 4 do artigo 146.º do Decreto-Lei n.º 80/2015). Sugere-se que se preveja, eventualmente, que “No âmbito dessa concretização, a Câmara Municipal estabelece as prioridades...”

- Retirar o n.º 3 do artigo 79.º, em aparente contradição com o disposto na al. d) do n.º 1 do mesmo artigo. De resto, de acordo com o artigo 154.º do RJIGT os planos podem estabelecer reservas de solo para a execução de infraestruturas urbanísticas, equipamentos e espaços verdes. Reservando o plano áreas para tais fins, não se entende que nele se preveja que não são reservas de solo.

- No artigo 80.º e anexo VIII identificam-se 15 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG). Para as UOPG 01, 03 a 13 devem ser indicados de forma clara, para além dos seus objetivos, os termos de referência (parâmetros urbanísticos). Cfr. al. l) do n.º 1 do artigo 96º do RJIGT e ficha I-66 do Anexo I ao DR n.º 5/2019, de 27 de setembro.

- Nem todas as UOPG tem prazo de execução, o que deve ser colmatado.

- Quanto às UOPG 02 e 14, incidentes em solo rústico, destinadas a empreendimentos turísticos (que se pressupõe que sejam nas formas e tipologias admitidas em solo rústico, não implicando, por isso, com a sua concretização a reclassificação de solo rústico em solo urbano), sem prejuízo da pronúncia da APA, recomenda-se que se pondere a forma de execução proposta (assistemática), e se a mesma não coloca em causa os objetivos das UOPG citadas (cfr. al l) do n.º 1 do artigo 96.º do RJIGT e ficha I-66 do anexo I do DR 5/2019, de 27 de setembro).

- Quanto à UOPG 00, deve estabelecer-se as regras a aplicar (indicadores e parâmetros) nas áreas a sujeitar a PU durante a ausência deste. cfr. al. l) do n.º 1 do artigo 96º do RJIGT e ficha 66 do Anexo I ao Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro.

- Quanto ao estudo urbanístico a que se alude no n.º 2 e 3 do artigo 81.º, não se estando perante instrumentos de gestão territorial (os quais estão tipificados na lei), clarificar nessa norma o seu carácter não normativo, mas meramente orientador.

- Reformular a al. a) do n.º 2 do artigo 82.º para que dele decorra que a reversão para solo rústico é automática se as áreas a estruturar não forem infraestruturadas no prazo definido para tal no plano.

- Na al. b) do n.º 2 do artigo 82.º prevê-se que no término do prazo definido para a sua execução as áreas a consolidar perdem a capacidade edificatória caso não tenham sido urbanizadas. Sendo assim questiona-se o porque manter em espaços centrais, se não pode edificar. Situação a ponderar.

- Na al. c) n.º 2 do artigo 82.º, prevê-se que no término do prazo definido para a sua execução as áreas a infraestruturar mantém-se suspensas de qualquer dinâmica de licenciamento até à infraestruturação plena da rede pública de abastecimento de água e drenagem de águas residuais.

Uma vez que a edificação em solo urbano deve ser precedida das correspondentes infraestruturas (nomeadamente água e saneamento), sejam elas redes, ou soluções apropriadas (no caso dos espaços urbanos de baixa densidade) - artigo 24.º e 25.º do RJUE e al. c) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 7.º e al. e) do n.º 1 do artigo 25.º do DR n.º 15/2015, de 19 de agosto, tal significa que mesmo antes de terminar o prazo definido no plano para a execução das infraestruturas não se pode edificar sem que existam infraestruturas, situação que poderá sempre ser ultrapassada através da celebração de contratos de urbanização, nos termos do artigo 25.º do RJUE, (desonerando dessa forma o Município de realizar as infraestruturas públicas em falta e permitindo que os particulares vejam afastados um impedimento à construção, sendo que com a celebração dos referidos contratos aqueles verão também o valor das taxas por realização das infraestruturas urbanísticas ser reduzido). Face ao exposto, sugere-se que se retire a al. c) do n.º 2 do artigo 82.º.

A manter-se essa al. c), autonomizá-la do n.º 2 e reformulá-la para que dela decorra que nessas áreas a edificação deve ser precedida das correspondentes e necessárias infraestruturas.

- O artigo 84.º e seguintes do Regulamento versa sobre regime económico-financeiro, o qual carece de reformulação e complemento, destacando-se, no entanto, o seguinte:

i) O artigo 87.º versa sobre mais-valias. A edificabilidade não está contida no direito de propriedade, decorrendo antes de plano municipal (que estabelece o regime de uso, ocupação e transformação do solo); quando tal ocorre, traduz-se na criação de mais-valia nos prédios a que se aplicam, entendendo-se mais-valia como evolução do valor do mercado de um prédio não resultante de investimentos do proprietário.

Reformular /completar o artigo 87.º para que dele decorra que toda a edificabilidade, admitida de forma abstrata no plano e permitida de forma concreta no licenciamento municipal, traduz-se em criação de mais-valias nos prédios a que se reporta, bem como na reclassificação para solo urbano – cfr. artigo 64.º e n.º 2 do artigo 68.º da Lei 31/2014, de 30 de maio].

ii) A redistribuição dos benefícios e encargos aplica-se a todas as operações urbanísticas (sistemáticas e não sistemáticas) que ocorram no território em causa, concretizando a afetação das mais-valias decorrentes do plano ou de ato administrativo – cfr. artigo 64.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua atual redação.

Verifica-se que o plano não estabelece edificabilidade média para todo o solo urbano. Sendo assim, não é possível afirmar, tal como se refere no artigo 92.º do regulamento, que toda e qualquer operação urbanística a realizar em solo urbano, quer se enquadre, ou não, numa unidade de execução, é afetada pela redistribuição de benefícios e encargos nas condições do artigo 93.º e seguintes.

Não se vislumbra, assim, que haja uma perequação global, mas só para parte do solo urbano (áreas a estruturar).

Carece, assim, de justificação, nomeadamente no relatório do plano, a não inclusão da restante área urbana, através da demonstração, de forma cabal, que não são criadas desigualdades pelo PDM, não carecendo consequentemente de perequação. Situação a esclarecer e colmatar.

iii) Não se vislumbra, de acordo com o estabelecido no artigo 94.º, que no âmbito das unidades de execução ocorram dois processos perequativos complementares, estabelecendo, portanto, o PDM uma perequação com duas abrangências: global (para todo o solo urbano, ou parte dele – desde que justificado conforme referido supra) e local (entre proprietários na unidade de execução) – cf.. artigo 64.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua atual redação. Situação a colmatar.

iv) Não se estabelece mecanismos concretos de compensação aplicáveis aos casos de desvio ao benefício padrão e mecanismos de compensação perante desvios à cedência média e aos encargos padrão estabelecidos.

Recomenda-se a este respeito (perequação/mais-valias) a consulta do documento “PDM GO – Boas Práticas para os Planos Diretores Municipais” (in <https://www.dgterritorio.gov.pt/PDM-GO-Boas-Praticas-para-os-Planos-Diretores-Municipais>).

– Introduzir um artigo sobre o prazo de vigência, avaliação e condições de revisão (cfr. al. r) do n.º 1 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.”.

Acrescem, ainda, as seguintes observações e recomendações ao parecer acima transcrito:

- A identificação das SRUP constantes no artigo 6.º do Regulamento deverá corresponder à constante na Planta de Condicionantes – Geral.
- A designação de “*Espaço Central*” constante na Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo, deverá ser retificada, uma vez que a que consta na alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento é “*Espaços Centrais*”.

2.2. Classificação e Qualificação do Solo

A Planta de Ordenamento, partindo das estratégias e opções tomadas pelo Município relativamente ao ordenamento do território municipal, define o modelo da estrutura espacial do concelho, primeiro, através das duas classes fundamentais de solo, rústico e urbano, de acordo com o previsto no RJIGT e, segundo, através da qualificação do solo, seguindo os critérios estabelecidos no Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto.

A CMMC, no Regulamento, identifica a qualificação do solo em diferentes categorias de espaço, segundo a distinção em solo rústico e urbano, da seguinte forma:

Solo Rústico:

- Aglomerados rurais;
- Áreas de edificação dispersa;
- Espaços agrícolas;
- Espaços florestais (Produção, Proteção, Mistos de uso silvícola com agrícola, Recreio e valorização da paisagem);
- Espaços naturais e paisagísticos;
- Espaços de infraestruturas rodoviárias;
- Espaços de exploração de recursos geológicos;
- Espaços de ocupação turística;
- Espaços culturais.

Solo Urbano:

- Espaços centrais;
- Espaços habitacionais;
- Espaços urbanos de baixa densidade;
- Espaços de atividades económicas;
- Espaço de uso especial.

A proposta de Ordenamento apresenta-se equilibrada pelas categorias na qualificação do solo, tanto no solo rústico como no solo urbano, face às características do concelho e à estratégia apresentada, sendo de referir que o PDMMC opta apenas por uma categoria nos espaços agrícolas, não existindo as qualificações de espaço destinado a equipamentos, infraestruturas e outras estruturas ou ocupações, bem como a qualificação de espaços destinados às atividades industriais diretamente ligadas às utilizações agrícolas e florestais.

No decorrer do procedimento, para a delimitação dos perímetros, foram realizadas reuniões com a CMMC, e ponderadas as considerações efetuadas no âmbito do parecer emitido aquando da realização da 1.ª reunião plenária da CC, com as anotações referentes ao exercício de delimitação dos perímetros urbanos, pelo que parece-se afigurar ter havido uma evolução significativa desde a proposta inicial do Plano até à agora apresentada.

A Planta de Ordenamento da proposta de PDMMC apresenta-se desdobrada nas seguintes cartas:

- Classificação e qualificação do solo;
- Património;
- Salvaguardas.

Sobre esta planta, tecem-se as seguintes considerações:

- A designação das categorias de espaço constantes na legenda da Planta de Ordenamento – Classificação e qualificação do solo, devem estar em consonância com as do Regulamento, devendo ser uniformizadas, optando-se por “*Espaço*” ou “*Espaços*”;
- Estão em falta a identificação de algumas localidades na Planta de Ordenamento;
- Não está identificada a localização do Heliporto de Macedo de Cavaleiros, nesta planta ou em qualquer outra planta que compõe o Plano.

Por sua vez, a Planta de Condicionantes, encontra-se desdobrada nas seguintes cartas:

- Geral;
- Reserva Ecológica Nacional;
- Perigosidade de Incêndio Rural;
- Gestão de Fogos Rurais.

Relativamente a esta planta, refere-se o seguinte:

- Na Planta de Condicionantes – Reserva Ecológica Nacional não consta o quadro com a identificação das exclusões, o mesmo sucedendo no Regulamento.

2.3. Programação e Execução do Plano

De acordo com o Relatório apresentado, o MMC assume dois níveis de intervenção, designadamente a estruturante, que respeita as opções estratégicas do PDMMC para o território e a intervenção nas infraestruturas relativas à programação de infraestruturas básicas. Assim, identificam como áreas programadas um total de 15 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) e 46 áreas a infraestruturar (AI).

No que respeita à programação da execução, e considerando as propostas para as áreas de execução programada, sugere-se o seguinte:

Atendendo à importância destas matérias na proposta de Plano, a mesma mereceu uma análise mais exaustiva por parte da UOTCNB/DGTC. Assim, no que respeita à programação da execução, e considerando as propostas para as áreas de execução programada, sugere-se o seguinte:

1. Sobre as áreas de execução programada:

- 1.1 os termos de referência das UOPG constantes no anexo VIII devem incluir o prazo, efeitos do termo constantes no anexo IX, bem como o tipo de UOPG (a estruturar ou a consolidar);
- 1.2 a UOPG 2 deve corresponder apenas a uma área, e a sua delimitação deve dar resposta assertiva à estratégia e aos objetivos estabelecidos pela CMMC;
- 1.3 a delimitação das UOPG deve articular-se com a rede viária proposta.

2. Sobre a reserva de solo:

Artigo 79.º, n.º 3 do Regulamento PDMMC: Nas áreas de execução programada os espaços verdes e equipamentos também constituem reserva de solo, podendo o Plano estabelecer prazo diferente do estabelecido no RJIGT, conforme estabelecido no n.º 2 do artigo 154.º.

3. Sobre as mais valias:

Artigo 87.º do Regulamento PDMMC: a mais-valia a que se refere o Regulamento não pode ficar cingida à gerada em procedimentos de reclassificação para solo urbano e em áreas de execução programada. Deve o Plano fundamentar a formação das mais-valias, e definir os critérios para sua parametrização (cf. n.º 7 do artigo 64.º da Lei nº 31/2014, de 30 de maio).

Como já foi referido em anterior pronúncia da CCDR NORTE, a edificabilidade não está contida no direito de propriedade, decorrendo antes de plano municipal (que estabelece o regime de uso, ocupação e transformação do solo); quando tal ocorre, traduz-se na criação de mais-valia nos prédios a que se aplicam, entendendo-se mais-valia como evolução do valor do mercado de um prédio não resultante de investimentos do proprietário. (Toda a edificabilidade que o plano admite

origina mais-valias) - cfr. artigo 64.º e n.º 2 do artigo 68.º da Lei nº 31/2014, de 30 de maio], pelo que carecem de correção as normas em apreço, para que delas decorra que toda a edificabilidade, admitida de forma abstrata no Plano e permitida de forma concreta no licenciamento municipal, se traduz em criação de mais-valias nos prédios a que se reporta.

4. Sobre os mecanismos de distribuição dos benefícios e encargos:

Artigo 92.º do Regulamento PDMMC: os mecanismos de distribuição dos benefícios e encargos são aplicáveis a todas as operações urbanísticas (sistemáticas e não sistemáticas) que ocorram no território em causa (cf. artigo 64.º da Lei nº 31/2014, de 30 de maio, na sua atual redação) –, tal como assumido no relatório de fundamentação.

Os mecanismos de distribuição dos benefícios e encargos nas unidades de execução estão estabelecidos no artigo 94.º – que corresponde à perequação intra unidade de execução, faltando a dupla perequação.

5. Sobre o Plano de Financiamento:

5.1. Incongruências:

O Plano de Financiamento diz que as ações propostas serão alavancadas através do orçamento municipal, que são as receitas correntes. No mesmo documento, mais à frente, chegam à conclusão de que *"as receitas correntes não são suficientes para cobrir o pretendido pelo PDMMC"*, pelo que *"a utilização de fundos comunitários constitui uma alternativa necessária"*, ou seja, o Plano não tem viabilidade económico-financeira com meios próprios.

De salientar, ainda, os erros no conteúdo do relatório, nomeadamente: página 10 – *"superavit global corrente de 5,4M€ nos últimos 5 anos"*; na página 12 diz que *"o superavit anual médio dos últimos 5 anos é de: 677 mil euros/ano"*.

5.2. Sugestões:

Os elementos de suporte a análise do Plano devem ser recolhidos de documentos oficiais, tais como relatório e contas, que são auditados por revisores externos e aprovados em sede de Assembleia Municipal.

Referir ainda que, no âmbito da Programação e Execução, os encargos-padrão assumidos para a execução da rede de saneamento e abastecimento de água (70€/ml e 30€/ml, respetivamente), parecem demasiado subavaliados.

2.4. Reserva Ecológica Nacional

Pela Divisão de Ordenamento e Sustentabilidade do Território (UOTCNB/DOST), foi emitido o seguinte parecer à proposta de alteração da REN, ao abrigo do artigo 16.º do RJREN:

“Relativamente à proposta em análise, relativa à alteração da Carta da REN em vigor (Portaria n.º 125/2015, de 6 de Maio, corrigida pelo Aviso n.º 16833/2019, de 22 de Outubro), correspondente à sexta versão da proposta de transposição da REN para a nova cartografia de base (à escala 1/10.000 e homologada em 6.7.2022, com o número 5064) e da terceira versão da proposta de exclusões REN, da análise efetuada pela CCDR NORTE, e demais peças da revisão do PDM que integram no todo ou em parte a REN de Macedo de Cavaleiros, observa-se o seguinte:

1. Alteração da Carta da REN

A alteração da Carta da REN em vigor ao abrigo do artigo 16.º do RJREN, na redação dada pelo DL n.º 124/2019, com transposição para a nova cartografia de base, mereceu o parecer favorável condicionado por parte desta CCDR, devendo o município de Macedo de Cavaleiros proceder às alterações e correções enunciadas no referido parecer, em particular no que concerne à MDJ, que deverá ser completada e desenvolvida conforme o exposto.

Também ao nível da proposta de exclusões, verifica-se emitir a CCDR NORTE parecer favorável condicionado, com a não aceitação da proposta de exclusão C59 e aceitação das demais propostas de exclusão (61 propostas de exclusão de tipo C, relativas a compromissos existentes, e 12 propostas de exclusão de tipo E, relativas a satisfação de carências), para além de 22 acertos cartográficos, identificados com a letra A.

Finalmente, informa-se que a Carta da REN, apresentada em formato pdf, não deverá identificar os referidos acertos cartográficos.

2. Planta de Condicionantes – Reserva Ecológica Municipal – Planta n.º 2.2, na escala 1/10.000, CAOP 2024

Verifica-se que a condicionante REN não se encontra transposta para a Planta de Condicionantes – Geral (Planta n.º 2.1) da proposta de revisão do PDM, constatando-se a existência de uma planta designada como Planta de Condicionantes – Reserva Ecológica Municipal (Planta n.º 2.2).

Esta última planta representa a REN na sua totalidade a cinzento, sem qualquer distinção entre as diferentes tipologias REN, representando ainda “Linhas de Água e Leitos”, não destrinchando entre os Leitos dos Cursos de Água classificados como REN dos restantes cursos de água não REN.

Neste sentido, esta planta deverá identificar com clareza os cursos de água cujos leitos se encontram classificados como REN, distinguindo-os dos demais cursos de água do Domínio Hídrico.

Encontram-se ainda representadas as exclusões de tipo C e de tipo E.

3. Estrutura Ecológica Municipal – Planta n.º 3, na escala 1/10.000, CAOP 2024

O n.º 4 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN – Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto) refere que “As áreas da REN são identificadas nas plantas de condicionantes dos planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal e constituem parte integrante das estruturas ecológicas municipais.”

Analizado o Relatório de Fundamentação da Proposta, a proposta de Regulamento e a proposta de Planta de Ordenamento – Salvaguardas, verifica-se que, de um modo geral, a proposta de Estrutura Ecológica Municipal (EEM) prevista na proposta de PDM dá cumprimento ao exposto, já que todas as tipologias da REN foram integradas na EEM.

No entanto, considerando o ponto de situação dos trabalhos de delimitação da Carta da REN, a EEM terá de ser atualizada, de modo a incorporar a versão final da proposta de exclusões. Para o efeito, ressalva-se, desde já, que, ao contrário das áreas de REN abrangidas por exclusões do tipo C, as áreas de REN englobadas em exclusões do tipo E devem integrar a EEM. Essa referência deverá ficar expressa no Relatório do Plano, bem como num dos documentos que constitui o plano, no caso, na Planta de Ordenamento – Salvaguardas (Planta n.º 1.3) ou na Planta da Estrutura Ecológica Municipal (Elementos Complementares da proposta de Plano) e no Regulamento, no artigo referente à EEM.

4. Planta de Ordenamento – Salvaguardas – Planta n.º 1.3, na escala 1/10.000, CAOP 2024

Na Planta de Ordenamento – Salvaguardas, surgem representadas as Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC) provenientes da proposta de delimitação da Carta da REN e as Zonas Inundáveis correspondentes ao Domínio Hídrico.

Nota final: Deverão as diferentes peças gráficas da revisão do PDM apresentar a mesma CAOP, bem como a Carta da REN, constatando-se ser representada a 2024 nas peças do PDM e a CAOP 2023 na Carta da REN. No caso de atualização da Carta da REN, deverá a MDJ da REN (pág. 5) ser igualmente atualizada.”.

2.5. Reserva Agrícola Nacional

No âmbito da 2ª reunião plenária da CC, ao abrigo do Aviso n.º 8412/2021 de 06.05.2019, a Unidade de Licenciamento, Controlo e Estatística (ULCE) da CCDR NORTE foi chamada a emitir parecer, pronunciando-se nos seguintes termos:

“Relativamente ao regulamento, a proposta de imposição de limites de áreas máximas de construção no Art. 29º, pode, eventualmente, inviabilizar a instalação de organizações de produtores na base da escala para os setores em causa, nomeadamente nas instalações de apoio às atividades agrícolas, pecuárias e florestais e estabelecimentos industriais transformação e venda de produtos agrícolas, silvícolas e pecuários.

Na alínea c) do mesmo artigo, alerta-se para a rigidez do critério de aumento da área de TER ou TH eventualmente existentes, até ao máximo de 500m², o que poderá constituir um constrangimento que vai além do previsto na condicionante RAN (600m² de implantação, conforme alínea c do Art. 8 da Portaria 162/2011 de 18 de abril).

Relativamente à Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo, não há nada a opor, estando na sua generalidade, a categoria de espaços agrícolas bem representada, cumprindo com o estipulado no Art. 18º do DR 15/2015 de 19 de agosto.

Verifica-se a presença nos elementos apresentados, da Planta de Condicionantes sobre a cartografia de base do plano, com a representação da RAN. No entanto, a simbologia desta condicionante deve ser corrigida em conformidade com o estipulado na Norma técnica sobre o Modelo de Dados e Sistematização da Informação Gráfica dos Planos Diretores Municipais da DGT, publicada pelo Aviso n.º 9282/2021.

A delimitação da RAN ocorre sempre que haja elaboração, alteração ou revisão dos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal, conforme determina o n.º 1 do Art. 13º do Decreto-Lei 73/2009 de 31.03 alterado pelo Decreto-Lei 199/2015 de 16.09, cabendo à CCDRN, I.P. Agricultura, através do Decreto-Lei 36/2023 de 26 de maio de 2023, que integrou os serviços da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, prestar as orientações indispensáveis ao ordenamento agrícola do território e, assegurar o acompanhamento assíduo e continuado da elaboração técnica da proposta de delimitação do município, dando cumprimento aos n.ºs 2 e 4 do mesmo artigo, respetivamente.

A RAN Final do PDM de Macedo de Cavaleiros foi aprovada por despacho, de 24 de julho de 2025, do Senhor Diretor de Unidade de Licenciamentos, Controlo e Estatística (ULCE) da CCDR-N I.P.

Verificou-se que a RAN está corretamente representada na Planta de Condicionantes.

Face ao exposto, propõe-se a emissão de parecer favorável, com as recomendações e sugestões anteriormente referidas.”.

2.6. Avaliação Ambiental

Sendo a CCDR NORTE considerada enquanto entidade ERAE, foi apreciado o RA e o Resumo Não Técnico (RNT), elaborado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio (Regime Jurídico da Avaliação Ambiental de Planos e Programas – RJAAPP), pela Divisão de Avaliação e Ação Ambiental (UA/DAAA). Deste modo, através da informação n.º INF_DAAA_MD_14003/2025, foi referido o seguinte:

“(…) Da análise efetuada, considera-se de uma forma generalizada, que as recomendações efetuadas no âmbito do RAP foram tidas em consideração.

1. Da análise efetuada ao RA, importa ainda tecer os seguintes comentários:

- No volume Relatório Ambiental, na sua página vii, em Siglas e Abreviaturas deve ser retirada a menção à DRCN e passar a incluir Património Cultural, I.P.

- No subcapítulo III.3.3 – Objetivos Estratégicos (OE) – são definidos 6 OE, nomeadamente:

• Manutenção da qualidade de vida dos que residem e visitam o território fomentado uma ocupação do território em baixa densidade;

• Atração de atividades económicas e residentes, assegurando as condições fiscais, logísticas e infraestruturais, bem como a rentabilização da área do acolhimento empresarial e atividade agrícola associada à castanha e olivícola;

• Adoção de uma política de mobilidade mais conectada e partilhada;

• Fortalecimento da resiliência ambiental, mitigando as alterações climáticas e valorizando o património natural e cultural enquanto ativo turístico;

• Contenção da expansão urbana, promovendo uma política de colmatação urbana e de racionalização das infraestruturas existentes;

• Adoção de uma postura colaborativa e de governança territorial com os diversos agentes.

O Modelo de Ordenamento Territorial (MOT) desenvolve-se em 5 sistemas fundamentais:

• Sistema Urbano;

- *Sistema Natural;*
- *Sistema Económico;*
- *Sistema de Conectividade;*
- *Sistema Social.*

- No subcapítulo IV.1. – Quadro Referência Estratégico (QRE) – salienta-se que de acordo com o Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT), para o território de Macedo de Cavaleiros, encontra-se em vigor o Plano Nacional da Água, que não se encontra no QRE, devendo ser ponderada a sua inclusão no âmbito nacional. Ainda neste âmbito, constata-se a inclusão do Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo, nada havendo a obstar, mas também poderia ter sido alocado ao âmbito regional. Ao nível deste âmbito, e no que concerne as competências específicas desta CCDR, apesar do Programa Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROTN) ainda se encontrar em elaboração, e do mesmo ainda não ter força de lei, pelo facto de já decorrido e concluído o período de discussão pública, seria recomendável que o mesmo fosse tido em consideração, e que se tenha em atenção os documentos disponibilizados em <https://www.ccdr-n.pt/pagina/prot-norte>.

No que concerne ao âmbito sub-regional estão elencados os PDM dos 6 municípios limítrofes, mas são Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), devendo por isso estar no âmbito local.

Recorrendo mais uma vez ao SNIT, encontram-se ainda em vigor o Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros, na sua 1.ª alteração (Aviso N.º 2680/2019, de 18 de fevereiro), o Plano de Pormenor (PP) da Zona oficial de Travanca, na sua 2.ª alteração (Aviso N.º 15427/2017, de 21 de dezembro) e o PP da Zona industrial de Macedo de Cavaleiros, na sua 3.ª alteração (Aviso N.º 2385/2022, de 04 de fevereiro), mas não são mencionados no documento. Em nosso entender, os mesmos deveriam ter sido abordados no RA, indicando qual a opção do Município no processo de revisão do PDM, sendo que de acordo com consulta à proposta de regulamento, os mesmos serão revogados.

- No subcapítulo IV.2. – Fatores Ambientais (FA) – são elencados os FA presentes na legislação em vigor, sendo indicado que os que assumem maior relevância são: população, solo, paisagem e os fatores climáticos.

- No subcapítulo IV.3. – Fatores Críticos para a Decisão (FCD) – são elencados 4 FCD, onde são considerados critérios para cada um dos FCD:

- *Valores Naturais, Culturais e Paisagísticos – Biodiversidade e Paisagem e Valores Culturais;*
- *Coesão Territorial – Acessibilidade/mobilidade e Infraestruturas e Equipamentos;*
- *Socioeconomia – Dinâmica Populacional e Atividades Económicas;*
- *Riscos e Alterações Climáticas – Riscos e Adaptação às Alterações Climáticas.*

- No Quadro IV.4 é feita uma síntese, em que associados aos FCD, apresentam-se os critérios de avaliação, os objetivos de sustentabilidade e os indicadores de avaliação, apresentam a métrica e as fontes de informação. No referido quadro são apresentas os 4 FCD, acompanhados por 9 critérios de avaliação e de uma bateria de 27 indicadores, aparentando que o Município poderá identificar e controlar os principais efeitos ambientais significativos decorrentes da aplicação das propostas do PDM. - O RA menciona a realização de ajustes aos FCD, desde que foram inicialmente definidos no Relatório de Definição do Âmbito, em consequência da ponderação dos pareceres.

- No capítulo V – Situação Atual, Tendência de Evolução e Propostas do Plano - Por cada FCD são analisados os objetivos de sustentabilidade, com os indicadores anteriormente mencionados, mas agora acrescido dos valores dos indicadores na situação atual, a tendência de evolução sem a revisão do Plano, análise SWOT, a identificação dos efeitos esperados com a proposta de Plano e os efeitos positivos e negativos com a proposta de Plano. Uma mera observação, dado que são utilizadas 91 páginas para este capítulo, que em nosso entender, poderia parte da informação não essencial ser remetida para anexos, dado que são matérias já tratadas anteriormente.

O facto de ser mencionado o valor do indicador da situação atual, irá certamente auxiliar e facilitar o programa de gestão e monitorização ambiental, sendo de ponderar remeter para anexo, no formato de tabela, os valores dos indicadores referente à situação atual.

- No Subcapítulo V.1.1. – Biodiversidade e Paisagem – associado ao FCD Valores Naturais, Culturais e Paisagísticos, uma vez que o município é abrangido por várias Áreas Classificadas no âmbito da Rede Natura 2000, nomeadamente, 4 Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e 2 Zonas de Proteção Especial (ZPE), considera-se que devia de ser dado mais ênfase a estas áreas.

-Para o FCD Coesão Territorial (V.2.), considerando que o PDM, em matéria de ordenamento do território apresenta nova classificação e qualificação de solo, de acordo com o DR N.º 15/2015, de 19 de agosto, na sua redação atual, poderia ser pertinente a apresentação da quantificação das áreas das classes e categorias do solo do atual PDM, ainda em vigor, e que face às propostas emanadas na revisão do Plano a esse nível, se pudesse constatar a evolução do consumo, ou não, de solo, designadamente das áreas artificializadas, e que de algum modo o processo da AAE, avaliasse esses impactos e contribuísse com recomendações à equipa que se encontrar a elaborar a revisão do Plano.

- Relativamente aos Equipamentos (Subcapítulo V.2.3.) é considerado o indicador “N.º e capacidade de equipamentos de perfil social (carta social)”, no qual constam todos os equipamentos destinados a toda a comunidade, designadamente crianças, jovens e população adulta.

No Quadro V.6 são apresentadas as diferenças valências para as crianças e jovens, nomeadamente creches, Estabelecimento de educação pré-escolar, Centros de atividades de tempos livres e Casa de

acolhimento, no qual se constata que, com a exceção do pré-escolar em Morais e Chacim, a ocupação ronda os 90% a 100% de taxa de utilização.

No Quadro V.7 são apresentadas as diferenças valências para as a população adulta, nomeadamente Centros de Dia, Estrutura residencial para idosos e Serviço de apoio domiciliário, no qual se verifica que a maioria dos equipamentos existentes apresenta uma taxa de utilização superior a 80%.

- No critério Dinâmica Populacional (V.3.1) é definido como objetivo de sustentabilidade “Promover a atração e a fixação de população jovem e adulta.”, no entanto, e de acordo com os dados mencionados nos Quadros V.6 e V.7, verifica-se que as diferentes valências apresentam elevadas taxas de utilização, assim sugere-se que sejam criados mais equipamentos e infraestruturas que possam acomodar nas novas famílias que se pretende que se fixem no município e promover/facilitar a natalidade.

E como é indicado no RA “Os dados apresentados evidenciam um envelhecimento da população do concelho, com redução da população nas faixas etárias mais jovens e um aumento da população nas faixas etárias mais envelhecidas.”, ora se esta evolução se mantiver e dado que as valências já têm elevada taxa de utilização, considera-se necessário que esta questão seja analisada e ponderada.

- No subcapítulo V.3.2 – Atividades Económicas - Na porção de território referente à delimitação da “UOPG 01: Área de Acolhimento Empresarial de Macedo de Cavaleiros”, aparentemente apresenta maiores dimensões que a delimitação do PP da Zona industrial de Macedo de Cavaleiros, que irá ser revogado, sendo uma opção perfeitamente válida por parte do Município. Todavia, a ampliação de área poderia ter sido matéria objeto de consideração em sede de AAE.

Não obstante, constata-se que na proposta de Planta de Ordenamento - Classificação e qualificação do solo, a área delimitada da UOPG 01 se encontra classificada como solo urbano, e qualificada como Atividades económicas. Ao nível da Planta de Condicionantes - Reserva Ecológica Nacional (REN), a área delimitada da UOPG01, incide sobre REN, na tipologia de Cabeceiras das linhas de água, apresentando exclusões do tipo C para parte da área. Por sua vez, na proposta de regulamente para a UOPG 01, é mencionado que “a execução é sistemática através de unidades de execução, sob o regime dos interessados e de cooperação (...)”. Face ao exposto, se alerta para a conformação legal das opções, tendo em consideração o DR N.º 15/2015, de 19 de agosto, na sua redação atual, bem como o RJIGT.

Na tabela de “Diagnóstico prospetivo” (pág. numerada como 83, e digitalmente como 91), como ameaças surge “Envelhecimento demográfico” e “Envelhecimento da população”, sendo redundante.

No Quadro V.11, relativamente à evolução da proporção das empresas por setor de atividade, verifica-se que o setor primário é o principal setor, apresentando valores de 46.8%.

Refere-se que, com a importância do sector primário no concelho de Macedo de Cavaleiros, tanto territorial (com 45 % de áreas agrícolas e 53 % de florestas e matos) como económica, e embora tenham sido ponderados os pareceres das entidades com responsabilidades ambientais, considera-se que foram tratados com a devida importância:

- assuntos relativos ao sector primário (tais como a área média de exploração, a área de RAN e respetiva variação e a superfície agrícola utilizada);*
- investimentos no sector (criação de serviços de aconselhamento agrícola e florestal, beneficiação de infraestruturas e espaços de apoio à atividade agrícola, aquisição de equipamentos e alfaías agrícolas, plantações e instalação de explorações agrícolas, reabilitação de regadios, combate a pragas e doenças e estudos dos impactos das alterações climáticas ao nível da produção agrícola);*
- preservação e promoção, além dos produtos certificados característicos do concelho e da região, as estruturas de cariz agrícola identitário, nomeadamente muros de pedra, socalcos, sistemas de irrigação, quintas, casas rurais, entre outros.*

Salienta-se, ainda, que devendo ter sido mais valorizadas as atividades relacionadas com a agricultura, pecuária e floresta, pode ter-se em conta, para as recomendações e diretrizes:

- Salvaguardar as áreas de elevada e muito elevada aptidão agrícola;*
- Adaptar os usos e ocupação do solo às vulnerabilidades territoriais, como o uso agrícola em áreas de elevada suscetibilidade à ocorrência de seca;*
- Promover ações de formação direcionadas para os produtores agrícolas (como as referentes ao consumo eficiente e racional do recurso água, à poluição com origem em unidades industriais diversas, agroindústrias, unidades de produção animal e à utilização de pesticidas e fertilizantes);*
- Apostar na introdução da agricultura biológica, de modo a controlar e/ou reduzir determinadas áreas de contaminação;*
- Desenvolver parcerias entre o Município e as associações de agricultores e produtores locais, no intuito de estabelecer uma estratégia de promoção dos abundantes produtos de qualidade desenvolvidos no concelho.*
- Para o FCD Riscos e Alterações Climáticas, é indicado que sofreu alguns ajustes decorrentes dos pareceres emitidos pelas entidades, nomeadamente na designação.*

Relativamente ao Critério Riscos Naturais e Tecnológicos, mais propriamente no que se refere aos incêndios rurais, é indicado que o Município tem um potencial de risco acrescido, contudo nos últimos 5

anos do período analisado (2010-2019) a área ardida tem vindo a diminuir assim como o número de incêndios, a dimensão média do incêndio e a área ardida total.

Posteriormente é apresentado o Quadro V.14, onde já são referidos valores até 2023, no entanto, sendo o RA de 2025, considera-se que já deviam de ser apresentados valores mais recentes, em especial face ao presente ano, em que o país de uma forma generalizada foi fustigado por incêndios.

É ainda indicado que “De facto, entre 2012/2017, o concelho apresenta em média 859 ha de área ardida por ano e, entre 2018/2023, cerca de 72 ha de área ardida, o que corresponde a um decréscimo de 92% da área ardida entre os dois períodos referidos.” e “Verifica-se ainda que, entre 2012/2017, o número médio de ignições corresponde a 58, e, entre 2018/2023, o número médio de ignições desce para 20. Desta forma observa-se uma descida de 66% no conjunto dos dois períodos em análise.”, pelo que seria interessante saber o porquê desta diminuição, isto é, se se deveu a medidas aplicadas na prevenção ou se face às áreas ardidas as mesmas ainda não têm capacidade de inceneração.

- No capítulo VI – Avaliação ambiental da proposta de Plano - verifica-se que o Quadro VI.4 demonstra a articulação da AAE com o Plano, através da ponderação das recomendações no respetivo desenvolvimento.

Verifica-se que nem todas as recomendações apresentadas no Quadro VI.2 estão devidamente refletidas, o que revela uma articulação insuficiente entre os dois procedimentos.

As recomendações apresentadas neste quadro (Quadro VI.2), deviam de já estar integradas ao longo do documento.

No Quadro VI.4 – Recomendações para o Plano - verifica-se que algumas das considerações apresentadas anteriormente não foram consideradas, não sendo explícito o porquê de tal facto.

2. Análise do Resumo Não Técnico (RNT)

O RNT apresenta-se conciso e com uma linguagem acessível, sendo de fácil interpretação.

Não tendo nada de substancial a apontar, pelo que estará apto para a Consulta Pública, no entanto, consoante alterações que venham a ser efetuadas no RA, o mesmo deverá refletir essas mesmas alterações.

3. Conclusões

Não obstante a realização de um exercício de AAE adequado, considera-se que, na fase atual do procedimento, o RA deveria apresentar uma avaliação mais aprofundada dos indicadores identificados, assim como apresentar uma análise mais crítica das propostas do Plano ou da sua ausência, pelo que se

considera que o mesmo deveria ser revisto de forma a contemplar as recomendações efetuadas, no sentido de otimizar o exercício de avaliação ambiental.

Para além das sugestões apresentadas, recomenda-se que o exercício de AAE e o desenvolvimento das propostas do PDM, nos seus diversos elementos (condicionantes, ordenamento, regulamento, programa de execução e plano de financiamento) prossigam em permanente diálogo, de forma a garantir que os objetivos ambientais e de sustentabilidade são internalizados na proposta de Plano, orientando a escolha das alternativas e soluções territorialmente e ambientalmente mais sustentáveis, bem como, a adoção de medidas que evitem ou reduzam eventuais efeitos negativos decorrentes da sua posterior execução.”.

2.7. Ruído

A Divisão de Monitorização Ambiental (UA/DMA), através da INF_DMA_SF_14264/2025, pronunciou-se nos seguintes termos:

“(…) Mapa Municipal de Ruído de Macedo de Cavaleiros

O Mapa Municipal de Ruído (MMR) deve ser apresentado à mesma escala que a planta de ordenamento e complementado, quando se justifique, com extratos a escalas superiores que permitam uma visualização mais rigorosa das isófonas, com vista a uma melhor aferição da compatibilidade dos usos com os níveis sonoros.

O Regulamento do PDM deve definir regras para:

- i. Equiparar recetores sensíveis isolados (que não são traduzíveis graficamente na carta de classificação de zonas) a mistos ou sensíveis;*
- ii. Zonas de conflito.*

As zonas a classificar como sensíveis ou mistas não se devem cingir aos perímetros urbanos, devendo também incluir aglomerados rurais.

Os mapas de ruído devem ser apresentados em formato editável (shapefile) e não editável (pdf). Pelo que, devem apresentar as peças desenhadas dos mapas de ruído em formato editável shapefile (cartografia).

	Lden [dB(A)]	Ln [dB(A)]
Zonas Mistas	65	55
Zonas Sensíveis	55	45
Receptores Sensíveis Isolados não integrados em zonas classificadas (fora do perímetro urbano)	Equiparados em função dos usos existentes na sua proximidade e aplicação dos correspondentes valores limite	
Até classificação dos locais em zonas sensíveis e mistas	63	53

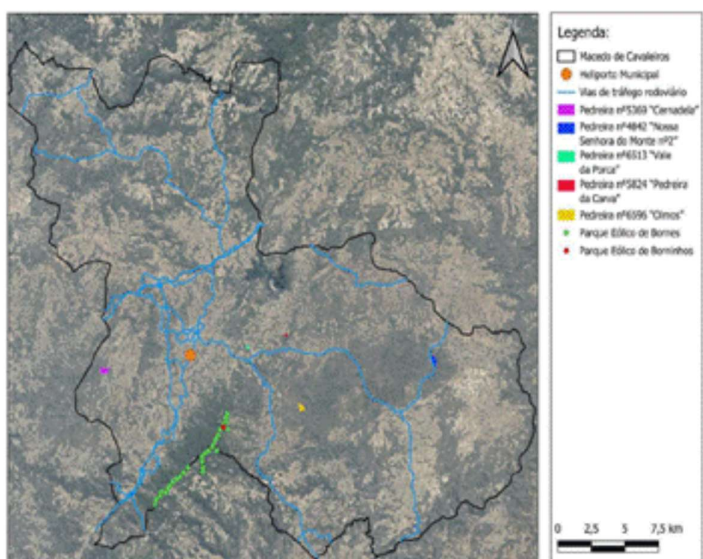
Valores Limite de Exposição (art.º 11º do RGR)

Deste modo, as zonas sensíveis não podem estar expostas a VLE [Lden # 55 dB(A) e Ln # 45 dB(A)], enquanto as zonas mistas não podem estar expostas a VLE [Lden # 65 dB(A) e Ln # 55 dB(A)].

Na ausência de classificação de zonas mistas e sensíveis por parte do município, os valores limite aplicáveis são Lden#63 e Ln#53 dB(A).

Para áreas sensíveis próximas das GIT devem ser considerados os valores limite aplicáveis de Lden#65 e Ln#55 dB(A).

Caso não haja carta de classificação de zonas mistas e sensíveis, a aplicação do disposto nas alíneas c), d) e e) do n.º 1 do artigo 11.º do RGR é em função da "proximidade" da zona sensível à GIT em causa. Essa proximidade deve ser entendida como (distância de 100 metros medida do recetor até à berma, no caso de GIT rodoviárias ou ferroviárias).



Foram consideradas as seguintes fontes de ruído existente:

- Fonte de ruído gerado pelo tráfego rodoviário;
- Fonte de ruído gerado pelo tráfego aéreo (heliporto municipal de Macedo de Cavaleiros);
- Fontes fixas (pedreiras e parques eólicos).

Tabela 4: Fontes fixas consideradas no Mapa de Ruído do concelho de Macedo de Cavaleiros.

ID	FONTE FIXA	FONTE DE INFORMAÇÃO
1	Pedreira nº 5369 "Cernadela"	EIA/DGEG
2	Pedreira nº 4842 "Nossa Senhora do Monte nº2"	EIA/DGEG
3	Pedreira nº 6513 "Vale da Porca"	DGEG
4	Pedreira nº 5824 "Pedreira da Carva"	DGEG
5	Pedreira nº 6596 "Ólmos"	DGEG
6	Parque Eólico Bornes (24 + 5 aerogeradores)	DGEG
7	Parque Eólico Borninhos (1 aerogerador)	DGEG

Tendo sido referida a via ferroviária existente (linha do Tua), como de momento está desativada, não foi considerada, em termos de contributo do ruído gerado, neste mapa de Ruído.

Não foram apresentados os quadros da população exposta: quadros XII e XIII (recomendados) de acordo com as diretrizes para elaboração dos mapas de ruído – métodos CNOSSOS -EU.

Análise à integração do Ruído no DOC_REL_PDM_MC.pdf e DOC_REG2RP_PDM_MC.pdf

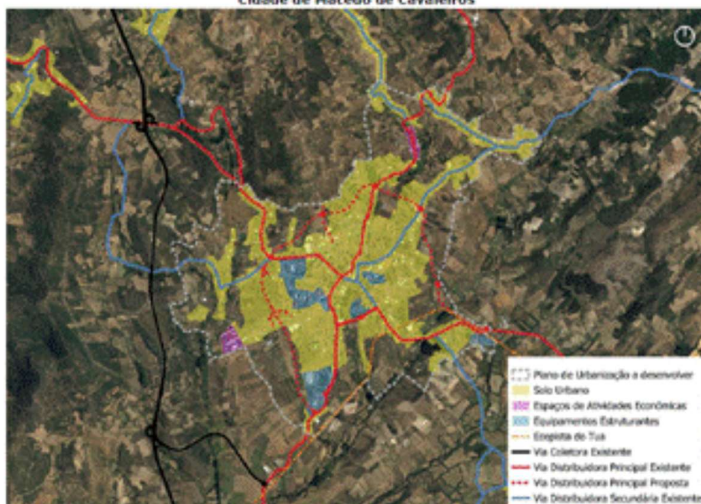
Foram propostas 14 áreas para UOPG's, sendo que:

- **UOPG 0:** criação de uma rede rodoviária
- **UOPG 1:** área de acolhimento empresarial
- **UOPG 2 (Albufeira do Azibo) e UOPG 14 (Albufeira do Baixo Sabor):** criação de área

vocacionada para turismo, para instalação de empreendimentos/equipamentos turísticos;

- **Da UOPG 3 à UOPG 12** – construção de complexos habitacionais (uso sensível);
- **UOPG 13** – criação de espaço para jardim de proximidade/espaço verde de utilização coletiva.

Figura 9: Novas dinâmicas de planeamento e de infraestruturas de transporte a introduzir na Cidade de Macedo de Cavaleiros



A intervenção proposta prevê a Ligação entre o Nó do IP4 (Quintela de Lampaças) e a EN317 (Estação de Sendas) e a melhoria e beneficiação de vários arruamentos.

Classificação e qualificação do solo/representação cartográfica

Na representação cartográfica, Planta de Ordenamento - Salvaguardas com referência G346 1.3POSsalvaguardas-r01-planta-(A-P), a legenda relativa às áreas de conflito identificadas, os intervalos apresentados na legenda para Lden e Ln, não estão corretamente definidos, para Lden e Ln igual a 5 dB (A), o valor não foi incluído nestes intervalos. Acresce ainda referir que a trama utilizada (tracejado para o Ln) quando sobreposta com outra cor da cartografia modifica a cor original, o que não deve acontecer.

A título indicativo, o conflito acústico pode ser apresentado conforme a figura a seguir referida:



Em termos de classificação do uso do solo, em solo urbano deve estar definido quais são as zonas urbanas consolidadas (para salvaguarda do ponto 7 do art.º 12º do RGR (Decreto-Lei nº 9/07 de 17/01). Sugere-se assim que da mesma forma que se definiu várias distâncias de buffer para os edifícios habitacionais existentes no solo urbano consolidado, também deve ser definido um buffer de transição entre zona sensível e zona mista.

Exemplo retirado na página 16 do relatório de PDM: Delimitar os buffers aos edifícios existentes:

- 60 metros a edifícios de armazenagem ou industriais;
- 25 metros aos restantes.

Após análise do regulamento do 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal, contata-se que não foi apresentada, como referido na alínea j) do artigo 3.º Relatório acústico (página 8) da situação prospetiva, incluindo memória descritiva, mapa da situação prospetiva e mapa de conflitos.

Este Mapa de ruído prospetivo serve para:

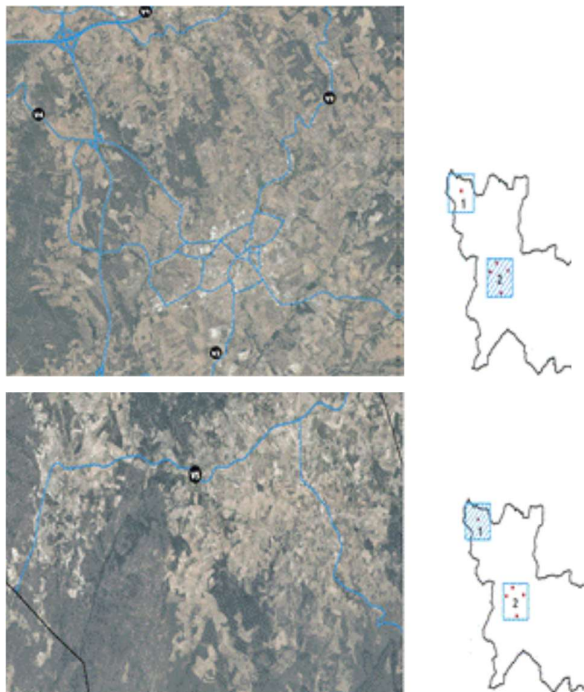
- Identificar as zonas de conflito (zonas onde os limites legais estão a ser ultrapassados) e adequar a distribuição dos usos do solo atenda às fontes sonoras existentes e previstas.
- Avaliar as implicações da proposta de ordenamento nas fontes sonoras por aproximação de usos sensíveis ou de zonas sensíveis e mistas e o acréscimo de tráfego / de níveis sonoros.

No relatório de proposta do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros (Zonamento acústico), não foi devidamente integrada a componente acústica na estratégia de desenvolvimento territorial, assegurando que a mesma, esteja em conformidade com os princípios e obrigações estabelecidos no Regulamento Geral do Ruído (RGR). Dá-se ainda nota que referem que o mapa de ruído foi elaborado em 2015. Contudo, o mapa de ruído que acompanha o PDM é de 2024, pelo que devem proceder à respetiva correção (página 40 do relatório da 2ª revisão do PDM).

A fundamentação deve analisar as consequências das soluções de ordenamento propostas para a qualidade do ambiente sonoro, evidenciando como e em que medida a proposta garante o cumprimento dos níveis máximos de exposição ao ruído ambiente exterior, levando em consideração as fontes de ruído existentes e previstas.

Junto de populações expostas a excesso de ruído já existentes ou previstas, devem ser estipuladas medidas, bem como quantificar a população afetada e quantificar o acréscimo de ruído existente.

Ressalva-se ainda que no relatório supracitado, foi referido que, foram detetadas e assumidas zonas de conflito (página 40 do relatório da 2ª revisão do PDM), contudo não foi apresentado o respetivo plano municipal de redução de ruído ou outras medidas/estratégias já previstas para a redução de níveis sonoros nessas zonas.



Extrato (Desenho MRB.04)

No cartograma da memória descritiva do MR (Desenho MRB.04) estão identificados os 5 pontos de medição.

Na elaboração do mapa de ruído foram considerados as vias com maior fluxo de tráfego rodoviário: troço da EN102, EN216, EN206, troço da autoestrada A4, em que se contabilizou o TMDA (Tráfego médio diário anual) e foram efetuadas medições acústicas em 5 locais, perto das zonas abrangidas por UOPG's, para poder validar o modelo de cálculo do mapa de ruído em termos do contributo destas fontes de ruído. Os dados relativos ao troço da A4 foram cedidos pela subconcessionária Globalvia Transmontana (entidade gestora da GIT).

Tabela 9: Indicadores de ruído determinados a partir da medição dos níveis de pressão sonora contínuo equivalente, ponderado "A".

LOCAL	PERÍODO DE MEDIÇÃO	L_e	L_e	L_e	L_{eq}
[dB(A)]					
V1	14/05/2024 13:00 – 16/05/2024 12:00	70	66	63	71
V3	14/05/2024 12:00 – 16/05/2024 12:00	64	59	53	64
V4	16/05/2024 17:00 – 20/05/2024 18:00	57	52	50	58
V5	21/05/2024 13:00 – 23/05/2024 14:00	62	58	50	61

Conforme indicado na tabela 9 da memória descritiva do MR, as medições acústicas realizadas nos 4 pontos:

V1 (troço da A4), V3 (EN102), V4 (EN216), V5 (EN206) podemos verificar que o ponto V1 ultrapassa o VLE (zonas mistas) para o L_{den} e para o L_n e o ponto V3 já está muito próximo do limite legal do VLE.

Tabela 10: Comparação dos indicadores de ruído determinados com base nas medições efetuadas com os indicadores de ruído obtidos por modelo de cálculo.

LOCAL	MEDIDO		MODELADO		[L_{eq} MEDIDO – L_{eq} CALCULADO]	
	L_e [dB(A)]	L_{eq} [dB(A)]	L_e [dB(A)]	L_{eq} [dB(A)]	L_e [dB(A)]	L_{eq} [dB(A)]
V1	63	71	62	71	1	0
V3	53	64	53	64	0	0
V4	50	58	50	59	0	1
V5	50	61	49	61	1	0

Como se pode verificar na tabela 10, da memória descritiva do MR na validação do modelo de cálculo utilizado nos mapas de ruído, os valores de L_{den} e L_n modelados não variam muito relativamente ao medido, mantendo-se o incumprimento no ponto V1(A4) e a proximidade com o limite legal para zonas mistas no ponto V3 (EN102), pelo que se deve avaliar as implicações de introdução de novas fontes de ruído no mapa prospetiva na área envolvente, em termos de acréscimo de ruído ambiente.

Relativamente ao contributo do ruído do heliporto municipal foram realizadas medições de ruído no ponto V2. Contudo, por altura das medições não ocorreram sempre aterragens nem descolagens (situações onde ocorre maior intensidade de ruído), tendo sido calculado o ruído gerado por modelação.

Tabela 11: Tráfego aéreo considerado na validação do modelo e resultados obtidos no local de validação V2 (heliporto).

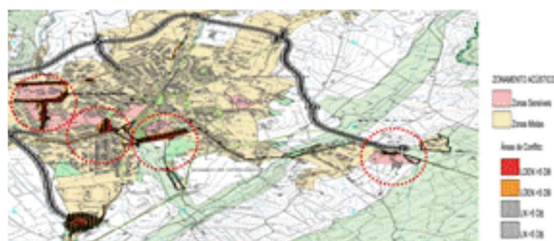
DATA DE MEDIÇÃO	Posição	Momentos		L_{eq} [dB(A)]		[L_{eq} MEDIDO – L_{eq} CALCULADO]
		DECOLAGEM	ATERRAJEM	MEDIÇÃO	MODELÇÃO	
17/05/24	Diurno	1	1	72	70	2
20/05/24	Diurno	1	1	71	69	2
21/05/24	Diurno	2	2	73	72	1
23/05/24	Nocturno	1	1	73	71	2

Como se pode ver na tabela 11 da memória descritiva do MR na validação do modelo de cálculo utilizado

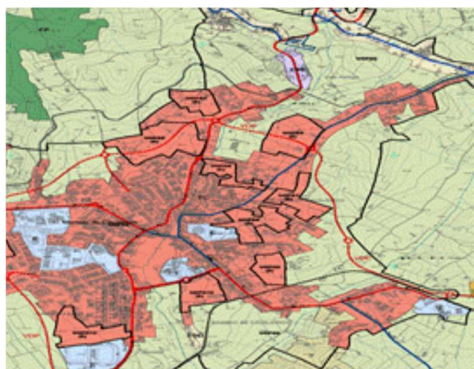
nos mapas de ruído, os valores de medidos e modelados (tanto no período diurno como no noturno) não variam muito. Contudo, não foi apresentado o quadro dos valores de L_{den} (contributo do período de referência diurno, entardecer e noturno), e somente os valores do período diurno e noturno.

Tendo sido identificadas as zonas em sobre-exposição ao ruído junto das vias principais (troço da A4 e EN102) não parece ter sido verificada a componente de ruído, nem tido em consideração na proposta apresentada.

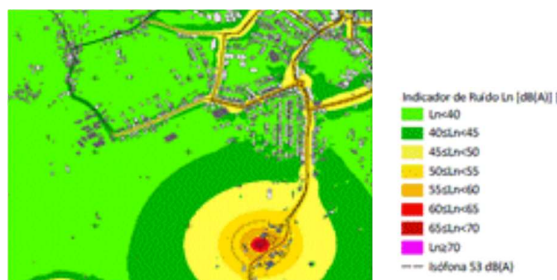
Por exemplo, está prevista a construção de novas vias junto de complexos habitacionais existentes (zona sensível) e propostos nas UOPG's (3-12), em área de conflito, como mostra o mapa seguinte.



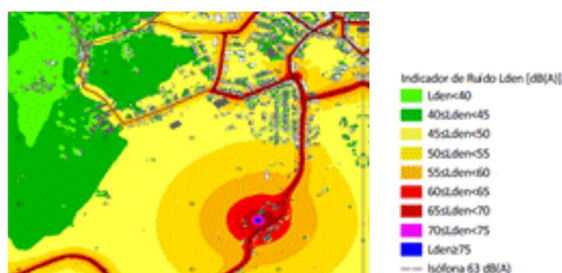
G346-1.3PO-Salvaguardas-r01-planta-I



G346-1.1PO-Qualificação Solo-r06-planta-I



Extrato de mapa de ruído (L_n)

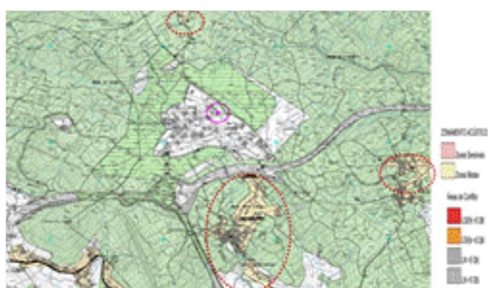


Extrato do mapa de ruído (L_{den})

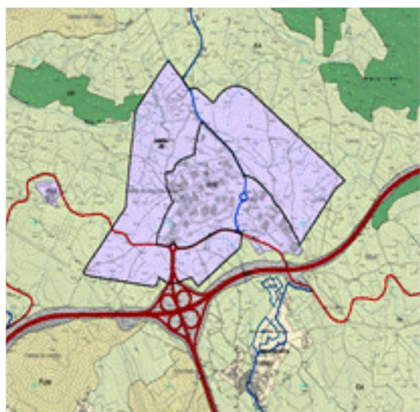
Nas UOPG 3 até à UOPG 12 está prevista a construção de complexos habitacionais (uso sensível) que podem estar em zona de conflito, conforme se visualiza pelos mapas de ruído (Lden e Ln).

Neste tipo de situações devem ser avaliadas as implicações na área envolvente com a introdução de novas fontes de ruído, quantificar a população exposta e a necessidade de serem estipuladas medidas.

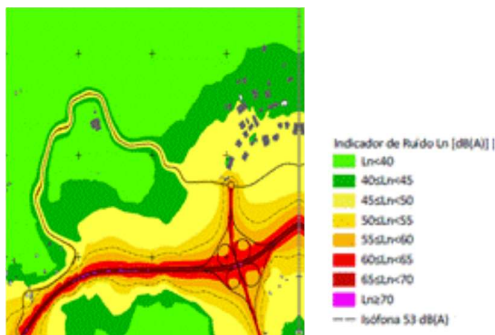
Na UOPG 1 estando prevista a instalação de uma área de acolhimento empresarial, perto de 3 zonas mistas (que ainda não estão expostas ao ruído, pelo que não se consegue visualizar a área de conflito) irá certamente gerar ruído por inerência das atividades lá desenvolvidas, pelo que deve ser introduzida esta nova fonte de ruído no mapa prospetivo, e avaliar as implicações na área envolvente em termos de acréscimo de ruído ambiente.



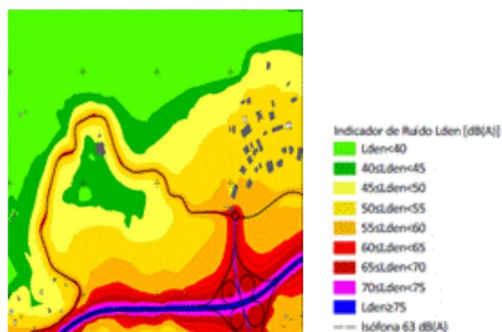
G346-1.3PO-Salvaguardas-r01-planta-E



G346-1.1PO-Qualificação Solo-r06-planta-E



Extrato de mapa de ruído (Ln)



Extrato do mapa de ruído (Lden)

Quanto à UOPG 2, estando prevista a instalação de uma área vocacionada para turismo (equiparada a área sensível), próxima da GIT A4 (não se consegue visualizar na carta de salvaguarda a área de conflito gerada pela proximidade a esta fonte de ruído), pelo que deve ser introduzida esta nova ocupação do uso do solo, no mapa prospetivo, e avaliar as implicações em termos de exposição ao ruído ambiente proveniente da A4.

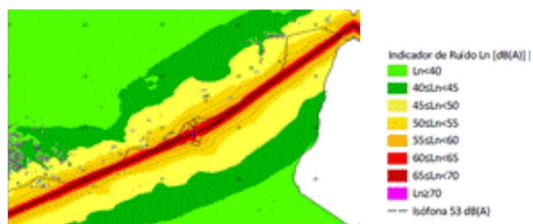
Na zona mista próxima da A4, que está em zona de conflito, deve ser quantificada a população exposta e previstas no PDM as medidas de minimização de ruído, através do plano de ação da GIT (A4), a ser solicitado à entidade gestora desta GIT.



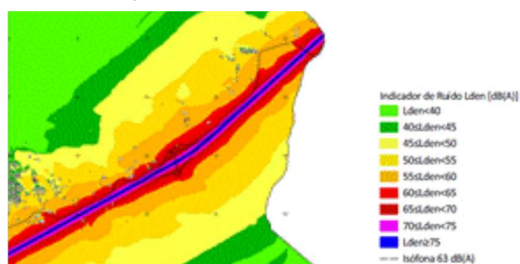
G346-1.3PO-Salvuardas-r01-planta-F



G346-1.1PO-QualificaçãoSolo-r06-planta-F

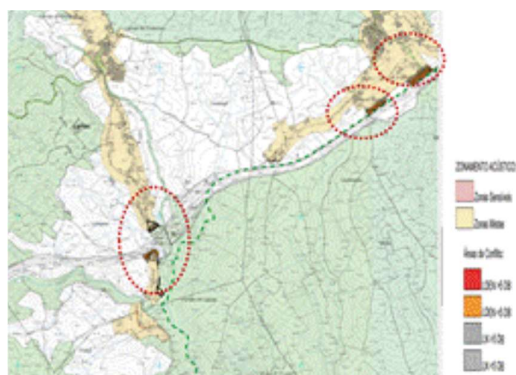


Extrato de mapa de ruído (Ln)

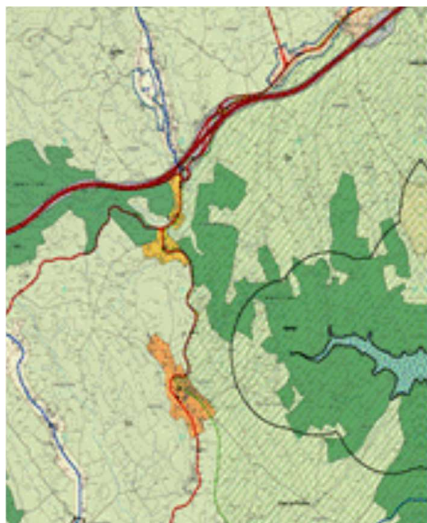


Extrato do mapa de ruído (Lden)

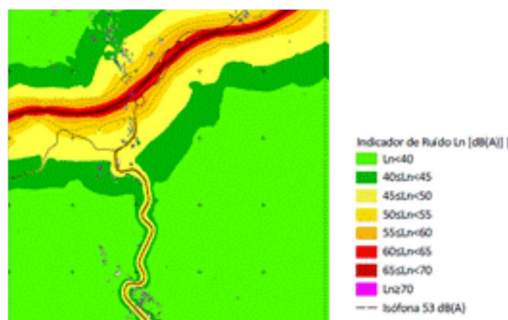
Outra situação, que deve ser estar contemplada no plano de ação da GIT rodoviária A4, em que deve ser quantificada a população exposta e as medidas de minimização de ruído, a serem solicitadas à entidade gestora desta GIT.



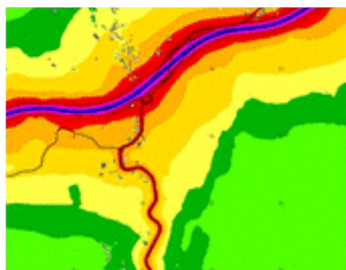
G346-1.3PO-Salvavidas-r01-planta-E



G346-1.1PO-Qualificação Solo-r06-planta-E



Extrato de mapa de ruído (Ln)



Extrato do mapa de ruído (Lden)

2.8. Outras considerações

É importante referir que, para além dos elementos constituintes da proposta, que mais diretamente se relacionam com as atribuições e competências da CCDR NORTE, foram observados os restantes elementos que acompanham a presente revisão do PDMMC, tecendo-se aqui algumas sugestões e aspetos de pormenor, deixando os restantes aspetos para as entidades com competência sobre essas matérias:

- Nas peças gráficas apresentadas deve constar a toponímia hidrográfica;
- As legendas das peças desenhadas deveriam estar melhor apresentadas ao nível dos alinhamentos e hierarquia aplicada ao grupos e subgrupos definidos;
- O Relatório do Plano encontra-se muito sucinto na sua explanação e conteúdo, nomeadamente na fundamentação do modelo territorial adotado, nos objetivos estratégicos e nas opções de base territorial quanto à classificação e qualificação do solo;
- No Relatório, a Classificação e Qualificação do Solo apresentada na Tabela 1 da pág. 20 não está em consonância com a Planta de Ordenamento - classificação e qualificação do solo, no que respeita ao “Espaços naturais e paisagísticos”, “Espaços culturais” e “Espaços centrais”;
- Deveria ter sido efetuada uma análise comparativa e quantitativa das categorias de solo com o PDMMC em vigor, apresentada em hectares e percentagem;
- Não é apresentada a Carta Municipal de Habitação;

- Na composição do Plano, no Regulamento, referem-se alguns documentos que não foram disponibilizados ainda (Ficha de Dados Estatísticos, Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil; Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios; Estratégia Municipal de Habitação), devendo os mesmos constar do conteúdo documental do Plano.

3. Conclusão




A CCDR NORTE, em matéria de ordenamento do território e relativamente às opções que constam dos elementos disponibilizados pela CMMC para apreciação em sede da 2.ª reunião plenária da CC, emite parecer favorável condicionado à correção, em momento antecedente ao da Discussão Pública, dos aspetos legais e regulamentares elencados ao longo do presente Parecer, atento o disposto nos artigos 8.º e 22.º do RJIGT.

Sugere-se ainda a ponderação e eventual incorporação dos contributos e sugestões de correção e retificação elencados ao longo do presente Parecer e nos demais pareceres anexos à ata da reunião.

A Presidente da Comissão Consultiva,

Norte
Parque Florestal de Vila Real,
5000-567 VILA REAL

CCDRN - Porto
Rua Rainha Dona Estefânia 251
4150-304 PORTO

 www.icnf.pt | rubus.icnf.pt
 gdp.norte@icnf.pt
 259330400

vossa referência	nossa referência	nosso processo	Data
<i>your reference</i>	<i>our reference</i>	<i>our process</i>	<i>Date</i>
PCGT n.º 678	S-037379/2025	P-030742/2021	2025-11-17
Assunto	PCGT - ID 678 (Ex-190) - PDM - MACEDO DE CAVALEIROS - Revisão - Convocatória		
<i>subject</i>	para 2.ª Reunião Plenária		

Ex.^{mo(a)} senhor(a),

No âmbito da convocatória para a 2ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva, da 2.ª Revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros, foi recebido, através da PCGT, um conjunto de elementos, cuja análise fundamentou o presente parecer. De seguida, dá-se conta da análise realizada, no sentido da respetiva alteração, correção e melhoramento geral:

- I -

CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

A proposta de PDM de Macedo de Cavaleiros apresenta ainda diversas questões que importa aferir, corrigir e complementar, conforme elencado no presente parecer.

Ao nível da Planta de Ordenamento deverá ser revista a subcategorização dos Espaços Florestais, bem como a sua delimitação e, também, efetuada uma melhor integração e compatibilização da categoria de Espaços Naturais e Paisagísticos tendo em conta o uso do solo. As áreas de Rede Natura 2000, onde se observe o efetivo uso florestal, deverão ser classificadas como Espaços Florestais de Conservação devendo ser aplicadas disposições legais ajustadas à relevância das áreas classificadas.

Considera-se ainda que as UOPG 02 e 14 (Azibo e Sabor) não se ajustam aos objetivos de conservação e gestão da Rede Natura 2000.



- II -
REGULAMENTO

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 3.º – Composição

Onde se lê:

“Planta de Condicionantes, desdobrada em:

- Perigosidade de incêndio rural;*
- Gestão de fogos rurais. “*

Deve ler-se:

Planta de Condicionantes, desdobrada em:

- Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS);
- Redes de Defesa.

Por sua vez, as Redes de Defesa (RD) incluem Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível, Rede primária de Faixas de Gestão de Combustível, Rede secundária de Faixas de Gestão de Combustível, Rede de pontos de água e Rede Nacional de Postos de Vigia.

Nota: Estas alterações implicam igualmente alterações na planta de condicionantes, conforme identificado.

Em falta:

Regulamento de gestão da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo (Decreto Regulamentar n.º 13/99 de 3 de Agosto)

Artigo 4.º – Instrumentos de gestão territorial a observar

Acrescentar:

- Programa Regional de Ação Norte de Gestão Integrada de Fogos Rurais;
- Programa Nacional de Ação do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais;
- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030;
- Plano de Ação para a Conservação das Aves Necrófagas;
- Programa Nacional de Turismo de Natureza;
- Plano de Ação para a Conservação do Lobo-Ibérico em Portugal;
- Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação. (Tendo em consideração que o concelho de Macedo de Cavaleiros está abrangido pelo Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) - RCM n.º 78/2014, em 24 de dezembro.



CAPÍTULO II

Servidões e restrições de utilidade pública

Artigo 6.º Âmbito e objetivos

“c) Recursos agrícolas e florestais:”

Eliminar:

“iv) Sobreiro e azinheira;”

Onde se lê:

v) Regime florestal: Perímetro Florestal da Serra de Nogueira; Monte Morais; e da Serra de Bornes.”

Deve ler-se:

v) Regime florestal: Perímetro Florestal da Serra de Nogueira; Perímetro Florestal de Monte Morais e Perímetro Florestal da Serra de Bornes.

Onde se lê:

“d) Recursos Ecológicos:

iii) RN2000:

(2) ZEC Montesinho-Nogueira (PTCON002)”

Deve ler-se:

d) Recursos Ecológicos:

iii) RN2000:

(2) ZEC Montesinho-Nogueira (PTCON0002)

Onde se lê:

“h) Gestão de fogos rurais:

i) Rede primária e secundária de faixas de gestão combustível;

ii) Rede de pontos de água e rede nacional de postos de vigia;

iii) Áreas de Perigosidade de incêndio rural (classes Alta e Muito Alta);

iv) Povoamentos florestais de sobreiro e/ou azinheira percorridos por incêndios nos últimos 25 anos. “

Deve ler-se:

h) Proteção contra Incêndios Rurais e Gestão do Fogo Rural:

i) Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS)

ii) Redes de Defesa

- Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível;
- Rede primária de faixas de gestão de combustível;
- Rede secundária de faixas de gestão de combustível
- Rede de pontos de água

Eliminar:

“iv) Povoamentos florestais de sobreiro e/ou azinheira percorridos por incêndios nos últimos 25 anos. “



Artigo 7.º – Regime

Acrescentar:

4- Nas áreas afetas à RN2000 aplicam-se ainda as disposições inscritas no artigo 22.º.

5- Nas áreas afetas à *Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo* aplicam-se ainda as disposições inscritas no artigo 62º.

Artigo 20.º – Exploração de recursos energéticos renováveis

No que concerne à alínea a) do ponto 3, o ICNF, I.P. alerta para os comentários relativos às categorias de espaços florestais e à Planta de Ordenamento, onde se preconiza a substituição da subcategoria de Espaços Florestais de Proteção pela de Espaços Florestais de Conservação, pelo menos nas áreas de Rede Natura 2000 e na PPAA. Este procedimento permitirá um melhor alinhamento com o estabelecido no DR 15/2015 de 19 de agosto e com a presença de habitats naturais florestais.

Deve ainda ser acrescentado um ponto 4 ao presente artigo, para o qual se propõe a seguinte redação:

- 4 - Nas Áreas Classificadas, Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo e Rede Natura 2000, a instalação dos equipamentos necessários à exploração de recursos energéticos apenas pode ser concretizado quando enquadrado no âmbito de autoconsumo.

Artigo 21.º – Exploração de recursos geológicos

Comentário: a presente proposta de número 6 deste artigo incorpora o essencial da anterior orientação do ICNF, I.P.. Contudo reitera-se a proposta à referência final, a negrito no parágrafo abaixo.

*6 - Nas Áreas Classificadas, Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo e Rede Natura 2000, a instalação de áreas de exploração de recursos geológicos, apenas pode ser concretizado através da manutenção das pré-existências **já licenciadas ou nas áreas para tal definidas na Planta de Ordenamento.***

Nota: Esta indicação deve ser avaliada também para o âmbito da proteção dos geossítios.

Artigo 22.º Rede Natura 2000

O presente artigo carece de uma a revisão, especialmente na sequência da conclusão do processo de designação da Zona Especial de Conservação Morais (PTCON0023) com a publicação do Decreto-Lei n.º 32/2025, de 20 de março e da Portaria n.º 136/2025/1, de 28 de março e a Zona Especial de Conservação Montesinho/Nogueira (PTCON0002) publicada pelo Decreto-Lei n.º 31/2025, de 20 de março e da Portaria n.º Portaria n.º 140/2025/1, de 31 de março.

Assim, considerando as disposições relativas à Rede Natura 2000, nomeadamente à Zona Especial de Conservação Morais e à Zona Especial de Conservação Montesinho/Nogueira, este artigo



deverá adotar a seguinte designação “**Articulação com a Rede Natura 2000**”, sugerindo-se a seguinte redação:

1. A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica de âmbito europeu, constituindo o instrumento fundamental da política da União Europeia em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade, sendo constituída por Zonas de Proteção Especial (ZPE) criadas ao abrigo da Diretiva Aves — que se destinam a garantir a conservação das espécies de aves e seus habitats — e por zonas especiais de conservação (ZEC), criadas ao abrigo da Diretiva Habitats — que têm por objetivo assegurar a conservação dos tipos de habitat e das espécies da flora e da fauna incluídos nos anexos que fazem parte integrante das referidas diretivas.
2. A Rede Natura 2000, no território de Macedo de Cavaleiros integra a ZEC Morais, a ZEC Montesinho/Nogueira, a ZEC Rios Sabor e Maçãs (PTCON0021), a ZEC Romeu (PTCON0043), a ZPE Rios Sabor e Maçãs (PTZPE0037) e a ZPE Montesinho/Nogueira (PTZPE0003), onde se incluem áreas de ocorrência significativa de espécies e habitats identificados nos Anexos I, II, III e D da Diretiva Aves e I, II, IV e V da Diretiva Habitats e às quais é feita referência no Anexo I do presente regulamento.

3. ZEC Morais

Atos e atividades interditos

Para o cumprimento do disposto no Decreto-lei n.º 32/2025, de 20 de março, nas áreas sobrepostas com a ZEC Morais são estabelecidas medidas de ordenamento do território e de gestão, sendo **interditos** os seguintes atos e atividades:

a) A edificação em solo rústico, com exceção:

- De operações urbanísticas que incidam sobre outras categorias de solo rústico, tal como definidas na alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, previstas em plano municipal de ordenamento;
- De infraestruturas e equipamentos de apoio à conservação da natureza, visitação, turismo e atividades agrícolas ou florestais;
- De equipamentos de utilização coletiva de natureza pública e infraestruturas territoriais, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro;
- De obras de reconstrução, demolição, conservação de edifícios e ampliação, desde que esta não envolva aumento de área de implantação superior a 50 % da área inicial e a área total de ampliação seja inferior a 100 m².

Atos e atividades condicionados

No mesmo âmbito são ainda **condicionados** a parecer favorável do ICNF, I. P., os seguintes atos ou atividades:



- a) A edificação em solo rústico não interdita prevista nas alíneas a) a c) do número anterior, excetuando a que incida em aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa delimitados em plano municipal de ordenamento;
- b) A instalação de infraestruturas aéreas ou subterrâneas de eletricidade, de telecomunicações, de transporte de gás natural ou de outros combustíveis, de abastecimento de água e de saneamento básico, bem como de aproveitamento de energias renováveis ou similares, com exceção da instalação de unidades de produção para autoconsumo se localizadas em solo urbano ou nas outras categorias de solo rústico, tal como definidas na alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, garantindo a não afetação do habitat 6160 e das espécies *Dianthus laricifolius* subsp. *marizii*, *Santolina semidentata* e *Holcus setiglumis* subsp. *duriensis*;
- c) A instalação de novas explorações de depósitos e massas minerais e a ampliação das existentes por aumento da área licenciada;
- d) A abertura de novas estradas ou caminhos, ou o alargamento de existentes, em solo rústico, garantindo a não sobreposição com áreas de ocorrência do habitat 6160 e a não afetação das espécies serpentinícolas *Dianthus laricifolius* subsp. *marizii* e *Santolina semidentata*.

4. ZEC Montesinho/Nogueira

Atos e atividades interditos

Para o cumprimento do disposto no Decreto-lei n.º 31/2025, de 20 de março, nas áreas sobrepostas com a ZEC Montesinho/Nogueira são estabelecidas medidas de ordenamento do território e de gestão, sendo interditos os seguintes atos e atividades:

- a) A edificação em solo rústico, incluindo estruturas amovíveis, com exceção:
 - De infraestruturas e equipamentos de apoio à conservação da natureza, visitação e atividades agrícolas ou florestais;
 - De equipamentos de utilização coletiva de natureza pública e infraestruturas territoriais, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro;
 - De obras de reconstrução, demolição, conservação e ampliação desde que, no caso de construções detentoras de licença de utilização habitacional e com fins habitacionais, a área de ampliação das preexistências não resulte numa área total de implantação e impermeabilização superior a 300 m² e, no caso de empreendimentos de turismo, a ampliação das preexistências com uso habitacional ou turístico com uma área mínima de 300 m², isoladas ou resultantes de processo de emparcelamento ou fusão de artigos, da qual não resulte uma área de implantação superior a 1000 m², em piso único e nucleada com uma das preexistências;
 - De operações urbanísticas que incidam sobre outras categorias de solo rústico, tal como definidas na alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, previstas em plano municipal de ordenamento do território.

Atos e atividades condicionados

No mesmo âmbito são ainda condicionados a parecer favorável do ICNF, I. P., os seguintes atos ou atividades:



- a) A edificação em solo rústico não interdita prevista nas alíneas a), b) e d) do número anterior e as ampliações não interditas referidas na alínea c), com exceção da que incida nos aglomerados rurais e nas áreas de edificação dispersa inscritos em plano municipal de ordenamento do território, e das ampliações que não excedam 50 % da área de implantação existente ou das quais não resulte uma área total de ampliação superior a 100 m²;
- b) A instalação de infraestruturas de energia renovável em solo rústico, excetuando:
 - i. As localizadas nas categorias de solo rústico aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa identificadas em plano municipal de ordenamento do território;
 - ii. As instaladas sobre infraestruturas ou edificações licenciadas;
 - iii. As unidades de produção para autoconsumo (UPAC) que configurem obras de escassa relevância urbanística nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 6.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual;
- c) A construção de atravessamentos e proteções marginais de linhas de água;
- d) A instalação de novas explorações de depósitos e massas minerais e a ampliação das existentes por aumento da área licenciada;
- e) A abertura de novas estradas ou caminhos, o alargamento dos existentes, e a beneficiação que envolva estes atos ou a repavimentação, em solo rústico.

5. ZEC Rios Sabor e Mações, ZEC Romeu, ZPE Rios Sabor e Mações e ZPE Montesinho/Nogueira

Atos e atividades interditos

- 1. De modo a manter e/ou promover o estado de conservação favorável dos valores naturais de interesse comunitário, nas áreas integradas na ZEC Rios Sabor e Mações, na ZEC Romeu, na ZPE Rios Sabor e Mações e na ZPE Montesinho/Nogueira, são **interditas** as seguintes ações, atividades ou projetos:
 - a) A deposição de resíduos líquidos e sólidos de inertes e de materiais de qualquer natureza ou o lançamento de efluentes sem tratamento prévio adequado de acordo com as normas em vigor;
 - b) A instalação de indústrias poluentes;
 - c) A exploração de recursos geológicos, fora das áreas de exploração consolidada, delimitadas na planta de ordenamento, com a exceção da exploração de recursos hidrogeológicos;
 - d) A promoção de projetos, ações ou atividades que produzam novos impactes negativos nas áreas alvo de recuperação paisagística e ambiental.

Ações, atividades ou projetos condicionados

De modo a manter e a promover o estado de conservação favorável dos valores naturais de interesse comunitário, no solo rústico, com a exceção dos aglomerados rurais, são **condicionados** a parecer da entidade tutela nas áreas integradas nas ZEC e ZPE supra identificadas as ações, atividades ou projetos, seguintes:

- a) Agricultura, Silvicultura e Aquicultura
 - i. Projetos de emparcelamento rural com ou sem infraestruturas para regadio;
 - ii. Reconversão de terras não cultivadas há mais de 5 anos para agricultura intensiva;
 - iii. Projetos de desenvolvimento agrícola que incluam infraestruturização de rega e drenagem;



- iv. Florestação e reflorestação, desde que implique a substituição de espécies preexistentes, em áreas isoladas ou contínuas, com espécies de rápido crescimento e desflorestação destinada à conversão para outro tipo de utilização das terras, bem como as florestações para recuperação do coberto vegetal;
- v. Instalações de pecuária intensiva;
- vi. Instalações de piscicultura intensiva;
- vii. Plantação/expansão/reconversão de olival, pomares e vinha.

b) Indústria

Todas

c) Projetos e Infraestruturas

- i. Projetos de loteamento, parques industriais e plataformas logísticas;
- ii. Operações de loteamento urbano, incluindo a construção de conjunto comercial e de parques de estacionamento (>1 ha);
- iii. Construção de vias férreas e instalações de transbordo intermodal e de terminais intermodais;
- iv. Construção de aeroportos e aeródromos;
- v. Construção de estradas;
- vi. Construção de vias navegáveis, obras de canalização e regularização de cursos de água;
- vii. Barragens e outras instalações destinadas a reter a água ou armazená-la de forma permanente;
- viii. Linhas de elétrico, linhas de metropolitano aéreas e subterrâneas, linhas suspensas ou análogas de tipo específico, utilizadas exclusiva ou principalmente para transporte de passageiros;
- ix. Construção de aquedutos, adutoras, redes de abastecimento de água e redes de saneamento;
- x. Sistemas de captação e realimentação artificial de águas subterrâneas;

d) Outros projetos

- i. Pistas de corridas e de treinos para veículos a motor;
- ii. Estações de tratamento de águas residuais (ETAR);
- iii. Locais para depósito de lamas;

e) Turismo

- i. Empreendimentos turísticos (estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos, apartamentos turísticos, conjuntos turístico, hotéis rurais e projetos associados, parques de campismo e de caravanismo, parques temáticos, campos de golfe);
- ii. Espaços e/ou infraestruturas destinadas ao recreio, lazer e atividades desportivas;
- iii. A prática de atividades motorizadas organizadas e competições desportivas fora das áreas edificadas (perímetros urbanos, aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa);
- iv. Ancoradouros e praias fluviais.



Criação do seguinte artigo:

Artigo YY - Compatibilização com o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro (PROF-TMAD)

1 - Na gestão do solo rústico com ocupação florestal (terrenos ocupados com floresta, matos, pastagens espontâneas, superfícies agroflorestais e vegetação esparsa) são cumpridas, para além das disposições legais aplicáveis a cada situação, as seguintes disposições/determinações:

- a) O disposto no presente regulamento em termos de disciplina municipal de ocupação e transformação do solo nas referidas áreas;
- b) O estabelecido no PROF-TMAD, nomeadamente as disposições constantes do anexo IV do presente regulamento que transpõem as orientações estratégicas florestais daquele Programa com incidência no território do concelho de Macedo de Cavaleiros.

TÍTULO IV

Solo Rústico

SECÇÃO I – Disposições gerais

Artigo 23.º – Disposições comuns

O descrito no n.º 4 e no n.º 6 está repetido, pelo que importa eliminar um dos referidos números.

Sugere-se para o ponto 4 a seguinte redação:

4 - As medidas de proteção contra incêndios rurais e gestão de fogo rural são definidas pelo quadro legal em vigor e no PMDFCI, ou em instrumento que o venha a substituir.

Onde se lê:

“7- Nas áreas abrangidas pela RN2000 deve ser cumprido o disposto no ANEXO I-B deste Regulamento. “

Deve ler-se:

7- Nas áreas abrangidas pela RN2000 deve ser cumprido o disposto no artigo 22.º

Sugere-se a inclusão de um artigo designado de *“Medidas de Proteção contra Incêndios Rurais e Gestão do Fogo Rural”* e o seu conteúdo devidamente ajustado ao Decreto-lei 82/2021, de 13 de Outubro, na sua redação atual.

SECÇÃO IV – Espaços agrícolas

Artigo 28.º – Identificação

Onde se lê:

“3-O regime de edificabilidade nos espaços agrícolas é estabelecido no artigo seguinte, sem prejuízo da legislação aplicável no PMDFCI. “

Sugere-se a seguinte redação:

3-O regime de edificabilidade nos espaços agrícolas é estabelecido no artigo seguinte, sem prejuízo do disposto no artigo 22º e da legislação aplicável no PMDFCI ou em instrumento que o venha a substituir.



SECÇÃO V – Espaços florestais

Artigo 30.º – Identificação

Contrariamente aos PROF anteriormente em vigor (1.ª geração), nos atuais, as funções dos espaços florestais não são hierarquizadas, reforçando a tónica de que os espaços florestais são multifuncionais e tendo presente o princípio constante do artigo 4.º, n.º2, e) do regulamento dos PROF. Assim, quanto às funções das Sub-Regiões Homogéneas (SRH), e refletindo esta perspetiva multifuncional, à escala do plano pode ser apurada a existência ou não de outra(s) função(ões) que cumulativamente se adequem. No entanto não se pode eliminar ou excluir as 3 funções gerais das SRH que constam no PROF. Para além destas funções podem ainda ser identificadas outras, porque se aceita que um mesmo espaço florestal possa desempenhar mais do que uma função.

De notar que as funções não são inerentes às espécies e que uma mesma espécie pode desempenhar várias funções, desde que os objetivos de gestão e o modo como são conduzidos os povoamentos sejam ajustados.

- Além das funções referidas expressamente para cada uma das SRH, é adequado acrescentar outras, numa perspetiva de multifuncionalidade da floresta, que se adaptem aos territórios em causa;

- Sem prejuízo desta perspetiva, é possível, privilegiar, numa leitura mais fina, atendendo à escala do PROF (1:100.000) e do PDM (1:25.000 ou mesmo 1:10.000) uma ou mais funções que sejam consentâneas com as necessidades de criar salvaguardas, restrições e/ou tirar partido das potencialidades económicas e ambientais do espaço florestal, à escala do PDM;

Assim, faz todo o sentido, a constituição de diversas sub-categorias na categoria de espaços florestais, com diferenciação dos usos dominantes, complementares e compatíveis, e também quanto à edificabilidade, que deve ser mais restritiva nos *“Espaços florestais de conservação”* e nos *“Espaços florestais de proteção”*.

Diferenciando-as também, por outro lado, sem prejuízo da perspetiva multifuncional para cada uma das SRH previstas no PROF TMAD, considerando para estas subcategorias, as funções, que mais se adequem.

Por outro lado, ao nível do PDM a definição das diferentes sub-categorias dos espaços florestais faz-se pela aplicação do disposto no Artigo 19.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015.

Contudo, há que ter presente que essa categorização nos IGT, e em concreto nos PDM, respeita à definição de uso dominante com o objetivo de determinar as atividades/usos compatíveis, pelo que o uso florestal (sentido lato) será sempre compatível no âmbito da categoria de espaço florestal prevista no artigo 19.º do Dec. Regulamentar n.º15/2015, numa lógica de multifuncionalidade da floresta.

Na sequência do anteriormente referido, e nos termos da alínea b) do n.º 3, do art.º 19.º, do DR 15/2015 de 19 de agosto, em articulação com as orientações do PROF-TMAD, este artigo deveria



ser redefinido, de forma a incluir as matérias relativas à “*Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos*” nos “*Espaços Florestais de Conservação*”, e as correspondentes áreas, cujo uso dominante seja florestal e que não tenham sido integradas nos “*Espaços Naturais e Paisagísticos*”, cf. art.º 21.º do mesmo diploma legal.

Neste sentido, recomendamos a criação da subcategoria “**Espaços florestais de conservação**” Propomos, ainda, a seguinte redação para a respetiva caracterização de cada uma das subcategorias de espaços florestais apresentadas e sugerida:

- “Os espaços florestais de produção correspondem às áreas destinadas ao aproveitamento do potencial produtivo nos termos autorizados pelas entidades de tutela, onde se privilegiam as normas e modelos de silvicultura por função de produção, tal como definidos no PROF-TMAD, sem prejuízo da perspetiva multifuncional para os espaços florestais deste programa.”
- “Os espaços florestais de proteção correspondem a áreas de uso ou vocação florestal sensíveis devido, à ocorrência de fatores de risco de degradação ecológica, nomeadamente riscos de erosão, nas quais devem ser privilegiadas as normas e modelos de silvicultura por função de proteção e em normas de aplicação localizada, áreas florestais sensíveis, designadamente ao risco de erosão definidas no PROF-TMAD, sem prejuízo da perspetiva multifuncional para os espaços florestais deste programa.”
- “Espaços florestais de conservação correspondem às áreas de uso ou vocação florestal com funções relevantes de conservação e integram, entre outras, as áreas da RN2000 e da PPAA que não estejam classificadas como Espaços Naturais e Paisagísticos devido a maior exigência de salvaguarda e cujo uso dominante seja florestal, nos termos da alínea b) do n.º 3, do art.º 19.º, do DR n.º 15/2015 de 19 de agosto, nas quais devem ser privilegiadas, as normas e modelos de silvicultura por função de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos definidas no PROF TMAD, sem prejuízo da perspetiva multifuncional para os espaços florestais deste programa”. A subcategoria **Espaços florestais de conservação** deverá complementar a categoria de **Espaços Naturais e Paisagísticos**, abrangendo esta, as áreas húmidas, as galerias ripícolas, áreas naturais descobertas, ou com vegetação esparsa, e afloramentos rochosos, entre outras, sempre que o seu uso dominante não seja florestal.
- “Os espaços mistos de uso silvícola e agrícola correspondem a espaços ocupados por sistemas silvopastoris ou espaços mistos de uso silvícola alternado com agrícola e funcionalmente complementares, contribuindo para o desenvolvimento da silvopastorícia, da caça e da pesca em águas interiores e destinam -se a garantir, quer pelas suas aptidões atuais, quer potenciais, o suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas, o suporte à pastorícia, o suporte à apicultura e o suporte à pesca em águas interiores.”
- “Os espaços de recreio e valorização da paisagem correspondem a espaços florestais que contribuição para o bem-estar físico, psíquico, espiritual e social dos cidadãos, que engloba como subfunções gerais o enquadramento de aglomerados urbanos e monumentos, de empreendimentos turísticos no espaço rural e do turismo de natureza, de usos especiais, do recreio, das infraestruturas e a conservação de paisagens notáveis.”



Artigo 31.º – Regime de edificabilidade

Observamos que no presente artigo é admitido o uso habitacional em espaços florestais, estando prevista a “Habitação”, pelo que salientamos o seguinte:

De acordo com a Lei n.º 99/2019 de 5 de setembro e do respetivo anexo do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, nomeadamente no que respeita a Planos Diretores Municipais, no seu ponto 74 é referido que se deve “restringir a nova edificação dispersa e isolada em solo rústico” e que “as novas construções destinadas a habitação, devem cingir-se ao solo urbano, aglomerados rurais ou áreas de edificação dispersa (...) salvaguardando as vulnerabilidades aos perigos, nomeadamente de incêndio, cheia e inundação e deslizamento de vertentes”.

Existindo diversas áreas com tipologias adequadas para a edificabilidade, quer em solo urbano, quer em solo rústico, previstas nesta proposta de plano, consideramos não se justificar a dispersão de habitação em espaços florestais, face à ampliação das interfaces de edificações com os terrenos ocupados com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas e aos riscos daí decorrentes, na perspetiva quer da proteção de pessoas e bens, em situação de incêndio rural, quer dos valores naturais e ambientais e da própria floresta, pela potenciação de novas ignições e deflagrações.

Desta forma, na nossa opinião não deveria ser considerada a possibilidade de nova edificação para habitação nos espaços florestais do concelho.

SECÇÃO VI – Espaços Naturais e Paisagísticos

Complementarmente ao atrás exposto, as preocupações e salvaguardas previstas para os Espaços Naturais e Paisagísticos poderão igualmente ser incluídas nos Espaços Florestais de Conservação, quando se verifique a existência de uso dominante florestal.

Além disso, a definição das áreas a qualificar como Espaços Naturais e Paisagísticos ou como Espaços Florestais de Conservação permitem integrar, a nível do PDM, as orientações e normativos relativos à conservação dos valores naturais, devendo para isso, ser ajustado o regulamento.

Neste contexto importa referir que na planta de ordenamento estão delimitadas áreas integradas em *Espaços Naturais e Paisagísticos* que incluem território cujo uso dominante será florestal, pelo que será de ponderar a sua inclusão na subcategoria de *Espaços florestais de Conservação*, cf. previsto no DR 15/2015 de 19 de agosto.

Artigo 33.º – Regime de edificabilidade

A proposta de redação deve ser reavaliada porque só faz sentido se houver edificação pré-existente nesta categoria de espaços; no entanto, essa não deve ficar incluída nesta mesma categoria. As estruturas a considerar nesta categoria de espaço deverão ser de carácter não permanente e associadas à comunicação e divulgação de valores em presença, bem como à interpretação e usufruto desses espaços.



TÍTULO VII

Salvaguardas

CAPÍTULO I

AMBIENTAL

SECÇÃO I – Estrutura Ecológica Municipal

Artigo 60.º – Identificação e objetivos

Reiteram-se os comentários do parecer anterior:

A Estrutura Ecológica Municipal (EEM) não é apresentada de forma vetorial, pelo que não é possível efetuar a sua validação. Contudo, entende-se que a EEM fundamental deve incluir as áreas da RN2000, PPAA e corredores ecológicos do PROF TMAD, com exceção dos aglomerados rurais e do solo urbano.

TÍTULO IX

Programação e execução

SECÇÃO I – Programação

Artigo 80.º – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

A proposta de UOPG02 – Área de Vocação Turística da Albufeira do Azibo - considerando os objetivos estabelecidos verifica-se que esta se encontra desajustada relativamente aos da ZEC Morais, sendo que a sua concretização pode produzir impactos significativos sobre os valores naturais em presença, não sendo por isso aceite.

A proposta de UOPG14 – Área de Vocação Turística da Albufeira do Baixo Sabor - está prevista para uma área inserida na ZEC Rios Sabor e Mações e na ZPE Rios Sabor e Mações com relevante interesse para a conservação da natureza e biodiversidade, face aos valores naturais presentes, bem como de integridade da própria ZEC. Nesta matéria destacam-se diversos habitats naturais e espécies com estatuto de proteção, salientando-se que diversas aves rupícolas têm aqui os seus locais de nidificação.

Além disso importa referir que a categorização do solo prevista na atual proposta de PDM – Espaços Naturais e Paisagísticos se encontra adequada.

Assim, não se acolhe a delimitação desta UOPG, considerando o impacto significativo sobre valores naturais, que estará associado.

ANEXO I

Considerando a complexidade do conjunto de áreas classificadas e o elenco de valores naturais integrados na proposta de anexo, cuja informação se encontra contida também no relatório de conformidade com a RN2000, entende-se que há possibilidade de reduzir ao conteúdo deste anexo sem prejuízo dos dados apresentados.

Para o efeito sugere-se que o conteúdo dos anexos I e II seja resumido em apenas I, da seguinte forma:



Parte A – contendo:

- Uma introdução explicativa sobre a importância do território do ponto de vista da conservação dos valores naturais e a remissão da leitura para o relatório de Conformidade especialmente para as listas de valores, ameaças e orientações completas;
- Um resumo das principais ameaças e orientações de gestão.

Parte B – contendo:

- As medidas de gestão e outras disposições proposta para o Anexo II e que não estejam previstas na proposta de redação apresentada no presente parecer para o artigo 22º.

NOTA FINAL sobre o regulamento

A presente proposta de regulamento não integra qualquer disposição relativa ao Geoparque Terras de Cavaleiros, nem referência à Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica. Entende-se que estes dois elementos devem merecer algum destaque, podendo ser integrados, por exemplo no articulado das salvaguardas.

- III -

PLANTA DE ORDENAMENTO

No que se refere à planta de ordenamento importa efetuar uma reflexão aprofundada e eventualmente rever a classificação do solo nomeadamente considerando o seguinte:

As áreas qualificadas como *Espaços naturais e paisagísticos*, abrangem território cujo uso dominante é florestal, pelo que será de ponderar a sua inclusão na subcategoria de *Espaços florestais de Conservação*, cf. previsto no DR 15/2015 de 19 de Agosto.

A subcategoria *Espaços florestais de conservação* deverá complementar a categoria de *Espaços Naturais e Paisagísticos*, abrangendo esta, as áreas húmidas, as galerias ripícolas, áreas naturais descobertas, ou com vegetação esparsa, e afloramentos rochosos, entre outras, sempre que o seu uso dominante não seja florestal.

Por outro lado as preocupações e salvaguardas previstas para os *Espaços Naturais e Paisagísticos* poderão igualmente ser incluídas nos *Espaços Florestais de Conservação*.

Dossier de análise da sobreposição de propostas de áreas edificáveis com Perigosidade de Incendio Rural – Classes Alta e Muito Alta

Este documento não foi apresentado.

O objeto deste *dossier* é a avaliação de novas propostas e ampliação de áreas edificáveis, em solo rústico e solo urbano, em sobreposição com a restrição de utilidade pública, “*Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS)*” (Áreas de Perigosidade de incêndio rural das classes alta e muito alta e outros territórios, definidos nos programas sub-regionais de ação e adaptadas pelas comissões sub-regionais de gestão integrada de fogos rurais).

Importa avaliar caso a caso, o agravamento potencial da perigosidade de incêndio rural ao expandir áreas de habitação e/ou equipamentos empresariais, e/ou industriais e/ou sociais sobre



classes alta e muito alta de perigosidade de incêndio, tendo em conta a análise das manchas florestais, das suas interfaces com as áreas edificáveis e a perigosidade e não apenas uma análise de proximidade, conforme procuramos explicar adiante.

Sugerimos ainda que nesta análise possa ser considerada a participação do Gabinete Técnico Florestal e dos Serviços de Proteção Civil da CM de Macedo de Cavaleiros.

Sugerimos igualmente que este *dossier*, quando devidamente alterado, possa obter parecer da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Embora o artigo 60.º, do DL n.º 82/2021 de 13 de outubro na sua redação atual, não se aplique às áreas classificadas como urbanas nem aos aglomerados rurais, quando se trata de alteração de uso efetivo do solo, em situações de continuidade com manchas florestais e recorrência de incêndios, podem ser criadas situações de efetivo agravamento do perigo de incêndio rural.

Assim, recomendamos a elaboração de um *dossier* de análise das diversas situações que deverão ser objeto de ponderação e revisão na proposta de ordenamento, a saber:

- Comparação da proposta de plano com o PDM em vigor, face a novas propostas e ampliação de áreas edificáveis em solo rústico e solo urbano.
- Identificação de situações de sobreposição de propostas de áreas edificáveis em solo urbano e solo rústico (novas áreas e ampliação das existentes) com a restrição de utilidade pública, classes alta e muito alta da planta de perigosidade de incêndio rural.

Nesta análise, na verificação das áreas em causa e naquelas contíguas às propostas de expansão, são fatores fundamentais, a recorrência de incêndios, a dimensão e continuidade das áreas classificadas com perigosidade alta e muito alta, assim como a dimensão e continuidade das manchas florestais;

Chamamos a atenção para o seguinte:

- O município deverá ponderar se, face à análise realizada, pretende manter as suas propostas ou elimina algumas delas face ao risco evidenciado;
- A concretização das propostas naquelas condições é da responsabilidade do município;
- As futuras iniciativas de edificação terão de ter o respetivo enquadramento no SGIFR nos termos do art.º 60.º:

Embora não se aplicando ao solo urbano, estando excecionados os aglomerados rurais e existindo ainda situações, em que estão previstas outras exceções, embora condicionadas (n.º 2 alíneas a) a d)), este artigo, dispõe no seu n.º 1: “(...) *são interditos os usos e as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento e obras de edificação.*”

Serão abrangidas, por exemplo, a edificação dispersa e de áreas empresariais, industriais, equipamentos, etc. em solo rústico, não previstas nos regimes de exceção.

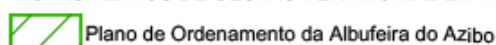


- Recomendamos vivamente que seja prevista a criação de Faixas de Gestão de Combustíveis (FGC), para a salvaguarda das novas iniciativas de edificação, no futuro Programa Municipal de Execução de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PMEGIFR).

Estas FGC são importantes não só para a salvaguarda de pessoas e bens, mas também para evitar a deflagração de incêndios a partir de ignições negligentes na interface com espaços florestais.

- As parcelas de terreno necessárias à implantação das FGC deverão pertencer aos proprietários interessados nas expansões a levar a efeito, no sentido de evitar que esse ónus recaia sobre terceiros (proprietários vizinhos).

INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR



Na planta designada de “Qualificação solo” deve ser retirada a seguinte referência: “INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR – Planta de Ordenamento da Albufeira do Azibo”

- IV -

PLANTA DE CONDICIONANTES

1 **Proposta de desdobramento:** Sugere-se que a planta de condicionantes possa ser desdobrada conforme proposta seguinte, no sentido de serem devidamente representadas as servidões administrativas e restrições de utilidade pública aplicáveis à realidade concelhia:

- **“Planta de Condicionantes I”: “Planta de Condicionantes Geral”**
Representação das áreas classificadas (PPRAA e RN2000) e do Regime Florestal e ainda dos geossítios;
- **“Planta de Condicionantes II: Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS)”**
Conforme o Decreto-Lei 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação em vigor, as Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS) incluem as Áreas de Perigosidade de incêndio rural das classes alta e muito alta e outros territórios, definidos nos programas sub-regionais de ação e adaptadas pelas comissões sub-regionais de gestão integrada de fogos rurais.
- **“Planta de Condicionantes III: Redes de Defesa”.**
 - “Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível”;
 - “Rede primária de Faixas de Gestão de Combustível”;
 - “Rede secundária de Faixas de Gestão de Combustível”;
 - “Rede de pontos de água”.

2 O limite da Paisagem Protegida Regional da Albufeira do Azibo não está correto. Deve obter-se informação atualizada em: [geoCATALOGO](#)

3 O traçado da rede primária de faixas de gestão de combustível não está correto. Deve obter-se informação atualizada em: [SNIG | SNIG](#)

4 Na planta de condicionantes Geral, onde se lê “Regime Florestal” deve-se ler:



Regime florestal: Perímetro Florestal da Serra de Nogueira; Perímetro Florestal de Monte Morais e Perímetro Florestal da Serra de Bornes.

- 5 Na planta de condicionantes geral deve ser retirada a referência a “*Sítio da Lista Nacional*”
- 6 A planta de condicionantes “*Perigosidade de incêndio rural*” deve ser designada de “Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS)”
- 7 A planta de condicionantes “gestão de fogos rurais” deve ser designada de “Redes de Defesa”
- 8 Devem ser incorporados os pontos de água na Planta de Condicionantes;

- IV -

Relatório de Conformidade com a Rede Natura 2000

O relatório de Conformidade com a Rede Natura 2000 encontra-se genericamente bem estruturado. No entanto, salienta-se a necessidade de efetuar alguns ajustes e colmatar algumas lacunas.

Paralelamente, considerando os comentários efetuados a propósito do Regulamento e da Planta de Ordenamento, deve rever-se a questão da subcategorização dos espaços florestais, preterindo os Espaços Florestais de Proteção a favor dos Espaços Florestais de Conservação nas áreas de RN2000 e distinguir normas regulamentares, mais restritivas, para esta subcategoria. Na verdade, a proposta na sua forma atual apresenta fragilidades que, mesmo não constituindo uma desconformidade, não conferem um nível de robustez suficiente à conservação do solo e do ecossistema.

Por outro lado, destaca-se a não consideração das propostas de UOPG, em particular da ***UOPG02 – Área de Vocação Turística da Albufeira do Azibo e da UOPG14 – Área de Vocação Turística da Albufeira do Baixo Sabor*** que pela sua natureza poderão constituir dois elementos não conformes com a RN2000.

Relativamente a outros aspetos a melhorar assinalam-se as seguintes situações:

- ZPE Montesinho-Nogueira:
 - Nas orientações de gestão não é feita referência às “práticas agrícolas que fomentem a conservação dos lameiros, das pequenas áreas de cereal e de pastagens de sequeiro e que preservem os soutos de castanheiros antigos”;
- ZPE Rios Sabor e Maçãs:
 - Escassez de referências a ameaças e orientações de gestão;
- ZEC Montesinho-Nogueira:
 - Não está atualizado com o Plano de Gestão;
- ZEC Morais
 - Não está atualizado com o Plano de Gestão;
- ZEC Romeu:
 - Atualização do elenco de habitats resulta algo confusa;
 - As orientações de gestão apresentam cortes e adaptações pouco significativos, exceto no item relativo às técnicas de fogo, onde **não deve ser cortado o texto original**, pois altera completamente o seu sentido: “Nos bosques esclerófilos, as técnicas de redução de riscos de incêndio a adoptar devem ser aplicadas após ponderação dos seus custos e benefícios ambientais”;
- ZEC Rios Sabor e Maçãs



- Atualização do elenco de habitats resulta algo confusa;
- As notas de rodapé referem Montesinho-Nogueira (é necessário rever);

Por fim, alerta-se para a necessidade de o relatório apresentar um capítulo de conclusões.

- V -

RELATÓRIO AMBIENTAL

ENQUADRAMENTO E ANÁLISE

O presente documento constitui o contributo do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., (ICNF, I.P.) sobre a documentação submetida pela Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) para apreciação das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAe), sobre os efeitos do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros (PDMMC) no território, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio (regime jurídico da avaliação ambiental de planos e programas – RJAAPP).

Esta análise diz assim respeito à conformidade metodológica e estratégica apontada para o desenvolvimento sustentável do território, através do instrumento de AAE. Realce-se que o ICNF, I.P. fará, no entanto, a sua análise para outras questões inerentes aos processos de revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros que anexarão a avaliação de AAE, completando e complementando as várias vertentes de análise que a elaboração/revisão dos PDM, assim o exigem.

A análise agora efetuada assume um carácter integrado e global, incorporando e reforçando a N/ análise sobre o Relatório de Definição de Âmbito (ou Relatório de Fatores Críticos para a Decisão) - documento precedente, resultante da 1.ª fase da AAE – sobre o âmbito e o alcance da AAE a considerar na elaboração do Relatório Ambiental, e na atual - Fase 2 – consubstanciada no Relatório Ambiental (RA) (Versão – julho de 2025), agora avaliado, pelo que cumpre informar:

Reforça-se o Parecer prévio do ICNF, I.P. (REF: S-014316/2023 | P-030742/2021 | a 31.03.2023) emitido no âmbito da 1.ª reunião plenária da Comissão Consultiva (CC). Apesar de se verificar evolução na abordagem das temáticas associadas aos valores naturais em presença e seu reconhecimento como valores a salvaguardar enquanto recurso potenciador do turismo (que se pretende sustentável), ainda não se evidencia o reconhecimento relativo à *“(…) sua localização espacial, num contexto de diversidade e valorização territorial, a sua integração na Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica, Área Classificada (AC) de âmbito internacional, integrando ainda várias AC de âmbito comunitário - Zona Especial de Conservação (4 ZEC) e Zona de Proteção Especial (2 ZPE), conferindo só por si uma elevada riqueza ao território do município. Além disso, estas classificações conferem ainda integridade, funcionalidade e viabilidade para criar Modelos Territoriais de Paisagens Sustentáveis – Multifuncionais, onde a prestação de qualidade dos Serviços dos Ecossistemas será um importante fator estruturante na regulação do equilíbrio dinâmico dos vários Ecossistemas do Território como um todo interligado e interdependente”*, entre outros aspetos que deverão ser melhor integrados e considerados no Plano e refletidos na AAE.



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA REVISÃO DO PLANO

- ✓ *Obj.1 Manutenção da qualidade de vida dos que residem e visitam o território fomentado uma ocupação do território em baixa densidade;*
- ✓ *Obj.2 Atração de atividades económicas e residentes, assegurando as condições fiscais, logísticas e infraestruturais, bem como a rentabilização da área do acolhimento empresarial e atividade agrícola associada à castanha e olivícola;*
- ✓ *Obj.3 Adoção de uma política de mobilidade mais conectada e partilhada;*
- ✓ *Obj.4 Fortalecimento da resiliência ambiental, mitigando as alterações climáticas e valorizando o património natural e cultural enquanto ativo turístico;*
- ✓ *Obj.5 Contenção da expansão urbana, promovendo uma política de colmatação urbana e de racionalização das infraestruturas existentes;*
- ✓ *Obj.6 Adoção de uma postura colaborativa e de governança territorial com os diversos agentes.*

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

Acrescentar ao nível nacional/regional:

- Programa Alcateia 2025-2035 – Conservação da população de Lobo-ibérico em Portugal (Censo Nacional do Lobo 2019-2021)
- Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC)
- Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica Nacional (ENAB)
- Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)
- Plano de Ação para a Bioeconomia Sustentável – Horizonte 2025 (PABS) pretende acelerar a transição da economia portuguesa para um modelo de bioeconomia sustentável e circular;
- Plano de Ação para a Conservação das Aves Necrófagas – Despacho n.º 7148/2019, publicado no Diário da República, 2.ª Série, em 12 de agosto;
- Programa “Emparcelar para Ordenar” – DL n.º 29/2020 de 29 de junho;

QE/QRE/QAS/FCD

No Quadro IV.2 - *Identificação dos fatores ambientais relevantes em função dos Objetivos estratégicos do Plano*, falta a referência ao FA “Inter-relação entre todos os outros fatores ambientais”, tal como consta na alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º (Relatório Ambiental) do DL 232/2007, de 15 de junho.

FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD) - Critérios

FCD 1. Valores Naturais, Culturais e Paisagísticos - pretende-se aferir de que forma o Plano contribui para a conservação e valorização do património, nomeadamente os **rios**, os **espaços naturais classificados e protegidos**, em especial a *Rede Natura 2000*, a *Albufeira do Azibo*, o *Geoparque das Terras de Cavaleiros* e a *Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica*. Consideram-se os critérios biodiversidade e paisagem e valores culturais.

FCD 2. Coesão Territorial - pretende-se aferir de que forma o plano contribui para um adequado sistema urbano e que responda às necessidades da população. Em particular, pretende-se avaliar



o território ao nível das acessibilidades e da mobilidade da população, a dotação infraestrutural e a localização/acesso aos equipamentos. Consideram-se os critérios acessibilidade/mobilidade e infraestruturas e equipamentos.

FCD 3. Socioeconomia – pretende-se aferir de que forma o Plano contribui para a fixação da população e para a dinamização económica, assente na valorização dos recursos endógenos do município. Consideram-se os critérios dinâmica populacional e atividades económicas.

FCD 4. Riscos e Alterações Climáticas - pretende-se aferir de que forma o Plano contribui para a consideração da problemática dos riscos naturais e tecnológicos e alterações climáticas, nomeadamente ao nível dos seus impactes e dos contributos para o reforço da resiliência territorial. Consideram-se os critérios riscos e adaptação às alterações climáticas.

Quadro IV.3 - Fatores ambientais relevantes e sua relação com os fatores ambientais legalmente estabelecidos: entende-se em falta a referência ao FA legalmente estabelecido pelo DL232/2007, de 15 de junho, SOLO, que se entende relevante e transversal, quer no *FCD Coesão territorial*, quer no *FCD Riscos e alterações climáticas*.

Quadro IV.4 - Fatores críticos, critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores

FCD 1. Valores Naturais, Culturais e Paisagísticos – associado ao presente FCD e a cada CA estão os *objetivos de sustentabilidade*:

CA Biodiversidade e Paisagem

- **Obj. 1.** *Salvaguardar e valorizar os habitats, flora e fauna, os ecossistemas ripícolas e os espaços naturais classificados e protegidos.* A avaliar através dos indicadores propostos:

- a) Nº e área de ações de limpeza, manutenção ou reabilitação em espaços integrados em áreas protegidas ou classificadas (CMMC);
- b) Número de massas de água superficiais e subterrâneas em estado global bom ou superior, face ao total de massas de água identificadas (% APA).

Comentário ICNF: o indicador proposto apenas está a considerar os espaços integrados em “áreas protegidas ou classificadas” – deverá incluir outros valores naturais existentes, também, fora das áreas delimitadas no SNAC – tais como geossítios, habitats, flora e fauna, e outras áreas sensíveis a proteger (nomeadamente, Geoparque Terras de Cavaleiros, cursos de água e respetivas galerias ripícolas). De maneira a considerar/avaliar, na globalidade, a valorização dos valores naturais.

- **Obj. 2** *Conservar e promover os valores paisagísticos.* A avaliar através dos indicadores propostos:

- a) Evolução da ocupação do solo (DGT/CMMC);
- b) N.º e Extensão (n.º e km) de percursos ou rotas em área protegida ou classificada (CMMC).

Comentário ICNF: relativamente ao 1.º indicador, sugere-se a inclusão de sub-indicadores específicos de modo a evidenciar a conservação e promoção dos valores paisagísticos – intimamente associados à valorização e proteção do solo, da água, à promoção da biodiversidade com a diversidade das paisagens e as práticas ancestrais económicas,



socioculturais, de partilha e gestão comunitária, aliadas na gestão dos ciclos naturais dos elementos básicos de suporte de vida. Nesta sequência, sugere-se a determinação de indicador(es) que evidenciem a evolução das culturas agrícolas, pecuárias e/ou florestais/silvícolas, bem como de boas práticas associadas à proteção e valorização dos referidos elementos – e assim efetivamente orientadas para a conservação e promoção dos valores paisagísticos na sua maior amplitude e abrangência.

Nota: o indicador “evolução da ocupação do solo” (DGT/CMMC), proposto pelo Município, e, como apresentado “situação atual”: 53% de Floresta e Matos; 45% Agricultura; 2% Áreas artificializadas e Massas de Água Superficiais, serão indicadores adequados para leitura macro da evolução do território no âmbito de um REOT, sem prejuízo de também ser utilizado no âmbito do acompanhamento/seguimento do Plano na AAE. No entanto, dada a recomendação da APA na utilização de um conjunto limitado, adequado de indicadores no âmbito da AAE, entende-se que neste contexto deverão ser revisitados e reajustados estes indicadores

FCD 2. Coesão Territorial – tem associados os CA *Acessibilidade/ Mobilidade e Infraestruturas* e respetivos *objetivos de sustentabilidade*:

- CA Acessibilidade/ Mobilidade – Obj. de sustentabilidade “Fomentar a coesão territorial através de uma mobilidade sustentável”
- CA Infraestruturas – tem como *objetivo de sustentabilidade* “Melhorar a rede de infraestruturação básica do concelho”, é proposto ser avaliado através do indicador:
 - a) Acessibilidade física aos sistemas públicos de drenagem de águas residuais, % (CMMC/ERSAR).

Comentário ICNF: Segundo referido no Relatório, o indicador referente à avaliação da cobertura da recolha seletiva deixou de ser proposto, dado que atingiu os 100%; no entanto, considera-se relevante acompanhar a evolução da fração depositada em aterro e a que é efetivamente reciclada/reutilizada (em volume ou em peso..., permitindo-se assim evidenciar a tendência municipal na ótica da economia circular aplicada aos resíduos (urbanos, na perspetiva proposta no RA).

Por outro lado, e dado o forte carácter rural do concelho e a dinâmica associada às atividades agrícolas e florestais, fará sentido avaliar a evolução de práticas integradoras de conceitos de economia circular associadas a estas atividades evidenciando a sustentabilidade económica assente na sustentabilidade ambiental e social.

FCD 3. Socioeconomia – tem associados os CA *Dinâmica populacional e Atividades económicas* e respetivos objetivos de sustentabilidade (OS):

- CA Dinâmica populacional – cujo *Objetivo de sustentabilidade* descrito será: “Promover a atração e a fixação da população jovem e adulta”. Avaliado através dos indicadores:
 - a) Evolução da população residente no concelho, por faixa etária (INE);
 - b) N.º de desempregados inscritos no Centro de Emprego (média anual) (IEFP);
- CA Atividades económicas – cujos OS são:



Obj.1 “Tornar o território atrativo para investimentos e fixação de empresas”.
Avaliado através dos indicadores:

- a) Evolução da ocupação dos espaços de atividades económicas (%) (CMMC);
- b) Evolução do Volume de Negócios e do n.º de empresas segundo o CAE, Rev.3 (INE)

Obj.2 “Valorização económica dos recursos endógenos, garantindo a sua exploração sustentável”. A avaliar através dos indicadores:

- a) Evolução da Superfície Agrícola Utilizada (ha) (INE);
- b) Produção de azeitona (ton) (INE)
- c) N.º de Produtos de Qualidade do concelho (DGADR);
- d) Proveitos totais (€) nos estabelecimentos de alojamento turístico (INE);
- e) Capacidade de alojamento em empreendimentos turísticos e estabelecimentos de alojamento local (camas/utentes) (RNT/SIGTUR)

Comentários ICNF, I.P.: Deverá ser ponderada a inclusão de um indicador mais específico que permita aferir a sustentabilidade da exploração dos recursos endógenos

Também no nível *Seguimento*, verifica-se que a proposta de indicadores se baseia na produção de azeitona (ton) (INE), o que poderá ser redutor face aos valores existentes e potenciais, associados aos recursos endógenos do concelho e ao *Objetivo* definido: “Valorização económica dos recursos endógenos, garantindo a sua exploração sustentável” ...

Considera-se que no OS em causa, será vantajoso avaliar a evolução da produção energética através de Fontes de Energia Renovável (FER) e outros produtos/recursos endógenos, evidenciando-se a mitigação no consumo energético, do autoconsumo, e a aplicação de conceitos de economia circular, p.e., aplicado aos subprodutos e/ou resíduos.

Considerando as áreas integradas em Espaços Florestais designadamente de produção, sugere-se a integração de indicador que avalie a evolução da diversificação de produtos/novas fontes de receita económica associados à produção florestal/ exploração do potencial da multifuncionalidade da floresta integrado no *Obj. específico* “Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos” (Florestais) (Quadro das medidas de adaptação constantes no PIAAC TTM relativas aos incêndios florestais – pág. 103 do RA). Nota: este indicador poderá ser integrado na concretização de diferentes OS, uma vez que é transversal ao FCD “Socioeconomia” e ao FCD “Riscos e Alterações Climáticas” (OS: “Prevenir o risco de incêndios rurais”).



FCD Riscos e Alterações climáticas – tem associados os CA “Riscos Naturais e Tecnológicos” e “Alterações Climáticas” e respetivos *objetivos de sustentabilidade (OS)*:

- CA Riscos Naturais e Tecnológicos – cujos *Objetivos de sustentabilidade* descrito serão:

Obj. 1 “*Prevenir o risco de incêndios rurais*”. Avaliado através dos indicadores:

- a) Evolução do n.º de incêndios rurais (INE);
- b) Evolução da superfície ardida (ha) (INE).

Obj. 2 “*Prevenir o risco de cheias/inundações*”. Avaliado através do indicador:

- a) N.º de ocorrências de cheias/inundação com afetação de edifícios e/ou pessoas (CMMC).

Obj. 3 “*Prevenir o risco de acidentes graves*”. Avaliado através do indicador:

- a) Ocorrências de acidentes graves, n.º (CMMC)

- CA Alterações Climáticas – cujos OS (ou Obj.) são:

Obj.1 “*Promover a adaptação e resiliência do território face as alterações climáticas.*”. Avaliado através dos indicadores:

- a) **Grau de integração das medidas de adaptação às alterações climáticas previstas no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas das TTM (CMMC/ CIM-TTM)** – Medidas integradas/ Medidas passíveis de integração.
- b) % de certificados emitidos nas classes mais eficientes (A+ a B-) (ADENE)

Obj. 2 “*Promover a adoção de medidas de mitigação*”. Avaliado através do indicador:

- a) Evolução das emissões por concelho (APA)

Propostas ICNF, I.P.: Para além da avaliação das emissões por concelho, sugere-se a inclusão de um indicador que permita aferir a evolução da capacidade de sumidouro de carbono

Sugere-se igualmente a introdução de um indicador que permita aferir a evolução de áreas degradadas

– no ponto V.4.2. *Alterações climáticas* (Critério de avaliação do FCD Riscos e Alterações climáticas) são propostos dois objetivos de sustentabilidade (OS). Ao primeiro OS - “*Promover a adaptação e resiliência do território face às alterações climáticas*” é associado o indicador “Grau de integração das medidas de adaptação às alterações climáticas previstas no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas das TTM” (CMMC / CIM TTM), a medir através da fração – Medidas integradas / Medidas passíveis de integração, sendo proposto como indicador de *Seguimento*. No entanto, pela consulta do **Quadro VIII.1 – Programa de gestão e monitorização ambiental** (proposta de seguimento do plano), *este* indicador não aparece proposto, o que se entende como uma lacuna relevante a colmatar no âmbito do *Seguimento* do Plano.

Ainda no mesmo ponto, e no que concerne ao segundo OS “*Promover a adoção de medidas de mitigação*”, reforça-se, novamente - e face às características do Uso e Ocupação do solo em Macedo de Cavaleiros, a vantagem do seguimento/acompanhamento da evolução da capacidade de sumidouro de carbono do concelho, no âmbito do seu contributo na captação e armazenamento, participando ativamente para a prevenção/adaptação/resiliência do território face às alterações climáticas. Pela leitura do **Quadro VIII.1 – Programa de gestão e monitorização**



ambiental, verifica-se, mais uma vez, que apenas é proposto o indicador “Evolução das emissões no concelho (APA)”.

Deverá ser reforçada a relação entre os quadros: *Quadro IV.4 - Fatores críticos, critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores* e o *Quadro VIII.1 – Programa de gestão e monitorização ambiental*, esclarecendo sobre a ausência de seguimento de indicadores (corretamente associados aos respetivos objetivos de sustentabilidade identificados), tais como os anteriormente referidos e comentados na N/ análise.

Reforçam-se as Medidas de adaptação/mitigação constantes no PIAAC TTM e que se encontram perfeitamente adequadas para aplicação no concelho de Macedo de Cavaleiros, pelo que se entende que importará acompanhar particularmente, de perto, no âmbito do seguimento:

- Relativamente à Socioeconomia:

Obj. Geral: Promover a gestão florestal ativa e profissional

Obj. Específico: Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos

Medidas de adaptação/mitigação:

Apoio às organizações de produtores florestais de forma a promover a oferta de serviços para melhorar o desempenho global das explorações florestais.

- Relativamente à erosão dos solos (DESERTIFICAÇÃO)

Obj. geral 1: Planeamento estratégico integrado

Obj. específico: Gestão e conservação dos solos e dos recursos hídricos à escala da bacia hidrográfica Inventário dos recursos terrestres e hídricos

Medidas de adaptação/mitigação:

Avaliação da capacidade, aptidão e uso potencial do solo a uma escala mais pormenorizada

Cálculo da erosão e sedimentação e definição de áreas de intervenção prioritárias

Definição de necessidades e áreas de conservação

Esforço de conciliação entre necessidades de conservação e os usos potenciais, em sede de PDM

Obj. geral 2: Controlo da erosão e proteção dos recursos hídricos

Obj. Específico: Boa gestão do solo (pedológica, agronómica e florestal)

Medidas de adaptação/mitigação: **Promoção da agricultura e silvicultura de conservação**

Outras propostas/considerações:

Indicadores a propor:

- Tendência das espécies indicadoras de avifauna

Definição: Evolução da riqueza e abundância de aves em zonas chave (PPA Azibo).

Fórmula: Riqueza específica/ano + Índice de abundância (IBA)

Unidade: nº espécies; índice

Periodicidade: bianual

Fonte: Censos de Aves Comuns - ICNF, SPEA, Município

Meta: Manutenção ou aumento dos 2 indicadores



- Integridade das galerias ripícolas

Definição: extensão de galerias ripícolas restauradas

Unidade: metros lineares de galeria restaurada

Periodicidade: anual

Fonte: Município, APA

Meta: Aumentar

- Ações de restauro ecológico

Unidade: nº/ano e áreas associadas (ha)

Periodicidade: anual

Fonte: Município, ICNF

Meta: ≥3 ações/ano

- Participação pública em ações ambientais

Unidade: nº participantes / ano

Periodicidade: anual

Fonte: Município

Meta: +10% ao longo do ciclo

- VII -

CONCLUSÕES

Em conformidade com o exposto, o sentido do parecer do ICNF, I.P. é favorável condicionado às indicações de alteração, correção e melhoramento, referidas, especialmente no que se refere às questões relativas às propostas de UOPG 02 e 14.

Nesta sequência manifesta-se desde já toda a disponibilidade para prestar os esclarecimentos julgados necessários. Caso seja aceite a possibilidade de agendamento de uma reunião para esse mesmo efeito, sugere-se que seja construída uma tabela com as matérias que merecem concordância e discordância por parte da CM de Macedo de Cavaleiros, e que a mesma seja disponibilizada ao ICNF, I.P. antecipadamente, para preparação dos trabalhos.

Com os melhores cumprimentos,

O Representante do ICNF, I.P.

José Paulo Pires - Biólogo

CCDR Norte - Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Norte, I.P.
Rua Rainha Dona Estefânia 251
4150-304 - PORTO

S/ referência

Data

N/ referência

Data

S066547-202511-

ARHN.DPI

24/11/2025

ARHN.DPI.00051.2021


Assunto: PCGT - ID 190 – 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Macedo de
Cavaleiros - Parecer no âmbito da 2ª reunião da Comissão Consultiva

Na sequência da solicitação de parecer no âmbito da 2ª reunião da Comissão Consultiva, a ocorrer em 14-11-2025, foi solicitado à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) através da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT), parecer sobre os documentos disponibilizados na PCGT (datados de julho 2025) tendo em vista a pronúncia tida na referida reunião.

Vimos por este meio remeter o parecer da APA/ARH do Norte, que segue em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

Chefe da Divisão de Planeamento e Informação



(Por subdelegação de competências -Despacho n.º 1741/2025, de 6 de fevereiro, publicado no Diário da República n.º 26/2025, II Série, de 06 de fevereiro de 2025)

(Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste documento)

Anexos: o referido parecer

Anexo ao ofício S066547-202511-ARHN.DPI

Assunto: PCGT - ID 190 - Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros. Parecer no âmbito da 2ª reunião da Comissão Consultiva.

No âmbito deste processo, a APA, I.P., já se pronunciou anteriormente relativamente à identificação dos interesses específicos a salvaguardar na área abrangida pelo plano, bem como sobre programas e políticas setoriais a prosseguir (S049690-202108- ARHN.DPI, de 05/08/2021).

O presente documento traduz o parecer da APA.I.P. no que respeita às matérias da sua competência, com base na apreciação efetuada sobre a documentação disponibilizada na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT).

Enquadramento e antecedentes:

1. Enquadramento e antecedentes

No âmbito da 2ª reunião da Comissão Consultiva, a ocorrer em 14-11-2025, foi solicitado à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) através da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT), parecer sobre os documentos disponibilizados na PCGT (datados de julho de 2025) tendo em vista a participação tida na referida reunião.

Tendo presentes as responsabilidades específicas da APA e a natureza do Plano em causa, emite-se o presente parecer com a análise dos assuntos relacionados com os Recursos Hídricos.

O Aviso (extrato) n.º 8412/2021, de 6 de maio, publicado em Diário da República, determina a 2ª revisão do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros.

É de referir que a APA já se tinha pronunciado anteriormente em relação a este plano, nas seguintes fases:

- Identificação dos interesses específicos a salvaguardar na área abrangida pelo plano: S049690-202108-ARHN.DPI, de 05/08/2021
- Elementos iniciais: S001706-202301-ARHN.DPI, de 11/01/2023
- 1ª Reunião Plenária: S022978-202303-ARHN.DPI, de 27/03/2023

2. Reserva Ecológica Nacional- Exclusões

Em relação à proposta de delimitação da REN bruta, no seu procedimento de transposição, após a análise dos elementos submetidos, entende-se que a mesma poderá ser considerada estabilizada nas suas diferentes tipologias.

Relativamente à proposta de exclusões da REN de Macedo de Cavaleiros V02 apresentada cumpre informar que esta ARH emite **parecer desfavorável** à mesma, uma vez que num procedimento de transposição não se deverá aceitar qualquer proposta que tenda a excluir área atualmente classificada como REN.

De acordo com as orientações da CNT (ata minuta da 39.ª reunião e ata da 18.ª reunião, em que foi analisada proposta da Área Metropolitana do Porto), apenas são admitidos ajustamentos à carta da REN, delimitada ao abrigo do DL 93/90, a coberto do regime transitório, nas seguintes 3 situações:

- ✓ Ajustamentos decorrentes de correções materiais e da transposição da delimitação para novo suporte cartográfico;
- ✓ Integração na REN de áreas excluídas para fins não concretizados ou passíveis de concretizar;
- ✓ Ajustamentos decorrentes da delimitação de áreas ao abrigo de regimes legais específicos e que nos respetivos termos legais devam ser direta e linearmente integradas na REN.

Assim, pretendendo o município rever ou introduzir alterações à delimitação da REN, propondo novas exclusões, terá de delimitar a REN ao abrigo das novas OENR.

3. Elementos que constituem o Plano

3.1. Regulamento

- Servidões e Restrição de Utilidade Pública

A informação constante neste artigo do Regulamento deve encontrar-se devidamente articulada com a Planta de Condicionantes que integram as servidões e restrições de utilidade pública em vigor. Devem ainda ser considerados os aspetos e retificações referidas no âmbito do presente parecer.

- Domínio hídrico

Sugere-se a seguinte redação para o ponto 3 do artigo 7º do regulamento:

“ Caso se identifique desfasamentos ou omissões entre a representação cartográfica do leito e margens das águas fluviais (domínio hídrico) na planta de condicionantes e a realidade física do território, aplicar-se-á às linhas de água existentes todas as disposições referentes à servidão administrativa. No âmbito dos procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas, a configuração física efetiva deve:

- a) Ser refletida nas bases cartográficas da área de intervenção utilizadas nos pedidos de informação prévia, licenciamento ou comunicações prévias;
- b) Servir de referência para a verificação do cumprimento das restrições impostas pela servidão administrativa na operação urbanística pretendida.”

- Conformidade da proposta de Plano com o Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo

Entende a APA, I.P. que, não obstante o Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo (POA do Azibo) se ter estabelecido como um instrumento fundamental de gestão do plano de água e zona terrestre, decorridos mais de 30 anos, os objetivos e o enquadramento legal que determinaram a sua publicação foram significativamente alterados e estão atualmente desfasados da realidade. Desta forma, face aos objetivos de proteção e valorização dos recursos hídricos associados às albufeiras, bem como do respetivo território envolvente, mais se entende que a aplicação do regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público estabelecido no Capítulo V do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, se afigura como a mais adequada. Tais entendimentos sustentaram que estes serviços tenham submetido uma proposta de revogação do (POA do Azibo) ao Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Ambiente, em março de 2025. Contudo, a esta data constata-se que o POA do Azibo se mantém em vigor. Assim:

Regulamento:

A Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (doravante, «Lei da Água»), na sua redação atual, enquadra, em primeira instância, o ordenamento e o planeamento dos recursos hídricos, incumbindo ao Estado a tarefa de conciliar a sua utilização sustentável, a sua proteção e valorização, a par da proteção de pessoas e bens contra os fenómenos associados (cfr. Artigos 14.º e 18.º do diploma), utilizando, *latu sensu*, planos especiais de ordenamento

do território, planos de recursos hídricos e medidas de proteção e valorização dos recursos hídricos (cfr. artigo 16.º), instrumentos veiculadores dos fins referidos e que vinculam toda a Administração Pública e particulares (cfr. n.º 1 do artigo 19.º).

O Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo, designado, abreviadamente, por “**POAA**” é um plano especial de ordenamento do território (cfr. artigo 1.º do POAA e artigo 20.º da Lei da Água), cuja área de intervenção abrange o plano de água, o território envolvente com incidência na Albufeira – vide, a respetiva margem dominial (cfr. artigo 15.º, n.º 1 e 2 da Lei da Água) e a respetiva zona de proteção (cfr. n.ºs 3 e 4 do artigo 15.º da Lei da Água), integrando o POAA a albufeira do Azibo e a sua envolvente, situada na fronteira entre os concelhos de Macedo de Cavaleiros e Bragança.

Ora, concretamente, *et in casu*, o POAA encontra-se em fase de transposição para os planos diretores municipais de Macedo de Cavaleiros e de Bragança (doravante, «PDM»), à luz dos termos do n.º 1 do artigo 78.º da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (doravante, «LBPSOTU»), segundo o qual o conteúdo dos planos especiais de ordenamento do território em vigor - designados, hodiernamente, «programas», em virtude da atualização regimentar veiculada pela LBPSOTU

-, deve ser transposto, obrigatoriamente, para o plano diretor municipal.

Para tal, deriva do n.º 2 do artigo 78.º da LBPSOTU a competência da comissão de coordenação e desenvolvimento regional (doravante, «CCDR») para a identificação das normas relativas aos regimes de salvaguarda de recursos territoriais e valores naturais diretamente vinculativas dos particulares que devam ser integradas no PDM, com o apoio da entidade responsável pela elaboração do plano especial de ordenamento do território em vigor – vide, APA, I.P..

Portanto, identificadas as ditas normas vinculativas, deverão as mesmas ser integradas no regulamento que acompanha o PDM (doravante, «Regulamento»).

Findo os prazos ínsitos no artigo 78.º da LBPSOTU, os planos especiais continuam a vigorar, as deixam de vincular diretamente os particulares.

É, pois, certo que com a derradeira redação do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 15 de maio, que veio aprovar a revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (doravante, «RJGIT»), cessou a aplicação plurisubjetiva dos planos especiais, pelo que apenas as normas com implicação na ocupação, uso e transformação do solo perderam a eficácia direta quanto aos particulares.

Dito de outro modo, o plano especial em vigor em determinada circunscrição territorial, apesar de deixar de vincular o particular, vincula diretamente o município, e fá-lo independentemente da correta e efetiva transposição devida para o plano territorial de âmbito municipal (cfr. artigo 78.º, n.º 4 da LBPSOTU).

Veritas, sem prejuízo das demais cominações legalmente previstas, não tendo ocorrido a devida atualização, poderá ocorrer a rejeição de candidaturas a projetos a benefícios ou subsídios outorgados por entidades ou serviços públicos nacionais ou comunitários, bem como a não celebração de contratos-programa, até à regularização da situação (cfr. artigo 46.º, n.º 6, ex vi artigo 78.º, n.º 4, da LBPSOTU), bem como quedar suspensas as normas do plano territorial intermunicipal ou municipal que deveriam ter sido alteradas, não podendo, na área abrangida, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a alteração do uso do solo (cfr. artigo 46.º, n.º 5, ex vi artigo 78.º, n.º 4, da LBPSOTU).

Os programas especiais, por prosseguirem objetivos de interesse nacional e estabelecerem os princípios e as regras orientadoras da disciplina a definir pelos restantes programas e planos (cfr. artigo 44.º, n.ºs 1 a 2 da LBPSOTU), vinculam, à luz do supra referido, as entidades públicas (cfr. artigo 3.º, n.º 1, do RJGIT), devendo ser dada prioridade aos interesses públicos cuja prossecução determine o mais adequado uso do solo, em termos ambientais, económicos, sociais e culturais (cfr. artigo 9.º, n.º 1, do RJGIT).

Nesta senda, hodiernamente, sabe-se que o princípio da hierarquia, regedor das relações entre os instrumentos de ordenamento e planeamento territorial, ainda que necessariamente mitigado, não assume sempre o mesmo grau, podendo ser entendido com base ora no princípio da conformidade ora no princípio da compatibilidade.

In casu, estando em consideração um plano especial, decorre do n.º 2 do artigo 198.º do RJGIT uma clara obrigatoriedade de conformidade entre o mesmo e o plano de âmbito municipal, quer ao nível dos regulamentos, quer ao nível das respetivas plantas (entenda-se, plano diretor municipal, plano de urbanização e plano de pormenor, conforme definidos nos n.ºs 3 a 5 do artigo 43.º da LBPSOTU) – vide, “2 – Na transposição dos planos especiais para os planos municipais ou intermunicipais, deve ser assegurada a conformidade entre os dois planos ao nível dos regulamentos e das respetivas plantas”.

Efetivamente, “[a] nossa legislação urbanística e do ordenamento do território tem vindo a utilizar indistintamente os termos compatibilidade e conformidade, como se de uma e mesma coisa se tratasse”.

Estamos, no entanto, como defendeu Alves Correia, perante conceitos jurídicos diversos: a obrigação de compatibilidade é menos rigorosa do que a obrigação de conformidade.

Enquanto que a conformidade exclui qualquer diferença entre os elementos de comparação, a relação de compatibilidade exige somente que não haja contradição entre eles.

A compatibilidade implica um controlo do juiz menos apertado do que a conformidade, resultando da não contrariedade dos dados em presença ou do respeito por uma orientação. Isto significa, em resumo, que a conformidade exige ou define uma relação positiva entre os dados da comparação, enquanto a compatibilidade expressa uma relação negativa, resultante da não contradição entre eles [...]” (vide Fernanda Paula Oliveira, “Os princípios da nova lei do ordenamento do território: da hierarquia à coordenação”, in Revista do Centro de Estudos do Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente, 2000, p. 25).

Por sua vez, esta ratio é incontestada pelo n.º 2 do artigo 121.º do RJGIT, nos termos do qual “[a] alteração por adaptação dos programas e planos territoriais [...] limita-se a transpor o conteúdo do ato legislativo ou regulamentar ou do programa ou plano territorial que determinou a alteração”.

Perante tal, no que às relações entre planos municipais e planos (ou programas) especiais de ordenamento de território, dado o conteúdo bastante preciso destes últimos, bem como as particularidades de especial sensibilidade e especificidade geográfica, dúvidas não soçobram de que estamos perante uma relação e dever de conformidade, e não de mera compatibilidade.

Por conseguinte, a proposta de texto regulamentar dos PDM's de Macedo de Cavaleiros e de Bragança, tal como nos foi proposta, não correspondendo conceptual e estruturalmente ao veiculado pelo Plano/Programa, quedaria inválida, face ao supra explanado, para efeitos do regime estatuído nos artigos 128.º e seguintes do RJGIT – “[...] a conformidade entre os diversos programas e planos territoriais é condição da respetiva validade” (cfr. n.º 1 do artigo 128.º do RJGIT).

Por outras palavras, o município terá maior autonomia na elaboração do texto normativo dos respetivos instrumentos de gestão territorial na transposição de diretrizes para as quais apenas seja exigido apenas um nível de mera compatibilidade.

Já não assim o será para o *assunto in studium*, para o qual se exige, reitera-se, uma total inexistência de qualquer diferença nos elementos de comparação.

Este método operativo traduz a necessária agilização procedimental administrativa para este e outros eventos futuros, e permitirá maior agilidade e eficácia ao nível da coordenação e concertação entre as várias entidades envolvidas no sistema de planeamento territorial, o qual

se exige mais flexível, operacional e harmónico, dada a clareza interpretativa e hermenêutica que aqui subjaz, e que intenta antecipar as já sobejamente conhecidas dificuldades deste âmbito - as demoras que normalmente acompanham a elaboração dos planos de âmbito territorial mais vastos, o aparecimento de planos que incidem sobre a mesma área territorial consagradores de soluções descoordenadas e contraditórias, entre outras - e que aniquilam, por completo, os interesses nacionais de excecional relevo a prosseguir – no caso, a salvaguarda de recursos e valores naturais -, a par dos princípios da tutela da confiança, segurança jurídica e equidade.

Deste modo, antecipando-nos ao maior entrave a tudo o que foi dito, e que é precisamente a dificuldade na determinação da nulidade de um plano por violação do outro com o qual devesse ser compatível, nos termos do artigo 128.º, n.º 1 do RJGIT, bem como evitar toda a panóplia de efeitos de facto dos atos administrativos de uma eventual declaração de nulidade das normas do regulamento municipal por atualizar nos termos legalmente devidos [cfr., a título ilustrativo, n.º 3 do artigo 129.º do RJGIT, *a contrario sensu*, artigo 132.º do RJGIT, n.º 1, artigo 68.º, alínea a), do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – doravante, «RJUE»), artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio (que tutela o Regime de Utilização dos Recursos Hídricos – doravante, «RURH»), recomendamos a reformulação conceptual normativa do Regulamento dos PDM's de Macedo de Cavaleiros e de Bragança, remetendo à estruturação normativa do Plano Especial, na senda de volvermos o primeiro inteiramente conforme ao segundo, excluindo-se as normas que não se apliquem concretamente, tão-só por uma razão de ser topológica, ao território em análise.

Ainda, acresce ao considerado que, tanto em fase de atualização para conformação, como em fase de atualização para compatibilização, os planos territoriais são obrigados a aplicar os conceitos técnicos e as definições nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo fixados pelo Decreto-Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro (doravante, «Decreto-Regulamentar dos conceitos técnicos relativos a indicadores e parâmetros nos domínios do ordenamento do território e urbanismo»), não sendo admissíveis outros conceitos, designações, definições ou abreviaturas para o mesmo conteúdo e finalidade, cuja violação, a ocorrer, é geradora da invalidade da(s) norma(s) do plano ou programa que utilizem um indicador ou parâmetro distinto (n.º 2 do artigo 4.º do citado diploma ex vi n.º 2 do artigo 128.º do RJGIT).

In fine, o n.º 5 do artigo 198.º do RJGIT dita que “[a]s normas que não devam ser objeto de transposição nos termos do n.º 1 são consideradas como regulamento próprio, para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 44.º”. Todavia, esta última regra expõe que “[a]s normas de gestão das respetivas áreas abrangidas, nomeadamente, as relativas à circulação de pessoas, veículos ou animais, à prática de atividades desportivas ou a quaisquer comportamentos suscetíveis de afetar ou comprometer os recursos ou valores

naturais a salvaguardar podem ser desenvolvidas em regulamento próprio, nas situações e nos termos em que o programa o admitir”.

Vide, teria de ser o próprio POAA a admitir que tais normas poderiam vir a constar de regulamento próprio, não estando aqui estabelecida qualquer obrigatoriedade, mas, outrossim, uma possibilidade.

Não o fazendo, como *in casu*, e por serem atividades desenvolvidas no solo, destinadas à salvaguarda de recursos territoriais e valores naturais, diretamente vinculativas dos particulares, poderão, também elas, constar no PDM a elaborar, sem prescindir da devida salvaguarda quanto à respetiva gestão - vicissitude, aliás, promotora da concertação e cooperação que se almeja neste âmbito.

Nada obstante, tal raciocínio vai de encontro à racionalidade ínsita no próprio Preâmbulo do RJGIT, o qual, no intuito de salvaguardar os interesses dos particulares e a sua confiança no ordenamento jurídico vigente, e pela proximidade que só um PDM dispõe nas respetivas relações com o Estado, confirma que *“[...] todas as normas relativas à ocupação, uso e transformação dos solos, para poderem ser impostas aos particulares, devem estar previstas no mesmo regulamento”*, ideia talqualmente reforçada pela topologia dos objetivos da gestão territorial da política de solos, que passam por garantir *“[a] preservação e defesa de solos com potencialidade para aproveitamento com atividades agrícolas, pecuárias e florestais, de conservação da natureza, de turismo e lazer, de produção de energias renováveis ou de exploração de recursos geológicos, de modo a que a afetação daqueles solos a outros usos se restrinja às situações em que seja efetivamente necessária e se encontre devidamente comprovada”* (cfr. artigo 37.º, alínea d), da LBPSOTU).

Assim,

Nos termos da alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 121.º do RJGIT, propomos a alteração do conteúdo do ato regulamentar municipal, por transposição conforme do conteúdo do Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo, integrando-se, num inteiro capítulo da proposta de PDM, de forma literal e sistemática, as normas relativas à ocupação, uso e transformação do solo, e também, as que por razões de hermenêutica e interpretação

legislativa, careçam da sua inserção no texto regulamentar municipal, adaptando-se a norma transposta, *mutatis mutandis*, às necessidades do texto regulamentar, representação espacial e características geográficas do território (*vide*, excluindo-se somente as normas e regimes específicos que não disponham de aplicabilidade concreta no território dos Municípios em questão), das seguintes normas regulamentares:

Nota: as referências nos artigos para as plantas de síntese POAA devem ser alteradas para a planta de ordenamento a definir pela entidade municipal para representação do POAA, sempre que se justifique.

Nestes termos, propõe-se:

- **Artigo 1.º do POAA (Âmbito territorial)** - a transpor, parcialmente, para o Regulamento;

“Artigo [a definir pela entidade municipal, de epígrafe Área de intervenção]

A área de intervenção do POAA abrange o plano de água da albufeira do Azibo e respetiva zona de proteção até ao limite de 1000 m, medidos a partir do nível de pleno armazenamento e estende-se pela área territorial do município de Macedo de Cavaleiros/Bragança.

(ACRESCENTAR UM NOVO ARTIGO)

“Artigo [a definir pela entidade municipal, de epígrafe Definições] ”

Para os efeitos de aplicação do presente Regulamento, são adotadas as seguintes definições:

- 1 – “Plano de água” - é toda a superfície de água da albufeira do Azibo, cuja cota altimétrica máxima iguala o seu nível de pleno armazenamento.*
- 2 – “Zona de proteção” - é a zona com uma largura de 1000 m contados a partir da linha do nível de pleno armazenamento (NPA) da albufeira.*
- 3 – “Zona reservada” - é a área marginal à albufeira compreendida na zona de proteção com uma largura de 50 m contados a partir do seu NPA.*
- 4 – “O Nível de Pleno Armazenamento” - é a cota máxima a que pode realizar-se o armazenamento de água na albufeira.*

(ACRESCENTAR UM NOVO ARTIGO)

“Artigo [a definir pela entidade municipal, de epígrafe Estruturação espacial da zona de proteção] ”

A Zona de Proteção reparte-se pelas seguintes zonas e subzonas, conforme delimitação constante da Planta de Ordenamento (...) [a definir pela entidade municipal para representação do POAA]:

- a) Zonas de Proteção I (corresponderão aos Espaços naturais e de valor paisagístico);*
- b) Zonas de Proteção II (corresponderão aos Espaços Florestais), repartidas por:*
 - i. Subzonas de Proteção II.A (corresponderão aos Espaços Florestais de Proteção);*
 - ii. Subzonas de Proteção II.B (corresponderão aos Espaços Florestais de Produção);*
- c) Zonas de Proteção III (corresponderão aos Espaços Agrícolas);*
- d) Zonas de Proteção IV (corresponderão aos Espaços Urbanos);*
- e) Zonas de Proteção V (corresponderão aos Espaços Turísticos);*

Notas:

- i. Esta terminologia deve ser adotada para todas as zonas de proteção definidas na Planta de Síntese do POAA, não transpor o texto entre parênteses, apenas auxílio na identificação.
- ii. A distinção destas diferentes zonas deve ser realizada conforme o tipo de regimes de proteção estabelecidos para as áreas delimitadas na Planta de Síntese do POAA, permitindo eliminar situações de conflito por dupla qualificação do solo e passando a instruir o conjunto de normas cumulativas às categorias da qualificação do solo do PDM de Macedo de Cavaleiros;

- **Artigo 7.º do POAA (Área de recreio náutico)** - a transpor, integralmente, para o Regulamento;

- **Artigo 8º do POAA (Área de uso condicionado)** - a transpor, integralmente, para o Regulamento;

- **Artigo 10.º do POAA (Área de respeito e segurança da barragem)** - a transpor, integralmente, para o Regulamento;

- **Artigo 11.º do POAA (Descarga e tratamento de efluentes)** - a transpor, integralmente, para o Regulamento;
- **Artigo 12.º do POAA (Controlo da qualidade de água)** - a transpor, integralmente, para o Regulamento;
- **Artigo 13.º do POAA (Área de uso agrícola)** - a transpor, parcialmente para o Regulamento, com as devidas adaptações à terminologia do Artigo a ser criado pela entidade municipal de epígrafe "Estruturação Espacial da Zona de Proteção;
- **Artigo 14.º do POAA (Área de uso agroflorestal)** - a transpor, parcialmente para o Regulamento, com as devidas adaptações à terminologia do Artigo a ser criado pela entidade municipal de epígrafe "Estruturação Espacial da Zona de Proteção;
- **Artigo 15.º do POAA (Área de uso silvo-pastoril)** - a transpor, parcialmente para o Regulamento, com as devidas adaptações à terminologia do Artigo a ser criado pela entidade municipal de epígrafe "Estruturação Espacial da Zona de Proteção;
- **Artigo 16.º do POAA (Área de uso florestal)** - a transpor, parcialmente para o Regulamento, com as devidas adaptações à terminologia do Artigo a ser criado pela entidade municipal de epígrafe "Estruturação Espacial da Zona de Proteção;
- **Artigo 17.º do POAA (Área de uso florestal de proteção e galeria ripícola)** - a transpor, parcialmente para o Regulamento, com as devidas adaptações à terminologia do Artigo a ser criado pela entidade municipal de epígrafe "Estruturação Espacial da Zona de Proteção;
- **Artigo 18.º do POAA (Área de uso florestal de proteção a manter)** - a transpor, parcialmente para o Regulamento, com as devidas adaptações à terminologia do Artigo a ser criado pela entidade municipal de epígrafe "Estruturação Espacial da Zona de Proteção;

(ACRESCENTAR UM NOVO ARTIGO)

"Artigo [a definir pela entidade municipal, de epígrafe Regime de utilização e intervenção] "

1 — As zonas de proteção I têm aptidão para

2 – As zonas de proteção II têm aptidão para...

3 – (...)

- **Artigo 19.º do POAA (Galeria ripícola)** - a transpor, integralmente, para o Regulamento;

- **Artigo 21.º do POAA (Espaços-canal)** - a transpor, integralmente, para o Regulamento;

- **Artigo 23.º do POAA (Área reservada a parque de campismo)** - a transpor, integralmente, para o Regulamento;

- **Artigo 26.º do POAA (Infraestruturas de apoio ao recreio náutico)** - a transpor, integralmente, para o Regulamento;

- **Artigo 30.º do POAA (Ordenamento cinegético)** - a transpor, integralmente, para o Regulamento;

- **Artigo 31.º do POAA (Atividade venatória)** - a transpor, integralmente, para o Regulamento;

- **Artigo 34.º do POAA (Zona de Proteção)** - a transpor, parcialmente, para o Regulamento;

"Artigo [a definir pela entidade municipal, de epígrafe Zona de Proteção] "

1 - Dentro da zona de proteção são interditos:

a) O estabelecimento de indústrias que produzam ou utilizem produtos químicos tóxicos ou com elevados teores de fósforo e de azoto;

b) A instalação de explorações pecuárias intensivas, incluindo as avícolas;

c) O armazenamento de pesticidas e de adubos orgânicos ou químicos, com exceção dos destinados a consumo na exploração, desde que sob coberto e em piso impermeabilizado;

- d) O emprego de pesticidas, a não ser os produtos fitofarmacêuticos homologados para as respetivas culturas e desde que aplicados segundo as orientações constantes dos respetivos rótulos;
- e) O emprego de adubos químicos azotados ou fosfatados, nos casos de comprovado risco de contaminação da água por nitratos ou fosfatos de origem agrícola, através da monitorização, excetuando-se as recomendações de manuais de boas práticas agrícolas;
- f) O lançamento nos solos ou nos planos de água de excedentes de produtos químicos utilizados na atividade agrícola e de águas de lavagem com uso de detergentes;
- g) A descarga ou infiltração no terreno de esgotos e efluentes de qualquer natureza não devidamente tratados ou, quando sendo tratados, que excedam os valores fixados pela entidade competente, para os teores de fósforo, azoto, carbono, mercúrio e outros metais pesados, designadamente chumbo e cádmio;
- h) O depósito de resíduos sólidos, de entulhos, de sucatas, de combustíveis e de materiais de qualquer natureza;
- i) A extração ou o depósito e armazenamento de inertes de qualquer natureza.

- **Artigo 35.º do POAA (Disposições complementares)** - a transpor, integralmente, para o Regulamento;

- **Artigo 36.º do POAA (Planos diretores municipais)** - a transpor, integralmente, para o Regulamento;

- **Artigo 37.º do POAA (Fiscalização)** - a transpor, integralmente, para o Regulamento;

(ACRESCENTAR UM NOVO ARTIGO)

"Artigo [a definir pela entidade municipal, de epígrafe "Utilizações sujeitas a título de utilização"]

"De acordo com a legislação vigente, carecem de título de utilização, a solicitar junto da APA I.P., as seguintes utilizações do domínio público hídrico:

- a) A captação de águas;
- b) A rejeição de águas residuais;
- c) A imersão de resíduos;

- d) A ocupação para a construção ou alteração de instalações, fixas ou desmontáveis, apoios de praia ou similares e infraestruturas e equipamentos de apoio à circulação rodoviária, incluindo estacionamento e acessos ao domínio público hídrico;*
- e) A implantação de instalações e equipamentos referidos na alínea anterior;*
- f) A ocupação temporária para construção ou alteração de infraestruturas hidráulicas;*
- g) A implantação de infraestruturas hidráulicas;*
- h) A recarga de praias e assoreamentos artificiais e recarga e injeção artificial em águas subterrâneas;*
- i) As competições desportivas e a navegação, bem como as respetivas infraestruturas e equipamentos de apoio;*
- j) A instalação de infraestruturas e equipamentos flutuantes, culturas biogenéticas e marinhas;*
- k) A sementeira, plantação e corte de árvores e arbustos;*
- l) A realização de aterros ou escavações;*
- m) Outras atividades que envolvam a reserva de um maior aproveitamento desses recursos por um particular e que não estejam sujeitas a concessão;*
- n) A extração de inertes;*
- o) Outras atividades que possam pôr em causa o estado dos recursos hídricos do domínio público e que venham a ser condicionadas por regulamentos anexos aos instrumentos de gestão territorial ou por regulamentos anexos aos planos de gestão da bacia hidrográfica.*

Análise sumária do Regulamento da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros.

Não obstante a proposta de alterações do conteúdo do ato regulamentar municipal, por transposição conforme do conteúdo do POAA, nos termos supra expostos, cumpre realizar uma análise sumária das disposições do Regulamento em causa referentes à Albufeira do Azibo, nomeadamente a "Título VI – Albufeira de Águas Públicas do Azibo”:

Artigo 55.º – Âmbito

1- A área da Albufeira de Águas Públicas do Azibo abrange o PAA e a zona terrestre de proteção com a largura de 500 m, na horizontal, contada a partir do NPA à cota de 602 m.

2- A albufeira do Azibo define como utilizações principais, o abastecimento público de água e rega, e como usos secundários e recreativos estão definidos a pesca desportiva, banhos e natação e navegação recreativa sem motor.

3- A área da albufeira do Azibo e respetiva zona de proteção encontra-se identificada na PO –

Classificação e Qualificação do Solo e de condicionantes, constando o seu regime de salvaguarda e regras de gestão do POAA.

4- A área da albufeira do Azibo está sujeita a diferentes níveis de proteção, cujo regime é estabelecido nas disposições específicas previstas na qualificação do solo do presente regulamento.

Artigo 56.º – Zona Aquática

Para efeitos de ordenamento da zona aquática, e em conformidade com a classificação constante do Decreto Regulamentar n.º 2/88, de 20 de janeiro, a albufeira do Azibo é protegida e admite, unicamente, os seguintes usos:

- a) Usos principais: Abastecimento público e rega dos blocos de Salselas, Macedo de Cavaleiros, Cortiços;
- b) Usos secundários: Pesca desportiva; banhos e natação; navegação recreativa sem motor.

Artigo 57.º – Zona de reserva

1- Na zona de reserva da albufeira não são permitidas quaisquer formas de ocupação ou construção, exceto para efeitos de apoio às atividades principais da albufeira, nomeadamente, o abastecimento público e a rega.

2- Excetuam-se do disposto no número anterior os espaços definidos no zonamento para infraestruturas de apoio balnear, que devem ser equipamentos amovíveis, cujos índices de ocupação não devem ultrapassar 0,06 da área total.

Artigo 58.º – Zona de proteção

Na zona de proteção da albufeira são proibidas todas as atividades suscetíveis de degradar ou comprometer a qualidade da água da albufeira ou acelerar o seu estado de eutrofização, nomeadamente:

- a) Estabelecimentos industriais;
- b) Instalação de explorações pecuárias fixas ou intensivas, avícolas ou piscícolas;

- c) *Armazenamento e emprego de pesticidas e adubos orgânicos ou químicos, azotados ou fosfatados;*
- d) *Descarga ou infiltração no terreno de esgotos, resíduos ou lixo de qualquer natureza;*
- e) *Descarga ou infiltração no terreno de quaisquer efluentes e substâncias perigosas, nomeadamente de origem mineira.*

Nota: Situações já previstas nos termos da proposta de transposição parcial para o Regulamento do artigo 34.º do POAA (Zona de Proteção).

Artigo 59.º – Descarga e tratamento de efluentes

- 1- É proibida a descarga de efluentes sem tratamento na albufeira e linhas de água afluentes da albufeira.
- 2- É obrigatória a dotação em todas as unidades hoteleiras e construções previstas de um sistema de tratamento de efluentes que inclua a remoção de fosfatos.
- 3- Para infraestruturas isoladas é exigido, no mínimo, a construção de fossa séptica com poço absorvente e filtros de infiltração.
- 4- As licenças para construção das infraestruturas ficam condicionadas à observância do cumprimento do estipulado nos números anteriores.

Nota: Norma já prevista nos termos da proposta de transposição integral para o Regulamento do artigo 11.º do POAA (Descarga e tratamento de efluentes).

A albufeira do Azibo foi classificada como «albufeira protegida» pelo Decreto Regulamentar n.º 2/88, de 20 de janeiro, classificação que foi mantida pela Portaria n.º 522/2009, de 15 de maio, sendo portanto uma albufeira classificada de águas públicas de serviço público. Assim, além das servidões e restrições de utilidade pública associada a esta albufeira, como a “zona terrestre de proteção”, “zona reservada”, “Zona de proteção da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira” e “Zona de respeito da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira”, deverá ainda ser previsto em regulamento as ações e usos compatíveis com o regime de proteção estabelecido no Decreto-Lei nº 107/2009, de 15 de maio. Estas servidões deverão ainda ser representadas na carta de condicionantes.

- Rede de Águas residuais urbanas

O Regulamento deverá acautelar a proibição do lançamento direto ou indireto de águas residuais no solo ou nas linhas de água; e que, sempre que existam infraestruturas de subsolo, todas as edificações devem ser ligadas às redes de eletricidade, telecomunicações, gás, drenagem de águas residuais e de abastecimento de água, e devem simultaneamente ser inutilizadas as infraestruturas particulares de disposição de águas residuais existentes; e ainda que, é proibido o lançamento direto ou indireto de águas residuais no solo ou nas linhas de água.

- Rede de Águas pluviais

Deve ficar referido em Regulamento do Plano que as redes devem ser separativas e que dada a orografia natural do território, a rede de águas pluviais deve garantir a salvaguarda de um território com valores naturais relevantes.

- Alteração da vegetação

A implantação de infraestruturas e edificações, associada à consequente alteração da topografia do terreno e do coberto vegetal, irá modificar o ciclo hidrológico.

Deve também ficar referido em Regulamento do Plano, que deve ser evitada a prática de atividades suscetíveis de causar o aumento da erosão, o transporte de material sólido para o meio hídrico ou alterações ao relevo existente, como, por exemplo, mobilizações de solo não realizadas segundo as curvas de nível, a formação de depósitos de terras soltas em áreas declivosas sem dispositivos adequados para evitar o seu arraste.

- Omissões

Sugere-se a inclusão de um artigo que refira " A qualquer situação não prevista nas presentes definições regulamentares aplica-se o disposto na demais legislação vigente e nos regulamentos aplicáveis".

3.2. Planta de Ordenamento

Sugere-se a identificação na legenda dos objetos cartográficos "Leito e Margem das Águas Fluviais" e "leito e margem da Albufeira do Azibo" .

3.3. Planta de condicionantes

A planta de condicionantes deverá ser corrigida, tendo em conta O Decreto-Lei nº 107/2009, de 15 de maio, prevê que nas albufeiras de águas públicas a «Zona de proteção da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira», delimitada por uma a faixa a montante da barragem, no plano de água, definida com o objetivo de salvaguardar a integridade da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira e garantir a segurança de pessoas e bens. Define ainda a «Zona de respeito da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira», que é uma a faixa delimitada a jusante da barragem, na zona terrestre de proteção, definida com o objetivo de salvaguardar a integridade da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira e garantir a segurança de pessoas e bens.

Assim, a planta de condicionantes deverá então ser corrigida e identificar as seguintes Servidões de Restrição de Utilidade Pública:

- Domínio Hídrico
 - leito e margens dos cursos de água (10 m)
- Albufeira de Águas Públicas
 - Zona Reservada da Albufeira do Azibo (100m a contar do NPA);
 - Zona Terrestre de Proteção da Albufeira do Azibo (500 m a contar do NPA);
 - Zona de Proteção da barragem e dos órgãos de segurança
 - Zona de Respeito da Barragem e dos órgãos de segurança
- Zonas ameaçadas pelas cheias
- REN

A informação constante na Planta em análise deve encontrar-se devidamente articulada com os demais elementos da proposta, mas particularmente com a redação e teor do artigo do regulamento relativo às SRUP, o que deverá ser garantido ao serem efetuadas as correções agora sugeridas.

A informação vetorial deve permitir a validação integral dos elementos referentes a estas SRUPs, o que não se verifica no conteúdo documental apresentado.

Importa igualmente aproveitar o presente procedimento para organização dos objetos na planta de condicionantes (legenda) tendo em consideração a 'Norma Técnica sobre o Modelo de Dados e Sistematização da Informação Gráfica dos PDM – anexos I, II, III'. Aprovada pelo Aviso n.º 9282/2021, 17 de maio. A aplicação desta estrutura permite facilitar a articulação com a "futura" planta de condicionantes do PDM.

4. Elementos que acompanham e complementam o Plano

4.1. Relatório do Plano

- O Relatório não identifica nem detalha a necessária conformidade e compatibilização da proposta de ordenamento com o disposto no Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio. Esta omissão compromete a verificação do cumprimento do referido normativo.

Embora nas páginas 45 e 48 do Relatório, no que se refere ao abastecimento de água e à drenagem de águas residuais, seja afirmado que: "Não se prevê a necessidade de novas infraestruturas face ao crescimento expectável da população promovido pelas necessidades das áreas de execução programada...", não é mencionado no relatório como será concretizada a infraestruturização de saneamento básico, nem se a ETAR para onde será encaminhado o saneamento possui capacidade para o receber. Neste sentido, deve ser apresentada uma declaração da entidade gestora responsável pela infraestrutura com a garantia de que existe forma e capacidade para receber as águas residuais para tratamento em ETAR e que a mesma terá capacidade técnica e funcional para responder às necessidades futuras decorrentes da implementação do plano. O incremento da ocupação urbana neste território, deve ficar condicionada à implementação desta rede de infraestruturas básicas de saneamento. Por conseguinte, esta situação deverá ser revista e aprofundada.

Não é apresentada a infraestrutura destinada às águas pluviais, nem as soluções previstas para o seu destino. A ausência de soluções adequadas para a descarga das águas pluviais deve merecer especial atenção, devido à orografia natural do território, de modo a não promover a erosão do solo, o aumento de escorrências torrenciais e, conseqüentemente, o risco e a degradação das linhas de água. Em termos práticos, devem ser salvaguardadas as preocupações relacionadas com a

conservação do recurso solo, evitando a perda de solo, a diminuição da capacidade de colmatação a jusante e o assoreamento das massas de água.

Quanto ao Abastecimento de Água, sugere-se o seguinte:

- Identificação das origens de água;
- Caracterização dos sistemas de abastecimento abrangendo estruturas supramunicipais e os principais usos da água;
- Identificação das necessidades futuras, tendo em consideração a cobertura territorial (as áreas não servidas por este sistema) e que passarão a integrar o solo urbano.

Quanto à Drenagem e tratamento de águas residuais, sugere-se nomeadamente o seguinte:

- Identificação das infraestruturas de drenagem e tratamento de águas residuais existentes, tais como estações elevatórias, estações de tratamento, entre outros.
- Identificação das necessidades futuras, com base nas ocupações geradoras de águas residuais e consequente capacidade de resposta das infraestruturas existentes, nomeadamente no que se refere às ETAR existentes no concelho ou sistema intermunicipal.
- Identificação da cobertura territorial tendo em conta as áreas que passarão a integrar o solo urbano / indicação das áreas não servidas pelo sistema.

Quanto aos Sistemas de recolha e encaminhamento de águas pluviais, sugere-se nomeadamente o seguinte:

- Identificação das infraestruturas existentes e previstas e cobertura territorial, referenciar se estas redes são ou não separativas;
- Avaliação e quantificação do possível reaproveitamento das águas pluviais em usos compatíveis, regas, lavagens de ruas, entre outros.

4.2. Programa de execução e Plano de financiamento

Embora seja apresentado uma estimativa de custos referentes às áreas programadas, não é apresentado o investimento associado ao alargamento, beneficiamento ou manutenção da malha da rede infraestrutural existente, em

particular a de abastecimento, a de saneamento e a rede pluvial, sugere-se a revisão e melhoria deste ponto.

É ainda competência da APA pronunciar-se sobre o enquadramento no regime jurídico de prevenção de acidentes graves (RJPAG) envolvendo substâncias perigosas e limitação das suas consequências para a saúde humana, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto. A integração e avaliação do risco de acidentes graves no ordenamento do território permite, por um lado, identificar a presença de estabelecimentos abrangidos pelo RJPAG e, por outro, ponderar o risco de acidentes graves numa fase prévia à implementação do Plano.

1. Prevenção de Acidentes Graves

Compete à APA, promover a prevenção de acidentes graves ao nível dos instrumentos de planeamento e uso do solo, segundo o regime de prevenção de acidentes graves (cf. al. a) do art.º 4.º do RJPAG). No âmbito do ordenamento do território devem ser mantidas distâncias de segurança adequadas entre os estabelecimentos abrangidos pelo RJPAG e as zonas residenciais, locais de utilização pública, vias de comunicação e zonas ambientalmente sensíveis (cf. n.º 1 do art.º 7.º).

As câmaras municipais devem tomar em consideração, na AAE de PMOT, entenda-se planos territoriais (municipais e intermunicipais), segundo o RJIGT em vigor, a presença de estabelecimentos e as zonas de perigosidade que lhes estão associadas (cf. art.º 13.º), em articulação com o disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

A definição de zonas de perigosidade tem como objetivo a limitação de eventuais consequências de acidentes graves, através de um planeamento e gestão eficazes do território. Estas devem ser consideradas pelas Câmaras Municipais não só na elaboração, revisão e alteração dos planos territoriais, como também no licenciamento, autorização ou aceitação de comunicação prévia de operações urbanísticas na zona envolvente aos estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto.

Em cumprimento do disposto no art.º 12.º do RJPAG, a APA cria um cadastro de zonas de perigosidade com base na informação apresentada pelos operadores, após validação pela mesma.

De acordo com a informação existente na APA, está atualmente localizado no concelho de Macedo de Cavaleiros o estabelecimento abrangido pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, de nível inferior, designado Sonorgás, S.A. (UAG de Macedo de Cavaleiros).

Importa realçar que tendo sido apresentada a Avaliação de Compatibilidade de Localização da ampliação da capacidade do estabelecimento em apreço (instalação de um segundo reservatório de GNL de 120 m³ de capacidade) foi o operador informado através do ofício n.º S020890-201804-DAIA.DPP, de 06/04/2018, que “o projeto de alteração da UAGNL em licenciamento é compatível com os elementos atualmente existentes no território e com a qualificação do solo, no que concerne ao risco de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas, desde que a parcela de terreno abrangida pela zona de perigosidade a Este e Nordeste do estabelecimento não seja ocupada com usos que lhe são incompatíveis”. No parecer anexo ao referido ofício foi também referido que «as zonas de perigosidade associadas à alteração ao estabelecimento correspondem ao alcance dos efeitos de dispersão de nuvem inflamável decorrente da rotura total de tubagem de GNL associada ao reservatório (t=600s). Assim, obtém-se uma zona de perigosidade – zona de possibilidade de letalidade: buffer de 38 metros a partir do limite da bacia de retenção».

Esta informação relativa ao projeto de alteração do estabelecimento foi igualmente remetida à Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros pelo ofício com a ref.^a S021686-201804-DAIA.DPP, de 06/04/2018.

Importa referir que em anexo ao parecer emitido na fase de definição de âmbito desta AAE, foram remetidos os ficheiros com a representação espacial da referida zona de perigosidade do projeto de alteração da UAGNL e do limite do estabelecimento em apreço.

De acordo com a informação disponibilizada no âmbito da revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros e da respetiva AAE, verifica-se que na proposta de Planta de Condicionantes (Planta de Condicionantes – Geral, folha E, N.º 2.1, escala 1:10000, junho de 2025) se encontra cartografado o estabelecimento UAG de Macedo de Cavaleiros, com a designação “Estabelecimentos de Atividades Perigosas”, recorrendo a representação pontual.

Mais se informa que as zonas de perigosidade da totalidade do estabelecimento UAG de Macedo de Cavaleiros se encontram em validação por esta Agência e serão oportunamente comunicadas ao respetivo operador e à Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros para integração na cartografia dos instrumentos de gestão territorial.

Para efeitos de harmonização da informação geográfica sobre a prevenção de acidentes graves, em instrumentos de gestão territorial, esta Agência recomenda a representação do estabelecimento abrangido pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, e zonas de segurança associadas, com recurso aos respetivos polígonos.

Enquanto não se encontram validadas as zonas de perigosidade, da totalidade do estabelecimento, esta Agência sugere a salvaguarda de uma distância de 240m representada no respetivo instrumento de gestão territorial a partir do local de descarga.

4.3. Elementos da Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental (RA)

Analizados os documentos disponibilizados no contexto da 2ª reunião plenária da 2ª Revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros, designadamente o Relatório Ambiental (RA) e o Resumo Não Técnico (RNT), de julho de 2025, julgam-se oportunos os comentários que se expõem de seguida.

De acordo com exposto no Anexo II do RA, verifica-se que a maioria dos contributos da APA relativamente ao RA preliminar foram acolhidos nesta versão do documento. No entanto, a tabela encontra-se incompleta, não constando alguns dos contributos desta Agência, que não foram acolhidos. Na versão final do RA, para discussão pública, este aspeto deve ser completado.

O RA apresentado encontra-se bem identificado, com contextualização adequada relativamente ao Plano em causa, apresentando a Equipa Técnica responsável pela AAE do Plano. O documento encontra-se bem estruturado, apresentando uma metodologia alinhada com as exigências legais e com as boas práticas existentes em matéria de avaliação ambiental, para esta fase do procedimento. Contudo, subsistem ainda alguns aspetos que podem ser completados ou melhorados no RA final, tal como apresentado neste parecer.

À semelhança do que se verificava no RA preliminar, também o RA, no último parágrafo da página 2 refere que: *"a avaliação ambiental iniciou-se após a elaboração dos estudos de caracterização e diagnóstico, estratégia e modelo territorial e a definição de uma proposta preliminar do plano. Neste contexto, não foram estudadas alternativas à estratégia adotada pois, por um lado elas não foram equacionadas pela equipa do plano e, por outro, todo o trabalho desenvolvido até ao momento assentou na estratégia definida no momento inicial",* acrescentando que *"a alternativa considerada na avaliação foi a não execução da proposta da 2ª Revisão do PDM".*

A versão do RA agora apresentada incluiu ainda um subcapítulo sobre a avaliação de alternativas. Contudo, verifica-se que este capítulo apenas diz respeito à chamada alternativa zero, ou seja, a ausência de revisão do PDM.

A AAE é um instrumento estratégico de apoio à tomada de decisão. Na AAE de um PDM, o estudo das opções alternativas de desenvolvimento é essencial para avaliar diferentes caminhos possíveis e escolher aquele que melhor equilibra desenvolvimento e sustentabilidade. A não consideração de alternativas limita a análise crítica e pode levar a decisões mal informadas.

Para além da alternativa de não-ação (avaliar os impactos de manter o cenário atual, como é o caso apresentado), existem diversos tipos de alternativas que podem ser analisadas numa AAE: alternativas de localização, alternativas de intensidade ou escala, que avaliam o grau de desenvolvimento, uso ou transformação aceitável ou desejável e alternativas de modelo ou direção de desenvolvimento, que avaliam como o território será estruturado ou que lógica de desenvolvimento será adotada. Podem existir ainda algumas alternativas tecnológicas e alternativas normativas ou regulatórias.

Desta forma, a AAE da 2ª Revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros deveria ter sido focalizada na preparação da melhor opção possível numa ótica de sustentabilidade, não se limitando ao estudo da alternativa zero.

Informa-se que não há necessidade de referir a ARH Norte, uma vez que a APA se pronuncia no âmbito de todas as suas competências, incluindo as que se referem às matérias de recursos hídricos.

Constata-se positivamente que o Quadro de Referência estratégico (QRE), embora se encontre um pouco extenso, encontra-se atualizado nas matérias da competência da APA.

Verifica-se, com apreço, que o quadro de avaliação (Quadro IV.4) foi revisto e ajustado às boas práticas existentes em matéria de AAE.

Constata-se que nesta fase da AAE da revisão do PDM foi identificado um FCD relacionado com o regime de prevenção de acidentes graves, designadamente “Riscos e Alterações climáticas”, com o critério “riscos naturais e tecnológicos” e com o indicador “Ocorrências de acidentes graves, n.º (CMMC)”. Contudo, para efeitos de harmonização de critérios com outros instrumentos de gestão territorial em fase de revisão, esta Agência reforça a necessidade de inclusão na AAE da 2ª Revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros, um ou mais dos seguintes indicadores associados ao FCD “Riscos e Alterações climáticas”:

- N.º de estabelecimentos enquadrados no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto;
- N.º de pessoas residentes nas zonas de perigosidade;
- N.º de locais com elevada concentração de pessoas, nas zonas de perigosidade.

Como no subcapítulo VI.2. Recomendações para o plano consta que algumas das recomendações não foram consideradas, julga-se pertinente que na próxima versão do RA a elaborar conste justificação para tal.

Uma vez que no capítulo Recomendações para o seguimento e gestão é apresentado um conjunto extenso de recomendações, sugere-se que as mesmas sejam de alguma forma priorizadas, ou pelo menos calendarizadas em curto, médio e longo prazo, de forma a garantir o adequado e efetivo seguimento/monitorização da AAE.

Quanto ao programa de monitorização e gestão ambiental (Quadro VIII.1), as metas apresentadas devem, sempre que possível, ser quantitativas.

De acordo com as Boas Práticas existentes em matéria de AAE, recomenda-se que na revisão do RA sejam identificadas especificamente não só as autoridades ambientais e de saúde a consultar, mas também o público-alvo e as ONG que eventualmente se poderão pronunciar sobre o Relatório.

Por fim, referir que se concorda genericamente com o **Resumo Não Técnico** (RNT) apresentado, em termos de dimensão, estrutura e tipo de linguagem utilizada. Realça-se, no entanto, que o RNT deve ser revisto em conformidade com as recomendações efetuadas sobre o RA.

No que diz respeito às **fases seguintes deste procedimento de AAE**, importa considerar os seguintes aspetos:

- Os comentários acima efetuados deverão ser tidos em consideração no desenvolvimento da próxima versão do RA e do RNT a sujeitar a discussão pública, juntamente com a proposta de revisão do plano.
- Salienta-se que a ponderação de todos os contributos das ERAE deve constar no RA a desenvolver, em tabela própria, com justificação dos contributos eventualmente não considerados.
- Em simultâneo com a versão final do Plano deverá ser elaborado o Relatório Ambiental final, que incorpore o resultado das consultas institucional e pública, que deve ser enviado à APA

e restantes entidades consultadas, juntamente com a Declaração Ambiental, aquando da publicação do Plano. Os resultados das consultas institucional e pública deverão igualmente ser vertidos no Plano, sempre e quando pertinente.

- Deverá ser elaborada e enviada a esta Agência e às restantes ERAE consultadas a Declaração Ambiental, de acordo com o Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. De lembrar que a DA disponibilizar no site da CM deverá ser assinada, datada e referir o cargo do responsável pela sua emissão, de acordo com a nota técnica da APA, disponível no site desta Agência.
- Aquando da publicação desta revisão do PDM em Diário da República, deve ser feita alusão ao facto de a mesma ter sido sujeita a um procedimento de AAE.
- Alerta-se para a obrigação legal de avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do Plano, verificando a adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos (n.º 1 do artigo. 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho). Os resultados do controlo devem ser divulgados pela entidade responsável pelo Plano, através de meios eletrónicos, e atualizados com uma periodicidade mínima anual, devendo ainda ser remetidos à APA. Existe igualmente um documento orientador sobre esta fase da AAE disponível no site da APA.

Mais se informa que toda a informação relevante sobre a AAE se encontra sistematizada no site da APA na seguinte hiperligação:

<https://apambiente.pt/avaliacao-e-gestao-ambiental/avaliacao-ambiental-estrategica>

5. Conclusão

Relativamente ao Procedimento de AAE e em matéria de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas, conclui-se que esta temática foi considerada no processo de revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros e na respetiva AAE.

Conforme o disposto no artigo 7.º do RJPAG, as questões de segurança devem estar devidamente acauteladas no ordenamento do território, e consequentemente vertidas nos planos territoriais. Deste modo, devem ser mantidas as distâncias de segurança adequadas entre os estabelecimentos onde estão presentes substâncias perigosas e as zonas residenciais, os locais de utilização pública, as vias de comunicação e as zonas ambientalmente sensíveis, com

o objetivo de limitar eventuais consequências de acidentes graves. As distâncias de segurança são traduzidas em duas zonas de perigosidade da seguinte forma:

- Primeira zona de perigosidade: a zona no exterior do estabelecimento onde em caso de acidente grave possam ocorrer efeitos letais na saúde humana;
- Segunda zona de perigosidade: a zona no exterior do estabelecimento onde em caso de acidente grave possam ocorrer efeitos irreversíveis na saúde humana.

Até à comunicação das zonas de perigosidade do estabelecimento, esta Agência recomenda a salvaguarda de uma distância de 240m representada no respetivo instrumento de gestão territorial a partir do local de descarga.

Refira-se, ainda, que o licenciamento ou autorização de um novo estabelecimento industrial abrangido por este regime, ou de uma «alteração substancial» de um estabelecimento existente está sujeito à aprovação prévia da APA, em termos de compatibilidade de localização no que respeita à prevenção de acidentes graves.

No que diz respeito aos documentos de AAE, concorda-se genericamente com o RA analisado e com o respetivo RNT, julgando-se que os mesmos devem ser revistos tendo em consideração os contributos da APA. O RA e o RNT revistos deverão acompanhar a proposta de plano na fase de discussão pública.

Quanto aos restantes elementos submetidos à apreciação, propõe-se que no documento final da Proposta do Plano Diretor de Macedo de Cavaleiros, sejam tidos em consideração os aspetos atrás focados, reforçando-se a importância de dever ser apresentada a ponderação da globalidade das sugestões de alteração e a indicação clara dos contributos integrados no Plano.

Face ao exposto, esta Agência emite, sobre a proposta de Plano, **parecer favorável condicionado**, à revisão em conformidade com o mencionado nos pontos anteriores, ou seja, a necessidade de rever as plantas de ordenamento, a planta de condicionantes, assim como o regulamento, de acordo com a minuta em anexo.

Esta Agência permanece disponível para qualquer esclarecimento tido por conveniente.

